

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Márson Alquati

**A MAÇÔNICA
HISTÓRIA DO BRASIL
- VOLUME II -**

**Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência
à Redemocratização do Brasil**

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas da Pós-Independência à Redemocratização

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
NOTAS DO AUTOR.....	7
INTRODUÇÃO	11
PARTE I - AS REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	14
UMA BREVE INTRODUÇÃO ÀS REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	15
PARTE II – A MAÇÔNICA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR	16
SOBRE A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824).....	17
A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	18
A NOVA CONSTITUIÇÃO E O PODER MODERADOR.....	20
AS CAUSAS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.....	21
OS ANTECEDENTES DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR	23
A ECLOSÃO DO MOVIMENTO	24
A REPRESSÃO VIOLENTA DO IMPERADOR	27
O FIM DO GRANDE MAÇOM FREI CANECA	30
ALGUMAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS	33
PARTE III - A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO DE 07 DE ABRIL 1831.....	35
A REVOLUÇÃO DE 07 DE ABRIL (1831)	36
PARTE IV - A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FARROUPILHA	39
ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)	40
PRINCIPAIS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA	42
A INFLUÊNCIA DOS IDEAIS LIBERAIS MAÇÔNICO-ILUMINISTAS PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA	45
O CENÁRIO SOCIO-POLÍTICO DO RS NO SÉCULO XIX	46
AS PRIMEIRAS LOJAS MAÇÔNICAS GAÚCHAS	48
OS PRECEITOS CRISTÃOS E A MAÇONARIA RIO-GRANDENSE.....	52
O PAPEL DA IMPRENSA MAÇÔNICA NA REVOLUÇÃO DE 1835	53
AS LOJAS QUE PERMANECERAM FIÉIS AO IMPÉRIO.....	57
O INÍCIO DA REVOLUÇÃO	58
A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE	60
OS MAÇONS FARROUPILHAS.....	62
O POLÊMICO BALAUÍSTRE Nº 67	66
A ORIGEM DO TERMO “FARRAPOS” E O PARTIDO FARROUPILHA	66
TÁTICAS DE GUERRILHA E OS NÚMEROS DA GUERRA	69
A MAÇONARIA AJUDA BENTO GONÇALVES A FUGIR DA PRISÃO	71
A MAÇÔNICA PAZ DE PONCHE VERDE	75
AS SEMENTES PRECURSORAS DO FIM DA ESCRAVIDÃO E DO MOVIMENTO REPUBLICANO	77
A CURIOSA PALAVRA DE PASSE DOS FARROUPILHAS	79
O BRASÃO DE ARMAS E A ATUAL BANDEIRA DO RS	80
ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL.....	82
PARTE V - O MAÇÔNICO GOLPE DA MAIORIDADE DE D. PEDRO II.....	85
O GOLPE DA MAIORIDADE DE D. PEDRO II (1840)	86
PARTE VI - A MAÇÔNICA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.....	90
A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA (1888)	91
A CRUEL MATEMÁTICA DA ESCRAVIDÃO	93
O LENTO E GRADUAL PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO ESCRAVAGISTA	95
A INDIFERENÇA DA IGREJA CATÓLICA.....	97
A MAÇONARIA ABRAÇA A CAUSA DA ABOLIÇÃO.....	99
A LUTA DE JOSÉ BONIFÁCIO PARA O FIM DA ESCRAVIDÃO	100
A PIONEIRA INICIATIVA DO SENADOR VERGUEIRO.....	102
A MAÇÔNICA LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS (1850).....	103
A IMPRENSA MAÇÔNICA E A CAUSA ABOLICIONISTA	105
O MAÇÔNICO MOVIMENTO ABOLICIONISTA.....	108
O EXEMPLO PRECURSOR DA MAÇONARIA GAÚCHA	110
A MAÇÔNICA DECLARAÇÃO DE SALDANHA MARINHO.....	110
AÇÕES MAÇÔNICAS EM PROL DA LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS	112
AS LOJAS MAÇÔNICAS COMPRAM CARTAS DE ALFORRIA	114
RUI BARBOSA: MAÇOM E ABOLICIONISTA	118

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL

(Márson Alquati)

JOAQUIM NABUCO: O JORNALISTA MAÇOM	119
A CAMPANHA ABOLICIONISTA DE JOSÉ DO PATROCÍNIO	122
LUÍS GAMA: ADVOGADO, MAÇOM E EMANCIPADOR	123
CASTRO ALVES: O POETA DOS ESCRAVOS	126
VISCONDE DO RIO BRANCO	126
ANTÔNIO BENTO E OS CAIFAZES	128
OUTROS MAÇONS ABOLICIONISTAS	130
O IMORTAL MAESTRO MAÇOM ABOLICIONISTA	131
SOCIEDADES E CLUBES CONTRA A ESCRAVIDÃO	133
A MAÇÔNICA LEI DO VENTRE-LIVRE	135
A MAÇÔNICA LEI DOS SEXAGENÁRIOS	137
AS PRIMEIRAS CIDADES A ABOLIREM A ESCRAVIDÃO	138
CEARÁ: A PRIMEIRA PROVÍNCIA A ABOLIR A ESCRAVIDÃO	139
O AMAZONAS TAMBÉM ADERE À ABOLIÇÃO TOTAL	141
O CLUBE MILITAR E OS REPUBLICANOS ADEREM À CAUSA	143
A MAÇÔNICA LEI ÁUREA	144
CONSEQUÊNCIAS DIRETAS DA ABOLIÇÃO	146
ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL	147
PARTE VII - A QUESTÃO RELIGIOSA	149
A QUESTÃO RELIGIOSA (1872-1875)	150
IGREJA X MAÇONARIA	150
AS BULAS PAPAIS CONTRA A MAÇONARIA	153
O PADROADO	156
O DISCURSO DA DISCÓRDIA	157
A REAÇÃO DA IGREJA	159
O ULTRAMONTANISMO ENTRA EM CENA	161
O MANIFESTO DE SALDANHA MARINHO	163
O GOVERNO ARBITRA A FAVOR DA MAÇONARIA	166
A ANISTIA DOS BISPOS	167
PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA QUESTÃO RELIGIOSA	168
CONCLUSÕES FINAIS SOBRE A QUESTÃO RELIGIOSA	169
PARTE VIII - A QUESTÃO MILITAR	171
A QUESTÃO MILITAR (1883-1889)	172
A MAÇONARIA E AS QUESTÕES MILITARES	173
O CASO SENNA MADUREIRA	175
O CASO CUNHA MATTOS	175
MANIFESTO DE DEODORO EM DEFESA DO EXÉRCITO	177
O CLUBE MILITAR	179
OS MILITARES E O MOVIMENTO REPUBLICANO	180
PARTE IX - A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	182
ANTECEDENTES DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)	183
OS IDEAIS REPUBLICANOS SOB A ÉGIDE DA MAÇONARIA	184
OS PRINCIPAIS MAÇONS REPUBLICANOS	187
A IMPRENSA MAÇÔNICO-REPUBLICANA	188
OS CLUBES REPUBLICANOS	189
O PARTIDO REPUBLICANO	190
O MAÇÔNICO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870	191
A CONVENÇÃO REPUBLICANA DE ITU	192
A MAÇONARIA CONTRA O ADVENTO DO TERCEIRO REINADO	193
O PAPEL DA “LEI ÁUREA” EM PROL DA REPÚBLICA	196
COMEÇAM OS PREPARATIVOS PARA O LEVANTE	197
O VERDADEIRO MENTOR DO GOLPE REPUBLICANO	198
DIVERGÊNCIAS DE OPINIÃO	200
O ÚLTIMO BAILE DO IMPÉRIO E OS PREPARATIVOS FINAIS PARA A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	201
OS EVENTOS SE PRECIPITAM E OS PLANOS SÃO ALTERADOS	205
A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	208
ADEUS AO IMPERADOR	213
O GOVERNO MAÇÔNICO-REPUBLICANO	214
O PRIMEIRO DECRETO DA REPÚBLICA	215

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas da Pós-Independência à Redemocratização

INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA POSITIVISTA DE AUGUSTO COMTE	216
A BANDEIRA REPUBLICANA MAÇÔNICO-POSITIVISTA	217
OUTRAS IMPLICAÇÕES DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	218
ALGUMAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS	219
PARTE X - A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO FEDERALISTA	221
A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895).....	222
O MAÇOM GASPAR SILVEIRA MARTINS.....	223
PRELÚDIOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA	224
A REVOLUÇÃO PROPRIAMENTE DITA	227
GUMERCINDO SARAIVA E O CERCO DA LAPA	228
NASCE O GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	230
COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA: A REVOLUÇÃO DE 1923	235
PARTE XI - A MAÇONARIA E A REPÚBLICA VELHA.....	237
A MAÇONARIA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	238
A MAÇÔNICA CONSTITUIÇÃO DE 1891	238
O PRIMEIRO GOVERNO REPUBLICANO DE DEODORO.....	240
UMA LONGA SUCESSÃO DE MAÇONS NA PRESIDÊNCIA DA INSIPIENTE REPÚBLICA BRASILEIRA, ASSIM COMO NO GRÃO-MESTRADO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL	240
PARTE XII - A ERA VARGAS E A MAÇONARIA.....	247
A REVOLUÇÃO DE 1930	248
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA (1932)	249
A CONSTITUINTE DE 1934.....	254
FATOS RELEVANTES DE 1934 ATÉ 1960	256
O ESTADO DE MARACAJÚ	259
PARTE XIII - A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A MAÇONARIA	260
A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)	261
PARTE XIV - A MAÇONARIA DURANTE A DITADURA MILITAR	263
O GOLPE MILITAR (1964)	264
PARTE XV - A MAÇÔNICA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL	266
DA REDEMOCRATIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS (1985...).....	267
PARTE XVI - A MAÇONARIA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	269
OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX	270
INICIATIVAS DA MAÇONARIA EM PROL DA EDUCAÇÃO	271
A MAÇONARIA PAULISTA E A EDUCAÇÃO.....	272
A MAÇONARIA GAÚCHA E A EDUCAÇÃO	273
O IHGB E A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS	275
PARTE XVII - A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL.....	277
A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL	278
HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA.....	278
O CORREIO BRASILIENSE	280
A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA INDEPENDÊNCIA	282
O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE	283
A MAÇONARIA E A IMPRENSA FARROUPILHA	284
A MAÇONARIA E A IMPRENSA ABOLICIONISTA	287
A MAÇONARIA E A IMPRENSA REPUBLICANA	290
A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA QUESTÃO RELIGIOSA	291
A MAÇONARIA E A IMPRENSA OFICIAL BRASILEIRA.....	292
A IMPRENSA MAÇÔNICA PARA OS MAÇONS	293
O ADVENTO DO TELÉGRAFO E A IMPRENSA	294
CONCLUSÃO	296
ANEXOS	299
BIBLIOGRAFIA.....	333
ARTIGOS PESQUISADOS NA INTERNET.....	343

PREFÁCIO

A memória representa o sentido da própria História...
Assim, lembrar e manter viva a nossa memória é a grande tarefa da História!
[Autor Desconhecido]

PREFÁCIO

Neste seu primeiro trabalho de cunho maçônico, o historiador, escritor, maçónólogo e mestre maçom Márson Alquati, aborda um tema árduo e por demais complexo: a participação maçônica nos grandes eventos da História do Brasil; contando ainda com uma breve, porém esclarecedora introdução à História da Maçonaria Universal. Tais temas, para serem devidamente julgados requerem profundos conhecimentos de História, de modo que a presente obra certamente tornar-se-á um marco referencial, bem como fonte inesgotável de informações a enriquecer o seu cabedal cultural.

A extensa bibliografia de que o autor se serviu para produzir o trabalho em questão, por si só já nos fornece uma ideia da profundidade e da extensão da pesquisa realizada em relação aos assuntos abordados, de modo que a referida obra se constituirá, por certo, em novidade para muita gente, mesmo dentro da Maçonaria.

Enfim, não resta a menor dúvida de que, imparcial e objetivo, subsidiado por uma vasta documentação bibliográfica, baseada em fontes históricas da mais alta confiabilidade, Márson Alquati nos oferece aqui uma nova visão sobre muitos fatos marcantes da nossa História, revelando-nos algumas passagens pouco conhecidas, por vezes obscuras e polêmicas, muitas das quais repletas de contradições, quebrando certos paradigmas e desmistificando o que o próprio autor denomina de “*A Maçônica História do Brasil*”.

NOTAS DO AUTOR

*A Humanidade sem História, é como o homem sem memória Sem tradição não há
“Identidade”. Falta a paisagem da vida e a experiência dos momentos vividos.*

[Adelaida Samarra Gamazo]

NOTAS DO AUTOR

A presente obra, agora dada a lume – *“A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL”* – refere-se a um importante capítulo da História Universal da Maçonaria, no que a mesma teve de mais expressivo e retumbante, que foi o seu empenho pela libertação dos povos do jugo de todas as tiranias, principalmente no que tange aos eventos relacionados à História do Brasil. Por tratar-se de uma pesquisa acadêmica desenvolvida para compor a monografia final na Graduação em História deste eterno aprendiz maçom, não tem a pretensão de ser completa ou de esgotar o assunto em questão, nem ser definitiva, mas apenas pretende servir de motivação para que sejam levantados novos questionamentos que, por sua vez, conduzam a novas pesquisas complementares, mais profundas e abrangentes sobre os temas propostos, tão complexos, polêmicos e amplos; e ao mesmo tempo tão empolgantes e gostosos de serem estudados.

O objetivo principal deste trabalho é abordar os mais recentes estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico-maçônico, especialmente aqueles que buscam compreender o papel da Instituição Maçônica na formação histórica de nosso país, dentro daquilo que denomino de *“A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL”*.

Trata-se, portanto, de uma mera síntese bibliográfica, cuja intenção é tão somente demonstrar, através das diversas fontes de pesquisa citadas, a participação maçônica na História do Brasil; e não esmiuçar detalhadamente cada evento da mesma. Para isso, existe uma infinidade de outros livros, muitos dos quais são, inclusive, indicados nas referências bibliográficas ao final deste.

Entretanto, concordo com Descartes¹, quando o mesmo afirma que:

“Ler os livros antigos e suas histórias é útil para aprendermos neles como julgar nossos próprios costumes, e para não considerarmos ridículo o que é diferente. Porém, nessas fábulas, podem aparecer coisas que não tenham ocorrido exatamente como as relatadas, porque mesmo as histórias mais fiéis omitem passagens menos dignas, isso quando não modificam seu valor para que sejam glorificadas”.

Essa descrença de Descartes com relação à História acabou fazendo surgir, na segunda metade do século XVII, uma linha historiográfica que pode ser chamada de “cartesiana” e que procurei seguir rigorosamente, a qual se baseia em três regras metodológicas, a saber:

1. Nenhuma fonte deve induzir-nos a acreditar naquilo que sabemos que não pode ter acontecido.

¹ DESCARTES – in: “Discurso do Método”.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

2. Devem-se confrontar diversas fontes entre si para que se possa harmonizá-las e tornar mais coerente o relato histórico.

3. As fontes escritas devem ser verificadas utilizando-se provas não literárias.

Assim, não pretendo catequizar ninguém com a presente pesquisa, apenas fornecer subsídios para questionamentos e incentivar ao aprofundamento da mesma.

Este distanciamento da subjetividade e, em muitas passagens, a omissão da minha opinião pessoal, tanto como pesquisador quanto como maçom, tem por objetivo evitar a contaminação do objeto de estudo, que é o fato histórico em si. Pois, ao analisar a História, não enquanto fato preciso e objetivo, que tem a verdade explícita no próprio fato, o pesquisador pode tender a interpretar a História tal como gostaria que fosse e não como ela de fato é, distorcendo a realidade e impedindo uma pesquisa fidedigna e verdadeira.

Para compor esta obra, durante mais de dez anos, pesquisei, estudei, meditei, comparei impressos e manuscritos, tradições orais, documentos maçônicos e papéis de Estado. Esforcei-me para tirar a limpo a verdade, separando-a do que pudesse obscurecê-la.

Estou ciente de que com o andar dos tempos e o encontro de novos subsídios, haverá, de certo, muito que modificar e depurar ainda nesta história. Na atualidade, porém, e auxiliando-me com as luzes que pude colher, julgo que a devo publicar como a senti, compreendi e imaginei. Mas, independente disso, rogo que você, caro leitor, sinta-se à vontade para me contar, criticar, corrigir, acrescentar, sugerir alterações e também para elogiar, sempre que assim julgar oportuno. Considero-me um eterno aprendiz, de modo que acredito que sempre haverá algo novo a aprender e que, como humano, também sou passível de erros e equívocos.

Sobre a pesquisa propriamente dita, cabe mencionar alguns pontos:

1. A imensa quantidade de nomes de personagens, maçons ou não, aqui expostos, reflete a necessidade de prestar a devida homenagem a todos que, de uma ou de outra, fizeram parte da “**Maçônica História do Brasil**”.

2. A igualmente ampla quantidade de citações de autores e historiadores reconhecidos, ao longo de toda obra, todas com a devida bibliografia apontada, algumas vezes um autor repetindo o outro, têm a exclusiva finalidade de legitimar e corroborar as informações aqui expressas.

3. A transcrição dos documentos antigos, nas citações e nos anexos, foi adaptada da linguagem utilizada na época para a linguagem atual, a fim de facilitar a leitura.

4. Por uma questão de tamanho, a presente obra foi dividida em dois volumes distintos, cronologicamente ordenados e que se complementam entre si:

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas da Pós-Independência à Redemocratização

Vol. I: Das Origens da Maçonaria Mundial à Independência do Brasil;

Vol. II: Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização.

Para finalizar, faço minhas as palavras do historiador e pesquisador maçônico Arci Tenório D’Albuquerque¹:

“Só compreendemos a História como um conjunto de investigações que nos levam a uma conclusão. E essa conclusão deve ser imperiosamente de acordo com a Verdade. Bem reconhecemos que, por vezes, algum fator, alheio à sua vontade, pode conduzir o historiador por caminhos tortuosos, de modo que, involuntariamente, ele pode chegar a resultados que não coincidem com a realidade. Se lhe apontam um equívoco, cabe, honestamente, retroceder, modificar a sua opinião e ajustar-se à verdade. Ao escrever este livro assumi o compromisso formal com a minha consciência de não trair a minha missão de escritor e de não perjurar no culto à Verdade”.

Isto posto, resta-me desejar-lhes uma boa leitura, rogando ao Grande Arquiteto do Universo que a mesma seja proveitosa e agradável!

¹ D’ALBUQUERQUE (1972, p.35).

INTRODUÇÃO

Para o verdadeiro maçom, a busca pelo conhecimento não é uma estação a que se chega depois de uma longa e extenuante viagem, mas uma espaçonave em eterno movimento numa viagem fascinante e sem fim, rumo à Luz da perfeição.

[Márson Alquati]

INTRODUÇÃO

Há um capítulo em branco na História do Brasil, e esse capítulo é o que se refere à Maçonaria, presente em todos os momentos decisivos e importantes de nossa Pátria. De nenhum relevante acontecimento histórico do Brasil, os maçons estiveram ausentes. Pelo contrário, da maioria deles foram os elementos propulsores.

No início do século XVIII, estruturou-se a Maçonaria, tomando os rumos que exigiam as condições políticas e sociais da época, criando-se, assim, a denominada “Maçonaria Moderna” que foi o refúgio daqueles que participavam dos movimentos liberais, onde não só encontravam proteção, mas os recursos para maior profundidade do trabalho de divulgação das novas ideias que floresciam. E a Maçonaria se expandiu por toda a Europa e nas Américas, fundando Lojas e clubes políticos, reunindo as personalidades mais eminentes, com a disposição decidida de combater, de todas as formas, o absolutismo naqueles tempos dominante; a exterminar a escravidão e os preconceitos; e promover, enfim, a libertação dos povos oprimidos. Assim, a Maçonaria, nitidamente política, sem, contudo, alterar os seus princípios básicos, espalhou-se pelas várias regiões do Globo, cumprindo fielmente o seu programa de libertação.

Na França, preparou a Grande Revolução que resultou na queda da Bastilha (1789). Em Portugal, banuiu o sistema absolutista imperante ao promover a Revolução Liberal de 1821. Na Itália promoveu a unificação do país e a separação entre Igreja e Estado. Na América do Norte, na América Espanhola e Brasil, seu objetivo foi promover as Independências das colônias europeias¹.

Foi no século XVIII e no começo do século XIX que o Brasil sofreu a fase mais terrível da dominação portuguesa. Nessa época, o território ainda se dividia em capitanias, administradas por governadores, praticamente autônomos, e com poderes absolutos, na sua grande maioria, cruéis e corruptos².

Enfim, ao observarmos o processo lento e gradual que levou o Brasil à Independência e, posteriormente, à Abolição da Escravatura, culminando na Proclamação da República; por mais de um século, percebemos a inquestionável influência exercida pelos maçons em todo o processo, desde a articulação das revoluções provinciais, o seu envolvimento nas questões religiosa e militar, e até a incansável luta dos maçons em prol de uma educação de qualidade, acessível, popular e gratuita; em prol da liberdade de imprensa e da tolerância religiosa, cujos

¹ GOMES (1975, p.35-36).

² GOMES (1975, p.35).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ideais se coadunam perfeitamente com os princípios máximos da Ordem: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

É sempre importante lembrar que na nossa História, seguramente, episódios de caráter pacifista, idealista e mesmo revolucionário, muitas vezes foram arquitetados e amadurecidos por aqueles que adquiriram conhecimentos hauridos dos ideais maçônicos. Desta forma, não se pode ignorar ou querer dissociar a influência da Maçonaria na evolução do contexto social, histórico e político do Brasil¹.

Em contrapartida, o determinismo histórico estabelece que nada acontece gratuitamente, que nada surge do nada – espontaneamente. Principalmente em se tratando de fatos históricos, um acontecimento, aparentemente isolado, está encadeado a uma série de outros acontecimentos. Nada tem a ver com destino, com fatalismo, com o “estava escrito”. O processo é outro: é a conexão universal prevalecendo sobre os acontecimentos, coordenando-os, direcionando-os e encadeando-os. E é baseado nesse determinismo histórico, que alinhamos este despretensioso trabalho de pesquisa sobre “*A Maçônica História do Brasil*”, onde procuramos demonstrar que cada evento relatado possui raízes nos movimentos e fatos que o antecederam.

E justamente por isso, entendemos que o nosso estudo da “*Maçônica História do Brasil*” deva começar por um breve apanhado da História da própria Maçonaria Universal.

¹ JUK (2015, p.14).

PARTE I

**AS REVOLUÇÕES
SEPARATISTAS DO PERÍODO
PÓS-INDEPENDÊNCIA**

Todas as verdades são fáceis de perceber depois de descobertas;

O problema é descobri-las.

[Galileu Galilei]

UMA BREVE INTRODUÇÃO ÀS REVOLUÇÕES SEPARATISTAS DO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

(DE INSPIRAÇÃO OU COM PARTICIPAÇÃO MAÇÔNICA)

D. Pedro I, após a Independência do Brasil, em 1822, governou o Império aos trancos e barrancos até 1831, quando, instado pelos graves fatos ocorridos em Portugal (a deposição de sua filha e a usurpação do trono português por seu irmão, D. Miguel); e paralelamente, pressionado pela insatisfação popular capitaneada pelos Liberais, que temiam um retrocesso no Brasil, abdicou do trono brasileiro em favor do seu filho D. Pedro II, então com cinco anos de idade, dando início a um dos períodos mais turbulentos de nossa história: as Regências.

D. Pedro partiu para Portugal em 1831 e nunca mais pôs os pés no Brasil, vindo a falecer em 1834. O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicou em favor de seu filho D. Pedro II; e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia¹. Nesta conjuntura, em 23 de novembro de 1831, o “Grande Oriente do Brasil” retornou às atividades no país.

Cabe lembrar que José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, cuja primeira Obediência foi o “Grande Oriente Brasílico”, fundado a 17 de junho de 1822. Embora, na época o pensamento dominante dos maçons brasileiros pendesse para a luta pela Independência política do Brasil, já existiam os que, a par dessa luta, preocupavam-se com a situação dos escravos negros. Fechado a 25 de outubro de 1822, pelo seu então Grão-Mestre, o Imperador D. Pedro I, que sucedera a José Bonifácio, o “Grande Oriente” agora como “Grande Oriente do Brasil”, ressurgiria em 1831, tendo, novamente, José Bonifácio como seu Grão-Mestre, numa época em que as pressões internacionais, inclusive maçônicas, iam se tornando cada vez mais fortes no sentido de abolir o tráfico de africanos². E em paralelo a tudo isso, o movimento republicano despontava como alternativa para a já desgastada monarquia.

Porém, em meio a tudo isso, houve um período de turbulências internas, com as chamadas “Revoluções Separatistas do Período Pós-Independência”, dentre as quais podemos destacar: a “Confederação do Equador”, a “Revolução de 07 de Abril de 1831” e a “Revolução Farroupilha”, todas as três de indiscutível influência maçônica e com intensa participação de maçons.

¹ ASLAN (1997, p.100).

² CASTELLANI (1998, p.31-32).

PARTE II

**A MAÇÔNICA CONFEDERAÇÃO
DO EQUADOR**

Ler os livros antigos e suas histórias é útil para aprendermos neles como julgar nossos próprios costumes, e para não considerarmos ridículo o que é diferente. Porém, nessas fábulas, podem aparecer coisas que não tenham ocorrido exatamente como as relatadas, porque mesmo as histórias mais fiéis omitem passagens menos dignas, isso quando não modificam seu valor para que sejam glorificadas.

[Descartes – in: “Discurso do Método”].

SOBRE A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

O clima intelectual na Europa em fins do século XVIII, notadamente as ideias francesas, serviram de paradigma para o pensamento maçônico no início do século XIX. Essas novas ideias começaram a influenciar a opinião culta maçônica que procurava lutar para livrar a sociedade de séculos de credulidade religiosa, superstições e opressão colonialista. Esse “Iluminismo Racional” renovou criticamente todo o conhecimento adquirido até então.

O desastre que resultou da Revolução Pernambucana de 1817, com o elevado número de mártires, não foi o suficiente para abater o moral dos revolucionários remanescentes. O heroísmo, daqueles que foram sacrificados, serviu para retemperar os ânimos dos que escaparam do martírio – como Frei Caneca, o Cônego Joaquim Antônio das Mercês, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, Abreu e Lima e tantos outros.

Este era o clima no início do século XIX, quando a Maçonaria brasileira, muito ligada à francesa, começava a se agitar em torno das lutas emancipatórias que iriam culminar com a Independência, em 1822, prosseguindo, sem trégua, no combate ao absolutismo de D. Pedro I que fechara a Ordem no mesmo ano, e no seguinte, dissolvera a Assembleia Constituinte para impor uma Constituição personalista.

E por conta disso, em 1824, foi a vez das províncias do Ceará, de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte se congregarem na revolta que passaria a ser conhecida como “Confederação do Equador”, um movimento separatista deflagrado em reação à arbitrária decisão de D. Pedro I de dissolver a primeira Constituinte brasileira.

Deste modo, no período compreendido entre a suspensão dos trabalhos do “Grande Oriente”, em outubro de 1822, e a abdicação de D. Pedro, a atividade maçônica foi bastante atenuada, embora não tenha parado totalmente, nem nos trabalhos das Lojas e nem na política.

Turbulências políticas não faltaram durante o reinado de D. Pedro I, sendo que o movimento revolucionário de 1824 visava congregar sob regime republicano – na chamada “Confederação do Equador” – as províncias do Nordeste, que se haviam rebelado contra os atos arbitrários do Imperador¹.

Assim, é lícito afirmar que a revolta de 1824, igualmente organizada e levada a termo por maçons, deu continuidade à “Revolução Pernambucana de 1817”, movimento de tendência nacionalista, no sentido de implantar a República em Pernambuco.

¹ (CARVALHO, 2016).

A DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Convocada em junho de 1822, a Assembleia constituinte encarregada de elaborar a primeira Constituição do Império do Brasil, somente seria instalada em 03 de maio de 1823, quase um ano depois. E apenas seis meses após a instalação seria novamente dissolvida, em 12 de novembro de 1823.

Entre a convocação, a instalação e a dissolução foram 18 meses de tumultos, em que as paixões políticas dos brasileiros foram expressas de forma desenfreada. As principais discussões giravam em torno do papel do Imperador.

Os chamados democratas apregoavam que a legitimidade e o poder do soberano eram delegados pelo povo brasileiro, de forma que D. Pedro I deveria se submeter à Constituição, ficando impedido de invocar o direito divino ou dinástico para exercer a autoridade de forma arbitrária. Esse grupo era composto pela ala liberal e mais radical da Maçonaria, como o advogado Joaquim Gonçalves Ledo, o Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o juiz português e senador José Clemente Pereira.

Um artigo publicado no jornal “Sentinela da Liberdade”, pelo maçom Cipriano Barata, reflete a posição dos partidários de Ledo, Januário e Clemente Pereira¹:

“Quem presta serviços, presta-os à nação e nunca ao Imperador, que é apenas uma parte da Nação. Nosso Imperador é um imperador constitucional e não o nosso dono. Ele é um cidadão que é imperador por favor nosso e chefe do Poder Executivo, mas nem por isso autorizado a arrogar-se e usurpar poderes que pertencem à Nação. Os habitantes do Brasil desejam ser bem governados, mas não submeter-se ao domínio arbitrário”.

Outra corrente, formada pelos maçons conservadores moderados liderados por José Bonifácio de Andrada e Silva, defendia que a autoridade do Imperador se sustentava por si mesma. Era, portanto, superior à Constituinte.

A primeira crise da Constituinte irrompeu antes mesmo da sua instalação. Estava relacionada à chamada cláusula do “juramento prévio”.

Em 17 de setembro de 1822, três dias após o retorno de D. Pedro da sua histórica viagem à São Paulo, José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, enviou uma circular às câmaras das demais províncias brasileiras. Gestado nas reuniões da Maçonaria fluminense, o documento propunha aclamar D. Pedro, Imperador do Brasil, no dia 12 de outubro. Mas havia uma ressalva importante: não seria um monarca qualquer, mas um “Imperador Constitucional”

¹ ARMITAGE (1981, p.92-93).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

cujos poderes estariam limitados por uma Constituição, à qual o soberano teria de jurar antes mesmo que fosse elaborada.

A ala moderada da Maçonaria, que tinha José Bonifácio à frente, discordava disso, pois não consentia que o Imperador jurasse, às cegas, uma Constituição que ainda nem existia. Conservador e autoritário, o ministro José Bonifácio usou mão de ferro para silenciar os adversários políticos, ordenando prisões e deportações, instituindo novamente a censura aos jornais e mantendo estrita vigilância sobre o grupo de Ledo, Clemente e Januário. Ameaçados e perseguidos, os radicais acabaram abrindo mão da cláusula do “juramento prévio”.

No entanto, logo surgiria uma segunda crise, relacionada ao direito de veto do Imperador a qualquer artigo da nova Constituição. O grupo de Bonifácio defendia o veto absoluto, pelo qual D. Pedro poderia anular ou modificar qualquer artigo da nova Constituição. Em sentido contrário, o grupo de Clemente Pereira e Gonçalves Ledo se opunha ferrenhamente a isso. Segundo pregavam, o Imperador não deveria ter direito de veto algum, cabendo-lhe cumprir, como qualquer outro cidadão brasileiro, o que a Constituinte determinasse. Já um terceiro grupo, mais moderado, propunha o veto suspensivo, pelo qual o Imperador poderia adiar por tempo indeterminado a aplicação do artigo com o qual não estivesse de acordo.

E essa divergência, jamais superada, acabaria se tornando a causa principal que levaria à dissolução da Constituinte, em novembro de 1823¹.

O gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva caiu em meados de julho de 1823. Segundo a historiografia oficial, uma das razões foi o Ministro ter trombado de frente com os interesses dos poderosos latifundiários e senhores de escravos, ao sugerir à Constituinte um projeto de lei que proibia o tráfico negreiro com posterior e gradual abolição da escravatura no Brasil. O projeto, que nem chegou a ser apresentado, compunha-se de um preâmbulo com 22 páginas e 32 artigos intitulado: “*Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*”.

Com a queda do Gabinete, Martim Francisco, irmão carnal de José Bonifácio, também foi demitido da pasta da Fazenda. Fora do Governo, Bonifácio e os irmãos imediatamente se bandearam para a oposição. Juntos criaram o jornal “O Tamoio”, através do qual passaram a fazer severas críticas ao governo, que não tardaria em reagir.

Voltando ao tema inicial, as horas que antecederam o fechamento da Constituinte passaram para a História como “A Noite da Agonia”. No dia 11 de novembro, os deputados declararam-se em sessão permanente, numa derradeira tentativa de resistir às pressões de D. Pedro

¹ GOMES (2010, p.217-218).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

e das tropas que cercavam o edifício. Os deputados passaram a noite em claro. Às 11 horas da manhã seguinte, o ministro Francisco Vilela Barbosa, coronel do Exército entrou no recinto, fardado e com a espada na cintura. O deputado maçom Francisco Gê Acayaba de Montezuma perguntou quais eram as exigências do Imperador, ao que prontamente respondeu o ministro Vilela: “*restrição à liberdade de imprensa e expulsão dos Andrada da Constituinte*”.

Os deputados recusaram. Duas horas depois chegou um oficial com a ordem do Imperador. A Assembleia estava dissolvida porque, segundo a justificativa de D. Pedro, “*perjurara ao seu solene juramento de salvar o Brasil*”.

Na saída, 14 deputados foram presos. Entre os quais se encontravam os três irmãos Andrada, que seriam deportados para a França¹.

A NOVA CONSTITUIÇÃO E O PODER MODERADOR

Na declaração de dissolução da Constituinte, D. Pedro I prometeu dar ao Brasil uma Constituição “*duplicadamente mais liberal do que a que a extinta Assembleia tinha acabado de fazer*”.

E foi o que aconteceu. A primeira Constituição brasileira, outorgada pelo Imperador no dia 25 de março de 1824, era uma das mais avançadas da época na proteção dos direitos civis. Foi a mais duradoura Constituição brasileira até agora. Sucumbiu apenas em 1891, substituída pela primeira Constituição republicana.

Uma das novidades da nova Constituição de 1824 era a liberdade de culto. O catolicismo continuava como religião oficial do Império, mas, pela primeira vez, adeptos de outras crenças poderiam professar livremente a sua fé. A Carta Magna também assegurava plena liberdade de imprensa e de opinião. E ninguém poderia ser preso sem culpa formada em inquérito policial, nem condenado sem amplo direito à defesa. Contudo, excluía dos direitos políticos os escravos, os índios, as mulheres, os analfabetos, os menores de 25 anos e os pobres em geral².

A maior de todas as novidades, no entanto, foi a criação do chamado “Poder Moderador” que seria exercido exclusivamente pelo Imperador, constituindo-se na prática, como um quarto poder, que se sobrepunha aos outros três. Inspirado nas ideias do pensador franco-suíço e maçom Henri Benjamin Constant de Rebeque, a nova Constituição era uma tentativa do go-

¹ SOUZA (1960, p.92-93).

² GOMES (2010, p.219).

verno de conciliar a monarquia com a liberdade e os direitos civis¹.

O artigo 98, parágrafo VI, daquela Constituição afirmava que: “*o Poder Moderador é a chave de toda a organização política, delegado privativamente ao Imperador que, nessa condição, é o responsável pela manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia entre os poderes públicos*”. E o artigo seguinte afirmava: “*A pessoa do Imperador é inviolável; e sagrada. Ele não está sujeito à responsabilidade alguma*”.

Lidos ao pé da letra, esses dois artigos juntos davam a nítida impressão de que D. Pedro manteria a condição de monarca absoluto, pois entre as atribuições do Imperador estavam a faculdade de nomear e demitir livremente os ministros, dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições parlamentares a qualquer momento. Tanto é verdade que entre 1824 e 1889, D. Pedro I e D. Pedro II invocaram o “Poder Moderador” 12 vezes para dissolver a Câmara – uma vez a cada cinco anos, em média².

AS CAUSAS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Com a Independência do Brasil, os pernambucanos passaram a temer a possibilidade de substituir a opressão da metrópole portuguesa pela tirania de um governo autoritário no centro do país. Os federalistas pernambucanos, muitos dos quais também eram maçons, defendiam que o Brasil deveria ser constituído de províncias mais ou menos autônomas como nos EUA. Cada uma teria seu próprio presidente, parlamento, forças armadas, orçamento e tesouro, entre outras prerrogativas³.

O governo, ao contrário, preconizava dirigir a nação de forma monárquica, baseada em uma forte centralização de poder no Rio de Janeiro, com a desculpa de que com isso estaria evitando o risco de fragmentação territorial.

E em razão dessas divergências, Pernambuco aderiu com muita relutância à causa de D. Pedro em 1822. A condição para a adesão era que o Imperador mantivesse a sua promessa de convocar a Assembleia Constituinte e aceitar as suas deliberações.

O padre Joaquim do Amor Divino Caneca, mais conhecido como Frei Caneca, reconhecido maçom e líder dos federalistas pernambucanos, que por conta da participação na “Revolução Pernambucana de 1817”, ficara preso na Bahia até 1821, afirmava⁴:

¹ LIMA (1989, p.65).

² LIMA (1965, p. 65).

³ MELLO (2004, p.30).

⁴ MELLO (2001, p.345).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

“Sem representação nacional, sem Cortes soberanas que formem a nossa Constituição, não há Império. Debaixo dessa condição é que aclamamos Sua Majestade”.

Assim, o movimento teve voz própria através da imprensa, com Frei Caneca publicando inúmeros artigos de teor crítico ao que denominava “*autoritarismo despótico*” do Imperador no jornal local “Typhis Pernambucano”.

Em sua opinião, em 1824, o Brasil tinha todas as condições para formar um Estado Republicano e Federativo. E só não o fizera ainda devido à confiança dos brasileiros no juramento do Imperador de respeitar a Constituinte. O que perdurou até o momento em que a mesma foi dissolvida em 1823 e D. Pedro apresentou uma nova Constituição em 1824, em que instituiu o “Poder Moderador”.

A dissolução da Assembleia, além de confirmar as suspeitas dos pernambucanos que recaíam sobre a índole autoritária do Imperador, significava, com todas as letras, que o pacto havia sido quebrado.

Nas palavras de Frei Caneca:

“Está dissolvido o pacto, e o Brasil seguirá o seu destino através da mais sanguinolenta guerra. Do Rio de Janeiro, nada, nada; não queremos nada!”.

O padre-maçom parodiava a carta em que D. Pedro escrevera as mesmas palavras ao pai D. João VI em relação à Portugal. Em outro momento, Frei Caneca redigiu um brilhante e corajoso parecer criticando as atitudes do Imperador, cujas palavras transcrevemos a seguir¹:

“Uma Constituição não é outra coisa que a ata do pacto social que fazem entre si os homens quando se ajuntam e associam para viverem em reunião ou sociedade. Esta ata, portanto, deve conter os que governam e os governados, pois que, sem governo, não pode existir sociedade. É princípio conhecido por Sua Majestade, que a soberania, isto é, aquele poder sobre o qual não há outro, reside na nação essencialmente. Portanto, como Sua Majestade Imperial não é nação, não tem soberania, nem comissão da Nação Brasileira para arranjar esboços de Constituição e apresentá-los; não vem com este projeto de fonte legítima e, por isso, se deve rejeitar por exceção de competência. Muito principalmente quando vemos que estava a representação nacional usando de sua soberania em constituir a Nação; e Sua Majestade, pelo mais extraordinário despotismo e de uma maneira, a mais hostil, dissolveu a soberana Assembleia e se arrogou o direito de ‘projetar constituições’”.

Ao mesmo tempo, o jornalista e maçom baiano Cipriano Barata disparava²:

¹ FAGUNDES (1975, p.172-173).

² MELLO (2004, p.152).

“Pernambuco não abaixará a cabeça aos atos de força do Imperador porque o povo está vigilante e não é besta como o da Bahia”.

A proclamação da “Confederação do Equador”, portanto, foi uma consequência direta da dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 e da criação do “Poder Moderador” em 1824, gestada e levada às vias de fato no seio das sociedades “secretas” pernambucanas, ou seja, no interior das adormecidas – mas não mortas – Lojas Maçônicas daquela inquieta província, que encontraram no movimento uma forma indireta de se vingarem do Imperador por ter fechado o “Grande Oriente” dois anos antes, em outubro de 1822.

OS ANTECEDENTES DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

O ideal federalista esteve presente em quase todas as nossas revoluções do século XIX. Desejava-se, então, uma maior liberdade administrativa e política para as províncias e, consequentemente, a extinção do centralismo do governo imperial. Era uma ideia tão boa que conseguia reunir, sob uma mesma bandeira, os monarquistas liberais e os republicanos.

Como marco inconfundível desse período, cultuando a memória daqueles que tombaram pela liberdade da nossa Pátria, durante as revoluções anteriores, principalmente a “Revolução Pernambucana de 1817” ficou a escola que o cirurgião Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto abriu em sua casa, em Igarauçu, e que, em 1821, reinstalou como Loja Maçônica, dando-lhe o nome de “Seis de Março de 1817”, em homenagem à data inicial da referida Revolução.

Sobre as cabeças dos pernambucanos pesava a mão de ferro de Luiz do Rego, então governador da Província. Em 21 de julho de 1821, o governador escapou de um tiro desfechado contra ele pelo maçom João do Souto Maior, pertencente ao quadro da Loja Maçônica “Seis de Março de 1817”. E exatamente um mês depois, a Loja foi fechada. Vicente Ferreira Guimarães Peixoto, na época Venerável da mesma e seus companheiros foram presos e deportados para Lisboa, a bordo do brigue “Intriga”.

E somente depois da proclamação da Independência foi que eles puderam retornar ao Brasil. Imediatamente, Guimarães Peixoto reinstalou a Loja “Seis de Março de 1817”, persistindo no sonho da República. Essa Loja funciona até hoje em Recife.

Dessa Loja foi que partiu, no mesmo ano de sua reinstalação, um novo movimento contra as autoridades constituídas, chefiado pelo seu fundador e Venerável¹.

Na verdade, os remanescentes de 1817, embora derrotados, ainda guardavam em seus

¹ FAGUNDES (1975, p.165).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

corações a antiga bandeira. E assim que a Loja foi reinstalada, lá estavam, além de Guimarães Peixoto, os irmãos Manuel e Francisco de Carvalho Paes de Andrade, Gervásio Pires Ferreira, Frei Caneca, Padre Venâncio Henriques de Rezende, e muitos outros maçons sobreviventes da antiga revolução¹.

A semente do sangue derramado em todo o Nordeste brasileiro pela “*Revolução Maçônica dos Padres*”, em 1817, não tinha sido abafada com a violenta repressão desencadeada pelo governo, de forma que continuou germinando para frutificar novamente a partir de 1821².

D. Pedro, depois de dissolver a Constituinte em 1823, nomeou para o governo de Pernambuco o Cabo Francisco Pais Barreto, ex-revolucionário de 1817, convertido agora à causa monárquica constitucional, e ferrenhamente decidido a fazer valer, a todo custo, os atos considerados autoritários e despóticos do Imperador, que tinham ferido a suscetibilidade democrática dos seus conterrâneos, como por exemplo: a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga de uma nova Constituição feita sob a sua orientação pessoal, negando aos constituintes legalmente eleitos o direito de debatê-la.

A nomeação de Pais Barreto visava frustrar um possível movimento subversivo e afastar do governo da província a Junta presidida por Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Este, porém, apoiado pelos conterrâneos, recusou-se a permitir a posse ao futuro Marquês de Recife. Em nome da Junta representou a D. Pedro, em termos de alto senso patriótico que ao escolhido faltava força moral, de modo que ao monarca caberia nomear outro, que merecesse a confiança do eleitorado pernambucano. E que eles resistiriam ao “*restabelecimento do antigo e sempre detestável despotismo; e não elegeriam deputados à nova Assembleia, porque o mandato concedido aos atuais subsistia*”.

Apoiado por uma parte da guarnição de Recife, Pais Barreto chegou a assumir o governo, mas poucas horas depois Paes de Andrade reassumiu, por força da maioria revolucionária.

D. Pedro ainda tentou resolver o problema nomeando outro Governador – José Carlos Mayrink da Silva Ferrão – mas este jamais chegou a assumir.

A revolução estava desencadeada, com a recusa das Câmaras de Recife e Olinda de jurar à Constituição e com a província pegando em armas³.

A ECLOSÃO DO MOVIMENTO

¹ FAGUNDES (1975, p.165).

² FAGUNDES (1989, p. 172).

³ FAGUNDES (1975, p.166).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Foi no Nordeste que o movimento eclodiu em primeiro lugar, através de Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Cipriano José Barata de Almeida e Frei Caneca, além do mestiço José da Natividade Saldanha¹.

Logo após ter D. Pedro I outorgado a Constituição de 25 de março de 1824, explodiu em Pernambuco a revolução republicana conhecida como “Confederação do Equador”, com o propósito de transformar cada província em um estado independente, formando esses estados uma união de repúblicas numa espécie de federação, à exemplo do que fora feito nos Estados Unidos da América do Norte.

Organizada e posta em execução pela Maçonaria, teve esta revolução como mentor o maçom Manuel de Carvalho Paes de Andrade². Filho de um funcionário público português, Paes de Andrade era um rico comerciante e fazendeiro, maçom tal qual Frei Caneca, Cipriano Barata e inúmeros outros revolucionários pernambucanos. Depois da derrota em 1817, tinha se refugiado nos EUA, cujas ideias políticas o encantaram de tal maneira que batizou as suas três filhas com nomes de estados americanos: Carolina, Filadélfia e Pensilvânia. Detestava os portugueses. Eleito presidente da província de Pernambuco em 1823, Paes de Andrade logo entrou em choque com o Imperador que no dia 25 de novembro de 1823 havia nomeado outro presidente para a província, Francisco Pais Barreto, futuro Marquês do Recife, dono de um engenho na Mata Sul. Novamente reunido, em 08 de janeiro de 1824, o “Grande Conselho” rebelou-se contra a nomeação e manteve Paes de Andrade no cargo, exigindo também que D. Pedro I cancelasse a dissolução da Assembleia Constituinte e chamasse de volta todos os deputados eleitos, incluindo o grupo que havia sido preso e deportado.

D. Pedro ainda tentou apaziguar os ânimos, substituindo Pais Barreto pelo mineiro José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que tendo em vista a conjuntura do momento, recusou o cargo. E assim, o primeiro semestre de 1824 foi inteiramente dedicado à preparação da guerra em Pernambuco.

Paes de Andrade mandou capturar quatro embarcações, dois brigues e duas escunas da marinha imperial que se encontravam em águas da província. Um deles, o brigue de guerra “*Independência ou Morte*”, foi imediatamente rebatizado para “*Constituição ou Morte*” em uma clara alusão aos princípios defendidos pelos revoltosos³.

No dia 02 de julho, os líderes do movimento lançaram um manifesto rompendo com o Rio de Janeiro. Logo a seguir anunciaram a formação de uma República – “Confederação do

¹ FAGUNDES (1989, p. 172).

² GOMES (1975, p.101).

³ GOMES (2010, p.230-231).

Equador” – e convidaram as províncias do Norte e Nordeste a aderir na constituição de um país “*análogo ao sistema americano*” e não mais seguindo o exemplo da “*encanecida Europa*”¹. Nesta data, ele lançou três proclamações veementes: uma aos brasileiros do Norte, uma aos baianos e a última aos alagoanos. Nelas, D. Pedro era pintado como “*traidor e tirano, defensor perpétuo do Rio de Janeiro, só cuidando do Pão de Açúcar, europeu desafortado e imperador criminoso*”. Aos habitantes (leia-se maçons) da Bahia convidava para formarem uma robusta “cadeia de união” com as províncias do Norte².

Proclamada a república, o movimento rapidamente obteve a adesão das outras províncias nordestinas³. E a “Confederação do Equador” logo alastrou-se. Para o Norte foram enviados emissários a fim de conseguir novos adeptos para a revolução, principalmente entre os membros da Maçonaria.

A província que mais apoiou os pernambucanos na “Confederação do Equador” foi o Ceará. No começo de 1824, ao ficarem sabendo da dissolução da Constituinte, as Câmaras de Quixeramobim e Icó proclamaram a república e declararam D. Pedro destronado. Ainda no Ceará, os maçons revolucionários conseguiram fazer com que a Câmara e o Paço do Conselho depusessem o Governador Pedro José da Costa Barros nomeado por D. Pedro e elessem Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras, ambos maçons, heróis da “Revolução de 1817” e da expulsão dos portugueses do Piauí e do Maranhão na “Guerra da Independência”.

Em agosto de 1824, Alencar Araripe confirmou a sua adesão ao movimento ao escrever a Paes de Andrade⁴: “*Está feita a nossa íntima união, quer de reciprocidade de sentimentos, quer de riscos e perigos*”.

E então, a Paraíba e o Rio Grande do Norte também aderiram ao movimento. Em pouco tempo, a fronteira da nova nação compreendia todos os territórios situados na margem esquerda do Rio São Francisco, de Alagoas até o Maranhão.

A essas medidas, D. Pedro prontamente respondeu, em 26 de julho, suspendendo as garantias constitucionais nas Províncias rebeladas ao mesmo tempo em que despachava as tropas legalistas para debelar o movimento.

Enquanto isso, Paes de Andrade preparava-se para a luta mobilizando corpos de milícias, abrindo o recrutamento geral, criando vários corpos de guerrilha e improvisando uma reduzida

¹ MELLO (2001, p.39).

² FAGUNDES (1975, p.168).

³ GOMES (1975, p.102).

⁴ MONTEIRO (1982, p.97).

esquadra naval, com os dois brigues e as duas escunas de guerra capturadas.

A REPRESSÃO VIOLENTA DO IMPERADOR

A reação de D. Pedro, ao tomar conhecimento da proclamação da “Confederação do Equador”, foi imediata e devastadora. O Imperador suspendeu as garantias constitucionais; e, para combater os revolucionários, enviou tropas por terra e por mar, que tinham como comandante do Exército, o coronel maçom Francisco de Lima e Silva e da esquadra naval, Lord Cochrane.

As forças imperiais, depois de sangrentas lutas, venceram os revoltosos, sendo estes julgados por um tribunal militar e condenados à morte, juntamente com Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Caneca), Padre Mororó (Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo) e outros revolucionários brasileiros, além dos estrangeiros João Guilherme Ratcliff (português) e João Metrovich (maltês). Ressaltando-se que todos os citados eram maçons¹.

Sobre a repressão do governo imperial aos confederados, o historiador Morivalde Calvet Fagundes² fornece maiores detalhes:

“D. Pedro, desde o Rio de Janeiro, prepara uma repressão violenta. Com um decreto suspende as garantias constitucionais em Pernambuco e com outro cria as famosas ‘comissões militares’, para processar sumariamente os cabeças da facção de Paes de Andrade. Diz esse decreto: ‘[...] Hei por bem, com o parecer de meu Conselho de Estado, ordenar que semelhantes réus sejam sumaríssima e verbalmente processados em uma comissão militar, que só para o fim do presente será criada e composta do Coronel Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) como Presidente, e, em sua falta, da patente maior que houver no exercício; e dos vogais que o mesmo nomear, sendo relator um juiz letrado, que legalmente nomeará’. O decreto estava datado do Paço, 26 de julho, e continha a rubrica do Imperador e a assinatura de Clemente Ferreira França. Em 02 de agosto partiu do Rio uma divisão naval, composta de uma nau, uma corveta, um brigue e dois transportes, sob o comando do Almirante Cochrane, conduzindo 1.200 homens sob o comando de Lima e Silva. A 13 de agosto chegou a Recife, em cujo porto fundeou, estabelecendo o bloqueio”.

Nesta altura, o novo Estado já estava constituído. Adotara a Constituição da Colômbia (numa espécie de entrelaçamento universal da revolução maçônico-republicana) e criara a sua

¹ GOMES (1975, p.102).

² FAGUNDES (1975, p.169).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

própria bandeira: azul, branca e vermelha; contendo no centro um quadrado com dois círculos concêntricos inscritos um no outro e no meio do menor uma cruz; nos lados externos do quadrado ramos de algodão e de cana; e no círculo maior, a legenda “*Religião, Independência, União e Liberdade*”¹.

Em um mês a revolução estava esmagada. Em 11 de setembro Francisco de Lima e Silva entrou no Engenho Suassuna, onde funcionara a “Academia” de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, egresso do “Areópago de Itambé”, ambos os locais reconhecidos como antigos focos da Maçonaria revolucionária.

A capital pernambucana foi ocupada no dia seguinte, 12 de setembro de 1824.

Paes de Andrade se refugiou a bordo de uma fragata inglesa, na qual partiria para o exílio na Inglaterra e mais tarde seria perdoado. O que não aconteceu com os outros líderes do movimento.

Com o que restava do esfarrapado exército da Confederação, Frei Caneca empreendeu uma longa jornada pelo sertão nordestino rumo ao Ceará. Foi interceptado e preso no dia 29 de novembro. Junto com outros quinze confederados – 10 pernambucanos e 05 cearenses – foi condenado à morte.

Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo (Padre Mororó), era muito bem relacionado no Ceará, além de um patriota capaz de, pela grandeza da Pátria, afrontar as mais perigosas situações. Por sua participação na “Confederação do Equador” foi executado no dia 30 de abril de 1825².

Testemunhas da época afirmam que o próprio Padre Mororó indicou aos soldados do pelotão de fuzilamento o alvo para a pontaria, cruzando as mãos sobre o peito e gritando em alto e bom tom “*Tiro certo, que não me deixe sofrer muito*”, ao que os soldados atenderam. A pontaria foi tão precisa que as balas decepavam-lhe três dedos das mãos, ainda cruzadas sobre o peito e o padre instantaneamente tombou sem vida.

Presos, João Guilherme Ratcliff, João Metrovich e Joaquim Loureiro, foram mandados para o Rio, a fim de serem processados. Embora a responsabilidade destes indiciados resultasse de provas levemente comprometedoras, D. Pedro, para atemorizar o Império, ordenou uma formação de culpa severíssima³.

Ali estavam os últimos ecos da “Confederação do Equador”, condenados, e tal como lhes ditara a sentença: “[...] *que sejam, com baraço e pregão, levados pelas ruas públicas ao*

¹ FAGUNDES (1975, p.169).

² GOMES (1975, p.103).

³ GOMES (1975, p.106).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

lugar da forca, onde morrerão de morte natural”¹.

João Guilherme Ratcliff, maçom português, participou ativamente da “Revolução Liberal do Porto” de 1820. Com o retorno de Portugal ao regime absolutista, vira-se Ratcliff tenazmente perseguido, conseguindo, à custo, fugir para o Brasil. As mais enternecedoras implorações foram feitas ao Imperador em seu favor. Tudo em vão, pois D. Pedro queria a execução de Ratcliff, assim como de todos os demais rebeldes, de nada valendo o profundo empenho em que se houveram os maçons no sentido de obter o perdão imperial².

Consta que muita gente intercedeu em favor de Ratcliff, mas o Imperador manteve-se irredutível. A Maçonaria pressionou os ministros e o próprio Monarca, mas foi tudo em vão. Como último recurso a Ordem lançou mão da Marquesa de Santos, a cujos pedidos D. Pedro costumava atender. Já no dia da execução, formou-se uma comissão, a cuja frente seguia o Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, cirurgião imperial e futuro Barão de Inhomirim. A comitiva dirigiu-se para o palacete da Marquesa, onde D. Pedro passava agora dias inteiros, despachando com ministros os negócios do Estado. Após recebê-los, a Marquesa prontificou-se a pedir o perdão ao Imperador, mas este trancou-se no quarto, indiferente às repetidas batidas na porta e às súplicas de sua amante. Por fim, um bilhete apareceu pelo buraco da fechadura. A Marquesa abriu e leu o pequeno texto manuscrito pelo próprio Monarca e que continha apenas duas palavras: “*É tarde*”.

De fato, era tarde. Nesta hora, Ratcliff já tinha sido executado, mas não sem antes virar-se para o povo que assistia a sua execução e exclamar com voz forte e serena:

“Morro pela causa da Liberdade! Praza aos céus que o meu sangue seja o último que se derrame no Brasil por motivos políticos!”.

Infelizmente, os céus não o atenderam, pois, muito sangue ainda haveria de correr pelo mesmo motivo no Brasil³.

O sacrifício de Ratcliff, Metrovich e Loureiro – escreve Viriato Correa⁴ – mostrava a desgraçada disposição do Imperador para com os réus da “Confederação do Equador”.

Como punição pelo levante, Pernambuco, que já havia perdido o território de Alagoas ao término da “Revolução de 1817”, desta vez, como resultado da “Confederação do Equador”, por decisão de D. Pedro I, perdeu a comarca do São Francisco, que na época correspondia a 60% do seu território, transferida provisoriamente para a província de Minas Gerais. Três anos

¹ GOMES (1975, p.106).

² GOMES (1975, p.106).

³ FAGUNDES (1975, p.178).

⁴ (CORREA, 1921).

mais tarde a comarca seria incorporada à Bahia, onde permanece até hoje¹.

O FIM DO GRANDE MAÇOM FREI CANECA

Movimento de nítida inspiração maçônica, a “Revolução de 1824” teve como um dos seus principais líderes, Frei Caneca – Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca –, frade carmelita, maçom e republicano, que já havia sido um dos expoentes da “Revolução Pernambucana” de 1817 e que, entre dezembro de 1823 e agosto de 1824, fez intensa pregação republicana em 29 números do periódico “Typhis Pernambucano”, jornal republicano que publicou no Recife, desferindo acirrada campanha contra o Imperador, desde a dissolução da Constituinte e a imposição da Constituição de 24 de fevereiro de 1824².

Frei Caneca, por ter participado da revolução de 1817, esteve preso, na Bahia, até 1821, quando por conta da “Revolução Liberal do Porto” foi posto em liberdade. Foi um dos líderes da “Confederação do Equador”. Frei Caneca não foi só intelectual, foi também um homem de ação heroica.

Logo após a ocupação de Recife pelas tropas de Lima e Silva, o padre-maçom retirou-se, em companhia de seus amigos e compatriotas revolucionários para o interior do Ceará, onde pretendia reorganizar-se para ficar em condições de resistir, e até mesmo de atacar.

Seu único erro foi o itinerário escolhido, que não os livrou do inimigo. A demanda através do interior do Ceará, em penosa jornada e lutando contra tudo – inimigo, traição, falta de munição, terreno inóspito, fome e sede – chegou a contar com três mil pessoas comandadas pelo padre-maçom. A *via-crúcis* durou de 16 de setembro a 29 de novembro de 1824 (74 dias de intenso sofrimento e provações). Muitos dos seus seguidores sucumbiram; entre eles João Soares Lisboa, antigo dirigente do “Correio do Rio de Janeiro” que havia aderido ao movimento dos confederados e era fiel companheiro de Frei Caneca no “Typhis Pernambucano”.

Sobre essa demanda pelo interior, Francisco de Assis Carvalho³ fornece mais detalhes:

“O que restava das forças revolucionárias, muito fracas para atacar as cidades, percorre o sertão, passando por Goiana e seguindo depois para o Poço Comprido, onde novamente se detém para deliberar. Surge então a ‘Divisão Constitucional da Confederação do Equador’, que permaneceu durante 71 dias percorrendo o interior pernambucano, atravessando o Rio Grande do Norte e o Ceará, alternando os momentos de fuga e de silêncio com

¹ SOBRINHO (1950, p.04).

² (CARVALHO, 2016).

³ CARVALHO (1996, p.175).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

as emboscadas”.

Pelos planos revolucionários, o Ceará seria o centro da resistência da “Confederação do Equador”. No entanto, tudo falhou quando alguns elementos que os acompanhavam passaram para o lado dos imperiais e os delataram.

Finalmente, em 29 de novembro de 1824, a coluna foi cercada pelas tropas legalistas que lhe impuseram a rendição prometendo segurança, justiça e clemência. Os homens depuseram as armas; e ali, outra república terminava. Outra revolução fracassava¹.

Com Frei Caneca, foi preso o Cônego Antônio Joaquim das Mercês, igualmente maçom ativo, Venerável Mestre da Loja “União e Segredo” de Salvador. Ambos foram remetidos para Recife e mantidos incomunicáveis, em um calabouço tão pequeno que antes servia de armário para guardar as cabeças dos enforcados.

Na prisão, Frei Caneca podia orgulhar-se de haver seguido à risca o que recomendara aos pernambucanos na última edição do “Typhis Pernambucano”, publicada em 05 de agosto de 1824²:

“Quando a Pátria está em perigo, todo cidadão é soldado e todos se devem adestrar nas armas, para rebater o inimigo agressor. Não é bastante que vosmecês, na ocasião do aperto maior, saiam de suas casas com algumas pistolas ou facões ou outras quaisquer armas, sem disciplina, sem ordem e sem chefe hábil nos negócios da guerra; um tal estado só pode causar a confusão e a desordem”.

No dia 18 de dezembro de 1824 começou o julgamento de Frei Caneca, juntamente com Francisco de Souza Rangel, o Major Agostinho Bezerra Cavalcanti e o Capitão Lázaro Fontes. Como D. Pedro havia dado ordem explícita para que fossem executados todos os réus que estivessem sentenciados pela Comissão Militar como chefes e cabeças da revolução, todos os quatro foram condenados à pena capital.

Frei Caneca foi tirado do cárcere no dia 10 de janeiro de 1825 para ouvir a sentença que o condenava à morte por enforcamento. Dois dias depois foi levado ao patíbulo, após se confessar e comungar com o seu provincial, Frei Carlos de São José.

Neste momento aconteceu um fato inusitado: não foi encontrado ninguém que quisesse servir de carrasco ao Frei, nem sob promessas, ofertas de dinheiro ou graves ameaças. Como os carrascos oficiais se negaram, três presos foram consultados sob promessa de receberem indulto de seus crimes, mas todos se recusaram ao funesto papel, palpável era o respeito que

¹ CARVALHO (1996, p.166).

² FAGUNDES (1975, p.174).

tinham pelo condenado. Sem alternativa, a Comissão Militar teve que rever a pena, que acabou sendo convertida em fuzilamento. Testemunhas da época relatam que o próprio Frei Caneca indicou ao alcaide a maneira mais fácil de amarrá-lo ao poste. E, em seguida, gritou com voz firme e clara aos soldados que formavam o pelotão de fuzilamento:

“Amigos, peço que não me deixem padecer por mais tempo...”.

O historiador Manoel Gomes¹ assim se refere ao grande herói:

“A partir de 1823, Frei Caneca desenvolveu vibrante campanha política através de seu jornal ‘Typhis Pernambucano’. Preso no Ceará, em 1824, foi submetido à julgamento e condenado à morte por enforcamento. Ocorreu, porém, que na ocasião não houve carrasco que se prestasse para enforcá-lo, razão por que foi a sentença reformada para fuzilamento, a qual se cumpriu a 13 de janeiro de 1825, demonstrando Frei Caneca extraordinária serenidade e coragem”.

Sobre a morte de Frei Caneca, relata Sebastião Vasconcelos Galvão² que na manhã de 13 de janeiro de 1825, dia da execução de Frei Caneca, as tropas ocuparam as principais ruas e cruzamentos da cidade do Recife. O objetivo era impedir qualquer manifestação popular. Conta ainda o referido pesquisador que:

“O padre dormia profundamente quando o capelão foi chamá-lo na cela em que estava recolhido. Antes de subir ao patíbulo, foi submetido a um humilhante ritual de destituição das ordens sacras, em que postado diante de uma espécie de altar improvisado e sob a vigilância dos soldados que formavam um círculo ao seu redor, foi paramentado com todas vestimentas usadas na celebração da missa; para em seguida, dois padres retirarem, um a um, os paramentos, até deixá-lo apenas de calça e camisa, como um simples civil. Levado para cima do patíbulo, de onde pendia a corda da forca, três carrascos sucessivamente se recusaram a executá-lo. Ao saber disso, a comissão militar presidida por Francisco de Lima e Silva mandou que fosse ‘arcabuzado’ (fuzilado com tiros de arcabuz) ao lado do muro do Forte das Cinco Pontas”.

E assim morreu o heroico padre-maçom, logo na primeira descarga dos mosquetões. Recolhido num humilde caixão de madeira e sem ornamentos, pelos padres carmelitas, o corpo foi sepultado em uma das catacumbas da ordem.

Frei Caneca morreu se comprazendo com outra das suas famosas citações, publicada no “Typhis” de 18 de fevereiro de 1824 que de forma profética proclamava que “*não aspira a*

¹ GOMES (1975, p.104-105).

² GALVÃO (2006, p. 185-191).

outra glória, o cidadão benemérito, que a sobrevivência na memória da posteridade”.

Neste particular, sem dúvida, o aguerrido padre-maçom sagrou-se vencedor.

Coincidência ou não, no mesmo ano da execução de Frei Caneca, 1825, Portugal finalmente reconheceu a Independência do Brasil.

ALGUMAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do processo revolucionário da “Confederação do Equador”.

Gustavo Barroso¹:

“As Lojas orientadas por Francisco Miranda, e que haviam lutado pela emancipação dos países sul americanos sob regime republicano, ainda não haviam adormecido. Os brasileiros, especialmente os nordestinos, não se haviam ajustado à nova ordem das coisas. Com eles, a Maçonaria. Conspirava-se nas Lojas, disfarçadas em clubes e academias. Preparava-se, então, a revolução de 1824, na qual a Maçonaria influiu decisivamente, podendo mesmo ser responsabilizada pelos acontecimentos que passaram à história com o nome de ‘Confederação do Equador’”.

Ainda do mesmo autor²:

“A ‘Confederação do Equador’ nada mais foi do que a quarta fase da revolução claramente maçônica que se vinha preparando para o raiar do século”.

Ulisses de Carvalho Brandão³:

“A Maçonaria foi, em todo o Brasil, um maquinismo de excelentes molas, em cujos centros compressores, as nucleações do país encontravam os elementos para a expansão e para a realização, não só das ideias de liberdade e de independência, como as de autonomia e de república”.

Francisco de Assis Carvalho⁴:

“Sabe-se hoje que em Pernambuco, no século que expirou, a luta pela liberdade partiu do seio das sociedades secretas, dos lábios dos adeptos da Maçonaria para os ouvidos da multidão”.

¹ (BARROSO, 1939).

² (BARROSO, 1939).

³ BRANDÃO (1924, p.159).

⁴ CARVALHO (1996, p.169).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Adauto Barreto¹:

“Muito devem ter-se falado dos próceres daquele movimento, seus idealizadores e principais atores. Porém, sabemos da sua condição de ‘pedreiros-livres’ e que foi esse grande e incomparável ideal de construtores da humanidade que lhes aqueceu o trabalho de conspiração, que lhes deu forças para os combates, que lhes deu sabedoria na feitura das leis, embora efêmeras, que lhes encheu de estoicismo e coragem diante daqueles que tinham ordens de espingardeá-los ‘como a lobos’, em obediência às instruções tirânicas do Governo”.

Padre João Ribeiro²:

“A cultura espiritual, frutificando num meio colonial que tendia a nacionalizar-se numa marcha agora acelerada e numa época de transformação mental como essa, não podia deixar de conduzir as inteligências à solução da Independência, sob a forma democrática que era a solução nas sociedades secretas do Velho e do Novo Mundo, nas quais, a par da Liberdade, se ensinavam a Igualdade e a Fraternidade”.

¹ BARRETO (1996, p.17 – in: “Arcópagos de Itambé 200 Anos”).

² (LIMA, 1972).

PARTE III

**A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO
DE 07 DE ABRIL 1831**

*Não aspira a outra glória o cidadão benemérito,
que a sobrevivência na memória da posteridade.*

[Frei Caneca].

A REVOLUÇÃO DE 07 DE ABRIL (1831)

Não há efeito sem causa. E um governo cai legitimamente quando ele se divorcia do sentimento nacional da maioria do povo.

Para as revoluções, bem como, de resto, para toda sorte de acontecimentos, há causas mediatas e imediatas. Mediatas são as causas profundas, básicas, fundamentais e verdadeiras dos eventos, operando, por vezes, a longo prazo e por intermédio das causas imediatas, que são acessórias, transitórias e eventuais, mas indispensáveis para a eclosão das revoluções. De forma simbólica, podemos dizer que as causas mediatas são como a pólvora; e as imediatas como o estopim.

As raízes profundas da “Revolução de 07 de abril de 1831” encontram-se no liberalismo do Século XIX que D. Pedro I não foi capaz de absorver através da Maçonaria quando dela fez parte, da mesma forma que as Regências que o sucederam também não conseguiriam desenvolver em seu tempo.

Já vimos a forma como o proselitismo das forças liberais, maçônicas e revolucionárias, exercido dentro dos Templos e através da imprensa, no Rio de Janeiro, com pressão direta sobre D. Pedro I, por intermédio dos maçons Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira e o Padre Januário da Cunha Barbosa acabou por forçar a Independência nos idos de 1822.

Entretanto, o liberalismo de Sua Majestade durou muito pouco tempo: exatamente treze meses, porquanto em 12 de novembro de 1823 dissolveu a Assembleia Constituinte para posteriormente promulgar uma Constituição que trazia inseridos os seus próprios interesses e não os da maioria. Com isso, dissociou-se da vontade popular¹.

Como o Imperador pôde se manter no poder por mais quase oito anos depois disso é explicado pelo historiador Rocha Pombo²:

“Durante esta longa e penosa fase, a consciência nacional andou distraída da questão capital por um concurso de variadas questões concretas, que se diria preparadas, muito a propósito, para este efeito, entre elas: a sua manifesta disposição de corrigir-se; a desastrosa guerra da Cisplatina; e as ordens políticas em Portugal”.

Outros fatores também contribuíram para a queda de D. Pedro, conforme atesta Affonso d’Escragnolle Taunay³:

“A violenta repressão ao movimento da ‘Confederação do Equador’ e as deficiências e

¹ FAGUNDES (1975, p.204).

² POMBO (1956).

³ TAUNAY (1922).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

erros da sua administração, como a revolta dos soldados mercenários, que alarmou profundamente a população do Rio de Janeiro”.

Todas consideradas causas acessórias, que só serviram para ofuscar o brilho da causa principal: o absolutismo imperial em oposição ao liberalismo brasileiro. Liberalismo esse que a Maçonaria teve a virtude de, com inusitado sucesso, congregar, no início da década de 1830, tendo como foco de irradiação o Rio de Janeiro e espalhando-se por todo o território.

Como exemplo da propagação desse liberalismo difundido pela Maçonaria para todas as províncias do Brasil, cabe-nos mencionar que foi na “Chácara da Floresta”, do padre e maçom José Custódio Dias, que se reuniram, em março de 1831, os líderes nacionalistas do Rio Grande do Sul, ali redigindo uma representação à D. Pedro I, onde se referiam ao conceito de Federação, considerando-a *“uma questão política inadiável, cuja decisão penderia do juízo e da deliberação do poder legislativo”*.

Dias depois, a 07 de abril do mesmo ano, dava-se a abdicação do Imperador do Brasil¹.

Reproduzimos abaixo um trecho do discurso do Tenente Luiz José dos Reis Alpoim, maçom gaúcho e republicano exaltado, a quem se atribuiu, na época, a ingerência dos tumultos de 07 de abril:

“Não se diga que a ideia de Federação é nova: na Constituinte já foi ela produzida e a experiência que nas províncias já se tem feito, da Constituição, comprova a necessidade de admiti-la”.

E não foi por mera coincidência que em 1831 aconteceram, simultaneamente, dois fatos de suma importância para os destinos do Brasil: a revolução popular, militar, intelectual e maçônica de 07 de abril de 1831, que levou D. Pedro I a assinar a abdicação do trono do Brasil; e a restauração da Maçonaria brasileira, tendo à frente o Senador Vergueiro, Gonçalves Ledo, o Padre Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, José Joaquim de Lima e Silva (tio do Duque de Caxias e depois Visconde de Magé), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), o padre Antônio Feijó, João Paulo dos Santos Barreto, Bento da Silva Lisboa, Miguel Calmon (Marquês de Abrantes), Alves Branco e Evaristo Ferreira da Veiga².

Como já inferimos antes, no período compreendido entre a suspensão dos trabalhos do “Grande Oriente”, em outubro de 1822, e a abdicação de D. Pedro I, a atividade maçônica foi bastante atenuada, embora não tenha parado totalmente, nem nos trabalhos de Loja nem na política.

¹ FAGUNDES (1975, p.207).

² FAGUNDES (1975, p.205).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Antes de abdicar, porém, D. Pedro I nomeou José Bonifácio como tutor de seu filho.

O embarque de D. Pedro I realizou-se a 07 de abril de 1831, no mesmo dia em que abdicou a favor de D. Pedro II, e a Maçonaria, que até então permanecera oculta, ressurgiu vigorosa e pujante, reiniciando as suas atividades à luz do dia¹.

D. Pedro partiu para Portugal em 1831 e nunca mais pôs os pés no Brasil, vindo a falecer em 1834. E em 23 de novembro de 1831, o “Grande Oriente do Brasil” retornou às suas atividades no país.

Da “Regência Provisória”, eleita logo depois de 07 de abril de 1831, faziam parte os maçons: Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai do Duque de Caxias), Senador Vergueiro e o Marquês de Caravelas. Da “Regência Permanente”, eleita em 18 de junho de 1831, a Maçonaria não fez parte. Então retornou com a “Regência Una”, em 07 de abril de 1835, tendo à frente o padre Antônio Diogo Feijó, que além de religioso era um importante maçom.

De 1831 a 1837, ano da morte de Evaristo da Veiga e, não por coincidência, ano em que o Padre Feijó deixou a “Regência Una”, a Maçonaria brasileira comandou a política nacional².

¹ ASLAN (1997, p.100).

² FAGUNDES (1975, p.205).

PARTE IV

**A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO
FARROUPILHA**

*Já se disse que a história da “Revolução Farroupilha” é para ser cantada e não contada.
Tem ela alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de marmóreo, que, por si
só, plasticamente, realiza a absoluta beleza.*

[Antônio da Rocha Almeida – in “Vultos da Pátria” – 1966].

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)

O período regencial foi todo marcado por agitações internas, que incluíram desde motins e levantes até o movimento de maiores proporções que foi a chamada “Guerra dos Farrapos”, também conhecida por “Revolução Farroupilha”, iniciada no ano de 1835, na província do Rio Grande do Sul, inspirada e posta em ação pela Maçonaria; onde, dentre muitos outros, destaca-se o maçom General Bento Gonçalves da Silva, chefe militar do movimento e uma das figuras mais representativas da província¹.

A “Revolução Farroupilha” constituiu-se, antes de mais nada, numa luta contra o governo central, em geral, e em particular contra o governo provincial, representante daquele, ambos divorciados do sentimento nacional no todo, e do sentimento do povo Rio-Grandense, no âmbito da Província sulina.

Naquela época, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul já tinha sido e seria ainda palco para inúmeras guerras que serviriam para definir as fronteiras do sul do Brasil. Por ser a mais meridional do Brasil, disputada pelas coroas ibéricas – que objetivavam o controle sobre a margem esquerda do Rio da Prata – acabou-se constituindo uma sociedade amplamente militarizada. Ao lado de fortes, guardas e outras estruturas que visavam à segurança e o controle do território, as sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa formavam um sistema de defesa e de consolidação da ocupação da província. A doação de terras beneficiava na maior parte militares, mas também comerciantes de gado e administradores da colônia, fator que deu origem às grandes estâncias.

A “Guerra da Cisplatina” ou “Guerra del Brasil” (como é conhecida fora do Brasil) foi um confronto armado envolvendo a Império do Brasil, as Províncias Unidas do Rio da Prata e os habitantes da Província Cisplatina (atual Uruguai).

Durante a “Campanha da Cisplatina” (1811-1828), os estancieiros Rio-Grandenses foram avançando e ocupando um extenso território na fronteira, ao mesmo tempo em que povoavam suas estâncias com gado que provinha da “Banda Oriental”. Seria difícil definir o que naquela época caracterizava o contrabando, pois não se sabia com exatidão onde é que terminava o Brasil e onde começava a “Banda Oriental”, que também era conhecida como “Província Cisplatina”.

Com o fim da “Guerra Cisplatina”, no ano de 1828, o Uruguai tornou-se independente, impondo barreiras em suas fronteiras e retomando a produção local de charque, de modo que

¹ GOMES (1975, p.109).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

teve início um período de sérias dificuldades para a maior parte dos estancieiros gaúchos, pois estes perderam o acesso ao território e ao gado uruguaio.

Aliado a isso, o governo imperial assinou um acordo com o Uruguai, através do qual passaria a cobrar uma taxa de 4% para o charque importado daquele país, quando era cobrado 25% para o produto similar Rio-Grandense.

O Rio Grande do Sul passou a considerar-se injustiçado no tocante à política econômica, e além do mais, havia queixas constantes dos gaúchos também em relação à indicação dos presidentes da província, sempre alheios aos interesses locais.

Num clima de descontentamento total, e com as ideias filosóficas do liberalismo, que inspiraram a Independência dos EUA, a Revolução Francesa, os movimentos separatistas do período pré-Independência e a própria emancipação Brasileira de 1822, aportando no Rio Grande do Sul, através das Lojas Maçônicas gaúchas, que já existiam na província desde 1831, o cenário para uma revolução estava pronto.

Paralelamente, podemos inferir que a famosa “Epopéia Farroupilha” começou pelas ideias, pelos ideais que estavam nos livros que vinham da Europa e dos Estados Unidos da América, livros que falavam de um novo mundo possível, democrático e justo, onde todas as pessoas poderiam conviver em paz, com liberdade e prosperidade.

Nos idos de 1830-1831, estas obras chegavam a todo momento. Filhos de estancieiros e comerciantes voltavam dos estudos no exterior trazendo na bagagem muitos sonhos e muitos livros. Eles reuniam-se em grupos para estudar e discutir as obras. Estavam convictos que para um povo ser totalmente livre, ele precisava ser culto e ter acesso irrestrito às informações.

O aperfeiçoamento cultural se dava em três níveis distintos: no primeiro, a alfabetização; no segundo, o contato com as obras clássicas do conhecimento da época; e no terceiro nível, o estudo e aprofundamento nas sete artes liberais e ciências (gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia), todas muito bem conhecidas entre os maçons da atualidade. Nestas célebres noites, se maravilhavam e viajavam com as obras de Camões, sonhavam com a liberdade, a igualdade e a fraternidade das obras de Voltaire, se informavam do que acontecia no Brasil e pelo mundo com os jornais que chegavam por via marítima. Realmente amavam o conhecimento e buscavam o aprimoramento intelectual de um povo, como mola mestra da sua independência e libertação¹.

Por volta de 1830 já havia Lojas Maçônicas espalhadas por todo território da Província, assim como na Argentina e no Uruguai. Os maçons dos três países viajavam constantemente e

¹ CELENTE (2004, p. 21-22).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

filiavam-se nas Lojas visitadas, comungando das mesmas ideias e dos mesmos interesses.

Em julho de 1831, foi fundada a “Sociedade Literária Continentino”, onde funcionava o “Gabinete de Leitura” com o mesmo nome.

Logo, aqueles homens perceberam que tinham um grande problema: tinham os livros e a vontade de evoluir, mas um grande número deles não sabia ler ou escrever. Foi então que colocaram em funcionamento a primeira escola de alfabetização de adultos que se tem notícia no Brasil, patrocinada pelo “Gabinete de Leitura Continentino” e apoiada pela Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”.

Sobre essa respeitável sociedade, o historiador José Luiz Silveira¹ relata:

“Em 1831 foi fundada em Porto Alegre, numa rua central, uma sociedade secreta que era um ponto de partida e um núcleo fomentador de ideias revolucionárias. Teve início disfarçada de ‘Gabinete de Leitura’, a Loja Maçônica ‘Philantropia e Liberdade’; a seguir foi denominada ‘Sociedade Literária Continentino’, criando, em anexo, uma escola de alfabetização de adultos e fundando um jornal: ‘O Continentino’, que sob a direção do Major João Manoel de Lima e Silva, circulou a partir de 1831”.

E quando a Loja “Philantropia e Liberdade” elegeu, na noite de Natal de 1831, dentre todos os maçons gaúchos proeminentes, o nome de Bento Gonçalves para ser o seu Venerável Mestre, automaticamente designou quem seria o líder supremo do movimento político do Rio Grande do Sul daí em diante.

A Maçonaria riograndense antecipou-se, assim, em quatro anos, aos acontecimentos da Revolução de 1835².

PRINCIPAIS CAUSAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

As causas do conflito foram várias: políticas, tributárias, econômicas, militares e sociais; mas foi essa última que mais amalgamou os diferentes seguimentos sociais no ideal comum e revolucionário, unindo negros, índios e brancos, brasileiros e até mesmo estrangeiros.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul (como era conhecida na época) tinha uma economia inteiramente baseada na pecuária, com criação de gado e produção de charque voltadas ao abastecimento do mercado interno nacional; entretanto, os impostos cobrados dos gaúchos eram muito superiores aos cobrados do charque platino, produzido pelo Uruguai e

¹ SILVEIRA (1985, p. 147).

² CELENTE (2004, p. 52).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

pela Argentina, facilitando sua comercialização a um preço mais baixo que o charque gaúcho.

O Rio Grande do Sul possuía, na época, uma população de aproximadamente 150 mil habitantes, subdivididos entre brancos, escravos e índios. Inexistia uma única escola pública; as estradas eram precárias; não havia sequer uma ponte construída; e a infraestrutura era nenhuma.

Para se ter uma ideia do estado precário da província, o botânico e jornalista francês Auguste de Saint-Hilaire, no ano de 1820, em viagem pelo sul do Brasil rumo ao Uruguai, escreveu em seu diário¹:

“Se por um lado, o Rio Grande do Sul tem uma economia pujante, por outro, sofre as mazelas de um governo incapaz de defender os interesses da capitania no que tange à cobrança excessiva de impostos, além de outros abusos. Venho de terminar uma viagem de quase 600 léguas, em região sulcada de rios e é notável não ter encontrado uma só ponte. Em toda parte, só encontro pirogas e essas quase sempre em péssimo estado”.

Existia também uma inconformidade muito grande em relação à destinação dos fundos públicos da província. O Rio Grande havia acumulado um superávit durante alguns anos que, por conta das leis vigentes, não podia ser aplicado em benefício próprio, nem mesmo para o pagamento de credores do governo que aguardavam o acerto das dívidas contraídas durante as Guerras Cisplatinas. Como a legislação estabelecia um teto de gastos para a província, que era muito baixo, estes não podiam receber e nem eram realizadas quaisquer obras de infraestrutura, mesmo havendo dinheiro de sobra para bancá-las. Por outro lado, o governo central podia se apropriar legalmente destes fundos para utilização em outros locais, conforme bem entendesse. Assim, em 1832 uma razoável parte do superávit gaúcho foi utilizada para cobrir o déficit da província de Santa Catarina e o restante para pagar empréstimos realizados pela Coroa junto à Inglaterra. Isso naturalmente irritava sobremaneira os rio-grandenses que a renda gerada ser usada em outros locais enquanto a província carecia de tudo, carecia de estradas, escolas, pontes e principalmente segurança.

A província de São Pedro do Rio Grande do Sul encontrava-se totalmente abandonada pelo poder central que nem mesmo as fronteiras do país se mostrava capaz de defender, alvo constante das invasões castelhanas. Eram as milícias formadas por cidadãos comuns que, sazonalmente, viam-se obrigados a relegar a um segundo plano suas atividades diárias e fazer às vezes de exército para defender a Pátria sul brasileira.

Apesar do seu continuado sacrifício nessas batalhas de fronteira e apesar da riqueza da

¹ SOUZA (2022, p.50).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Corte advinda do cultivo do café; apesar do massacre de sua população masculina dizimada pelas guerras; apesar do infindável luto das mulheres gaúchas, o Rio Grande do Sul não recebia qualquer atenção ou reconhecimento por parte do Império.

Sob o pretexto de um provável conflito internacional entre o Paraguai e a Argentina, o Comandante de Armas da Província Sebastião Barreto remove da Capital para o Alegrete o 3º Corpo de Cavalaria; para as Missões, o 8º Batalhão de Caçadores e para Rio Pardo, o 1º Grupo de Artilharia. O Marechal, imperial monarquista convicto, entendia que tais unidades militares eram comandadas por prováveis revolucionários republicanos e, com isso, enfraqueceria o foco da revolta. Esqueceu-se, porém que duas consequências adviriam do seu ato – primeira, a propagação do movimento pelo interior da província, e a segunda, o enfraquecimento da capacidade de resistência da Capital abrindo, sem querer, o caminho para o início da Revolução, que ocorreria em 20 de setembro de 1835, com a tomada da Ponte da Azenha pelas tropas de Bento Gonçalves¹.

Resumindo, além de gradualmente desmobilizar as guarnições militares do Sul, o governo central não impunha limites tributários à entrada no Brasil do charque uruguaio e argentino, contrariando os interesses dos produtores riograndenses.

Não bastasse tudo isso, os gaúchos não suportavam mais os governos que lhes eram impostos, como foi o caso do presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga – muito hostilizado pelos exaltados, inconformados com os desmandos e as violências praticadas pelo irmão do presidente: o deputado Pedro Chaves e pelo Comandante das Armas Marechal Sebastião Pereira Pinto – além da eleição para a 1ª Assembleia Legislativa, totalmente organizada conforme o “Ato Adicional” de 1834, sem nenhuma participação dos exaltados².

O descontentamento com essa situação e com o então presidente da província, Fernandes Braga, passaram a ser expressos na imprensa, em periódicos muitas vezes editados por jornalistas maçons³.

A represa da paciência foi pouco a pouco se enchendo, até que transbordou.

E, em 1835, a revolta finalmente estourou.

¹ SOUZA (2022, p.61).

² CARVALHO (1996, p.188).

³ (FAGUNDES, 1984).

A INFLUÊNCIA ESTRANGEIRA DOS IDEAIS LIBERAIS MAÇÔNICO-ILUMINISTAS PARA A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

O historiador Morivalde Calvet Fagundes¹ é quem melhor define a influência estrangeira dos ideais liberais da Maçonaria e do Iluminismo para a “Revolução Farroupilha”:

“Em dado momento, ao abandono do Rio Grande do Sul pelo poder central e às influências da política platina, assomou-se no espírito gaúcho a chama revolucionária da América do Norte e da Europa, propagada através da imprensa liberal e da colaboração pessoal e direta de alguns estrangeiros, partidários exaltados dos novos ideais políticos que estavam abalando as estruturas do poder no mundo inteiro. E o Rio Grande do Sul se tornou o estopim do Brasil, que em pouco tempo acabaria se transformando no maior campo de provas da revolução republicana brasileira. Seriam dez longos anos de luta, à mercê da conjugação de forças extraordinárias, sendo que as demais revoluções do país jamais duraram mais do que alguns poucos meses. E em tudo isso, a Maçonaria teve magna parte”.

Com certeza, a “Guerra de Independência Norte Americana”, que ocorreu entre 1776 e 1783 e foi vencida pelos Estados Unidos com o apoio da França e da Espanha, também influenciou o movimento Farroupilha; a começar pelas questões tributárias já citadas.

Lá, no extremo norte do continente americano, a todo-poderosa Inglaterra resolveu, de uma hora para outra, aumentar vários impostos e taxas, além de criar novas leis que tiravam a liberdade dos norte-americanos. Dentre elas a “Lei do Chá” que assegurava o monopólio do comércio de chá para uma companhia comercial inglesa. E estas taxas e impostos geraram muita revolta nas colônias. Há registros históricos de que os maçons norte-americanos lideraram um protesto que ficou conhecido como a “Festa do Chá de Boston” (“*The Boston Tea Party*”), onde dezenas de homens disfarçados de índios invadiram três navios britânicos no porto de Boston, em 16 de dezembro de 1773, e lançaram ao mar todo o carregamento de chá que os mesmos transportavam. O evento deflagrou a revolução dos Estados Unidos.

Paralelamente a isso, o maior centro cultural da região era Buenos Aires, que fervilhava embalado pelo sonho de Bernardino Rivadavia, maçom argentino apaixonado pela Revolução Francesa. Como ministro de Guerra e das Relações Exteriores do presidente Martín Rodríguez (1821-1824), e depois como presidente (1826-1827), Rivadavia incentivou a imigração italiana como uma forma de trazer da Europa, intelectuais e professores para fomentar as atividades culturais argentinas e preencher as cátedras da Universidade de Buenos Aires. E a Maçonaria

¹ FAGUNDES (1975, p.191).

novamente teve um papel importante nesse projeto, facilitando que esses intelectuais e profissionais fossem mais facilmente encontrados, especialmente “garimpados” entre exilados políticos. Vieram muitos italianos na chamada “imigração política”: médicos, químicos e artistas contratados para organizar a vida cultural portenha, muitos dos quais eram ou tinham sido, membros da “Carbonária”, sociedade secreta italiana de cunho revolucionário radical e que lutava pela unificação daquele país.

Também foi muito forte a influência do Padre José Antônio Caldas, maçom alagoano, que chegara ao RS via Uruguai, fugindo da pena de morte. Junto com ele as novidades sobre a política externa e as novas formas de governo oriundas da Independência dos EUA de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. E tais informações chegavam geralmente através da Maçonaria via Rio de Janeiro e via Uruguai, principalmente na divisa com Jaguarão, onde Bento Gonçalves da Silva, então coronel, exercia as funções de guarda de fronteira¹.

Da mesma forma, a maioria dos envolvidos na Guerra Cisplatina que culminou com a Independência do Uruguai também foram reconhecidos líderes do movimento farroupilha e destacados maçons, dentre os quais Bento Gonçalves da Silva e Bento Manoel Ribeiro. Por isso, cabe ressaltar que tiveram contato direto com Frutuoso Rivera e Antônio Lavalleja contra quem lutaram lado a lado, e que por serem ambos igualmente maçons acabaram transmitindo aos futuros líderes farroupilhas os ideais incipientes da Revolução Francesa, e que se propagaram rapidamente pelas paragens sul-riograndenses através das diversas Lojas Maçônicas já existentes na região.

E assim, essas influências culturais causaram, por força da convivência entre os diversos povos, principalmente nas regiões de fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, uma profunda impressão nos líderes farroupilhas, impregnando a revolução com tais ideais liberais e libertários. Portanto, não foi pela simples identidade de pensamento ou por mera coincidência que os liberais de todo o mundo se tornaram amigos e trabalharam juntos na luta contra o despotismo. A força que sempre os ligou foi a Maçonaria.

O CENÁRIO SOCIO-POLÍTICO DO RS NO SÉCULO XIX

Em 1835, ano em que estourou a Revolução Farroupilha, a província do Rio Grande do Sul era ainda pouco povoada, com não mais de 400.000 habitantes. Tinha sua população concentrada na região da depressão central e no litoral, com poucos núcleos habitacionais na zona

¹ SOUZA (2022, p.42).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

de cima da serra e nas missões. Já a campanha se encontrava ocupada principalmente por estâncias de gado¹.

Existiam então apenas quatorze municípios: Porto Alegre, Alegrete, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Jaguarão, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São José do Norte e Triunfo.

Foi durante a regência do Padre Diogo Feijó (maçom), que estourou na Província do Rio Grande do Sul a “Revolução Farroupilha”, posteriormente denominada de “Guerra dos Farrapos”, que durou dez anos, de 1835 a 1845, terminando quando o Brasil já estava sendo governado por D. Pedro II.

Neste período, fundou-se a República Rio-Grandense, de efêmera duração, e da qual foi presidente o general maçom Bento Gonçalves da Silva².

No Rio Grande do Sul, como em qualquer outro lugar, houve os liberais exaltados e republicanos, assim como os liberais moderados e monarquistas constitucionais, mas todos se contrapondo ao regime absolutista de D. Pedro I, sobretudo após a dissolução da Constituinte e imposição de um projeto de Constituição preestabelecido pelo próprio Imperador.

No cenário político, os “farroupilhas”, reunidos em um partido próprio – contrapondo-se aos conservadores, os “caramurus” – eram um dos grupos mais exaltados e defendiam ideias como a adoção de um regime republicano; ou, ao menos, de um regime federativo em que as províncias tivessem maior autonomia.

O “Partido Farroupilha” foi fundado no Rio Grande do Sul em 1832, por Luís José Alpim, que participara, no Rio de Janeiro, das agitações populares de 07 de abril de 1831, as quais resultaram na queda do Imperador D. Pedro I. Desde o início, o partido teve atuação intensa. E em outubro de 1833, promoveu uma manifestação contra a instalação da “Sociedade Militar” (que congregava os conservadores) em Porto Alegre³.

Dava-se início então, ao histórico dilema entre os liberais e os conservadores. O confronto entre os dois grupos foi, no Rio Grande do Sul, particularmente acentuado.

Os moderados, por sua vez, não tinham nenhuma expressão; e, por isso, eram alcunhados de “chimangos” – que significava “caça com a qual não vale a pena se gastar chumbo”⁴.

O clima de radicalização política, que opunha os “caramurus” e os “liberais nativistas”, acabou sendo, em muito, intensificado pela ação dos maçons gaúchos. A maior parte dos libe-

¹ SOUZA (2022, p.51).

² GOMES (1975, p.126).

³ GIRARDI (2015, p.11).

⁴ GIRARDI (2015, p.11).

rais gaúchos assumira a opção farroupilha – em razão dos privilégios centralizadores do Império brasileiro – que desenvolvia uma política econômica vinculada à provável influência da Instituição no campo cultural, isto é, na difusão do ideário que mais tarde seria assumido discursivamente pelos líderes farroupilhas¹.

Bem diferente dos demais tumultos ocorridos durante o período regencial brasileiro, a “Guerra dos Farrapos” foi feita pelos melhores homens do Rio Grande do Sul (quase todos maçons), os quais compunham uma corrente de pensamento político que, sob todos os aspectos, era altamente elogiável e com ideias de uma desejável, embora um pouco prematura, evolução social.

Quanto à formação étnica e social do Rio Grande do Sul, ela não pode ser dissociada da dos seus vizinhos – Uruguai e Argentina – pois a semelhança de meios e de modos de vida criaram uma comunhão de pensamento, originada das lutas no Rio da Prata e caracterizada pelo desejo de liberdade de hábitos e de autonomia dentro dos quadros de uma federação nacional. Com isso, o movimento rebelde dos riograndenses foi muito mais federalista do que separatista, pois, ao ser implantada a República Farroupilha, as leis do Império não foram modificadas; e em todas as propostas que os rebeldes fizeram ao Governo Imperial, para que a paz fosse alcançada, sempre se insistiu na concessão de maior autonomia à província e nunca em separação total ou na impugnação da volta aos quadros do Império².

“*Nós somos a estalagem do Império*”, foram as palavras utilizadas pelo general Bento Gonçalves, estancieiro, militar, líder do movimento e proeminente maçom, ao tentar explicar a atitude dos riograndenses em revolta.

Assim como eram maçons os líderes da Independência Americana (1776), da Revolução Francesa (1789) e de tantas outras revoluções liberais, a Loja “Philantropia e Liberdade”, que foi instalada nos fundos da “Sociedade Continentino”, logo tornou-se “*a matriz da revolução nascente*”, uma agremiação em que os homens se reuniam para discutir literatura, filosofia e, claro, política. Na sede da sociedade (e da Loja), as discussões liberais fervilhavam. Ganham corpo diante da insatisfação dos líderes locais com o modelo centralizador da Regência Imperial, instituída após a renúncia de D. Pedro I, em 1831³.

AS PRIMEIRAS LOJAS MAÇÔNICAS GAÚCHAS

¹ ANTUNES (1936, p.217).

² CASTELLANI (1998, p.52).

³ (FAGUNDES, 1984).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Consta que por volta de 1820 foi, pela Maçonaria Fluminense, incumbido de organizar Lojas Maçônicas no RS, o irmão Francisco Xavier Ferreira, que havia de tanto se destacar na gênese e explosão da “Guerra dos Farrapos”, sobretudo através da imprensa revolucionária¹.

Em 1831, depois da revolução maçônica de 07 de abril, a Maçonaria gaúcha já estava em plenas condições de se organizar. Mas fê-lo discretamente, como convinha aos propósitos do momento em questão.

João Pinto da Silva² assim descreve esse momento:

“As dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelo Rio Grande do Sul em razão de sua condição periférica, e de sua economia voltada para o mercado interno, teriam estimulado a resistência às políticas de exploração do poder central imperial. Tal situação coincidia com um ambiente cultural propício à difusão de associações de ‘lojas misteriosas’. Entre as sociedades secretas, a de maior destaque, na perspectiva da organização maçônica, foi o gabinete de leitura ‘O Continentino’, instalado na cidade de Porto Alegre”.

Portanto, em 31 de julho de 1831, constituiu-se em Porto Alegre, em uma das principais ruas da cidade, pouco acima da Igreja do Rosário, uma sociedade secreta que seria, por excelência, o núcleo formador da revolução. Começou funcionando sob a capa de “Gabinete de Leitura”; em seguida abriu uma escola e depois editou um jornal, denominando-se “Sociedade Literária Continentino”. E em dezembro daquele mesmo ano, formou uma Loja Maçônica sob o título distintivo de “Philantropia e Liberdade”, cujos membros, na noite de Natal de 1831 elegeram o General Bento Gonçalves como seu primeiro Venerável Mestre.

Já se vê que, mesmo naquele tempo, as distâncias eram relativamente curtas, e Jaguarão (local onde residia o General Bento Gonçalves), bem como praticamente todas as demais cidades do Rio Grande do Sul, encontrava-se maçonicamente ligada à capital da província³.

As primeiras Lojas do sul do Brasil foram, certamente, de iniciativa de um pequeno número de maçons que adquiriram familiaridade com os “segredos” da Ordem no centro do país, ou mesmo no exterior; e que criaram ou encontraram espaços de atuação nos clubes ou sociedades de cunho liberal.

A estreita vinculação entre a primeira Loja Maçônica – “Philantropia e Liberdade”, fundada em dezembro de 1831, em Porto Alegre (RS) – e o gabinete de leitura “O Continentino”, caracteriza uma das primeiras formas de atuação da Maçonaria no Rio Grande do Sul. Os integrantes das Lojas Maçônicas atuavam discretamente em razão do caráter sigiloso da própria

¹ FAGUNDES (1975, p.208).

² SILVA (1930, p.121).

³ FAGUNDES (1975, p.208).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

instituição; e também para se protegerem da perseguição política ou religiosa que, por ventura, pudesse se desenvolver¹.

O mais provável é que os ideais revolucionários começaram a nascer com o surgimento da Maçonaria no Rio Grande do Sul no início do século XIX.

Resumindo, a fundação da primeira Loja Maçônica gaúcha ocorreu em dezembro de 1831, em Porto Alegre, com o nome de “*Philantropia & Liberdade*”. Essa Loja se originou da “Sociedade Literária Continetino”, embrião e baluarte do “Movimento Farroupilha”. E Bento Gonçalves da Silva foi o primeiro Venerável Mestre eleito dessa Loja Maçônica².

Em 05 de maio de 1832 a Loja “Philantropia e Liberdade” foi reconhecida pelo “Grande Oriente do Lavradio”, ao qual se filiou. Nestas condições, é lógico de se supor que estivesse trabalhando dentro das normas ritualísticas da Maçonaria Regular, de vez que, caso contrário, não teria sido reconhecida e nem filiada³.

A fundação desta Loja, bem como a composição do seu quadro de obreiros, por si só, demonstra o vínculo existente da Ordem com o Movimento Revolucionário que viria logo a seguir. Nomes como Antônio de Souza Netto, Domingos José de Almeida, José Mariano de Matos, José Gomes Vasconcelos Jardim, Pedro Boticário, Paulino da Fontoura e Bento Gonçalves da Silva foram alguns dos maçons liberais que fizeram parte da Philantropia e Liberdade⁴.

Em paralelo a isso, ainda em 1832, Francisco Xavier Ferreira que morava na vila de Rio Grande, mantinha, em sua casa, uma segunda Loja Maçônica gaúcha, também muito concorrida, às ocultas das autoridades, que proibiam severamente tais reuniões secretas e políticas⁵.

Essas duas foram apenas as primeiras e delas se originaram muitas outras.

Em 04 de dezembro de 1832, a Loja “Philantropia e Liberdade” continuava no seu afã de organizar e dinamizar a Maçonaria gaúcha. Neste dia, foi assinada, por Tomaz de Lima, Teixeira Gomes, Freitas e Castro e Manoel de Moraes uma “prancha”⁶ que dava total direito a Bento Gonçalves para “*regularizar e filiar Lojas em todos os municípios ou freguesias das fronteiras do Rio Grande do Sul, que vai percorrer*”.

Idêntica competência maçônica foi dada a Sebastião Mena Barreto, que da Loja de Rio Pardo, recebeu a incumbência da regularização da Maçonaria “*em todos os lugares por onde o*

¹ (COLUSSI, 2003).

² (ROGOWSKI, 2016).

³ FAGUNDES (1975, p.212).

⁴ SOUZA (2022, p.42).

⁵ FAGUNDES (1975, p.214).

⁶ “Prancha” é a forma como os maçons se referem às correspondências oficiais, geralmente escritas ou digitadas que trocam entre si e entre as suas Lojas, Potências e Obediências (Nota do Autor).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

espírito dessa expressão andasse... ”.

Estas são somente duas “pranchas”, entre dezenas de outras, entregues a dezenas de outros irmãos, que existiram na mesma época, palmilhando o território gaúcho de ponta a ponta; e disseminando o verbo da revolta liberal contra as instituições absolutistas de então¹.

Já o planejamento estratégico e logístico das primeiras ações revolucionárias gaúchas foi desenvolvido entre as colunas do templo maçônico da Loja “Philantropia e Liberdade”, que existe até hoje e está sediado em Porto Alegre, tendo ali sido firmado o “*Pacto Revolucionário Farroupilha*”, em 18 de setembro de 1835.

Nessa reunião secreta e histórica foi realizada a coleta de quantia no valor de 350\$000 e por proposição de José Mariano de Mattos foi destinada à compra de uma Carta da Alforria de um escravo de meia idade, proposta aceita por unanimidade, comprovando o espírito abolicionista e antiescravagista dos revolucionários maçons no Brasil².

Da mesma forma é indiscutível o fato de que o Venerável Mestre Bento Gonçalves dirigiu a primeira Loja Maçônica do estado, a “Philantropia e Liberdade”, em Porto Alegre. O seu nome de guerra na ordem era “Sucre”, uma referência ao general Antônio José Sucre, maçom e líder da libertação latino-americana, ao lado de Simón Bolívar, também maçom³.

Alguns anos depois, um dos seus filhos afirmou que “Sucre”, o codinome maçônico de seu pai, era prova suficiente de sua intenção em estabelecer uma república antes do dia 20 de setembro de 1835⁴.

Não obstante a isso, na região da fronteira, Bento Gonçalves organizou diversas Lojas Maçônicas aprendendo rapidamente todos os meandros da organização, e utilizando o serviço postal maçônico como uma alternativa para sua correspondência secreta.

Não há como negar que os maçons interpretaram, naquele instante histórico, o próprio sentido revolucionário. E em 1835, todos os principais centros de população da Província tinham as suas Lojas, as suas Oficinas e os seus Triângulos maçônicos, conforme a importância do local: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande, Jaguarão, Bagé, Piratini, Caçapava, São Borja, Cruz Alta e outros lugares menos populosos⁵.

E durante os dez anos que durou a revolta, muitas outras foram fundadas, como a “Fidelidade e Esperança” de Canguçu, frequentada por Bento Gonçalves e Francisco José da Rocha. Consta que o “malhete” existente até hoje em Canguçu fora trazido da Bahia por Bento Gon-

¹ FAGUNDES (1975, p.218-219).

² (ROGOWSKI, 2016).

³ (RIBEIRO, 2012).

⁴ LEITMAN (1979, p.61).

⁵ CELENTE (2004, p. 52).

çaves, quando o mesmo escapou, com a ajuda dos maçons daquela localidade, da Fortaleza do Mar (Forte de São Marcelo) localizada em Fortaleza.

Também cabe ressaltar, que em virtude do caráter itinerante das tropas de ambos os lados, sempre em movimento, muitas sessões eram realizadas a campo aberto, isto é, onde os maçons, tanto farroupilhas quanto imperiais, se achavam acampados. Em local seguro, os maçons montavam seus templos e, nas condições possíveis, realizavam as suas sessões. Fator que pode ter contribuído diretamente na Iniciação de inúmeros novos irmãos, tanto republicanos quanto imperiais na Ordem Maçônica.

OS PRECEITOS CRISTÃOS E A MAÇONARIA RIO-GRANDENSE

Embora fortemente influenciada por ideais cristãos, a Maçonaria não era bem aceita pela Igreja Católica Romana, que não via com bons olhos a pretensão de reformas políticas e sociais que pudessem, eventualmente, contribuir para diminuir os seus privilégios e os das corporações sob a sua proteção. Tanto é que para atenuar a hostilidade da Igreja, na Inglaterra e sob a proteção de Reis Saxões, cada Loja Maçônica constituída era organizada sob a égide de um monarca, ou sob o nome de um santo protetor.

A hostilidade da Igreja Católica, no entanto, persistia, até que levou ao entrelaçamento da Maçonaria com o protestantismo – especialmente na Grã-Bretanha, na Europa e nos Estados Unidos. E esse entrelaçamento enriqueceu os quadros da Maçonaria com membros e patronos ilustres como Voltaire, Mozart, Goethe, Leonardo da Vinci, Francis Bacon, Garibaldi e tantos outros nobres da Europa – incluindo o rei da Suécia e a Rainha Elizabete II (Grande Patronesa da Loja Britânica) – além de catorze presidentes dos Estados Unidos (Franklin, Johnson, Ford, Reagan, etc.). George Washington, o primeiro presidente dos Estados Unidos, foi inclusive Grão-Mestre Maçom. E, senão todos, a maioria deles era protestante.

Igualmente é incontestável o fato de que milhares de pastores e leigos evangélicos, ao redor do mundo, assim como no Brasil, são atualmente integrantes da Maçonaria, dentre cujos projetos filantrópicos de grande porte e que muitas vezes são administrados por esses mesmos cristãos, podemos incluir a fundação e a manutenção de templos evangélicos e de escolas para o ensino cristão.

A forte influência do cristianismo na Maçonaria está documentada nas "*Constituições de Anderson*" publicadas em 1723 para servir de Estatuto da "Grande Loja" de Londres. O texto foi redigido pelo reverendo presbiteriano James Anderson (1680–1739), embora se cogite que

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

a verdadeira autoria seja do seu prefaciador, o reverendo anglicano João Teófilo Desaguiliers (1683–1744). As "*Constituições de Anderson*", sob inspiração cristã, passaram a nortear as ações das Lojas Maçônicas na Europa e América, com nítido reflexo na Maçonaria do continente sul-americano e, posteriormente, também acabou firmando raízes no Rio Grande do Sul.

São inúmeros os relatos de episódios da “Revolução Farroupilha” onde foram praticados atos imbuídos de elevados valores humanitários, de clemência e de misericórdia, certamente, pelo fato de haver Maçons, tanto entre as fileiras do exército legalista imperial como entre os revolucionários; e também pela vigorosa influência do cristianismo na Maçonaria¹.

Valores cristãos e maçônicos, como amor ao próximo, respeito e tolerância, não raro se sobrepuseram às estratégias militares durante as batalhas da “Guerra dos Farrapos”.

Comenta-se, por exemplo, que a tentativa de tomar São José do Norte, para garantir um porto, resultou naquele que foi considerado o combate mais sangrento da revolução. Conta-se que as ruas da vila ficaram cobertas de cadáveres. Mas apesar da violência do evento, ele também é lembrado pelo gesto misericordioso e humanitário do coronel Antônio Soares Paiva, que comandava a guarnição legalista da cidade. Ao término do combate, Bento Gonçalves – que estava à frente das tropas farroupilhas lhe enviou uma mensagem, dizendo que se retiraria com suas tropas, mas se achava sem médico e sem remédios para os seus feridos. O coronel Paiva, então, lhe mandou um médico e metade dos medicamentos de que dispunha. Em agradecimento, Bento Gonçalves libertou todos os prisioneiros legalistas².

Léo Ribeiro de Souza³ menciona ainda que após alguns dias de feroz combate, um ajudante de ordens expressou a grande dificuldade que as tropas farroupilhas enfrentavam naquela batalha ao comandante Bento Gonçalves da Silva, argumentando que a única chance de triunfo seria atear fogo na cidade. O General respondeu que, por este preço não desejava a vitória e ordenou a retirada das tropas, quando escreveu a carta acima mencionada. Ato claramente maçônico e até hoje reverenciado nos círculos acadêmicos e militares.

Importante frisar que ambos os comandantes, embora adversários entre si, eram maçons e, portanto, comungavam dos mesmos ideais cristãos e humanitários.

O PAPEL DA IMPRENSA MAÇÔNICA NA REVOLUÇÃO DE 1835

O trecho do “*Hino Farroupilha*” onde se afirma que “*povo que não tem virtude, acaba*

¹ (ROGOWSKI, 2016).

² (ROGOWSKI, 2016).

³ SOUZA (2022, p. 120).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

por ser escravo”, certamente teve origem no fato de que o “saber” liberta e só é livre de fato, o povo que possui graus elevados de educação e cultura.

Para a mudança social e política pretendida, o maior papel sempre coube, desde o início, à imprensa revolucionária, representada por um sem número de jornais – muitos dos quais mantidos, administrados e/ou escritos por maçons – que apareceram como um relâmpago por todos os rincões da Pátria¹.

Em 1827 surgiu na capital da Província do Rio Grande do Sul o “Diário de Porto Alegre”, sob a direção do Major Lourenço Júnior de Castro, que também usava o pseudônimo de Manuel Lester. Esse jornal inaugurou a tipografia gaúcha, ex-tipografia imperial do Exército, perdida na Batalha do Passo do Rosário.

Lourenço Júnior, em 1829 era redator também do “Amigo do Homem e da Pátria” e no ano seguinte passou a ser redator do “Sentinela da Liberdade”, na guarita Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro.

Esse militar e intelectual, feito jornalista pela Maçonaria, é um exemplo do cuidado com que a Ordem escolhia os seus adeptos para o fim determinado de convulsionar as massas. E justamente por isso, quando Lourenço fazia publicar o “Amigo do Homem e da Pátria”, ele foi preso por “crime de imprensa” e enviado para o Rio de Janeiro. Lá, o incansável maçom, contando com a inestimável ajuda de alguns “irmãos” daquela província fez circular na corte fluminense o “Sentinela da Liberdade”. Libertado, voltou para Porto Alegre, para continuar o seu trabalho nesse jornal até 1837².

Vicente Ferreira Gomes redigiu o “Constitucional Rio-Grandense” entre os anos de 1828 a 1831, aonde defendia, com ardor maçônico, o liberalismo. Este jornal mereceu do “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga, a seguinte apreciação:

“Temos no Brasil um novo periódico, notícia que deve sempre alegrar os amantes da Constituição, da publicidade e da imprensa livre”.

Em 1831 a “Sociedade Literária Continente”, através do maçom João Manuel de Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), passou a editar o jornal “O Continente”, que circularia de 1831 a 1833, e cujo lema atribuído a Confúcio: *“Quando se tratar da salvação da Pátria, não consultai, expõe a vida”* deixava clara sua orientação maçônica.

José Apolinário Pereira de Moraes que redigiu, antes de Evaristo da Veiga, o “Aurora Fluminense”, ao vir para o Rio Grande do Sul, manteve-se à testa do “Vigilante”, de 1830 a

¹ FAGUNDES (1975, p. 187).

² FAGUNDES (1975, p.188).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

1832, defendendo o ideal republicano. O jornal tinha como divisa uma frase de Fenelon:

“Sacrifica teu repouso e liberdade pelo repouso e a felicidade pública”.

Nas plagas sulinas, o sistema federativo principiou a ser pregado publicamente em 1832, pelas colunas do “Recopilador Liberal”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari (maçom italiano) e Manuel Ruedas (maçom uruguaio). Queriam eles a federação republicana, o que foi confirmado na “Revolução Farroupilha”, para ser mais exato, em 1836, com a proclamação da República Rio-Grandense pelo General Neto¹.

Em 1834 iniciou a sua publicação, em Porto Alegre, o jornal “O Federal”, redigido por José Joaquim de Alencastro.

Em 18 de junho de 1835 surgiu “O Continentista”, de Calvet e Sá Brito, para uma pregação mais violenta da revolução que se tramava, e, em consequência, para promover um ataque mais direto ao Presidente Braga e ao governo central.

De 1831 a 1835 ainda haveriam de aparecer, entre tantos outros, os seguintes jornais de cunho maçônico-liberal-republicano:

“Compilador em Porto Alegre”, de Pedro José de Almeida, Padre Francisco das Chagas e Antônio Alves Pereira Coruja; “Idade de Pau”, de Pedro José de Almeida, cuja legenda era um cassetete de madeira para atacar os “caramurus” (portugueses); “Eco Porto-Alegrense”, do tenente-coronel Silvano José Monteiro de Araújo; “O Republicano”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari e Manuel Ruedas, trazendo no cabeçalho um verso do célebre maçom Voltaire; “Inexorável”, folha defensora dos farroupilhas; etc.

A proliferação dos periódicos de vida efêmera não obscurece, de forma alguma, a continuidade da obra demolidora da oposição liberal e revolucionária, tendo à frente, quase sempre, os mesmos nomes, a grande maioria composta por membros da Maçonaria e que terminariam por efetuar o levante de 1835.

Um exemplo da importância da imprensa maçônico-farroupilha para a conscientização das massas à formação do ideal revolucionário, com base nas teorias iluministas da “Revolução Francesa” e da “Independência Norte-Americana”, pode-se comprovar através das palavras do conde italiano Tito Lívio Zambecari, replicadas da Declaração de Independência dos EUA e publicadas no periódico “O Republicano”, às vésperas da eclosão do movimento:

“Todos os homens nascem iguais e da mesma forma; e obtiveram de seu Criador, certos direitos inauferíveis, entre os quais: o direito à vida, à liberdade, à segurança individual, à felicidade e à resistência à tirania, são os principais. Para sustentar e defender estes direitos,

¹ FAGUNDES (1989, p. 172).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

os homens criaram governos, a quem conferiram poder e autoridade somente enquanto os governantes cuidassem do bem-estar do povo, o qual tem o direito de lhes tirar o poder e a autoridade logo que eles se tornem opressores”.

E em 24 de abril de 1834, o mesmo jornal doutrinava que *“o regime federal é o melhor, porque assegura a liberdade de cada província e põe uma barreira aos homens ambiciosos”.*

Mais explícito foi “O Noticiador” de 28 de abril de 1834, escrito na cidade de Rio Grande por Francisco Xavier Ferreira:

“As rebeliões e as guerras civis – diz Rousseau – inquietam muito os magistrados, mas não causam o verdadeiro infortúnio dos povos. E nós dizemos que os brasileiros, como verdadeiros amigos da Pátria, não querem a guerra civil; querem a Federação!”.

Embora muitos autores e historiadores insistam em negar, precisamos reconhecer que as soluções propostas pelos jornais maçônicos e revolucionários sempre foram nacionalistas e federalistas e não exclusivamente separatistas, conforme podemos conferir nas transcrições a seguir.

Em 1832 já pregava o “Recopilador Liberal”:

“Se as leis existentes não são consentâneas, como podemos dizer, não temos leis, estamos anárquicos. Faça-se, pois, a lei do Estado; faça-se a Federação Republicana, eis o remédio dos males da Pátria!”.

Em 1834 o mesmo “Recopilador Liberal”, em sua edição de fevereiro desse ano, assim se referia à Revolução prestes a ser desencadeada:

“Os Rio-Grandenses só querem que o governo marche no sentido da heroica, mas mal-fadada revolução de 07 de abril de 1831: querem as reformas federativas pelos meios legais, e nada mais”.

E depois de fazer referências à campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro através do periódico “Aurora Fluminense”, contra os restauradores, se manifestou o jornal gaúcho:

“Será crime nos Rio-Grandenses o que nos fluminenses é virtude? Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos”.

Por sua vez, ainda no corrente ano de 1834, “O Republicano”, também de Porto Alegre, assim doutrinava:

“O regime federal principal abrange duas coisas:

1º. A independência de cada Estado, em relação aos outros, para o arranjo e manejo interior dos negócios domésticos;

2º. *A liga e união de todos, para a segurança de um governo central*”.

AS LOJAS QUE PERMANECERAM FIÉIS AO IMPÉRIO

Isso não significa, porém, que a Maçonaria, como Instituição, tenha se posicionado do lado farroupilha ou do Império. As atividades da Ordem eram incipientes na região e, sobretudo, há o registro de que vários representantes do Império, como o general Sebastião Barreto, o Marechal Osório e o próprio Duque de Caxias, entre outros, eram maçons. Até o fim da guerra, em 1845, havia nove sedes da Fraternidade na província (na frente de batalha, eram montadas muitas Lojas itinerantes). Mas nem todas as Lojas gaúchas pendiam para o lado dos farroupilhas. Algumas simpatizavam com a causa imperialista. Nessa perspectiva, podemos relacionar duas situações de Lojas Maçônicas Rio-Grandenses que se posicionaram como aliadas das tropas imperiais:

1. A Loja “União Geral”, situada na cidade de Rio Grande (RS), e que fora fundada no ano de 1840, portanto, em meio à revolução. Foi numa cerimônia no Templo Maçônico dessa Loja que se deu a “Iniciação” do Marquês de Herval (o marechal Manuel Luís Osório).

2. A Loja “União e Fraternidade”, de São Leopoldo (RS), comandada por João Daniel Hillebrand, médico alemão e Presidente da Câmara de Vereadores de São Leopoldo. Desde o início, a Loja assumiu posição política favorável às forças centralistas imperiais¹.

Aqui cabe um adendo: embora, no passado, algumas Lojas Maçônicas já nascessem com uma inclinação política pré-definida, ou a adquirissem ao longo de sua existência, a Maçonaria, como Instituição, jamais se envolveu diretamente em nenhum evento de cunho político; o que não se pode dizer dos seus membros, os maçons. Assim, precisamos admitir que foram os maçons que levaram adiante todas as revoluções e transformações das quais a História das Nações é testemunha, e não a Instituição Maçônica propriamente dita. Até mesmo porque, na maioria delas, existiram maçons de ambos os lados do conflito. Atualmente, todas e quaisquer discussões de cunho político-partidário e religioso são expressamente proibidas no interior das Lojas Maçônicas.

Sebastião Ribeiro² confirma isso, ao alegar que:

“No passado, quando se fundava uma Loja, ela já tinha uma orientação política. Hoje, a Maçonaria proíbe a discussão partidária e religiosa dentro das suas Lojas para não criar a

¹ (COLUSSI, 2003).

² (RIBEIRO, 2012).

animosidade entre os irmãos”.

O INÍCIO DA REVOLUÇÃO

Da revolta de monarquistas constitucionais e republicanos contra o governo central do Império nasceu, no espírito de uns e de outros, a ideia da separação temporária da Província, a exemplo do que já havia acontecido no Nordeste do País¹.

Em agosto de 1835, portanto, anulados os obstáculos e transformadas todas as derrotas em vitórias, os conspiradores tinham o caminho aberto para a “Grande Revolução”, que só dependia agora dos acertos finais e de uma palavra de ordem do seu líder máximo: Bento Gonçalves².

De uma maneira geral, os maçons dominavam o “Partido Liberal”, no Rio Grande do Sul; adeptos da vertente maçônica francesa, de inspiração republicana. Dizia-se na época – o que uma boa parcela de historiadores sérios e comprometidos com a verdade atualmente admite – que praticamente todas as decisões tomadas pelos liberais e vindas a público, já tinham sido deliberadas, com antecedência e em segredo, nos recintos das Lojas Maçônicas.

Ou seja, a revolução estava pré-definida vários dias antes de seu início, só aguardando o momento certo para ser posta em prática.

Narra Francisco de Sá Brito³ que:

“Dez dias antes do início da Revolução, portanto a 10 de setembro de 1835, recebeu em sua casa, em Porto Alegre, a visita do Coronel Bento Gonçalves, que se fazia acompanhar do Dr. Marciano Pereira Ribeiro, do advogado José de Paiva Magalhães Calvet, e do capitão Antunes da Porciúncula. Tratava-se, como foi logo dizendo Bento Gonçalves, de fazer uma revolução para repelir da província o seu Presidente, Fernandes Braga e o Comandante de Armas, Sebastião Barreto”.

Sá Brito diz ainda que não concordou, mas a revolução foi feita assim mesmo, tendo sido o Dr. Marciano o primeiro Presidente escolhido para a Província. Já se vê que a revolução foi tanto Farroupilha quanto maçônica⁴.

O seu ponto de partida oficial, segundo o pesquisador maçônico João Ivo Girardi⁵ – o que pode ser conferido diretamente nos arquivos internos da Loja “Philantropia e Liberdade”,

¹ FAGUNDES (1975, p.220).

² FAGUNDES (1975, p.279).

³ CELENTE (2004, p. 59).

⁴ CELENTE (2004, p. 59).

⁵ GIRARDI (2015, p.8).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do G.O.R.G.S. (Grande Oriente do Rio Grande do Sul) –, aconteceu no dia 18 de setembro de 1835, nos recintos dessa mesma Loja Maçônica, conforme segue:

“Precisamente aos dezoito dias do mês de setembro de 1835, a Loja se reuniu no Vale de Porto Alegre, sob comando do Venerável Mestre, Irmão Bento Gonçalves da Silva, (primeiro presidente da República Rio-Grandense) para acertar os detalhes finais do movimento que seria deflagrado dois dias depois”.

Na época, funcionava na cidade de Guaíba, uma charqueada pertencente a um dos revolucionários de primeira hora, o maçom José Gomes de Vasconcelos Jardim. Dizem que foi dessa charqueada que, na noite de 19 para 20 de setembro de 1835, foi lançado o ataque a Porto Alegre, que culminou com a tomada da Ponte da Azenha pelos farroupilhas, deflagrando o início do movimento. Neste local, atualmente se encontra o “Monumento à Paz” mantido pelo “GORGS” (COMAB), em parceria com a “Grande Loja do RS” (CMSB) e o “GOB-RS”, que mantém desde 18 de setembro de 2019 um tratado de mútua responsabilidade pela manutenção do mesmo. O memorial é composto por três degraus e duas colunas brancas imponentes, uma representando os maçons farroupilhas e outra os maçons imperiais.

Bento Gonçalves comandava a tropa reunida em Pedras Brancas. Gomes Jardim e o Coronel Onofre Pires, à frente de 200 cavaleiros, concentravam-se na região de Viamão e dirigiram-se à cidade do Porto Alegre, estacionando em 19 de setembro de 1935 perto do Bairro da Azenha.

Cientificado do fato, o Presidente da Província Antônio Rodrigues Fernandes Braga mandou que se armassem a Guarda Municipal Permanente, o Piquete de Cavalaria de primeira linha (cerca de 70 homens) e a Companhia de Guardas Nacionais a cavalo. Como dispunha de pouca força na capital, apelou a todos os cidadãos para que se reunissem, armados, conseguindo juntar um contingente de cerca de 270 homens. Para coordenar as forças legais nomeou o Brigadeiro Gaspar Mena Barreto, pois o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, estava ausente. Foram logo guarnecidos três pontos considerados importantes: o Palácio do Governo, o quartel da Guarda Municipal e o Trem de Guerra (arsenal).

Na noite de 19 para 20 de setembro, Braga enviou um piquete a cavalo para o reconhecimento do dispositivo revolucionário. Com um contingente de 20 homens da Companhia de Guarda Nacional, sob o comando do Major José Egídio Gordilho Barbuda, segundo Visconde de Camamu, que se oferecera espontaneamente para a missão. Os revolucionários, porém, já haviam deixado bombeadores (vigias) junto à ponte da Azenha. Camamu não possuía experiência de combate, particularmente em operações noturnas, e contava com tropas de voluntá-

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

rios. Ao primeiro sinal de alerta dos farroupilhas, o grupo avançado, liderado pelo Visconde, disparou suas armas e retraiu rapidamente, supondo tratar-se de uma forte reação dos revoltosos, provocando uma debandada geral que levou o pânico aos governistas de Porto Alegre. O piquete farroupilha, com sete homens, vendo-os fugir espavoridos, perseguiu-os, matando um e ferindo quatro, entre eles Camamu.

Francisco de Assis Carvalho¹, nosso saudoso “Xico Trolha”, assim refere-se ao episódio da tomada da Ponte da Azenha:

“Não suportando mais ser governado por indivíduos que nada tinham com os interesses dos Rio-Grandenses, no dia 20 de setembro de 1835, rompeu-se uma revolta nas proximidades de Porto Alegre, na Ponte da Azenha – onde uma pequena força legalista deixou-se surpreender pelo chefe do movimento – o Coronel-Maçom Bento Gonçalves da Silva, que irrompeu com seus homens, Capital adentro, obrigando o Presidente a fugir, abandonando o cargo. Cargo esse assumido pelo vice-presidente – Marciano Pereira Ribeiro, que era simpático à causa dos Farrapos”.

No dia seguinte, os revolucionários adentraram na cidade sem encontrar oposição. O Corpo de Permanentes aderiu logo ao movimento, com exceção do comandante, do subcomandante, de um cabo, de um soldado e de um corneteiro. O Presidente da Província, sentindo-se desprotegido, refugiou-se primeiro no Arsenal de Guerra e depois na escuna Rio-grandense, viajando na mesma noite para a cidade de Rio Grande.

Quase sem luta, a não ser ligeiras escaramuças, os revolucionários assentaram seu controle absoluto da capital, obtendo também muita adesão no interior da província. A Câmara Municipal, convocada extraordinariamente por Bento Gonçalves a 21 de setembro, deu posse ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, que era o quarto na ordem geral de precedência dos Vice-Presidentes da Província.

Estava deflagrada a Revolução que buscava melhorias nas relações da Província com o Império. Um ano depois, a revolução tomaria rumos diferentes, ganhando caráter separatista, quando, em 11 de setembro de 1836, era proclamada a República Rio-Grandense.

Terminava aí a “Revolução Farroupilha” e iniciava-se a “Guerra dos Farrapos” propriamente dita, pois na visão dos revoltosos, havia agora um conflito entre dois países e não mais uma disputa interna entre Província e Império.

¹ CARVALHO (1996, p.188).

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

A Revolução Farroupilha havia iniciado em 20 de setembro de 1835. No início do conflito, a ideia era derrubar o presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Antonio Rodrigues Fernandes Fraga. Um novo presidente já havia sido nomeado: José de Araújo Ribeiro, primo de Bento Gonçalves, um dos líderes da Revolução que objetivava a independência da província do Rio Grande do Sul em relação ao Império. Os gaúchos estavam insatisfeitos com os altos impostos sobre os produtos como charque, erva-mate, couro, cobrados pelo Império. Tomaram, então, a cidade de Porto Alegre.

Quase um ano depois, em 10 de setembro de 1836, no Arroio de Seival, próximo à cidade de Bagé, houve o combate entre os 430 farroupilhas liderados por Antonio de Souza Netto e os 560 soldados da tropa imperial. Apesar de estarem com menor contingente, os farroupilhas, peritos em táticas de guerrilha, saíram vitoriosos sobre os ‘caramurus’ e os republicanos farrapos que participaram do conflito proclamaram a independência do Rio Grande do Sul, definindo-se Piratini como a primeira capital farroupilha. Essa vitória fez acalantar os ideias farroupilhas e acirrar a preocupação do Império.

Com a fulminante vitória dos revoltosos, liderados por Antônio de Sousa Neto, a ideia separatista tomou forma. No dia seguinte, em 11 de setembro, o general maçom Antônio de Souza Neto proclamou a República Rio-Grandense¹.

Outro líder separatista, Bento Gonçalves, então preso por forças imperiais na província da Bahia, foi aclamado presidente em 6 de novembro de 1836, junto com quatro vice-presidentes: Antônio Paulino da Fontoura, José Mariano de Matos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Guimarães, todos maçons.

Como Bento Gonçalves estava preso, foi necessário eleger um novo presidente, José Gomes de Vasconcelos Jardim, que imediatamente nomeou para seu ministério da república os seguintes maçons:

Domingos José de Almeida – ministro do interior e fazenda.

José Pinheiro de Ulhôa Cintra – ministro da justiça e estrangeiros.

José Mariano de Matos – ministro da guerra e marinha.

Ao longo da guerra foram nomeados como generais da república: João Manuel de Lima e Silva, Bento Gonçalves, Antônio de Sousa Neto, Bento Manuel Ribeiro, Davi Canabarro e João Antônio da Silveira, da mesma forma todos maçons.

¹ Ver “ANEXO 16: Proclamação da República Rio-Grandense”.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

A primeira capital da nova república foi a cidade de Piratini.

Em 1839, forças lideradas pelo revolucionário italiano Giuseppe Garibaldi e pelo gaúcho Davi Canabarro proclamaram a República Juliana na província de Santa Catarina, tomando a cidade de Laguna. A nova república formou uma confederação com a Rio-Grandense, mas não durou muito, pois não conseguiu tomar a capital provincial de Nossa Senhora do Desterro, posteriormente renomeada para Florianópolis.

A República Rio-Grandense foi dissolvida em 1º de março de 1845, pelo “Tratado de Ponche Verde”, que manteve em vigor algumas leis derivadas da constituição rio-grandense. Teve ao todo seis capitais durante os seus nove anos de existência: Piratini, Caçapava do Sul, Alegrete e São Gabriel (capitais oficiais), Bagé (somente por duas semanas) e São Borja. Os seus presidentes foram Bento Gonçalves e Gomes Jardim.

OS MAÇONS FARROUPILHAS

Aqui na Província de São Pedro, ser maçom ainda era algo reservado à elite: políticos, estancieiros, militares e funcionários públicos.

Muitos livros de história e historiadores insistem na versão de que o nome “farrapos” ou “farroupilhas”, dado aos revolucionários gaúchos, teve origem nas roupas que eles vestiam, gastas e esfarrapadas. No entanto, a verdade é outra. A denominação é anterior à “Revolução Farroupilha”, e era utilizada para designar os grupos liberais de ideias exaltadas. Já em 1829, eles se reuniam em sociedades secretas. Uma delas era a “Sociedade dos Amigos Unidos”, do Rio de Janeiro, cujo objetivo era lutar contra o regime monárquico. Desde então, eram chamados de “farroupilhas”. O termo teria sido inspirado nos “*sans culottes*” franceses, os revolucionários mais extremados durante o período da “Convenção” (1792 a 1795). Os “*sans culottes*”, que literalmente queria dizer “sem calção”, usavam calças de lã listradas, em oposição ao calção curto adotado pelos mais abastados. Eram roupas mais simples, muitas vezes desgastadas. Daí a ligação com o termo “farrapos” ou “farroupilhas”, adotado pelos gaúchos.

Outra versão insiste no fato de que o termo foi provavelmente inspirado nas roupas rústicas de um dos líderes liberais, o maçom Cipriano Barata que, quando se encontrava em Lisboa, circulava pela cidade usando chapéu de palha e roupas propositadamente despojadas.

Seja qual for a sua origem, o termo já era aceito em 1831, como designação dos liberais exaltados que, nessa época, publicavam dois jornais no Rio de Janeiro: “A Jurubeba dos Far-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

roupilhas” e “A Matraca dos Farroupilhas”¹. Ou seja, o termo surgiu muito antes da revolução que herdaria o seu nome.

No Rio Grande do Sul, os maçons liberais formavam um grupo bastante eclético. Lado a lado com os padres que haviam abraçado a causa da Maçonaria, sobressaía-se o considerável contingente de militares maçons, sobretudo da ala jovem, que se incorporou ao esforço libertador, favorecidos em sua causa pelas contínuas transferências de que eram alvo.

Entre estes oficiais podemos citar Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Bento Manuel Ribeiro, David Canabarro, José Mariano de Matos, Luiz José dos Reis Alpoim, Sebastião Mena Barreto, Ulhôa Cintra, João Machado da Silveira, Serafim de Alencastro, Silvano José Monteiro de Araújo, Lourenço Júnior, João Manuel de Lima e Silva (tio do Duque de Caxias) e tantos outros, que constituíam a nata dos intelectuais do Exército, junto com alguns civis de nomeada reputação.

A “Revolução Farroupilha”, bem como a Maçonaria Rio-Grandense, aos poucos também passaria a poder contar com maçons egressos da sociedade secreta de Lisboa, intitulada “Gruta”, composta exclusivamente de brasileiros com a finalidade de, ao regressarem para o Brasil, promoverem a proclamação da república, nos moldes da França e dos EUA. Entre esses, sobressaíram-se: Cândido Batista de Oliveira, José de Araújo Ribeiro, Antônio Vieira Braga, entre outras personalidades que depois do “Ato” de 07 de abril de 1831, tanto influíram sobre os destinos nacionais e provinciais².

Quando a Loja “Philantropia e Liberdade” escolheu, dentre todos os proeminentes maçons gaúchos, o nome do General Bento Gonçalves da Silva, para dirigi-la, automaticamente designou quem seria o líder supremo do movimento político do Rio Grande do Sul, daí para frente, antecipando-se, em quatro anos, aos acontecimentos que culminariam na Revolução de 1835³. Sobre Bento Gonçalves, cabe aqui ressaltar as palavras do eminente maçom fluminense Evaristo da Veiga, publicadas em seu jornal “Aurora Fluminense”:

“O Coronel Bento Gonçalves da Silva tem, com seu valor e mérito, adquirido um nome brasileiro: valente, defensor da sua Pátria contra o inimigo estrangeiro; por sua probidade e retidão, conquistou entre os povos da fronteira do Rio Grande do Sul, onde mora, um tal conceito que, ao seu aceno, toda aquela população se move para o combate, certa de que marcha à vitória e de que tem um chefe leal e um brioso companheiro de armas”.

¹ GIRARDI (2015, p.10-11).

² FAGUNDES (1975, p.208).

³ FAGUNDES (1975, p.208).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Ainda em relação ao líder farroupilha, temos o relato do historiador Manoel Gomes¹:

“O período regencial foi todo ele marcado por agitações internas, que incluíram desde motins e levantes até o movimento de maiores proporções que foi a chamada ‘Guerra dos Farrapos’ ou ‘Revolução Farroupilha’, no ano de 1835, na província do Rio Grande do Sul, inspirada e posta em ação pela Maçonaria, onde, dentre muitos outros, destaca-se o maçom General Bento Gonçalves da Silva, chefe militar do movimento e uma das figuras mais representativas da província”.

Em Pelotas, a Maçonaria congregou dois vultos exponenciais: o ministro Domingos José de Almeida e o gaúcho David Canabarro. O primeiro ocupou o cargo de Venerável da mesma Loja de que faziam parte, além de Canabarro, os padres Antônio Augusto de Assunção e Souza e Ruperto Lazzano, bem como o cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme.

Domingos José de Almeida, pelotense adotivo, é tido como um dos maiores intelectuais do movimento. Republicano convicto, ele seria o relator da Constituinte Republicana, vereador na cidade de Pelotas, deputado à Assembleia Provincial e terceiro Vice-Presidente da República. Foi o Ministro da Fazenda mais brilhante da Revolução.

David Canabarro, a cujo talento militar arrogam-se os maiores elogios, se tornaria uma das mais valentes espadas da Revolução².

Um documento que comprova a filiação maçônica de David Canabarro foi firmado no 12º mês do Ano da Verdadeira Luz de 5843 (1º de abril de 1843 d.C.) no Vale do Itaquiatiá. Nele, Francisco José da Rocha, portador do Grau 30, o mais alto grau em toda a província à época, dá ciência da elevação de David Canabarro ao Grau 18 nos seguintes termos³:

“[...] Como Cavaleiro da Águia Branca e Negra, elevei ao grau 18, o irmão David Canabarro, General da República Rio-Grandense, em atividade de guerra, por encontrar nele todas as qualidades necessárias para ser com o dito grau condecorado e mesmo para maiores serviços poder prestar a nossa Sublime Ordem. Fica o mesmo autorizado a Iniciar profanos e conceder-lhes até o Grau de Mestre Maçom, podendo instalar Lojas em qualquer lugar onde transitar, em toda a superfície da Terra”.

Na cidade de Rio Grande não foi fácil para o maçom Francisco Xavier Ferreira manter uma Loja Maçônica em sua residência. Hábil jornalista e político sagaz, Ferreira era redator e proprietário do jornal “O Noticiador”. Além de ter tomado parte na “Junta Governativa da Província” nos períodos de 1822 a 1824; e de 1826 a 1829, tinha sido deputado à Assembleia

¹ GOMES (1975, p.109).

² (OSÓRIO, 1962).

³ SOUZA (2022, p.122).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Geral, na primeira legislatura. Em virtude de suas funções, manteve por longos anos, contato com o irmão de ordem José Clemente Pereira, desde que este era o Presidente do Senado da Câmara, na Corte¹.

Sebastião Mena Barreto – o príncipe dos poetas da Revolução – embora atuasse como promotor público em Rio Pardo, exerceu várias comissões e viajou por muitas localidades Rio-Grandenses, a serviço da Maçonaria e da Revolução².

A própria liderança dos farroupilhas era praticamente toda composta por maçons. Além do General Bento Gonçalves da Silva, destacamos: José Mariano de Matos, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Pedro Boticário, David Canabarro, Vicente da Fontoura, Paulino da Fontoura, Antônio de Souza Neto, Domingos José de Almeida e os italianos Tito Lívio Zambecari e Giuseppe Garibaldi, que seria Iniciado em 1836, na Loja “Asilo da Virtude”³.

O conde italiano Tito Lívio Zambecari mudou-se para Porto Alegre no fim de 1833. Alguns historiadores afirmam que foi a revolução que levou Zambecari ao Rio Grande do Sul. Foi membro da “Sociedade Literária Continrentino” e estreou na vida da imprensa gaúcha no jornal de mesmo nome, filiando-se posteriormente também à Loja “Philantropia e Liberdade”. Não satisfeito, em pouco tempo, fundava o periódico “O Republicano”, onde finalmente pôde, juntamente com outros, veicular com mais veemência os seus ideais renovadores e revolucionários. É unânime entre os historiadores a sua condição de membro da organização dos “Carbonários”. Segundo alguns autores, devemos ao conde italiano a inscrição, de óbvia inspiração maçônica, incluída no “Brasão de Armas Farroupilha” e que ainda hoje figura na Bandeira do Rio Grande do Sul através da famosa divisa: “*Liberdade, Igualdade e Humanidade*”⁴.

Foram ainda os contatos da Irmandade que levaram Giuseppe Garibaldi (outro membro da Carbonária italiana, refugiado no continente americano após ter a cabeça posta à prêmio na Itália) a se aproximar de Bento Gonçalves e dos farrapos. Nomeadamente esse contato levava o nome de Tito Lívio Zambecari.

Fugindo de uma sentença de morte na Itália, Garibaldi desembarcou no Brasil e, por meio de amigos em comum (de sua parte, ex-carbonários exilados; da parte do general Bento Gonçalves, maçons), uniu-se aos rebeldes gaúchos, embrenhou-se nas batalhas e ajudou a fundar a “República Juliana”, em Santa Catarina. Mais tarde, ele mesmo seria sagrado como

¹ FAGUNDES (1975, p.212).

² FAGUNDES (1975, p.219).

³ GIRARDI (2015, p.9).

⁴ FAGUNDES (1975, p.227).

um integrante da Ordem Maçônica¹.

Há duas versões para a “Iniciação” de Giuseppe Garibaldi na Maçonaria, embora não se saiba exatamente quando isso ocorreu. Antes ele já tinha sido iniciado na Carbonária Italiana, em 1833. A primeira versão conta que ele foi iniciado na Maçonaria, apadrinhado por Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, durante a “Revolução Farroupilha”. E a segunda versão, mais comumente aceita nos círculos acadêmicos, nos dá conta de que o “*Herói de Dois Mundos*” fora “Iniciado” nos augustos mistérios em Montevidéu, na Loja “Asilo da Virtude”².

O que podemos afirmar com certeza absoluta é que ele foi maçom, já que existem registros de que recebeu o Grau 33, em março de 1862, conferido pelo “Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito”, de Palermo, Itália³, onde também foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria Italiana e Soberano Grande Comendador do R.E.A.A. Em 1872 foi nomeado Grão-Mestre Honorário “Ad Vitam” do Grande Oriente da Itália. Em 1877 a Loja “Garibaldi” de Buenos Aires nomeou-o Venerável Mestre “Ad Vitam”, em função de sua participação na defesa da cidade em 1841, à frente da “Legião Italiana” ou “Camisas Vermelhas”.

Foi durante a “Guerra dos Farrapos” que Giuseppe Garibaldi conheceu Ana de Jesus Ribeiro, imortalizada como Anita Garibaldi, que nasceu na localidade de Morrinhos, em Laguna, Santa Catarina, e ficou famosa após abandonar o lar e o marido brasileiro para seguir Giuseppe Garibaldi, quando este ainda lutava com os farroupilhas. Acompanhou-o depois à Itália, onde lutou ao seu lado pela Unificação da Península e ficou registrada na História com o cognome “*Heroína de Dois Mundos*”⁴.

E, para encerrar essa exposição de minibiografias dos principais maçons farroupilhas, ainda temos Pedro José de Almeida, o “Pedro Boticário”, que como maçom, dentre tantas outras, participou da sessão que deflagrou o início da Revolução Farroupilha, pautada pelo polêmico “Balaústre 67”, datado de 18 de setembro de 1835, na Loja “Philantropia e Liberdade”, sendo mencionado como o Tesoureiro da referida Loja⁵.

O POLÊMICO BALAUÍSTRE Nº 67

A controvérsia que existe em torno deste documento reside no fato de que alguns historiadores alegam ser o “Balaústre nº 67” objeto de falsificação e que o mesmo foi redigido bas-

¹ (RIBEIRO, 2012).

² Ver “ANEXO 03: Discurso de Giuseppe Garibaldi”.

³ CARVALHO (1996, p.94).

⁴ GOMES (1975, p.126).

⁵ KEGLES (2015, p.12).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

tante tempo depois de encerrada a “Revolução Farroupilha” com o propósito de meramente ilustrar como “poderia ter sido” a reunião à qual se refere; na contramão de uma outra vertente de pesquisadores – tão idôneos e respeitáveis quanto os primeiros – e que alega ser o referido documento legítimo, uma verdadeira fonte histórica que reflete de forma fidedigna os momentos cruciais em que foi de fato deflagrada a revolução, nos recintos secretos do templo maçônico da Loja “Philantropia e Liberdade”, ocorridos durante a sessão de 18 de setembro de 1835, dois dias antes da tomada da Ponte da Azenha pelas tropas farroupilhas.

Segundo a maioria dos escritores e pesquisadores, quem realmente escreveu o tal Balaústre (ata da Sessão), de forma criativa e inteligente, foi o maçom Dante Bósio, que morreu em 2015. Tal peça de arquitetura maçônica foi apresentada no Oriente de Camaquã na década de 1990 para ilustrar e condensar a participação maçônica na Revolução Farroupilha, de modo a inserir essas influências em uma única ata; ou seja, essa peça é uma representação de vários movimentos pré-revolução, a fim de apresentar em uma reunião em homenagem à Epopeia Farrapa. A palestra do Irmão Bósio, por sua qualidade, fez um imenso sucesso e passou a ser divulgada, juntamente com o seu texto referente ao “Balaústre nº 67”; e não se sabe de que maneira, o texto acabou parando na redação de um jornal local que o publicou, como sendo verdadeiro, o que até hoje ainda gera dúvidas e controvérsias entre pesquisadores.

Se analisarmos friamente este documento, encontraremos algumas incoerências.

A primeira delas é que em nenhuma Loja há o pensamento único e unânime entre os irmãos em relação aos assuntos tratados em suas sessões. Será que todos os obreiros da Loja “Philantropia e Liberdade” tinham os mesmos ideais republicanos? Sou capaz de apostar que não. Em segundo lugar, não seria muita ingenuidade estratégica dos líderes do movimento de se reunirem em um único local, a poucos metros dos imperiais? E em terceiro lugar, na noite em que supostamente ocorrera tal reunião, Bento Gonçalves e José Gomes de Vasconcelos Jardim se encontravam em Pedras Brancas (Guaíba) tratando da invasão do dia 20 e não em Porto Alegre, onde se localizava a sede da referida Loja. Já Onofre Pires estava reunido com suas tropas nas imediações de Viamão; e Antônio de Souza Netto encontrava-se na outra ponta do Estado, na cidade de Rio Grande, de forma que sua presença na Capital naquela noite seria humanamente impossível.

O que temos que ter em mente é que esta peça de arquitetura foi na verdade uma composição fictícia inserida no contexto de uma palestra que poderia ter começado mais ou menos assim: “Imaginem um Balaústre registrando os primórdios da Revolução Farroupilha...”¹.

¹ SOUZA (2022 – p. 140-141)

Dito isso, se o “Balaústre nº 67” é real ou uma falsificação, cabe ao leitor buscar mais informações e com base nelas decidir¹.

O que podemos inferir, sem nenhuma sombra de dúvida, é que a “Revolução Farroupilha” – que posteriormente se transformaria na “Guerra dos Farrapos” – foi sim, inteiramente traçada e delineada no interior das Lojas Maçônicas gaúchas; e, da mesma forma, foi levada a termo pelos representantes e membros destas Lojas: os maçons riograndenses.

A ORIGEM DO TERMO “FARRAPOS” E O PARTIDO FARROUPILHA

O grupo de habitantes do Rio Grande do Sul que pegaram em armas contra o Império até hoje são conhecidos como “Farrapos” ou “Farroupilhas”. Muitos livros de história e até renomados jornais do próprio estado ainda hoje divulgam e insistem na versão equivocada de que tal denominação atribuída aos revoltosos gaúchos de 1835 teve origem nas roupas que estes vestiam – gastas ou esfarrapadas – ou por lutarem com fome, sem armas e sem cavalos. Na verdade, o epíteto “Farroupilha” teve origem bem longe do Rio Grande do Sul, mais precisamente no Rio de Janeiro, sendo inclusive, bastante anterior à Revolução que leva seu nome; e servia para designar os grupos liberais de ideais exaltados e republicanos.

Em 1828, o quadro republicano estava perfeitamente esboçado na história gaúcha, quando, vagamente, o nome “Farroupilha” começou a figurar, como depreciativo para os que adotavam uma atitude política revolucionária. De acordo com Justino de Barroso, esta denominação veio do Rio de Janeiro, trazida pelos maçons Tenente Luis José Alpoim e Major José Mariano de Matos.

Já em 1829 eles se reuniam em sociedades secretas. Uma delas era a Sociedade dos Amigos Unidos, do Rio de Janeiro, cujo objetivo era lutar contra o regime monárquico. Desde então, eram chamados de farroupilhas. Segundo Evaristo da Veiga, o termo havia sido inspirado nos “sans culottes” franceses, os revolucionários mais extremados durante o período da Convenção (1792 a 1795). Os “sans culottes”, que literalmente quer dizer sem calção, usavam calças de lã listradas, em oposição ao calção curto adotado pelos mais abastados.

Outra versão insiste no fato de que o termo foi provavelmente inspirado nas roupas rústicas de um dos líderes dos liberais, Cipriano Barata que, quando em Lisboa, circulava pela cidade usando chapéu de palha e roupas propositadamente despojadas. Seja qual for sua origem, o termo já era aceito em 1831 como designação dos liberais exaltados que, nessa época,

¹ Ver “ANEXO 02: Balaústre nº 67: O Pacto Revolucionário Farroupilha”.

publicavam dois jornais no Rio de Janeiro: “Jurubeba dos Farroupilhas” e “Matraca dos Farroupilhas”.

No cenário político, os farroupilhas, reunidos num partido próprio - contrapondo-se aos conservadores, os caramurus - eram um dos grupos mais exaltados e defendiam ideias como a adoção de um regime republicano ou, ao menos, de um regime de federação, em que as províncias tivessem maior autonomia.

O “Partido Farroupilha” foi fundado no Rio Grande em 1832, por Luís José Alpoim, que participara, no Rio, das agitações populares de sete de abril de 1831, que resultaram na queda do Imperador. Desde o início o partido teve atuação intensa. Em outubro de 1833, promoveu uma manifestação contra a instalação da Sociedade Militar (que congregava conservadores) em Porto Alegre, obtendo pleno sucesso junto à Corte e impedindo a criação da mesma.

O confronto entre liberais e conservadores era, no Rio Grande do Sul, particularmente acentuado. Aqui, os moderados não tinham nenhuma expressão, e por isso eram alcunhados de “chimangos” - caça com a qual não valia a pena se gastar chumbo. O apelido, a partir daí se espalhou para todo o país.

TÁTICAS DE GUERRILHA E OS NÚMEROS DA GUERRA

Até 1840, os farroupilhas, que utilizavam táticas de guerrilha, levaram a melhor em quase todas as batalhas contra as tropas do governo federal, como no combate do Rio Pardo, a maior vitória dos rebeldes, ocorrida em 30 de abril de 1838. Nesse período, poucas foram as vitórias dos soldados da Regência. Uma das raras vitórias dos legalistas foi a batalha da Ilha do Fanfa, quando Bento Gonçalves foi preso e confinado ao Forte do Mar, na Bahia, de onde fugiria, misteriosamente, a 10 de setembro de 1837, com o auxílio da Maçonaria baiana¹.

As táticas de guerrilha fizeram da “Revolução Farroupilha” o mais longo levante contra o Império (1835-1845). As tropas farroupilhas estruturavam-se ou se dissolviam rapidamente e fugiam dos grandes embates. Pretendiam vencer pelo cansaço, armando emboscadas e atacando pequenos batalhões e comboios de provisões dos imperiais. Em paralelo a isso, o eficientíssimo serviço de correio dos revolucionários, inspirado no modelo do conquistador mongol Gêngis Khan, foi decisivo. O correio tinha prioridade no uso dos cavalos até mesmo sobre os generais².

¹ CASTELLANI (1998, p.53).

² (RIBEIRO, 2012).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Um exemplo dessas táticas remonta a fevereiro de 1843, quando sete mil homens marcharam pela Fronteira Oeste da província sob as ordens de Luís Alves de Lima e Silva à caça dos farrapos. Com pressa e para ganhar agilidade, o futuro Duque de Caxias, em março, deixou em São Gabriel parte da bagagem, toda a cavalaria e dois mil homens. Além de precipitar o confronto, o comandante queria os 14 mil cavalos dos republicanos espalhados pela fronteira. Foi tudo em vão. Os farrapos se dissolveram e escapuliram por caminhos que dominavam e evadiram as manadas da região. Caxias teve de ir ao Uruguai comprar montarias. E os seus inimigos aproveitaram para atacar São Gabriel, em 10 de abril. "*O desastre foi completo. Toda a cavalaria acabou recolhida pelos rebeldes*", escreve Morivalde Calvet Fagundes¹ em seu livro "*História da Revolução Farroupilha*".

E foi assim que por dez longos anos lutaram aqueles irmãos valorosos em busca de justiça e dignidade para todos os gaúchos, mantendo a honradez mesmo em batalha.

Depois de 1840, o predomínio militar farroupilha decaiu, acentuando-se então as vitórias das tropas imperiais, principalmente a partir de 1843, com o comando de Caxias, até se chegar à paz final, a 28 de fevereiro de 1845².

Os oficiais republicanos eram basicamente estancieiros, talhados em lutas para proteger a permeável fronteira local. Em 1839, os rebeldes tinham 6.903 membros de cavalaria, 2.247 de infantaria e 222 de artilharia. No início, os imperiais lutavam principalmente a pé. Foi com base no comando de Caxias, em 1842, que o governo passou a apostar na cavalaria e descobriu a chave para sufocar os revoltosos³.

No cômputo geral, a Revolução Farroupilha ficou marcada pelo equilíbrio dos combates entre as tropas do poderoso Império do Brasil e o corajoso e valente exército Rio-Grandense, onde o amor à querência e ao torrão gaúcho, transformou homens simples da terra em verdadeiros guerreiros imbatíveis, os "Centaurus do Pampa".

Durante os 10 anos de duração da "Revolução Farroupilha", ocorreram 118 confrontos bélicos e escaramuças, com 59 vitórias para cada lado; sendo que nos anos de 1835 a 1840 houve ampla vantagem dos farroupilhas; já de 1840 a 1845 a balança passou a pender para o lado das forças imperiais⁴.

¹ (FAGUNDES, 1984).

² CASTELLANI (1998, p.53).

³ (RIBEIRO, 2012).

⁴ FAGUNDES (1984, p. 111).

A MAÇONARIA AJUDA BENTO GONÇALVES A FUGIR DA PRISÃO

A Revolução Farroupilha, não só foi a mais importante das revoluções levadas a efeito no período Imperial, como também foi a mais longa de todas elas. E mais, de acordo com o que aconteceu depois da assinatura da paz de Ponche Verde, podemos afirmar que terminou empatada, não havendo vencedores nem vencidos. E a exemplo das revoluções anteriores, foi liderada, também, por maçons; e da mesma forma deveu a sua continuidade a um maçom, remanescente da “Revolução Pernambucana” de 1817: cônego Joaquim Antônio das Mercês¹.

Bento Gonçalves foi preso em 1836 junto com outros líderes revolucionários no combate da Ilha do Fanfa (em Triunfo). Foi enviado para a prisão de Santa Cruz e, mais tarde, para a Fortaleza de Lage, no Rio de Janeiro, onde chegou a tentar uma fuga em 11 de março de 1837, da qual desistiu porque seu companheiro de cela, o também farrapo Pedro Boticário, era muito gordo e não conseguiu passar pela janela, ficando entalado na pequena abertura. Bento Gonçalves que já tinha saído, desistiu e voltou para ficar com o companheiro.

Desta feita, evadiram-se da prisão os maçons Onofre Pires e Corte Real. A fuga mais espetacular foi a de Onofre Pires, pois jogou-se ao mar usando como boias quatro bexigas de boi, as quais, a caminho da embarcação que os aguardava, três foram furadas por mordidas de peixes, chegando ao barco apenas com a última que restava.

Depois desse episódio Bento Gonçalves foi transferido para a Fortaleza da Laje, também no Rio de Janeiro, e posteriormente para o Forte do Mar, situado em Salvador, na Bahia.

Já na sua chegada à Bahia, Bento Gonçalves buscou contato com a Maçonaria local, enviando cartas às Lojas e solicitando apoio de seus irmãos. Em 28 de agosto de 1837, em sessão na Loja Virtude era apresentada uma de suas cartas, conforme se pode constatar pela ata desta reunião, de posse do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e que diz o seguinte:

“Ata maçônica de 28 do sexto mês de 5837. (...) O irmão Secretário apresentou uma prancha do Ir. Bento Gonçalves da Silva (grau 18) de que ficou a Loja ciente, sendo logo nomeados os IIr. Guimarães – Manoel Joaquim e Marques – para se dirigirem por parte da Loja ao Ir. para participarem-lhe que ela ficou inteirada, e que faria o que estivesse ao seu alcance a fim de melhorar a sua sorte”.

Com a mesma finalidade, em 30 de agosto lia-se, em uma sessão da Loja Fidelidade e Beneficência, outra carta de Bento Gonçalves, tal como se depreende da Ata da 132ª sessão desta Oficina. E assim por diante...

¹ CARVALHO (1996, p.187).

No sentido de prestar ajuda a Bento Gonçalves em tudo o que fosse possível, várias foram as visitas realizadas por obreiros de diversas oficinas baianas.

E assim, em 10 de setembro de 1837, auxiliado pela Maçonaria baiana, o líder farroupilha fugiu da prisão. Fingindo que ia tomar um banho de mar, ele começou a nadar diante do forte até que, aproveitando um descuido dos guardas, fugiu – a nado – em direção a um barco que estava à sua espera¹.

O historiador João Ivo Girardi², sobre a fuga de Bento Gonçalves da Fortaleza do Mar, com o auxílio do Cônego Joaquim Antônio das Mercês, nos fornece alguns detalhes:

“Durante todo o período revolucionário, a Maçonaria ainda contribuiu decisivamente para que o movimento se reorganizasse e conseguisse avançar. Exemplo disso é a organização da fuga de Bento Gonçalves do Forte do Mar, em Salvador, em 10 de setembro de 1837. Com ajuda de maçons baianos, capitaneados pelas Lojas ‘Virtude’ e ‘União e Segredo’ – a segunda dirigida pelo cônego Joaquim Antônio das Mercês, que, ‘por coincidência’ também era o diretor da prisão – o líder farroupilha tramou uma bem-sucedida operação de fuga. Bento Gonçalves conseguiu autorização do diretor do presídio para nadar nas proximidades do Forte. Em uma dessas vezes, justamente no dia em que o diretor foi a uma missa em Salvador, tirou proveito de um descuido da sentinela e nadou até um barco de pescadores. Os maçons acertaram a sua transferência para o Rio Grande do Sul. Em novembro de 1837, ele chegou a Piratini, a então capital da República Rio-Grandense”.

Sobre o Cônego Joaquim Antônio das Mercês, suspeito de facilitar a fuga do irmão maçom riograndense, o historiador Francisco de Assis Carvalho³ ressalta:

“Remanescente da ‘Revolução Pernambucana’ de 1817, amigo e companheiro de Frei Caneca, após a ‘Confederação do Equador’ esteve preso com este numa cela onde ficavam guardadas as cabeças decapitadas dos revoltosos, seus companheiros mortos. Alguns autores afirmam que foi iniciado na Loja ‘União e Segredo’. Depois o vemos como Diretor na Fortaleza do Mar, em Salvador, em 1837, doze anos após a execução de seu irmão em Maçonaria e em Cristo”.

Alguns historiadores profanos até hoje não conseguem entender como e por que o Cônego Joaquim Antônio das Mercês facilitou a fuga de Bento Gonçalves, da Fortaleza. Nos meios maçônicos, porém, tudo faz sentido, se levarmos em conta que foi a “Solidariedade Maçônica” e revolucionária, o idealismo de ambos que ditou e realizou os planos. Isso porque, com os

¹ (ROGOWSKI, 2016).

² GIRARDI (2015, p.9).

³ CARVALHO (1996, p.86).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

preparos para a fuga foi necessário contratar uma tripulação para conduzir o general farroupilha, afastar os guardas e permitir que Bento Gonçalves se banhasse no mar, o que era bastante incomum e totalmente ilógico para uma prisão de segurança máxima.

O pesquisador Sebastião Ribeiro¹ reforça a historiografia oficial, dando conta da sua versão dos fatos:

“A cela estreita e comprida no Forte de São Marcelo (também conhecido como Fortaleza do Mar), ilha-prisão na Baía de Todos os Santos, em Salvador, não era o melhor lugar para o encarcerado presidente da República Rio-Grandense exhibir seus dotes físicos. A situação mudou quando obteve a licença do diretor para nadar no mar – ainda que sempre vigiado. E foi nadando que, em 10 de setembro de 1837, ele fugiu de forma cinematográfica da fortaleza, reaparecendo na sua república 60 dias depois”.

Já a cética historiadora gaúcha Eliane Colussi² assim relata o episódio:

“Bento Gonçalves foi aprisionado em 1836 e enviado, inicialmente, para o presídio Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, foi transferido para o Forte de São Marcelo (Fortaleza do Mar), na Bahia. [...] Em relação ao episódio da fuga do líder farroupilha, a intervenção maçônica se efetivou a partir do momento em que Bento Gonçalves foi identificado como ‘Irmão’. Com efeito, não se pode deixar de considerar o fato de que, efetivamente e de forma surpreendente, Bento Gonçalves retornou ao Rio Grande do Sul em novembro de 1837. Se tal complô se deveu à ação de maçons ou de liberais simpáticos aos farrapos é, ainda, uma questão em aberto”.

Enfim, a fuga do Forte de São Marcelo foi um dos episódios da insurreição em que a Maçonaria teve papel mais relevante. Resumindo a questão: preso em outubro de 1836, após a derrota na batalha do Fanfa, Bento Gonçalves foi trancafiado nas infectas celas da Fortaleza de Santa Cruz e depois nas do Forte da Laje, no Rio de Janeiro, de onde tentou fugir em março de 1837. Só não conseguiu porque seu companheiro de cárcere, Pedro Boticário, por gordo que era, ficou entalado nas grades da janela da cela. Cinco meses depois, o general foi transferido para o Forte de São Marcelo. Assim que chegou a Salvador, ainda no porto da Capital baiana, recebeu a saudação de irmãos maçons e conspiradores liberais. Abatido com a viagem, teria feito pouco caso do encontro. Dias depois, porém, emitiu um pedido de ajuda à Loja local “Virtude”, que, em conluio com a Loja “União e Segredo” logo providenciou uma comissão para visitá-lo periodicamente, dando início ao plano de fuga.

¹ (RIBEIRO, 2012).

² (COLUSSI, 2003).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

E então, conforme relata o historiador e pesquisador Sebastião Ribeiro¹, às 10 horas da manhã do dia 10 de setembro, um domingo, o general, então com 48 anos, despiu-se para o banho de mar e pôs-se a nadar – não se sabe se a regalia era fruto da sua notória capacidade de persuasão ou de influência e propinas pagas por companheiros da Ordem aos vigias. Teria iniciado o exercício nadando em voltas para distrair a vigilância, mas a cada volta distanciava-se com braçadas frenéticas até atingir um baleeiro de seis remos posicionado por seus cúmplices na baía. Assim que a fuga foi percebida, dois escaleres ainda saíram atrás da embarcação, que rapidamente chegou à ilha de Itaparica. O fugitivo raspou a barba para se disfarçar e foi acolhido pelos amigos conspiradores. Em 07 de outubro, após quase um mês escondido, o presidente da República Rio-Grandense embarcou em um navio comercial carregado de farinha rumo ao sul. Aportou em Santa Catarina e cumpriu o resto do trajeto até a província vizinha a cavalo, sempre com o apoio da fraternidade maçônica.

Morivalde Calvet Fagundes² também tem a sua versão:

“Bento Gonçalves foi transferido para a Fortaleza da Laje, no meio da baía, para maior segurança, no princípio de 1837. Nessa fortaleza, preso com ele, ficou o Pedro Boticário. Na Fortaleza de Santa Cruz haviam ficado Onofre Pires, Corte Real e Tito Lívio Zambecari, entre os principais. Uma evasão conjunta foi marcada para a noite de 10 de março. Bento Gonçalves, depois de desvencilhado dos grilhões, limou pacientemente um varão de ferro da grade existente na pequena janela de seu cárcere e aguardou, na escuridão, o rumor dos remos da canoa que o viria apanhar. Esta chegando, o general transpôs rápido a abertura, desceu pela escada de cordas e já se achava entre os seus salvadores, quando verificou, desapontado, que o Boticário, por ser muito gordo, não podia escapar. Voltou ao recinto da fortaleza. No mesmo instante, as sentinelas, percebendo movimento estranho, davam o alarme”.

Ao que o referido autor complementa³:

“Recolhido ao Forte do Mar (São Caetano), imediatamente começaram seus ‘irmãos’ da Maçonaria as articulações necessárias para a sua pronta libertação. Dois dias depois da chegada do líder farroupilha, em uma sessão da Loja ‘Virtude’, o Irmão Secretário apresentou uma prancha do Irmão Bento Gonçalves da Silva, grau 18, da qual a Loja ficou ciente, logo nomeando os irmãos Guimarães, Manoel Joaquim e Marques, para se dirigirem, por parte da Loja, ao dito irmão e participarem-lhe que ela ficou inteirada, e que faria o que estivesse a seu alcance, a fim de melhorar a sua sorte. Às 10 horas do segundo domingo de se-

¹ (RIBEIRO, 2012).

² FAGUNDES (1984, p. 59-60).

³ FAGUNDES (1984, p.61).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

tembro, dia 10, faltando 13 dias para o 49º aniversário natalício de Bento Gonçalves, os seus amigos, depois de lhe darem aviso do plano concertado para sua fuga, conseguiram, com o Comandante do Forte, permissão para que ele fosse tomar banho de mar, na circunvizinhança das baterias, vigiado pelas sentinelas em armas e por uma escuna de guerra, ancorada não muito longe. Velejava ao largo dos baluartes, entre outras baleeiras e embarcações pesqueiras, uma canoa de velas, com seis remos, compondo a habitual paisagem da baía, como é vista ainda hoje. O general farroupilha despiu-se, mergulhou nas águas revoltas e nadou displicentemente de um lado para o outro, distanciando-se lentamente da costa, à medida que sentia que a vigília esmorecia, pela repetição da cena. Súbito, quando sentiu que não poderia mais ser alcançado, orientou-se no sentido da posição da embarcação combinada, vislumbrada à distância. O fato não passou despercebido às sentinelas do Forte. Os artilheiros correram às suas peças, mas a pólvora negou fogo. Havia sido molhada, na véspera para que isso acontecesse. Da Fortaleza largaram, finalmente, dois escaleres, atrás do fugitivo. O Comandante, valendo-se de um porta-voz, fez ouvir o alarme no barco de guerra. A esta altura, o líder farrapo já ganhara o bote salvador, rumando para a Ilha de Itaparica, onde foi recolhido, pelos amigos. Seus perseguidores, desorientados, dispersavam-se pelo Recôncavo”.

Bento Gonçalves ficou alguns dias na Ilha, aguardando que a busca serenasse. Depois, transportou-se para a cidade, onde o abrigaram até 07 de outubro, à espera do bergantim do maçom Antônio Gonçalves Pereira Duarte, iniciado nos mistérios da Maçonaria, precisamente para este feito, no dia 31 de agosto do mesmo ano.

Numa bela tarde de primavera, completado o carregamento, o palhabote levantou ferros e abrindo as velas à viração, deslocou-se mansamente pela baía, levando farinha para Pelotas e Montevideu. Quem diria que, entre os sacos brancos, era devolvido aos pagos o homem da “Setembrina”, ávido de cobrar em Piratini a dívida do Fanfa? O navio o deixou em Desterro, capital da província de Santa Catarina, de onde, a cavalo, penetrou no Rio Grande do Sul, passando por Torres em 03 de novembro e atingindo Viamão em 10 de novembro de 1837, justamente 60 dias após a sua fuga do Forte do Mar¹.

A MAÇÔNICA PAZ DE PONCHE VERDE

Outro acontecimento que teve a forte participação da Maçonaria (ou dos maçons como queiram) foi a negociação da paz, cujos principais envolvidos eram todos maçons.

¹ FAGUNDES (1984, p.61-62).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Em 1º de março de 1845, Caxias e Canabarro – o Barão e futuro Duque de Caxias (legista) e o General David Canabarro (farroupilha), dois grandes maçons – assinaram as proclamações que poriam fim à guerra que já se estendia por dez longos anos.

A mesma Maçonaria que articulou a deflagração do movimento em 1835 foi a responsável pelos acertos do acordo de paz assinado com o então Barão de Caxias. Os maçons Bento Gonçalves, José Gomes Vasconcelos Jardim e David Canabarro, foram, na sequência, os negociadores do fim da Revolução¹.

Diferentemente das revoltas anteriores, a Revolução Farroupilha não terminou com mais derramamento de sangue, prisões ou perseguições. A habilidade política dos líderes do movimento e a sua influência maçônica, aliada ao desgaste provocado ao Império pela longevidade do movimento, permitiram que os revoltosos conseguissem ser atendidos na quase totalidade de suas exigências para o fim do conflito – dentre elas a anistia aos envolvidos, libertação dos escravos que lutaram pelos farroupilhas, reconhecimento das patentes militares e a indicação do presidente da Província.

Eis os doze termos da “Paz de Ponche Verde”, selada no local onde hoje fica o município de Dom Pedrito²:

Art.1º - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art.2º - Fica estabelecido o pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

Art.3º - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, à custa do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praças no Exército ou na Armada.

Art.4º - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresente, em um prazo preventório.

Art.5º - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.

Art.6º - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.

Art.7º - Está garantida, pelo Governo Imperial, a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.

¹ GIRARDI (2015, p.9).

² O DELTA (2017, p.26 – edição nº 09/2017).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Art.8º - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

Art.9º - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

Art.10º - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.

Art.11º - O direito de propriedade é garantido em toda a plenitude.

Art.12º - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

Para isso, foi providencial o fato de Caxias ser também um destacado maçom. O Barão era filiado ao “Grande Oriente Brasileiro” e chegou a ser, inclusive, Grão-Mestre de Honra do “Grande Oriente do Brasil”¹.

Na anistia dos farroupilhas, visualizamos claramente acordos em função da Maçonaria. Em vez de executar os vencidos, há um processo conciliatório que se dá entre irmãos maçons. Os farrapos garantiram, por exemplo, o direito de manterem a sua bandeira e brasão de armas claramente de influência maçônico-republicana e o de indicarem o presidente da província. E esse processo permitiu que, na Guerra do Paraguai (1864), os ex-inimigos já lutassem lado a lado. Aliás, a revolta gaúcha serviu como prova de fogo e foi fonte de um grande aprendizado militar para o Exército brasileiro. A paz selada em 1845 deu sobrevida ao poder imperial e ajudou a definir o Rio Grande do Sul, enfim, como parte do Brasil.

A partir de então, a “Revolução Farroupilha” seria narrada como a grande epopeia gaúcha, e seus líderes, apresentados como heróis. Sobretudo após 1935, a história da revolução ajudaria a formar a identidade do gaúcho. O fato de João Carlos D’Ávila Paixão Cortes ter sido por mais de vinte anos maçom pertencente aos quadros do G.O.R.G.S. e o surgimento do “Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)”, nas décadas de 1940-1950, seriam apenas uma mera consequência disso².

AS SEMENTES PRECURSORAS DO FIM DA ESCRAVIDÃO E DO MOVIMENTO REPUBLICANO

Em relação ao abolicionismo, embora só na década de 1880 ele se tivesse tornado mais marcante, o fato é que, mesmo antes da conscientização pública para o problema da escravidão, diversos atos isolados de maçons já marcavam o movimento. É o caso da atitude pioneira

¹ GIRARDI (2015, p.9-10).

² (RIBEIRO, 2012).

da República Rio-Grandense, originada da eclosão da “Revolução Farroupilha” – liderada por maçons como Bento Gonçalves e David Canabarro – fazendo libertar, de acordo com o Decreto de 11 de maio de 1839, todos os escravos “*aptos para a profissão das armas, oficinas e colonização, a fim de acelerar de pronto a emancipação dessa parte infeliz do gênero humano*”¹.

Durante a “Revolução Farroupilha”, os combatentes negros foram declarados livres. Os líderes mais notórios dessa revolução foram todos reconhecidamente maçons: Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, David Canabarro, Antônio de Souza Neto e Manuel Luís Osório.

A esta altura dos acontecimentos, florescia mais do que nunca, a “Sociedade Literária Continente”, antecâmara da Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”, ambas criadas com a finalidade de “*fomentar o progresso, tanto na instrução do povo, como em um mundo de negócios, que se esperava recebesse grandes impulsos com a entrada na vida constitucional*”. O grêmio ainda se sobressaiu, não há como negar, “*criando instituições de ensino e de imprensa e dando combate eficaz ao vergonhoso tráfico de escravos*”².

Um exemplo disso é que o planejamento estratégico e logístico das primeiras ações revolucionárias foi desenvolvido “entre colunas” do Templo maçônico da Loja “Philantropia e Liberdade”, que existe até hoje e está sediado em Porto Alegre, tendo ali sido firmado o “*Pacto Revolucionário Farroupilha*”, em 18 de setembro de 1835. Nessa reunião secreta e histórica foi feita a coleta de quantia no valor de 350\$000 que, por proposição de José Mariano de Mattos foi destinada à compra de uma Carta da Alforria de um escravo de meia idade, proposta aceita por unanimidade, comprovando-se o espírito abolicionista e antiescravagista dos revolucionários maçons do sul do Brasil³.

No próprio exército farroupilha havia o “Corpo de Lanceiros Negros” formado por mais de 600 homens negros, comandados pelo maçom Antônio de Souza Neto, e que teve participação decisiva em algumas das principais batalhas⁴.

Não obstante, por influência da Maçonaria, a causa farroupilha ainda daria importância destacada à descentralização do poder político, com a formação de estados federados com um certo grau de autonomia, plantando as sementes para o que viria a acontecer gradativamente, décadas depois com o aprimoramento e a implantação do sistema republicano⁵.

Tanto é que em 16 de dezembro de 1837, Bento Gonçalves assumiu a presidência da

¹ CASTELLANI (1998, p.52).

² FAGUNDES (1975, p. 211).

³ (ROGOWSKI, 2016).

⁴ GIRARDI (2015, p.8-9).

⁵ GIRARDI (2015, p.9).

“República Rio-Grandense”, eleito que fora em 06 de novembro de 1836, quando ainda se achava preso pelos legalistas¹. E em 1841, a revolução estendeu a sua ação à Província de Santa Catarina, estabelecendo-se em Laguna, de onde surgiu a “República Juliana”².

Ambas as repúblicas tiveram efêmera duração, mas deixaram as suas marcas, fomentando os ideais que cerca de meio século mais tarde seriam efetivados com a maçônica Proclamação da República Federativa do Brasil, em 1889.

A CURIOSA PALAVRA DE PASSE DOS FARROUPILHAS

Durante a “Revolução Farroupilha”, nossos antepassados precisavam de uma senha, uma “Palavra de Passe” que identificasse os rebeldes e diferenciase os gaúchos dos castelhanos, já que os últimos se aproveitavam do movimento e da total falta de controle das fronteiras para se infiltrar nas fileiras farroupilhas a fim de roubar montarias, armas e provisões.

Em suma, os maçons sabem a importância que possui a “*Palavra de Passe*”, ou senha de acesso, como é conhecida nos meios militares. Assim, os líderes dos farrapos, todos maçons de longa data e certamente inspirados pelo conhecimento da cultura maçônica em relação às particularidades da “*Palavra de Passe*” do grau de “*Companheiro Maçom*”, também a adotaram, nos mesmos moldes e com a mesma finalidade, variando apenas a estrutura morfológica e o significado simbólico da mesma, adequando-a ao momento histórico que viviam, ao local em que se encontravam e ao inimigo contra o qual pretendiam utilizá-la.

A palavra escolhida foi “*Quero-Quero*” que, por uma dificuldade fonética natural da língua espanhola, era bastante difícil de ser pronunciada, haja vista que os castelhanos a pronunciavam como “*cuero-cuero*” e não “*quero-quero*”, entregando a sua origem.

Este aparentemente insignificante detalhe acabou custando a vida de inúmeros inimigos que se infiltravam nas linhas dos Farroupilhas em busca da pilhagem de armas, montarias, gado e charque.

A palavra também foi escolhida porque o bichinho que lhe empresta o nome, apesar de frágil e aparentemente indefeso é capaz de agigantar-se em coragem e em ousadia, arriscando a própria vida na defesa do seu ninho, de sua ninhada e de seu espaço, de modo a se equiparar simbolicamente à bravura heroica dos revolucionários gaúchos³.

¹ FAGUNDES (1984, p.62).

² GOMES (1975, p.126).

³ CELENTE (2010, p.5).

O BRASÃO DE ARMAS E A ATUAL BANDEIRA DO RS

Vários resquícios maçônicos da Guerra dos Farrapos ficaram imortalizados, não só nas Lojas, mas também nos símbolos do nosso Estado, como é o caso do Brasão de Armas e da Bandeira do Rio Grande do Sul.

A “Revolução Farroupilha” protagonizou uma das páginas mais fabulosas da História do Brasil, repleta de eventos maçônicos, que merecem ser contados e recontados. Terminou após 10 anos de intensa luta, e ao final, durante a “rendição” dos gaúchos, os negociadores da paz de ambos os lados eram maçons: David Canabarro (pelos Farroupilhas), e Luís Alves de Lima e Silva, Barão e futuro Duque de Caxias (pelos legalistas). E assim, dois maçons assinaram o tratado que selaria o fim do conflito.

Durante as tratativas, várias condições foram negociadas, dentre as quais algumas que perpetuariam a participação maçônica no desenrolar do conflito. Por exemplo: a atual bandeira do RS reúne, ainda hoje, as cores da “Flâmula” e do “Brasão de Armas”¹ original dos farrapos, onde entre o verde e o amarelo da Bandeira do Brasil encontra-se o vermelho representativo do sangue derramado pelos farroupilhas na luta por seus ideais. Já no Brasão de Armas, idealizado pelo coronel José Mariano de Matos e desenhado pelo major Bernardo Pires, ambos oficiais farroupilhas e maçons, podemos ler os dizeres: “*República Rio-Grandense – 20 de setembro de 1835*”, bem como na base do mesmo encontramos o dístico inspirado no lema da Revolução Francesa “*Liberdade, Igualdade e Humanidade*”.

Assim, cabe-nos inferir que as marcas da Maçonaria na história do Rio Grande do Sul não desapareceram nem mesmo com o fim do movimento. O “Brasão do Estado”, usado na bandeira, ainda é o mesmo, composto pelo encontro de dois triângulos, constituindo-se num losango cujos triângulos, se sobrepostos, formam a “Estrela de Davi”. Este losango é ladeado por duas colunas maçônicas; e em seu interior existe um retângulo, com dois ramos de acácia dentro. Ao pé do “Brasão” está o trinômio: “*Liberdade, Igualdade e Humanidade*”. E nos quatro pontos cardeais (norte, sul, leste e oeste) encontram-se quatro pentagramas. Mais influência maçônica, impossível²...

No “Brasão de Armas” podemos identificar vários elementos de inspiração maçônica:

1. As duas colunas remetem ao Templo de Salomão, onde uma representa a beleza e a outra a força; e quando reunidas significam a sabedoria. Força, beleza e sabedoria formam os três grandes pilares que sustentam uma Loja Maçônica.

¹ Ver “ANEXO 04: O Escudo Rio-Grandense”.

² GIRARDI (2015, p.10).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

2. As estrelas (pentagramas), todas as quatro, foram inseridas nos quatro pontos cardeais, e com a ponta isolada voltada para cima, em alusão à representação maçônica do homem perfeito. E assim como a Maçonaria, elas invocam as influências celestes, simbolizando a espiritualidade humana e as virtudes, bem como os quatro elementos: água, terra, fogo e ar; e as quatro divisões do templo maçônico, Norte, Sul, Ocidente e Oriente.

3. Os ramos de acácia representam a imortalidade da alma, simbolismo maçônico por excelência.

4. Repartido ao meio, o losango que se encontra entre as duas colunas, pode ser visto como dois triângulos equiláteros, que se sobrepostos formam a Estrela de Davi. O triângulo é um dos símbolos maçônicos de maior expressão.

5. O dístico “*LIBERDADE, IGUALDADE, HUMANIDADE*” remete a uma adaptação das palavras de ordem da “Revolução Francesa” (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), valores igualmente adotados e altamente cultuados pela Maçonaria Universal.

6. A disposição das cinco lanças centrais reflete as cinco estrelas luminosas da Representação Mística do Templo de Salomão, assim como os dois globos sobre as colunas lembram as duas esferas celestes que repousam sobre as colunas “B” e “J”, as quais representam o Sol e a Lua, que por sua vez representam o princípio masculino e feminino da Criação.

7. A simples presença do termo “República Rio-Grandense”, por si só, trata-se de uma clara alusão aos princípios maçônico-republicanos norteadores da revolução de 1835.

A Bandeira foi criada em 1836, logo após a fulgurante vitória dos farrapos sobre os imperiais na Batalha do Seival. De início era quadrada e sem o brasão. Sua autoria é controversa. Enquanto alguns apontam ter sido o seu autor Bernardo Pires, outros pendem para José Mariano de Mattos.

José Ivo Girardi¹ ainda nos fornece outros detalhes:

“A bandeira atual do Rio Grande do Sul tem a sua origem nos desenhos dos rebeldes durante a ‘Guerra dos Farrapos’, em 1836, mas sem o ‘Brasão de Armas’ até então. Sua autoria é controversa: alguns apontam Bernardo Pires, enquanto outros apontam José Mariano de Mattos. Foi oficializada como ‘Bandeira do Estado’ em 05 de janeiro de 1966, já com o ‘Brasão de Armas’ na parte central. Significados das cores: também não há um consenso sobre o significado das cores da bandeira Rio-Grandense. Algumas fontes alegam que as referidas cores simbolizam o auriverde do Brasil separado pelo vermelho do sangue derramado pela guerra. Há outras que afirmam ser uma combinação do rubro verde da bandeira portu-

¹ GIRARDI (2015, p.10).

guesa com o aurivermelho da bandeira espanhola, o que faria todo o sentido em uma região de fronteira entre essas duas potências coloniais; há que se salientar, porém, que à época da Revolução Farroupilha, as cores nacionais de Portugal eram o alviceleste, símbolo da monarquia, e que só mudaria para o rubro verde mais de meio século depois. A versão mais aceita, no entanto, é a de que o verde e o amarelo representam o Brasil e a faixa vermelha representa o sangue, a república e a liberdade. Portanto, está no meio do verde e do amarelo para demonstrar a separação do Rio Grande do Sul do resto do país. Já quanto ao lema 'Liberdade, Igualdade e Humanidade': sabe-se que o lema escrito na bandeira do Estado, tanto quanto os seus símbolos, estão diretamente ligados à Maçonaria, haja vista que a elite gaúcha militar e política à época da 'Guerra dos Farrapos' era, em sua maioria, maçônica''.

ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o inegável e importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores da mais longa revolução brasileira: a “Revolução Farroupilha” – que posteriormente se transformaria em “Guerra dos Farrapos” – e o importantíssimo papel que o movimento teve na definição da identidade histórico-cultural do povo gaúcho.

Morivalde Calvet Fagundes¹:

“O laço que uniu a ‘Revolução Farroupilha’ à ‘Revolução Liberal’ desencadeada no mundo ocidental foi a Maçonaria”.

João Ivo Girardi²:

“A ‘Revolução Farroupilha’ (1835-1845) mudou a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. E a Maçonaria foi uma das colunas desse movimento. Aliás, o cérebro, os braços e a cartilha da Revolução”.

João Francisco Rogowski³:

“A influência maçônica na ‘Revolução Farroupilha’ não foi um caso isolado, segundo pesquisas históricas, a luta contra a opressão sempre teve forte presença dos maçons em todas as épocas e em todas as partes do mundo”.

Willian Almeida de Carvalho⁴:

¹ FAGUNDES (1975, p.15).

² GIRARDI (2015, p.8).

³ (ROGOWSKI, 2016).

⁴ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

“Ainda neste período, teria início, em 1835, a ‘Revolução Farroupilha’, movimento autonomista que se estenderia até 1845 e que, tendo sido liderado pelo maçom Bento Gonçalves da Silva, teve entre os seus expoentes outros dois maçons: David Canabarro e Giuseppe Garibaldi, que iria posteriormente lutar pela unificação italiana”.

O “Grande Oriente do Rio Grande do Sul” (G.O.R.G.S.), ao comemorar o centenário desse movimento, lançou no dia 24 de setembro de 1935, uma proclamação pública em que, reivindicando para a Maçonaria a glória da Revolução Farroupilha, declara que¹:

“Nós, representantes legítimos de todos os Maçons Antigos, Livres e Aceitos regulares, residentes no Oriente de Porto Alegre, sob a inspiração do mais íntimo júbilo, aqui afirmamos a mais soberana fé que todos depositamos no destino glorioso de nossa raça. E na celebração do primeiro centenário de um dos três maiores feitos maçônicos do Brasil (1822 – 1835/1845 – 1889), queremos abraçar fraternalmente a todos os nossos irmãos de raça, na firme compenetração de todos os deveres cívicos e humanos, subscrevendo na presente os propósitos que animam os maçons de todo o globo terráqueo – de lutar sem esmorecimento em favor da Paz, da Ordem e da Prosperidade da Pátria, para que ela seja forte, grande, feliz e amiga das outras Pátrias, concorrendo para o bem estar da Família Humana”.

João Ivo Girardi²:

“A ‘Revolução Farroupilha’, juntamente com a “Declaração da Independência” e a “Proclamação da República”, compõe a tríade histórica fundamental da Maçonaria brasileira, entrelaçada pelo mesmo ideal libertário, federativo, republicano e humanista da Ordem”.

Gustavo Barroso³, em sua “História Secreta do Brasil” assim relata:

“Os centauros estavam largados nas coxilhas, de ponchos ao vento, espadas nuas, lanças em riste, seus bravos caudilhos à frente: Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, João Manuel de Lima e Silva, Onofre Pires, João Antônio da Silveira, Corte Real, Gomes Jardim, Manuel Lucas de Oliveira, Antônio Joaquim da Silva, Giuseppe Garibaldi. Nem todos eram filhos dos pampas. Vestiam fardas vermelhas, quando tinham fardas”.

Luiz Alves Leite de Oliveira Belo⁴:

“Sentinela denotada dos términos do Sul, com o peito em frente ao inimigo da Pátria, como esses rochedos que se erguem à beira-mar, quebrando as fúrias das ondas, nas arestas de seus granitos, muitas vezes flagelados pelas tempestades, porém sempre ressurgindo fir-

¹ GOMES (1975, p.110).

² GIRARDI (2015, p.8).

³ (BARROSO, 1939).

⁴ (BELO, 1875).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

mes, de pé, impertérritos, debaixo das vagas despedaçadas, das procelas vencidas! Grande Província! Quando a história quer escrever uma página de triunfo, um poema de heroicidade nas plagas sul-americanas, molha o estilete na linfa do teu sangue e conta a bravura de teus filhos, cujos ossos branqueiam os campos de todas as batalhas, cujos nomes resplendem, como estrelas de imortalidade, em todos os troféus da Pátria! Grande Província, imortal povo! Urbanidade ática e caráter espartano, sincero como a consciência enérgica da verdade!”.

Bento Gonçalves da Silva:

“Eu preferiria antes perecer nas ruínas da minha Pátria do que dar um passo sequer que não seja para seu engrandecimento”.

Guiseppe Garibaldi:

“Eu vi corpos de tropas mais numerosas e batalhas mais disputadas, mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem lanceiros mais brilhantes que os da bela cavalaria riograndense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e a combater dignamente pela causa sagrada das nações! Quantas vezes fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar essa gente viril e destemida, que sustentou, por mais de nove anos, contra um poderoso império, a mais encarniçada e gloriosa luta!”.

PARTE V

**O MAÇÔNICO GOLPE DA
MAIORIDADE DE D. PEDRO II**

Quanto mais me elevo, menor pareço aos olhos de quem não sabe voar.

[Friedrich Nietzsche].

O GOLPE DA MAIORIDADE DE D. PEDRO II (1840)

Após a renúncia de D. Pedro I, o país passou a ser governado por Regências – “Trina” ou “Una”, ocupadas por maçons de tendências liberais ou conservadoras – gerando neste período uma série de convulsões políticas e sociais. A fragilidade da Regência fazia com que setores conservadores trabalhassem pela restauração do primeiro Imperador brasileiro, enquanto os setores liberais queriam impedir qualquer tentativa de retorno do Imperador deposto¹.

Neste mesmo período, a 23 de novembro de 1831, deu-se a reinstalação dos trabalhos no “Grande Oriente”².

De acordo com Manoel Gomes³:

“A abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu uma nova fase na história do Brasil. Seu filho D. Pedro de Alcântara, em cujo favor abdicou, ainda era um menino. Enquanto durou a menoridade, o Império foi governado por Regências, cujos principais regentes eram maçons, e que duraram de 1831 a 1840, quando foi declarada a maioridade legal do futuro imperador D. Pedro II”.

Quando foi tomada a decisão de substituir a “Regência Trina” pela “Regência Una”, o padre-maçom Diogo Antônio Feijó – iniciado na Loja “Amizade” de São Paulo em 1833, tendo, na carreira maçônica, galgado até o grau 18 – foi eleito, a 07 de abril de 1835, Regente do Império, com 2.828 votos, ante os 2.251 votos dados ao também maçom Holanda Cavalcanti, futuro Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”. Assistia-se, mais uma vez, ao eterno embate entre maçons conservadores e liberais.

Com o acirramento das lutas entre os restauradores, os exaltados e os moderados, os regentes, não mais podendo suportar a pressão, retiraram, por decreto de 1833, José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II, após o que ele foi preso e posto em sua casa, onde ficaria confinado, mesmo sendo o Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, cargo para o qual fora eleito a 06 de novembro de 1832.

Fato corroborado pelo pesquisador Willian Almeida de Carvalho⁴:

“Embora confinado – já ostentando o 33º grau, recebido a 05 de março de 1833, do ‘Supremo Conselho’ criado por Montezuma –, Bonifácio continuaria com a autoridade inerente ao cargo”.

¹ (CARVALHO, 2016).

² GOMES (1975, p.107).

³ GOMES (1975, p.126).

⁴ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Durante o período das Regências, o Império do Brasil vivia uma fase turbulenta, às voltas com diversas revoluções regionais, de forma que o quadro que se pintava era o pior possível: tudo fazia prever o desastre do desmembramento do Brasil em uma série de nações menores independentes.

Nessa época, diversas Lojas Maçônicas já se encontravam em plena ebulição, em torno das causas abolicionistas e republicanas, que caminhavam juntas nos meios maçônicos; ambas baseadas na radicalização de uma ala jovem da Maçonaria brasileira, representada no governo imperial, no parlamento, nos quartéis, nas letras, nas ciências e nas artes¹.

Aliado a isso, nos primeiros anos da década de 1840, o “Grande Oriente do Passeio” começava a entrar em decadência, perdendo diversas lojas para o “G.O.B.” (Grande Oriente do Brasil). No terreno político, membros das duas Obediências rivais participavam ativamente dos acontecimentos do período da Regência, em que quase todos os principais protagonistas eram maçons, e teriam atuação marcante no movimento pela maioridade do herdeiro do trono.

O Imperador-menino converteu-se na esperança de todos aqueles que, cansados da experiência regencial, buscavam fórmulas de assegurar a sobrevivência do Império em meio à crise². E também para aqueles que viam em D. Pedro II a única forma de manter o território nacional unido em meio às constantes crises que ameaçavam desagregá-lo em uma série de províncias independentes a qualquer momento.

Nas palavras de Laurentino Gomes³:

“Na falta de outro elo capaz de assegurar a integridade nacional, apenas o herdeiro do trono brasileiro, embora fosse ainda um garoto franzino e menor de idade, passou a ser o depositário de todas as esperanças dos brasileiros naquele momento”.

Porém, pela Constituição brasileira da época, o Imperador só poderia assumir o trono com dezoito anos completos. Era preciso, portanto, reformar a lei antes de coroá-lo.

Foi o que alguns influentes maçons fizeram.

Assim, muitos deles, sob a bandeira do “Partido Liberal” e sob a liderança de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva e de seu irmão, Martim Francisco de Andrada, ainda participariam do movimento pela maioridade, conseguindo fazer com que D. Pedro II, com apenas 15 anos de idade, assumisse o trono do Império⁴.

Em abril de 1840, fundaram a “Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador” na

¹ CASTELLANI (1998, p.69).

² NEVES; MACHADO (1999, p.137).

³ GOMES (2015, p.114-115).

⁴ CASTELLANI (2001, p.5).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

casa do senador e maçom cearense José Martiniano de Alencar – pai do futuro escritor e também maçom José de Alencar. Desse grupo também faziam parte o Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, o Senador Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Gê de Acayaba Montezuma, Teófilo Benedito Otoni entre outros, todos nomes muito conhecidos nos círculos internos da Ordem Maçônica.

Eles tinham o apoio do mordomo imperial Paulo Barbosa, em cuja chácara, na Quinta da Boa Vista, aconteceram as reuniões seguintes. Lá, redigiram um projeto de lei que seria apresentado na Câmara e no Senado, onde acabou sendo derrotado pela maioria dos deputados que não desejava se afastar do poder.

Os maçons decidiram então levar a questão para as ruas, espalhando cartazes e panfletos pelas paredes e muros do Rio de Janeiro, onde pregavam as suas ideias.

Neves e Machado¹ dão um exemplo de texto utilizado nesses panfletos e cartazes:

*Queremos Pedro Segundo,
Embora não tenha idade;
A Nação dispensa a Lei,
E viva a Maioridade!!!*

Diante da pressão popular, no dia 22 de julho de 1840, o regente Araújo Lima, à frente de um grupo de deputados e senadores – muitos dos quais maçons – levou um manifesto ao jovem príncipe, pedindo que aceitasse de imediato ser aclamado Imperador.

Orientado pelos seus tutores, o menino teria respondido que sim, sem titubear.

Dessa forma, à revelia da Constituição, no dia seguinte, D. Pedro II foi declarado maior de idade e aclamado Imperador diante das Câmaras reunidas, episódio que passou para a História como “*O Golpe da Maioridade*”².

Evento que, diante dos fatos e evidências aqui expostos, poderia ser justificadamente reconhecido como “*O Maçônico Golpe da Maioridade*”.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Habsburgo e Bragança, popularmente conhecido como D. Pedro II assumiu o trono no dia 23 de julho de 1840 e governou o Brasil por 49 anos, 03 meses e 22 dias.

¹ NEVES; MACHADO (1999, p.139).

² GOMES (2015, p.89-90).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

A cerimônia oficial da sagração e coroação de D. Pedro II foi realizada no ano seguinte, em 18 de julho de 1841 e durou nove dias consecutivos, sendo encerrada com um ostentoso baile de gala para 1.200 convidados no Paço da Cidade.

Ao ser deposto pelo advento da República, em 1889, a duas semanas de completar 64 anos de idade, D. Pedro II já era um senhor idoso, de barbas brancas e diabético, vindo a falecer no exílio, em Paris, na madrugada de 05 de dezembro de 1891¹.

¹ GOMES (2015, p.111-112).

PARTE VI

**A MAÇÔNICA ABOLIÇÃO DA
ESCRAVATURA**

*Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria;
sabei que sem a abolição total do infame tráfico da escravidão africana,
e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua
Independência e nem assegurará e defenderá a sua Constituição.*

[José Bonifácio de Andrada e Silva].

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA (1888)

Assim que a Maçonaria se instalou no Brasil, ela se viu diante de três grandes desafios contra os quais teve que lutar intensamente, com muita coragem e destemor, para ter reconhecido o seu papel na construção da História deste país. Tais desafios foram: a Independência, a República e o fim da escravidão negra.

Realizada a emancipação política do Brasil, a Maçonaria via cumprida parte da sua missão. A revolução deveria prosseguir, agora, rumo à República. Mas um problema sério ainda persistia num desafio à ação da Maçonaria: a escravidão do homem negro¹.

Através de registros constantes dos arquivos do Museu Histórico Nacional e dos “Livros de Atas” das Lojas Maçônicas que naquela época já se achavam funcionando, e em cujo status permanecem até hoje, sabe-se que, desde que começou o movimento pelo fim da escravidão negra no Brasil, foram árduos os anos de luta, com muitas desavenças políticas, perseguições, prisões e até mortes de vultos pertencentes à Maçonaria.

O movimento, que era desejo, não só dos maçons, mas também de grande parte da população brasileira, sem dúvida, foi a causa mais difícil já empreendida pela Maçonaria desse país, porque, por trás dele, estavam interesses muito fortes, defendidos por pessoas de grande influência na economia e na política brasileiras, tais como os poderosos senhores de engenho, que entendiam que a nação não poderia prescindir do braço escravo.

Sempre defendendo os ideais de “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”, e uma vez consolidada a sua presença no território brasileiro, a Maçonaria iniciava a luta. Maçons fundaram clubes e jornais, foram a todos os meios de comunicação e começaram a pregar a abolição e a difundir os seus pensamentos, dentro e fora das Lojas Maçônicas. Em discursos e manifestos escritos, exigiam o fim da escravidão. Foi uma arrancada heroica em prol da conquista da liberdade e da remissão para toda uma raça sofredora².

A preocupação da Maçonaria brasileira com a emancipação do negro, conforme se verifica nas atas das Lojas, está em conformidade com o princípio iluminista da abolição lenta e gradual defendida fundamentalmente por Condorcet³ na obra “*A Escravidão dos Negros*” – escrita ainda no século XVIII, posteriormente traduzida pelo engenheiro Aarão Reis e impressa na tipografia do maçom Serafim José Alves em 1881 – e que propunha abolir a escravidão dos negros gradualmente através das seguintes medidas, muito antes de a Maçonaria fazer as

¹ GOMES (1975, p.117).

² SILVA (2015, P.10).

³ (CONDORCET, 1881)

mesmas acontecerem no Brasil:

1. Proibição completa do tráfico – medida alcançada por proposta do Conselheiro Eusébio de Queirós, maçom, em 04 de setembro de 1850.

2. Emancipação dos nascituros – alcançada com a “Lei do Ventre Livre” promulgada em 28 de setembro de 1871 e que teve participação dos maçons Ubaldino do Amaral (Loja “Perseverança III” de Sorocaba), Rui Barbosa (Loja “América”) e do Visconde do Rio Branco que na época acumulava funções do Gabinete Ministerial com as de Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”.

3. Emancipação gradual dos demais escravos – parcialmente alcançada com a “Lei dos Sexagenários”, orquestrada pelo Gabinete Ministerial dirigido pelos maçons Saraiva e Cotegipe e alcançada em 28 de setembro de 1885. Mas só parcialmente, pois da forma abrupta como aconteceu a abolição total em 1888, com a assinatura da “Lei Áurea” – redigida e apresentada por um maçom, o Ministro da Agricultura Rodrigo Augusto da Silva que, por sua vez, seguia ordens do Gabinete comandado por outro maçom, João Alfredo Corrêa de Oliveira – assinada pela Princesa Isabel com uma pena áurea fornecida pela Maçonaria, houve um rompimento abrupto do sistema escravocrata. Esse fato no futuro acarretaria sérias consequências sócio-econômicas que poderiam ter sido evitadas caso se tivesse seguido o “*Cronograma de Emancipação Lenta e Gradual de Condorcet*”, conforme havia sido previamente estipulado.

Até a campanha abolicionista, no entanto, a escravidão era uma sólida instituição nacional, que parecia imune às transformações e aos ventos libertários do século XIX. O Brasil foi o maior território escravagista do hemisfério ocidental por mais de 350 anos.

O Brasil também foi o país que mais tempo resistiu a pôr fim ao comércio negreiro e a última nação do continente americano a abolir a mão de obra escrava – quinze anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba¹.

Durante os últimos anos do Império, porém, o Brasil testemunhou um acontecimento sem precedentes na sua história. O “Movimento Abolicionista”, que levou à libertação dos escravos pela “Lei Áurea” assinada em 13 de maio de 1888, foi a primeira campanha de dimensões nacionais com ampla participação popular².

Sobre essa intensa mobilização popular em torno da causa abolicionista, o historiador Heitor Lyra³ observou que “*nunca se viu no Império, nem se veria depois, como nessa época, um movimento que empolgasse tanto a consciência da nação*”.

¹ GOMES (2015, p.211-212).

² GOMES (2015, p.211).

³ LYRA (1977, p.10).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Torna-se mister ressaltar que a Maçonaria também teve relevante influência no mencionado movimento, através de seus seguidores, na formação de opinião para a construção do pensamento político; na manutenção de entidades filantrópicas para a libertação e emancipação do negro; na organização de quermesses e outros eventos para angariar recursos para compras de alforrias; nos debates e nas iniciativas de construção de uma educação emancipadora de caráter universal para o filho do pobre e do negro; na direção e redação de jornais abolicionistas; no exército através das figuras de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, entre outros, que se recusaram a perseguir negros fugidos; e na ação individual de maçons como José do Patrocínio, Rui Barbosa, Luiz Gama, Joaquim Nabuco, José Maria da Silva Paranhos (tanto pai quanto filho – Visconde e Barão do Rio Branco, respectivamente), João Cordeiro e Francisco José do Nascimento (mais conhecido como “*Dragão da Abolição*”)¹.

A CRUEL MATEMÁTICA DA ESCRAVIDÃO

É muito difícil mensurar a quantidade exata de homens, mulheres e crianças africanas violentamente arrancadas de seu continente e trazidas para suprir as demandas da escravidão no Brasil.

Somente entre as décadas de 1840 e 1850, entraram no Brasil, em média, de 30 mil a 40 mil escravos africanos por ano.

Conforme afirma o renomado sociólogo francês Roger Bastide², Rui Barbosa, em 1890, após a Proclamação da República, era ministro das Finanças e mandou queimar toda a documentação oficial sobre a escravidão no país. Tal gesto deveu-se à intenção de apagar a mancha escravocrata, dificultando sobremaneira a tarefa dos futuros historiadores. Ele ainda menciona “um acordo” em relação a uma quantidade aproximada de três milhões e meio de negros chegados ao Brasil desde os primórdios da colonização até o fim do tráfico legalizado ou clandestino no país.

Mas a variação dos números permaneceu uma constante.

Edgar R. Conrad³, por exemplo, discorda desse número, estimando em cinco milhões os africanos desembarcados no Brasil entre 1525 e 1851.

De qualquer forma, independentemente dos números, o tráfico de escravos era um negócio gigantesco, que movimentava centenas de navios e milhares de pessoas nos dois lados do

¹ PONTES (2010, p.8).

² BASTIDE (1971, p.50-53).

³ (CONRAD, 1985).

Oceano Atlântico. Incluía agentes na costa da África, exportadores, armadores, transportadores, seguradores, importadores, e até mesmo atacadistas que revendiam os negros no Rio de Janeiro para centenas de pequenos traficantes regionais que, por sua vez, se encarregavam de redistribuir as “mercadorias” para as cidades, fazendas e minas do interior do país. Os lucros do negócio eram astronômicos. Em 1810, um escravo comprado em Luanda por 70.000 réis era revendido no Distrito Diamantino, em Minas Gerais, por até 240.000 réis¹.

De acordo com Laurentino Gomes², estima-se que entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de escravos africanos foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e 4 milhões de cativos, segundo as estimativas aceitas pela maioria dos pesquisadores.

A historiadora Ellis Cashmore³, por sua vez, nos fornece números diferentes:

“Se pensarmos em relação ao continente americano como um todo, antes do fim do tráfico de escravos, em meados do século XIX, cerca de 12 a 15 milhões de africanos já haviam sido transportados para os países da América do Norte, Central ou do Sul para trabalhar como escravos”.

São numerosas e discrepantes as estatísticas feitas por historiadores brasileiros e estrangeiros sobre o volume de escravos africanos trazidos para o Brasil e para o continente americano em geral. Simonsen, Taunay, Holanda e Curtin fixam números que variam entre 3,3 milhões a 3,65 milhões para o total de escravos trazidos para o Brasil. Já Caio Prado Jr., Mendonça e Pedro Calmon trabalham com números que vão de 5 a 8 milhões. E para todo o continente americano, Philip Curtin avalia o número do tráfico atlântico em 11 milhões de africanos, contra os 12 a 15 milhões de Cashmore e os 10 milhões de Laurentino Gomes⁴.

Estima-se, portanto, que, de um total de 10 a 15 milhões de cativos africanos trazidos para as Américas nesse período, cerca de 40% tiveram como destino as terras brasileiras, o que nos conduz a um número estimado que varia entre 4 e 6 milhões.

Ainda em relação aos números, o abolicionismo protagonizado por Luís Gama, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças era um movimento urbano, enquanto que a escravidão permanecia como uma realidade rural. Na segunda metade do século XIX, ocorrera um declínio acentuado no número de escravos urbanos em todo o país. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a população total praticamente dobrara entre 1864 e 1887, enquanto o

¹ FRAGOSO (1992, p.181).

² GOMES (2014, p.211).

³ CASHMORE (2000, p. 189).

⁴ RODRIGUES (2004, p.28).

número de escravos caíra de 100 mil para 07 mil cativos no mesmo período. Em São Paulo, dos 04 mil escravos domésticos registrados em 1872 reduziam-se a seiscentos em 1886¹.

No campo, porém, a realidade era outra. De acordo com os registros oficiais, em 1884, faltando cinco anos para a Proclamação da República e quatro anos para a Abolição da Escravatura, ainda havia no Brasil 1.240.806 escravos, a grande maioria nas fazendas do interior².

O LENTO E GRADUAL PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO ESCRAVAGISTA

Três longos séculos e meio de tortura e lágrimas, de humilhação e rebaixamento de uma raça miserável e indefesa fizeram surgir, no seio da Maçonaria, uma ala de jovens impacientes, que queria ver, ainda mais intensificados, os trabalhos das Lojas Maçônicas a favor do fim da escravidão. Os maçons começaram então a lutar efetivamente por uma campanha abolicionista que ganhasse corpo rapidamente e que tivesse força e capacidade para fazer com que o drama cruel em que se viam mergulhados os negros neste país fosse mudado e pudesse acabar com os gemidos e sussurros de dor e sofrimento que brotavam do fundo das senzalas, da escuridão das masmorras³.

Em comunicação secreta ao ministro britânico George Canning, em 31 de dezembro de 1823, o cônsul-geral da Inglaterra no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, dizia-se surpreso com a força do tráfico de escravos no Brasil⁴:

“Não há dez pessoas em todo o Império que considerem esse comércio como um crime ou o encarem sob outro aspecto que não seja o de ganho e perda. Acostumados a não fazer nada, a ver só os negros trabalharem, os brasileiros em geral estão convencidos de que os escravos são necessários como animais de carga, sem os quais os brancos não poderiam viver”.

Da mesma forma é importante frisar que nem todos os membros da Maçonaria, no séc. XIX, eram abolicionistas. Na metade do século XIX havia os maçons que acreditavam que a Abolição deveria acontecer imediatamente e um segundo grupo que ela deveria acontecer de forma gradual, mas também havia aqueles que achavam que a abolição causaria a falência do Brasil, e esse não era um receio apenas de integrantes da Maçonaria, mas também das elites

¹ COSTA (2008, p.62-63).

² ALONSO (2007, p.180).

³ SILVA (2015, p.10).

⁴ SOUZA (1988, p.89).

não maçônicas, que anteviam uma irremediável perda econômica caso ocorresse a abolição¹.

Em defesa da escravidão, continuava-se a repetir velhos argumentos, usados desde o período colonial. Dizia-se que a escravidão era benéfica para o negro, pois o retirava da barbárie em que vivia para introduzi-lo no mundo cristão e civilizado. Afirmava-se que o negro não era capaz de sobreviver em liberdade. E alguns, embora reconhecessem que a escravidão fosse condenável em termos morais, argumentavam que ela era um mal necessário, pois a economia nacional não poderia funcionar sem o escravo. A abolição da escravatura, diziam eles, seria a ruína do país. Essa foi a opinião que acabou por predominar entre as elites, segundo a historiadora Emília Viotti da Costa².

Por outro lado, a campanha abolicionista também contrariava, evidentemente, os interesses da classe dominante dos grandes proprietários de terras e donos de escravos.

Em paralelo a isso, havia a campanha inglesa contra a escravidão, manifestações que nada tinham de humanitárias, porquanto, o que mais preocupava a Inglaterra era o fato de que o escravo, por não possuir renda própria, também não consumia; e assim, não estimulava o comércio interno do qual os ingleses eram os principais supridores³.

Por conta disso tudo, os interesses em jogo dificultavam grandemente a ação dos abolicionistas e, por conseguinte, da Maçonaria, pois entendiam os senhores de escravos, esquecidos dos mais elementares princípios de humanidade, que a estrutura econômica da nação não podia prescindir do braço escravo. Entretanto, a Maçonaria, vigilante e consciente do que lhe cumpria fazer, organizou-se, criou Lojas, fundou clubes abolicionistas, e começou a pregar a abolição⁴.

Na campanha abolicionista havia, portanto, dois Brasis em confronto. O primeiro, dos defensores do fim da escravidão, representado pelos maçons, advogados, professores, médicos e jornalistas entre outros – um país que frequentava escolas, atualizava-se pelos jornais, reunia-se nos cafés e clubes para discutir as ideias e novidades do século XIX. E o segundo, dos fazendeiros – agrário, isolado, analfabeto, sem ou com muito pouco acesso aos variados meios de comunicação e bastante conservador.

Em contraposição à educação católica conservadora, a militância e a resistência dos antiescravistas encontraram abrigo seguro dentro da Ordem, amparadas pelos seus augustos mistérios. beneficiando-se de uma rede de contatos e ajuda mútua que alastrou esses ideais e in-

¹ PONTES (2010, p.13).

² (COSTA, 2008).

³ GOMES (1975, p.127-128).

⁴ GOMES (1975, p.118).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

cendiou a jovem elite letrada¹.

Era sabido pelos maçons, que a abolição viria por um processo, cada coisa a seu tempo. A luta dos liberais maçons no Brasil seria direcionada para a conscientização da população através dos jornais; para a criação de escolas públicas de formação liberal e laica, ou ajudando a pensar uma escola ideal, laica e pública para o Brasil; seria pela filantropia; pela compra de alforrias, participação em fugas; projetos de leis; processos judiciais, etc².

Dessa forma, a desconstrução do argumento escravista levou a um processo de negação de sua legitimidade, e para isso foi necessário demonstrar que a escravidão se opunha aos princípios do cristianismo, que representava uma ameaça ao Estado, era economicamente nociva e violava o direito natural, entre outros; e que por isso, seria melhor se fosse substituída pelo trabalho livre.

Esse processo começou no final do séc. XVIII, se intensificou no XIX e se consumou, ao passar pela “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”; até chegar na “*Declaração dos Direitos Humanos*”.

A Maçonaria, por sua vez, serviu como espaço seguro de divulgação desses ideais, de modo que podemos afirmar, sem sobra de dúvida, que a Ordem teve sim, um papel muito importante no processo abolicionista brasileiro, o que muito se deve ao fato de ter sido influenciada pelos pensamentos de vanguarda na Europa, como o Iluminismo e o Liberalismo, e de sempre ter tido, entre seus membros, uma elite intelectual, fomentando a luta abolicionista, que recrudescia na medida em que a abolição era retardada. Esses ideais formaram uma conspiração que transcendeu a Maçonaria, para onde todas essas correntes vanguardistas convergiram, transformando-se na grande força destrutiva do argumento escravagista, responsável pela mudança cultural, moral e econômica que mais tarde condenaria de vez a escravidão³.

A INDIFERENÇA DA IGREJA CATÓLICA

Enquanto a Maçonaria lutava em todos os campos contra a monstruosa chaga que era a escravidão do homem negro, a Igreja Católica, com exceção dos membros que também eram maçons, permanecia na mais completa inatividade⁴.

¹ PONTES (2010, p.82).

² PONTES (2010, p.17).

³ PONTES (2010, p.112).

⁴ PORTO (1957, p.41).

Conforme o relato do historiador João Dornas Filho¹:

“Durante a campanha abolicionista, com exceções que podiam contar-se pelos dedos de uma só mão, foi completa a indiferença do Clero”.

Ao que o mesmo autor complementa:

“A Igreja Católica, entidade cujo prestígio e cuja força operante sobre o espírito humano é um fenômeno que só pode ser negado pela má fé, não cumpriu inteiramente a sua missão social com referência à escravidão no Brasil. Três longos séculos de tortura e de lágrimas, de roubo na sua expressão mais odiosa, de rebaixamento e sofrimento da criatura que foi feita à imagem e semelhança de seu Criador, deslizaram diante da impassibilidade do Instituto que tem a mais bela significação humana no mandamento da caridade. Não há, em todo o curso da História do Brasil, até 1877, um único ato, um único gesto coletivo da Igreja em favor dessa raça miserável, que retribuía à servidão com a abundância, que pagava a prosperidade com o aviltamento. A própria abundância da Igreja é um reflexo do enriquecimento geral nascido do martírio secular de uma raça que nem ao menos tinha o direito de revolta. Aos gemidos, às frustradas rebeldias do desespero, a Igreja de Cristo respondia com apelos displicentes de resignação, quando não retrucava com o argumento mais sólido da repressão armada, como se deu em Minas Gerais, em 1820, em que o Bispo de Mariana, pessoalmente tomou armas para esmagar uma revolta de escravos desesperados. Se havia da parte da nossa Igreja, um desejo entranhado e sincero de concorrer com a sua força para a extinção dessa nódoa que ainda macula a nossa consciência, porque motivo não fez ela valer as bulas de Alexandre III, Paulo II, Urbano VIII, Benedito XIV, Gregório XVI e outros papas que condenavam e excomungavam o cativo? Onde é que ficava a disciplina, mais alto florão da Igreja Católica, quando a voz do Santo Padre era abafada pelo rendoso egoísmo que se enriquecia às custas de uma raça inteira sucumbindo nos porões sociais da escravidão?”.

O mais curioso é que enquanto o Clero deixava de dar cumprimento às bulas papais que ordenavam medidas visando à supressão da exploração do homem pelo homem, os bispos brasileiros não se abstiveram de agir quando o assunto era o combate à Maçonaria, dando origem à chamada “Questão Religiosa”.

A conclusão mais lógica e imediata é que atacando a Maçonaria eles tinham em vista tão somente silenciar a única força social que se batia denodadamente pela libertação dos escravos; e, portanto, agia contra os seus interesses.

Como instituição, a Maçonaria foi uma força – se comparada à Igreja Católica – muito

¹ (DORNAS, 1939).

mais antiga e poderosa, que logo cedo se posicionou contra a escravidão. A Igreja Católica só se manifestou abertamente contra a escravidão em 1887, às vésperas da Abolição.

Porque tantos expoentes da abolição saíram dos quadros da Maçonaria e tão poucos dos quadros da Igreja? E porque dentre estes poucos que encontramos nos quadros da Igreja, coincidentemente, os mesmos se encontravam também nos quadros da Maçonaria, como o padre Diogo Antônio Feijó¹?

Por fim, ficamos com as palavras do historiador Arci Tenório D’Albuquerque²:

“Houve dois bispos no Brasil que se levantaram, por obediência pontifícia, contra o poder imperial, porque este contrariou, num ponto secundário, a política do papado com relação à Maçonaria; em contrapartida, não houve, nem sequer, quem invocasse a mesma obediência para combater a escravidão, muito mais condenada do que a Maçonaria, por bulas, encíclicas e por mais de um concílio”.

A MAÇONARIA ABRAÇA A CAUSA DA ABOLIÇÃO

No livro *“Dicionário da Escravidão”* do professor Alaôr Eduardo Scisínio³, no verbete *“Maçonaria”*, temos a constatação de que *“a Maçonaria foi a primeira Instituição a atender o clamor dos negros”*, pois já em 1826, o maçom José Clemente Pereira apresentava um projeto pelo qual o comércio de escravos deveria acabar em todo o Brasil no último dia de dezembro de 1840. Não aconteceu como ele queria, todavia, o projeto foi transformado em Lei em 1845, mas igualmente não surtindo nenhum efeito prático, uma vez que essa Lei nunca foi realmente aplicada.

À parte disso, o “Grande Oriente do Brasil” continuava trabalhando no terreno social, fomentando de forma prática e efetiva a luta pela libertação dos escravos, com autorização de despesas para cartas de alforrias, até desembocar, na metade do século, em franca e decidida campanha abolicionista⁴.

A solidariedade ao sofrimento dos escravos foi o caminho da Maçonaria, que tomou para si a bandeira da abolição. A humanização do escravo foi uma das formas encontradas para aproximar a discussão do povo. Como esse assunto só interessava a quem possuía cativos, a forma encontrada para difundir a ideia foram os jornais abolicionistas, que denunciavam os

¹ PONTES (2010, p. 9).

² (D’ALBUQUERQUE, 1970)

³ SCISÍNIO (1997, in: verbete “Maçonaria”).

⁴ (CARVALHO, 2016).

maus-tratos e causavam comoção na população. Sendo a evolução do homem uma das bandeiras maçônicas, as ligações entre a imprensa abolicionista e os maçons ampliaram propositalmente o foco de discussão, saindo de dentro dos muros das Lojas e indo para o dia a dia da nação, através das diversas publicações¹.

Assim, é correto afirmar que o movimento abolicionista, no âmbito maçônico, começou, praticamente, desde a criação do “Grande Oriente do Brasil”, a primeira Obediência Maçônica nacional, a 17 de junho de 1822, quando o Brasil já vinha sofrendo pressões internacionais para estancar o tráfico de escravos, pois o movimento mundial, nesse sentido, vinha ocorrendo há algumas décadas, depois que a prática do transporte de africanos para as colônias do Novo Mundo se tornara um problema social de vulto, agitando os meios políticos e intelectuais, além de sensibilizar a opinião pública europeia².

E a 07 de novembro de 1831, por iniciativa da Maçonaria, foram declarados livres todos os africanos importados para o Brasil³. Mas essa Lei jamais foi respeitada ou cumprida.

Antes disso, no entanto, como já foi citado anteriormente, em 1826, o célebre maçom José Clemente Pereira apresentara um projeto pelo qual o comércio de escravos devia acabar, em todo o Brasil, no último dia de dezembro de 1840. Projeto este que seria convertido em Lei somente em 1845⁴. Outra Lei que jamais surtiu efeito real, haja vista que só existiu no papel.

Entretanto, foi a partir de 1850 que a Maçonaria, notadamente, começou a perder o seu caráter “secreto” e, de maneira mais transparente, passou a mostrar a sua face humanista e humanitária, ao aderir entusiasticamente à causa abolicionista.

Nas palavras de Sônia Sales⁵:

“A ‘Sociedade dos Pedreiros Livres’ foi a primeira instituição a atender, com coragem, o apelo dos negros. Já em 1826, o célebre maçom José Clemente Pereira apresentava um projeto pelo qual o comércio de escravos devia acabar em todo o Brasil, no último dia de dezembro de 1840. Este projeto foi transformado em lei em 1845. E a lei de 1850 que proibiu o tráfico foi de autoria do Senador Eusébio de Queirós, membro da Loja ‘Regeneração’, de Niterói. Assim como a ‘Lei do Ventre-Livre’ foi de autoria do Grão-Mestre do ‘Grande Oriente do Brasil’, Visconde do Rio Branco”.

A LUTA DE JOSÉ BONIFÁCIO PARA O FIM DA ESCRAVIDÃO

¹ SILVA (2016, p.324).

² CASTELLANI (1998, p.15).

³ GOMES (1975, p.107).

⁴ ASLAN (1997, p.101).

⁵ SALES (2010, p.2-3).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

O Gabinete do Imperador D. Pedro I era composto, principalmente, por pessoas que pertenciam aos quadros da Maçonaria, com especial destaque para José Bonifácio de Andrada e Silva¹.

José Bonifácio foi o primeiro Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, cuja primeira Obediência foi o “Grande Oriente Brasílico”, fundado a 17 de junho de 1822. Embora, na época o pensamento dominante dos maçons brasileiros pendesse para a luta pela emancipação política do Brasil, já existiam os que, a par dessa luta, preocupavam-se com a situação dos escravos negros. Fechado a 25 de outubro de 1822, pelo seu Grão-Mestre, o Imperador D. Pedro I, que sucedera a José Bonifácio, o “Grande Oriente Brasílico” agora como “Grande Oriente do Brasil”, ressurgiria em 1831, tendo novamente José Bonifácio de Andrada e Silva como seu Grão-Mestre, numa época em que as pressões internacionais, inclusive maçônicas, iam se tornando cada vez mais fortes no sentido de abolir o tráfico de africanos².

José Bonifácio, por sua vez, acreditava que o Brasil estaria fadado a continuar no atraso enquanto não resolvesse de forma satisfatória a questão da escravidão africana. Para ele não bastava que se libertassem os escravos; era preciso incorporá-los à sociedade como cidadãos de plenos direitos e deveres. “*O regime de escravidão*”, dizia o eminente maçom, “*corrompia a tudo e impedia que a sociedade evoluísse*”³.

Pelas suas próprias palavras, José Bonifácio desejava uma comunidade luso-brasileira de países autônomos, que englobasse as colônias e não admitisse a escravização dos negros. Além de ter sido um dos primeiros brasileiros a lutar contra a escravidão, foi o primeiro a pugnar por uma reforma agrária de base, ao propor, para a comunidade, a abolição das sesmarias não cultivadas e a distribuição de terras aos que não as possuísem e pretendessem cultivá-las⁴.

O gabinete de José Bonifácio de Andrada e Silva caiu em meados de julho de 1823. Segundo a historiografia oficial, uma das razões foi o ministro ter trombado de frente com os interesses dos poderosos latifundiários e senhores de escravos ao sugerir à Constituinte um projeto de lei que proibia o tráfico negreiro com posterior e gradual abolição da escravatura no Brasil. O projeto, que nem chegou a ser apresentado, compunha-se de um preâmbulo composto por 22 páginas e 32 artigos, intitulado: “*Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*”.

¹ PONTES (2010, p.8).

² CASTELLANI (1998, p.31-32).

³ GOMES (2010, p. 153).

⁴ CASTELLANI (1998, p.31).

Dois anos mais tarde, já no exílio em Paris, o velho maçom explicaria as razões da sua proposta¹:

“A necessidade de abolir o comércio da escravidão e de emancipar gradualmente os atuais cativos é tão imperiosa que julgamos não haver coração brasileiro tão perverso ou tão ignorante que a negue, ou desconheça. [...] Qualquer que seja a sorte futura do Brasil, ele não pode progredir e civilizar-se sem cortar, o quanto antes, pela raiz, este cancro moral que lhe róí e consome as últimas potências de vida; e que acabará por lhe dar morte desastrosa”.

A PIONEIRA INICIATIVA DO SENADOR VERGUEIRO

Já desde 1840, fora dado um grande passo para a instituição do trabalho livre no Brasil, através do Senador Nicolau de Campos Vergueiro, que fora o condutor do país à frente da primeira Regência, nos primeiros tempos da abdicação, em 1831, e que, nesta mesma época, dirigia, como Grão-Mestre, o “Grande Oriente Nacional Brasileiro” (do Passeio), um dos dois ramos com que a Maçonaria brasileira ressurgiu após o fechamento do “Grande Oriente Brasileiro” em 1822².

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), nascido em Portugal e falecido no Rio de Janeiro, ocupou diversos cargos legislativos, teve participação ativa no movimento que resultou na abdicação de D. Pedro I, e fez parte da Regência Trina Provisória, juntamente com o marquês de Caravelas e o brigadeiro Lima e Silva, tornando-se, depois, um dos paladinos da abolição do trabalho escravo³.

O ano de 1840 marca o início da imigração portuguesa, fazendo com que, a partir de então, os fazendeiros tomassem a iniciativa de auxiliar o governo na importação da mão de obra. Foi quando o maçom Nicolau Vergueiro, a partir de 1841, mandou buscar, para sua fazenda de Ibicaba, em Limeira, noventa famílias de agricultores portugueses, na primeira tentativa da iniciativa privada, de usar o braço branco livre, baseada na parceria. Com esses imigrantes, Vergueiro fez um acordo, segundo o qual, a viagem, as acomodações, o dinheiro para a subsistência e para custear a lavoura, além dos empréstimos até a primeira colheita produtiva, eram os encargos do fazendeiro; e os gastos teriam que ser reembolsados pelos colonos e tirados dos lucros destes. Depois de deduzidas do valor bruto essas despesas, o lucro líquido seria

¹ Representação à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravidão, disponível em “*Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*”, vol. II, (p. 117 a 158).

² CASTELLANI (1998, p.45).

³ CASTELLANI (1998, p.45-46).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

dividido, meio a meio, entre o colono e o proprietário das terras. Além dos juros sobre os empréstimos serem ínfimos, poderiam, ainda, os colonos, possuir algumas cabeças de gado e algumas pequenas culturas de sua exclusiva propriedade.

Esse sistema de parceria mostrou-se ideal para as condições fundiárias da época, a ponto de, cerca de dez anos depois, 60.000 imigrantes o terem adotado na Província de São Paulo.

Em 1847, novamente num trabalho pioneiro, não julgando satisfatórios os resultados obtidos, Vergueiro mandou vir, agora da Alemanha, ainda à sua custa, 80 famílias, num total de 400 pessoas, sendo sua fazenda considerada uma propriedade modelo. Tão certo deu o sistema que os colonos que enriqueciam com o seu trabalho e adquiriam terras, mandavam buscar outros imigrantes para suas lavouras, adotando o mesmo sistema de parceria, o que ia eliminando, embora paulatinamente, o trabalho escravo¹.

O exemplo de Vergueiro passou a ser imitado por outros maçons e proprietários de lavouras de café, como o Visconde de Indaiatuba, em sua fazenda Sete Quedas, em Campinas; Elias Pacheco Jordão, na fazenda Beri, em Rio Claro; Antônio de Souza Queirós, na fazenda São Jerônimo, em Limeira; Luiz Antônio de Souza Barros, na fazenda São Luís, em Piracicaba, dentre outros. Isso mostrava, à própria província e ao país, que a extinção da escravatura não seria aquela tragédia total e irremediável para a agricultura nacional, como apregoavam os famigerados “profetas do caos”².

A MAÇÔNICA LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS (1850)

Em 1850, uma lei do maçom e senador Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, ao impor severíssimas penas aos contrabandistas de escravos, conseguiu finalmente extinguir o tráfico negroiro³.

Fortemente pressionado pela Maçonaria e pelos ingleses, o Parlamento brasileiro não teve opção a não ser promulgar a chamada “Lei Eusébio de Queirós” em 1850, que finalmente acabou com o tráfico de escravos. Os últimos desembarques clandestinos de que se tem notícia ocorreram em 1856, seis anos após a publicação da nova lei. O fato foi amplamente denunciado pela Maçonaria através de seus canais na imprensa, e cerca de quinhentos negros desembarcados ilegalmente foram imediatamente postos em liberdade. Depois disso não se tem notícia de mais nenhum desembarque.

¹ CASTELLANI (1998, p.47).

² CASTELLANI (1998, p.47-48).

³ ASLAN (1997, p.104).

Segundo José Castellani¹:

“Nessa época é que ocorria o primeiro fato político-social marcante do movimento abolicionista, com a aprovação da ‘Lei Eusébio de Queirós’, que extinguiu o tráfico de escravos africanos, depois de décadas de pressão inglesa e de muitos acordos internacionais não cumpridos pelo Brasil. A lei, sancionada a 04 de setembro de 1850, fora elaborada, apresentada e executada por Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, ministro da Justiça do Gabinete Conservador de 1848-1852, presidido, inicialmente, por Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) e, depois, por José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre)”.

O historiador Manoel Gomes² assim escreveu sobre a “Lei Eusébio de Queirós” que deu origem a todas as outras que a seguiram:

“Já em 1850, a 04 de setembro, uma Lei apresentada pelo maçom Eusébio de Queirós proibia o tráfico de negros; a 28 de setembro de 1871, uma nova conquista maçônica: a ‘Lei do Ventre-Livre’, pela qual ficavam livres os negros nascidos no Brasil; e em 1874, a 25 de março, também sob a égide da Maçonaria, eram redimidos os negros sexagenários”.

Eusébio de Queirós, como verdadeiro maçom, era abolicionista e contava com o apoio do Senador Nabuco de Araújo. Assumindo o Ministério da Justiça, Eusébio de Queirós iniciou a preparação da lei que iria extinguir o tráfico de escravos, agindo, nesse caso, de acordo com todos os demais membros do Gabinete, os quais percebiam que a questão não poderia mais ser protelada, sob pena de agravar as tensões internacionais, principalmente com a Inglaterra.

Enfrentando tenaz oposição dos escravocratas, o Ministério da Justiça arremessou-se ferrenhamente à luta pela abolição. Para que não fosse perdido tempo, aproveitou-se o projeto de Barbacena, de 1837, ao qual foram propostas emendas que eliminassem as críticas que haviam sido feitas à proposta primitiva. Até que finalmente, em 04 de setembro de 1850, foi aprovada e sancionada a Lei nº 584, que proibia o tráfico de escravos em todo o território nacional e estabelecia penas rigorosas para os transgressores³.

O Governo Imperial de D. Pedro II colocou tal ênfase em sua atuação repressiva do tráfico, que o número de escravos desembarcados no país, que fora de 23.000 em 1850, passou para apenas 3.287, em 1851; baixando novamente para 700, em 1852; e entre 1853 e 1856 ocorreram apenas mais dois desembarques – em São Matheus e Serinhaem – de 512 africanos, no total, os quais foram quase todos capturados e libertados⁴.

¹ CASTELLANI (2001, p.6-7).

² GOMES (1975, p.119).

³ D’ALBUQUERQUE (1970, p.289).

⁴ CASTELLANI (1998, p.49-50).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Foi a primeira lei em realidade eficiente contra a escravatura.

Não existem documentos mostrando quando e onde Eusébio de Queirós foi “Iniciado”, mas, comprovadamente ele foi maçom, pois atingiu o 33º Grau e foi membro honorário do “Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil” em 1855, como expõe a “Oficina Chefe” do Rito¹.

A IMPRENSA MAÇÔNICA E A CAUSA ABOLICIONISTA

Com argumentos racionais e lógicos, muitos maçons passaram a questionar a escravidão. O estímulo advinha fundamentalmente das ideias iluministas que, entre tantas novidades, criticavam a submissão do homem à autoridade absolutista, à tradição e à superstição religiosas, incentivando o livre pensamento na direção dos Direitos Naturais e da felicidade dos povos. Assim, a Ilustração (Iluminismo) e a Maçonaria contribuíram decisivamente para alimentar a condenação doutrinária à escravidão, de modo que um crescente número de maçons passava a perceber que a escravidão negra simbolizava sozinha todas as forças que ameaçavam a verdadeira evolução do homem.

E nisso os veículos de comunicação maçônicos foram extremamente eficazes.

O maçom Hipólito José da Costa, no “Correio Brasiliense”, foi o precursor da propaganda da abolição da escravidão no Brasil, feita pela imprensa².

A compreensão nítida do ideal maçônico, fazendo-o desposar sempre a causa do fraco contra o prepotente, inspirou-lhe a sublime ideia de advogar, através da imprensa, pela causa da abolição da escravatura no Brasil, instituição que ele julgava incompatível com a civilização das sociedades modernas. Abriu ele, assim, a senda que primeiro trilhou, e que valeu depois tantos triunfos a Bocaiúva, Rui Barbosa, Ferreira de Araújo, Ferreira de Meneses, José do Patrocínio e tantos outros maçons, que só em 1888 colheram os louros da vitória³.

No Rio de Janeiro, destacavam-se os periódicos distribuídos exclusivamente para maçons: “O Pelicano”, “A Família”, “Família Maçônica”, “O Mundo Maçônico” e “Aurora Escocesa”. Esses periódicos divulgavam entre os maçons o que estava sendo feito pelo processo abolicionista e informavam como estavam as comunicações entre as Lojas de outros estados e até de outros países. Podemos encontrar frequentemente cartas de felicitações pelas vitórias a favor da liberdade de Lojas da Colômbia, França, Inglaterra, etc⁴.

¹ CASTELLANI (1998, p.50).

² LEITE (2015, p.12).

³ LEITE (2015, p.13).

⁴ SILVA (2016, p.331).

Em paralelo a esses, surgiram muitos outros jornais de cunho abolicionista. Ao citarmos os jornais abolicionistas mais importantes do século XIX, como: “O Correio Brasiliense”, “A Gazeta da Tarde”, “A Gazeta de Notícias”, “O Cabrião”, “O Ipiranga”, “O Radical Paulistano”, “A Redenção”, “O Arado”, “A Liberdade”, “A Cidade do Rio”, “Libertador”, “O Abolicionista”, “Os Ferrões”, “Tribuna Liberal”, “Revista Ilustrada”, “Diário Popular” e “O País”, o que encontramos em comum entre eles além da forte ideologia liberal?

Maçons. Todos tinham ilustres maçons nas suas redações pelejando pela abolição, ou eram diretamente mantidos pela Maçonaria¹.

Em 1866, por exemplo, o maçom Castro Alves, que viria a se tornar o Poeta dos Escravos, fundou, juntamente com Rui Barbosa e outros colegas do curso de Direito de São Paulo, o jornal “A Luz”, em parceria com uma sociedade abolicionista².

Da mesma forma cabe mencionar o “Boletim do Grande Oriente do Brasil”, criado em 22 de setembro de 1871, o qual também teria um importante papel na causa abolicionista. Já em seu número de estreia, o editorial adotava uma postura de repúdio perante o cativo, nos seguintes termos³:

“A Maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu-se também à resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade, era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada; e ei-lo, sustentado vigorosamente no Parlamento pelo nosso atual Grão-Mestre e a presente administração, tornando-se credora das bênçãos da humanidade e do país por levar a efeito a lei geral que concedeu, desde 28 de setembro, a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil. O governo do estado certamente reformará a lei, se assim julgar necessário e concluirá sua digna tarefa, extinguindo completamente a escravidão e continuando a introduzir no país o elemento que substitua o braço escravo”.

Esse trecho denota a confiança no governo, justificada pela participação maçônica nele, em especial do Visconde do Rio Branco⁴.

Por conta da grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação dos maçons, surgia a todo instante uma gama de outras publicações com o mesmo propósito. O desprezo pela escravidão era manifestado em tom uníssono e recorrente nessas publicações. O repúdio tendia a discursos inflamados e à reflexão sobre o papel dos maçons naquele momento, con-

¹ PONTES (2010, p.55).

² PONTES (2010, p.59).

³ Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: editorial, dezembro de 1871.

⁴ SILVA (2016, p.331).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

forme podemos conferir no discurso abaixo, transcrito da edição de maio de 1872 do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”¹:

“Nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão; entretanto, está quase extirpado este medonho cancro social. A Maçonaria unida reassume de hoje em diante seu posto de honra; ela será a guarda avançada do progresso da humanidade. Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem do férreo jugo do despotismo clerical, ela se recomendará à posteridade pelos relevantes serviços em prol da civilização”.

Percebe-se aqui a forma engajada como a Maçonaria tomava para si a responsabilidade da libertação dos cativos, além da percepção sutil de que estava no caminho para tal. O envolvimento dos maçons contra a escravidão ocorreu desde as primeiras leis e foi até a participação direta na compra de cartas de alforrias. Na página 98 do mesmo boletim, por exemplo, menciona-se a entrega de 12 cartas de liberdade a menores alforriadas por iniciativa direta da Ordem². Mas igualmente nas publicações que não eram exclusivamente maçônicas, os maçons tiveram relevante participação.

A “Gazeta de Notícias”, fundada em 1876, foi o jornal pioneiro na campanha abolicionista no Rio de Janeiro, pois seu proprietário, Ferreira de Araújo, convidara o seu amigo e irmão de Ordem, José Carlos do Patrocínio, para trabalhar, em 1879, no jornal. José do Patrocínio, influenciado por Pierre Joseph Proudhon, maçom francês da Loja “Sincerité”, terminava os seus editoriais afirmando sempre que “A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão”, angariando com isso, a simpatia de um crescente número de adeptos para a causa abolicionista, bem como o ódio dos escravocratas³.

Em 1880 apareceu “O Abolicionista”, editado pela “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”, o qual criticava a escravidão em virtude da “péssima imagem” que o Brasil tinha no exterior. A essa sociedade pertenciam José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre outros, com forte presença maçônica⁴.

O “Diário de Notícias” foi criado em 08 de novembro de 1884, por José Maria Lisboa e Américo de Campos, ambos maçons; e a maioria dos participantes desse jornal eram ligados à Maçonaria, como Rangel Pestana e Aristides Lobo, que proporcionou ao jornal o “furo” nacional da “Lei Áurea”, já na edição vespertina de 14 de maio de 1888, apenas um dia após a

¹ Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: p. 187, maio de 1872.

² SILVA (2016, p.331-332).

³ PONTES (2010, p.57).

⁴ PONTES (2010, p.57).

promulgação da mesma, um grande feito para a época¹.

Destaca-se ainda nesse contexto, a Loja Maçônica “União e Progresso” de Vitória, local de encontro dos membros da elite. A Loja Maçônica configurou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão na província do Espírito Santo. Entre seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital, o “Jornal da Victória” e “A Província do Espírito Santo”, respectivamente. Esse último, em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da Maçonaria local, contando ainda com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes da Ordem engajados na campanha contra a escravidão, bem como alguns profanos como o professor Afonso Cláudio – figura de destaque no movimento abolicionista de Vitória que embora não fosse maçom, comungava dos mesmos ideais e lecionava no Liceu da Loja Maçônica “União e Progresso” como professor de História².

O MAÇÔNICO MOVIMENTO ABOLICIONISTA

O fim do tráfico negreiro com a África criou uma nova forma de comércio de escravos no Brasil, desta vez entre as províncias do Norte e as do Sul. Donos de engenhos de açúcar em decadência no Nordeste passaram a vender os seus cativos para os barões do café do Vale do Paraíba e de Minas Gerais. O resultado foi a maior migração forçada de pessoas em toda a história brasileira. No espaço de apenas dez anos, entre 1864 e 1874, o número de escravos nas províncias nordestinas declinou de 774 mil para 435 mil. Enquanto isso, nas regiões cafeeiras a população escrava saltou de 645 mil para 809 mil. Só na província de São Paulo o número mais que dobrou, passando de 80 mil para 174 mil cativos³.

A extinção do tráfico não significou, portanto, o fim de fato da escravatura no Brasil. O grave problema social continuava. E a opinião pública, já sensibilizada por ele, ia, lentamente, caminhando no sentido de buscar novas medidas antiescravistas.

Foi quando as Lojas brasileiras e muitos maçons, independentemente das Obediências a que pertenciam, tornaram-se figuras exponenciais do movimento abolicionista, não só pela propaganda em favor da total abolição da escravatura, mas também pela ação efetiva na liber-

¹ PONTES (2010, p.59).

² PÍCOLI, 2009).

³ FAUSTO (2009, p.112).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

tação e proteção de escravos fugidos¹.

Antes mesmo que a abolição tivesse sido realizada no Brasil, a escravidão já tinha sido condenada, tanto do ponto de vista moral quanto do econômico, nos países desenvolvidos. O Brasil, Cuba e Porto Rico eram, no fim do século XIX, os únicos países onde ainda havia escravidão. Porto Rico aboliu a escravidão em 1873 e Cuba em 1880, restando apenas o Brasil como o último país sul-americano a manter o regime escravista.

É dessa época, o início da conscientização da opinião pública brasileira para o grave problema social representado pela escravatura, já que o progresso do país, graças ao surto da lavoura cafeeira, possibilitava melhores condições culturais e político-sociais para algumas camadas urbanas, onde as ideias liberais e democráticas circulavam. Iniciava-se, então, uma luta, que teria o seu apogeu na década de 80 do século XIX, na qual iriam se destacar nomes maiúsculos do movimento abolicionista, como Luís Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Silva Jardim, Rui Barbosa e outros, diga-se de passagem: todos maçons².

Depois da lei do maçom Eusébio de Queirós de 1850, que extinguiu o tráfico, a escravatura, no Brasil, continuou a ser mantida pelo comércio interno e pela reprodução. Isso levou o “Comitê Francês de Emancipação”, entidade organizada pelo “Grande Oriente da França”, a solicitar, ao governo brasileiro, em 1867, a libertação total dos escravos no País; o Governo Imperial, por meio de Zacarias de Góes, chefe do Gabinete, responderia atenciosamente ao pedido, esclarecendo que, após a Guerra do Paraguai, em que o Brasil se empenhava no momento, a questão seria tratada com o devido carinho e respeito.

A essa altura dos acontecimentos, muitas Lojas já se encontravam em plena efervescência abolicionista e republicana, já que, na realidade, a campanha pela abolição ocorreu, nos meios maçônicos, em paralelo com a campanha republicana, sendo ambas baseadas na radicalização de posições assumidas por uma ala jovem da Maçonaria brasileira, representada no governo central, no Parlamento, nos quartéis, nas letras e nas ciências³.

Foi quando começaram, realmente, com maior ênfase, os movimentos maçônicos, nas Lojas, com a finalidade de promover a alforria de escravos e de impedir que os seus membros e os seus candidatos à Iniciação Maçônica mantivessem escravos ou contribuíssem para que o tráfico negreiro não fosse estancado; enquanto iniciativas individuais de maçons contribuíam para fugas em massa de escravos e a proteção dos mesmos para evitar a sua recaptura⁴.

¹ CASTELLANI (1998, p.54).

² CASTELLANI (1998, p.51).

³ (CARVALHO, 2016).

⁴ CASTELLANI (1998, p.51-52).

O EXEMPLO PRECURSOR DA MAÇONARIA GAÚCHA

Em relação ao abolicionismo, embora só na década de 1880, ele se tivesse tornado mais marcante, o fato é que, mesmo antes da conscientização pública para o calamitoso problema da escravidão, diversos atos isolados de maçons, já marcavam o movimento, como é o caso da atitude pioneira da República Rio-Grandense, originária da eclosão da “Revolução Farroupilha”, liderada pelos maçons Bento Gonçalves e David Canabarro, fazendo libertar de acordo com o Decreto de 11 de maio de 1839, todos os escravos da Província *“aptos para a profissão das armas, oficinas e colonização, a fim de acelerar de pronto a emancipação dessa parte infeliz do gênero humano”*¹.

Ou seja, durante a “Revolução Farroupilha” os combatentes negros foram declarados livres. No caso específico desse maçônico empreendimento revolucionário, a derrota militar do movimento, após dez anos de batalha, deixou plantadas as sementes da abolição da escravatura, assim como do pacto federativo e da implantação do sistema republicano.

No próprio exército farroupilha havia o “Corpo de Lanceiros Negros” formado por mais de 600 homens negros e comandado pelo maçom Antônio de Souza Neto, e que teve participação decisiva em algumas das principais batalhas daquela revolução².

Cabe esclarecer ainda, que como demonstração inequívoca de sua coerência para com os ideais maçônicos do abolicionismo, a Loja “Philantropia e Liberdade”, na sessão do dia 18 de setembro de 1835, por decisão unânime dos Irmãos presentes, destinou o “*Tronco de Beneficência*” para a compra de uma Carta de Alforria de um escravo de meia idade, conforme comprova a Ata da referida reunião³.

A MAÇÔNICA DECLARAÇÃO DE SALDANHA MARINHO

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em 04 de maio de 1816, em Olinda, Pernambuco. Era filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e da senhora Ágata Joaquim Saldanha. O pai de Saldanha Marinho foi um dos executados na “Revolução Pernambucana de 1817”, quando o garoto tinha apenas um ano de idade. Aos vinte anos bacharelou-se em Direi-

¹ CASTELLANI (1998, p.52).

² GIRARDI (2015, p.8-9).

³ Ver “ANEXO 02: Balaústre nº 67: O Pacto Revolucionário Farroupilha”.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

to. Um ano depois já era promotor, professor de geometria, inspetor da província e foi deputado por 03 legislaturas. Fundou e foi Grão-Mestre do “Grande Oriente dos Beneditinos”. De 1863 até 1895 (ano da sua morte – faleceu no dia 27 de maio de 1895, aos 79 anos), o seu nome marcou profundamente todos os grandes atos e eventos da Maçonaria brasileira daquela época.

Na questão da abolição da escravidão, Saldanha Marinho foi quem deu o “*grito oficial do abolicionismo maçônico*”, em 1865.

Tardavam outras medidas, além da extinção do tráfico. O Brasil, empenhado desde 1864 na Guerra do Paraguai, não atacava outros problemas, como o da escravidão, mesmo diante de pressões internacionais e apelos de instituições filantrópicas de outras nações. O “Comitê de Emancipação da França”, entidade mantida pela Maçonaria Francesa, através do “Grande Oriente da França” solicitava ao governo imperial brasileiro, em 1867, a libertação total dos escravos no país. Zacarias de Góes, chefe do Gabinete de Ministros respondia, então, em nome do governo brasileiro, atenciosamente, esclarecendo que logo após a Guerra do Paraguai a questão seria tratada com carinho.

Foi nessa situação que as Lojas começaram a tomar medidas de âmbito interno, para dar a sua contribuição à libertação dos escravos¹.

Em um eloquente discurso proferido a 16 de maio de 1865, o Grão-Mestre do “Grande Oriente dos Beneditinos”, Saldanha Marinho lançou o grito oficial do abolicionismo maçônico: “*A emancipação dos escravos saia do seio da Maçonaria*”.

O historiador maçônico José Castellani² fornece outros detalhes:

“*Tendo o ‘Grande Oriente dos Beneditinos’ recebido o apoio do ‘Grande Oriente Lusitano’ e do ‘Grande Oriente da França’, seus adeptos fizeram grandes comemorações e Saldanha Marinho, em discurso de 16 de maio de 1865, dizia, com exagero: ‘A França, Portugal e o Brasil formam, desde agora, uma só família, para os maçons submetidos ao Grande Oriente do Brasil’ (a alusão, evidentemente, era ao seu ‘Grande Oriente’). Apesar da fama de cisionário, Saldanha Marinho era respeitado como abolicionista e republicano; e foi nesse discurso que ele lançou o grito oficial do abolicionismo maçônico: ‘A emancipação dos escravos saia do seio da Maçonaria’.*”

A luta de Saldanha Marinho pela abolição da escravidão foi muito efetiva.

Em 1874, ele visitou Pelotas no RS, e os maçons de lá, como forma de comemoração pe-

¹ CASTELLANI (1998, p.56-57).

² CASTELLANI (2001, p.10).

la ilustre visita, alforriaram dois meninos escravos, em sua homenagem.

Em 1876, Saldanha Marinho mais uma vez demonstrou estar muito à frente de seu tempo, quando autorizou a iniciação maçônica de escravos libertos¹.

AÇÕES MAÇÔNICAS EM PROL DA LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS

As Lojas Maçônicas logo constituíram-se em importantes frentes de combate à escravidão, desempenhando um papel significativo no movimento emancipacionista brasileiro.

Notadamente podemos citar o exemplo da Loja “América” do oriente de São Paulo, cujos esforços filantrópicos eram reconhecidos pelos jornalistas do “Radical Paulistano” e que teve as suas ações antiescravistas propagadas nas duas décadas que antecederam à promulgação da “Lei Áurea”. A mencionada Loja constituiu-se em um poderoso espaço de discussões favoráveis à reforma nas relações escravistas. Compareciam em suas reuniões figuras importantes do cenário emancipacionista em São Paulo, principalmente estudantes e professores da Faculdade de Direito simpáticos à causa. Nomes como Rui Barbosa, José Bonifácio (o moço), Luiz Gama e Saldanha Marinho apareciam com frequência, publicamente divulgando as ações da organização².

Da mesma forma, a Loja “Piratininga”, uma das mais tradicionais oficinas maçônicas de São Paulo e do Brasil, embora fundada a 28 de agosto de 1850, na capital de São Paulo, já em sua 15ª sessão, realizada a 28 de outubro de 1850, apenas dois meses depois de sua fundação, aprovava uma proposta para que um dos quesitos a serem avaliados pelas sindicâncias dos candidatos à Iniciação seria dirigido no sentido de saber “*se o profano se dá ao detestável comércio de carne humana*”³.

Enquanto isso, a Loja “Perseverança”, de Paranaguá (PR) dava início ao movimento naquela Província, publicando uma resolução em 18 de novembro de 1867⁴, segundo a qual, todo ano, no dia 23 de junho, véspera da festa de São João, a Loja reunir-se-ia em sessão magna e procederia a libertação de tantas escravas do sexo feminino e menores de quatro anos de idade quantas fosse possível, utilizando para tal todos os fundos, tanto da tesouraria como de beneficência que excedessem os seus gastos normais.

Já a Loja “Perseverança III”, de Sorocaba, tem em seus registros, o fato de ter sido a

¹ FAGUNDES (1989, p.82).

² (PÍCOLI, 2009).

³ CASTELLANI (1998, p.45).

⁴ Ver “ANEXO 05: Resolução da Loja Perseverança”.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

primeira instituição do gênero a constituir-se formal e especificamente com o objetivo de trabalhar pela abolição da escravidão e pela educação, tanto dos antigos trabalhadores quanto da nascente classe operária sorocabana, em 1869, através de uma proposta idealizada por Ubaldino do Amaral¹.

E a 04 de abril de 1870, mais uma vez na Loja “América” de São Paulo (SP), dava entrada, assinado por Rui Barbosa um projeto-de-lei² que, ao contrário dos seus antecessores, não se limitava à sua Loja, mas era muito mais abrangente, representando uma convocação a todas as Lojas de seu círculo, para que participassem de um esforço coletivo pela libertação dos escravos, doando um quinto da receita total que obtivessem para este fim; e em prol da educação popular, criando e mantendo escolas gratuitas de ensino primário para adultos e para crianças de todas as classes sociais e de ambos os sexos. Este projeto valeu mais como a apresentação de uma ideia, pois a Loja “América” deve ter se limitado a enviá-lo ao “Grande Oriente dos Beneditinos”, de cuja jurisdição a Loja fazia parte. O líder dessa obediência, Joaquim Saldanha Marinho, diante das inúmeras dificuldades para a consolidação da Obediência e do precário equilíbrio desta, arquivou o original, que, posteriormente, seria doado à “Casa Rui Barbosa”. O projeto, todavia, foi uma demonstração do espírito que animava a juventude maçônica da época³.

Outra forma de participação da Maçonaria no processo de emancipação gradual do escravo foi através da Literatura, por meio da promoção da mudança de pensamento da sociedade civil. Diversos escritores do século XIX que tinham como tema principal de suas obras a escravidão eram maçons. A solidariedade para com o negro – escravos e libertos – era estimulada pela divulgação do seu sofrimento, o que os poetas e literatos maçons sempre souberam fazer com primazia⁴.

Por isso, o envolvimento desses intelectuais no movimento abolicionista foi extremamente importante. As suas obras atravessaram o tempo e até hoje nos permitem analisar a escravidão sob um ponto de vista conjuntural e diligente, visto que foram escritas por mentes contemporâneas à situação de ocorrência dos fatos retratados⁵.

Dois exemplos clássicos de obras literárias produzidas por maçons com fins abolicionistas podem ser conferidos nos poemas “*Quem sou eu?*” de Luís Gama e “*Navio Negroiro*” de Castro Alves, também conhecido como o “poeta dos escravos”.

¹ PONTES (2010, p.32).

² Ver “ANEXO 06: Projeto de Lei de Rui Barbosa”.

³ CASTELLANI (1998, p.65).

⁴ SILVA (2016, p.334).

⁵ SILVA (2016, p.335).

AS LOJAS MAÇÔNICAS COMPRAM CARTAS DE ALFORRIA

Nessa época, muitas Lojas Maçônicas já se encontravam em plena ebulição em torno das causas abolicionistas e republicanas, que caminhavam lado a lado nos meios maçônicos.

A filantropia das Lojas daquele período era geralmente destinada à libertação de escravos. Exemplo disso é que já a 08 de junho de 1833, o “Grande Oriente do Brasil” autorizava uma despesa para a libertação de uma escrava, fazendo o mesmo a 22 de setembro de 1835, com relação a um escravo. E assim se fazia em todo o Brasil¹.

São inúmeras as atas de Lojas Maçônicas determinando o pagamento de alforrias.

A Loja “Perseverança III” de Sorocaba, na sessão realizada em 07 de agosto de 1869, de acordo com José Castellani², aprovava uma proposta nos seguintes termos:

1. *Colocar-se-á, na Loja, uma caixa denominada ‘Emancipação’, na qual os Iniciados, a convite do Venerável Mestre, bem como qualquer Irmão, quando queiram, depositarão as suas ofertas.*

2. *O produto dessa caixa será destinado exclusivamente à libertação de crianças do sexo feminino de 02 a 05 anos de idade.*

3. *As crianças libertadas ficarão sob a proteção da Loja.*

4. *Serão absolutamente proibidos os banquetes e ceias que o uso tem admitido nas Iniciações; devendo, o Venerável Mestre, convidar os recipiendários a reverterem as quantias que despenderiam com isso, em donativos para a ‘Caixa de Emancipação’.*

Na ata da Sessão Magna de Posse e Instalação da Loja “Fidelidade Mineira”³, de Juiz de Fora (MG), datada de 1º de junho de 1873, temos que:

“O Grão-Mestre convidou o Irmão 1º Grande Vigilante a dirigir os trabalhos enquanto cobria o Templo. Pouco depois fez a sua reentrada com as solenidades, trazendo pela mão a escrava Honorata, de 14 anos. Para a sua liberdade tinha a quantia de 411\$000, e retomando o Malhete fez anunciar à Loja a liberdade de Honorata. A Oficina, neste ato, levantando-se, aplaudiu o ato de cavalheirismo e filantropia, demonstrando todos os elevados sentimentos que cresciam em seus corações. Os Irmãos Venerável e Secretário da Loja ‘Fidelidade Mineira’ então cobriram o Templo, e voltando, conduziam outra escrava de nome Thereza, de 18 anos, para ser auxiliada pela Loja, de ordem a ser considerada livre daquele momento em

¹ ASLAN (1997, p.103).

² CASTELLANI (1998, p.121).

³ COSTA (1999, p.73).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

diante; e consultada a Loja, foi com entusiasmo devidamente aplaudida e adotada a ideia”.

Em 1874, a Ata da Loja “Lealdade e Brio” de Resende - RJ, de 15 de outubro, também dá conta da libertação de uma escrava:

“Dia 15 de outubro de 1874 – Sessão de Finanças.

Foi pedido um tronco¹, requerido pelo Irm. Umbelindo, para comprar a Carta de Alforria da escrava de nome Benedita, com 12 anos presumíveis, que viera à porta da Loja pedindo misericórdia por estarem a sua procura a fim de açoitá-la e reconduzi-la ao tronco. Corrido o ‘Tronco de Beneficência’, foi recolhida a quantia de 200\$000 (duzentos mil réis) e a escrava libertada”.

O autor Nilton de Almeida² fornece informações mais detalhadas sobre esse episódio:

“Isto é o que diz a Ata do dia, mas contam os Irmãos mais antigos que há anos passados comentavam os daquela época que num dia de tempestade, quando se discutia as despesas da Loja, foram ouvidas fortes pancadas na porta da frente, acompanhadas de gritos de socorro. O Irmão Umbelindo, Cobridor, foi atender. E uma escrava abraçou-lhe as pernas e gritava por socorro, pois vinham lhe matar por ter fugido do tronco. O Irmão perguntou-lhe por que viera ter ali e a escrava contou-lhe que já fora em diversas casas, mas não a atenderam e na última mandaram-na ir lá (na Loja) que seria atendida. Com o alarido, outros Irmãos foram saber o que se passava e a Sessão foi suspensa, ocasião em que chegaram o feitor de uma fazenda, acompanhado de dois escravos que vieram ao encalço de Benedita. Entrando em entendimentos, foi tratado o preço de 200\$000 pela escrava. Procurando saber o que acontecera, o feitor contou que a escrava fingia-se de doente e fora amarrada ao tronco para castigo; quando a menina, chorando em lágrimas convulsas, e tremendo de febre, contou que há dias estava doente, não comia e não tinha mais forças para o trabalho; que a matassem, mas pelo amor de Deus não a deixassem voltar para o tronco. Reaberta a sessão, agora para resolver o caso de Benedita, foi corrido o ‘Tronco de Beneficência’ e completada a quantia do preço ajustado pelo Irmão Umbelindo, o qual ficou responsável pela escrava. Até por volta de 1920, e mesmo depois, Benedita era apontada nas ruas de Resende, como a escrava que os maçons libertaram”.

Consta ainda que essa mesma Loja, em 28 de abril de 1878, reuniu a quantia de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis) com a qual comprou a carta de alforria de um escravo de 03 anos de idade chamado Pedro, cujo dono queria matá-lo por ter feito uma travessura. Em todas as atas

¹ “Tronco” em linguagem maçônica significa “coleta de dinheiro”.

² ALMEIDA (1970, in: Boletim Comemorativo do Centenário da Loja “Lealdade e Brio” datado de 11 de dezembro).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

dessa Loja, sempre consta que “determinado Irmão” libertou uma criança ou uma preta velha.

Outro exemplo é a declaração que consta na Carta de Alforria do escravo de nome Abel, libertado pela Loja Maçônica “Fraternidade” de Santos¹, em 1º de março de 1871 e que transcrevemos abaixo:

“Eu, abaixo assinada, declaro que sou senhora e possuidora de um escravo de nome Abel, de 05 anos de idade, crioulo, natural de Santos, do qual, pela presente, concedo plena liberdade, visto ter recebido da Comissão da Loja Maçônica ‘Fraternidade’, a quantia de 300\$000 (trezentos mil réis). E para clareza, firmo a presente Carta de Alforria, que assino com testemunhas.

Santos, 1º de março de 1871.

Maria Eufrosina Martins.

Testemunhas: Henrique Porchat de Assis e João José Frederico Ludovice”.

Em 29 de novembro de 1873, durante a inauguração do novo Templo da mesma Loja “Fraternidade” de Santos outra escrava foi liberta, conforme o trecho abaixo que consta na ata dessa sessão:

“[...] e correu o Tronco de Beneficência que produziu 107\$420 destinados para a libertação da pardinha Domingas, conforme já resolvido e como é de estilo nestes atos”.

O historiador Alaôr Eduardo Scisínio² esclarece ainda que, a 02 de março de 1879, uma Comissão de Veneráveis entregava ao Grão-Mestre Visconde do Rio Branco, dez cartas de alforria de escravos libertados por suas Lojas durante uma reunião do “Grande Oriente” ao qual pertenciam.

Da mesma forma, a Loja “Fraternidade Cearense”, de Fortaleza, também costumava alforriar, a bom preço, nas suas festas, levas inteiras de escravos; e nas famílias de maçons dos seus quadros, os grandes regozijos eram registrados com cartas de liberdade³.

Outro exemplo ocorreu na noite de 24 de dezembro de 1882, véspera de Natal, quando numa sessão solene na Maçonaria local, foram alforriadas a escrava Herculana – pertencente à viúva Irinel Soter Caio Wanderley – e a escrava Luzia – da firma Cavalcanti & Irmãos⁴.

A ideia da abolição da escravatura igualmente vingou em Mossoró. Os mossoroenses abraçaram-na com entusiasmo, especialmente a Loja Maçônica “24 de Junho” que naquela época (1882), estava em pleno florescimento. E ainda em 1882, eram alforriados os primeiros

¹ COSTA (1999, p.71).

² SCISÍNIO (1997, in: verbete “Maçonaria”).

³ GOMES (1975, p.120).

⁴ (MAIA, 2009).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

escravos, pela verba do “fundo de emancipação” e por donativos de particulares, membros da Loja Maçônica “24 de Junho”¹.

Já no Rio Grande do Sul, a Loja “Rocha Negra”, de São Gabriel – fundada em 29 de junho de 1873 – e que, em 20 de setembro do mesmo ano, iniciaria o então coronel Deodoro da Fonseca –, desde a sua fundação passou a libertar sistematicamente escravos em cada uma das suas sessões semanais. E, com tal sistemática, em 1884, já havia libertado, sem nenhuma exceção, todos os escravos do município.

Tais registros, assim como tantos outros, evidenciam, de forma clara e incontestável, que era um costume consentâneo das Lojas Maçônicas, em geral, durante os atos e sessões solenes principalmente, libertarem pelo menos um escravo.

Em outra linha de ação surgiam, amparadas pelos mantos da Maçonaria, as “Sociedades Libertadoras”, ao mesmo tempo em que a imprensa maçônica igualmente aliava-se, com todo fulgor, às Lojas na luta em prol da causa abolicionista.

Por iniciativa da Loja “24 de Junho” de Mossoró, fundada em 1873, criou-se a “Sociedade Libertadora Mossoroense”, em 06 de janeiro de 1883. Sua primeira diretoria ficou assim constituída: Joaquim Bezerra da Costa, presidente; Romualdo Lopes Galvão, vice; Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, secretário; Cel. Francisco Gurgel de Oliveira; Manuel Cirilo dos Santos; Salvador Bráulio de Albuquerque Montenegro; Manoel Benício de Melo; Conrado Maia e Francisco Romão Figueira, onde todos os elementos eram maçons, de modo que como se vê, predominavam na diretoria daquela sociedade os adeptos da Maçonaria².

A essas Lojas e Sociedades Libertadoras seguiram diversos pequenos municípios, até que, a 08 de maio de 1883, a liberdade para os cativos chegou à Fortaleza. Era o passo que antecedia o clímax: pois a 25 de março de 1884 finalmente seria abolida a escravidão na Província do Ceará, quatro anos antes da “Lei Áurea”. E tudo fora feito, principalmente, através do trabalho incessante da “Sociedade Libertadora Cearense”, de nítida inspiração maçônica³.

Para encerrar esta parte e corroborar, de forma incontestável, a participação efetiva das Lojas Maçônicas na promoção e libertação de cativos, o periódico gaúcho de cunho maçônico “A Federação”, que circulou na década de 1880 em Porto Alegre, publicava, a 17 de maio de 1884, a seguinte nota, conforme relata o pesquisador Manuel Gomes⁴:

“DECLARAÇÃO – A Comissão encarregada pela Loja Maçônica ‘Luz e Ordem’, que

¹ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

² (D’ALBUQUERQUE, 1970).

³ CASTELLANI (1998, p.123).

⁴ GOMES (1975, p.121).

funciona nesta capital, para promover a libertação dos escravos a 24 de junho vindouro, convida a todos os interessados a apresentar suas petições, reclamações ou explicações ao nosso tesoureiro Bento Batista Orsi, à Rua Voluntários da Pátria nº 237, até o dia 12 de junho, dia esse em que a Comissão designará os escravos que serão libertos na conformidade com o dinheiro em Caixa, ficando o escravo na obrigação de ir buscar a sua carta de libertação no dia 24 de junho, às 08 horas da noite, na Casa Maçônica, à Rua Senhor dos Passos.

Porto Alegre, 16 de maio de 1884.

O presidente – João Carlos Queima.

O tesoureiro – Bento Batista Orsi”.

RUI BARBOSA: MAÇOM E ABOLICIONISTA

Nascido em Salvador, Bahia, a 05 de novembro de 1849, Rui Barbosa de Oliveira foi jurista, orador brilhante e político, sendo reconhecido inclusive como “*O Estadista da República*”. Em 1861 ingressou no Ginásio Baiano, concluindo o curso de “Humanidades” em 1864; em 1866 matriculava-se na Faculdade de Direito do Recife, já como abolicionista convicto, fazendo parte de uma sociedade abolicionista fundada pelos maçons Castro Alves, Augusto Guimarães, Plínio de Lima e outros. Depois iria para São Paulo, onde concluiria a Faculdade de Direito na capital paulista, em 1870¹.

Em São Paulo tornou-se maçom, tendo sido Iniciado na Loja “América”, onde continuou a sua pregação abolicionista. Em 04 de abril de 1870, apresentou, em sessão da Loja “América”, um projeto² de sua autoria referente à libertação dos escravos, no qual constava:

1. A obrigatoriedade de declaração de todos os candidatos ao ingresso na Maçonaria de que, daí em diante, libertariam todas as crianças do sexo feminino nascidas de escravas suas;
2. A obrigatoriedade de todas as Lojas Maçônicas brasileiras reservarem um quinto de suas receitas para a alforria de crianças escravas;
3. Que todos os maçons brasileiros ficariam obrigados a assumir um compromisso de declararem livres as filhas de suas escravas.

Este projeto, ressalvadas as modificações sofridas em relação à sua versão original, futuramente culminaria na “Lei do Ventre Livre”.

A participação de Rui Barbosa na causa abolicionista foi além de discursos sobre a ne-

¹ CASTELLANI (1997, p.139).

² CASTELLANI (1997, p.140).

cessidade de se amparar o escravo. Ele defendia a união entre o movimento abolicionista e os cativos, envolvendo-os na batalha pela sua liberdade, ambos se integrando com o próprio Império. Dessa forma, segundo o próprio Rui Barbosa, a união da imprensa, de grupos civis que lutavam pelo fim da escravidão – como a Maçonaria – e dos próprios negros faria com que a abolição tomasse seu caminho de forma mais ágil, pois todos buscavam o mesmo objetivo, que seria alcançado quando as massas finalmente se integrassem na batalha¹.

JOAQUIM NABUCO: O JORNALISTA MAÇOM

De acordo com o historiador Pandiá Calógeras²:

“Um elemento novo, entretanto, havia surgido e agia como fermento no ambiente facilmente vibrátil: o maçom Joaquim Nabuco. Vibravam as massas populares ao influxo de sua admirável eloquência, movida pela nobre causa da liberdade humana em que o tribuno se inspirava e pelo choque moral formidável infligido nas consciências adormecidas que despertavam a látegos de auroras, forçando-as a refletir sobre as coisas e as situações que, dantes, haviam sido aceitas sem análise. [...] e Nabuco avultou-se profeta de um evangelho novo”.

Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, pelas suas maneiras e pela educação que recebera, era considerado um aristocrata, mas também uma das mais fulgurantes inteligências de sua época. Apesar de ser membro da classe dominante no Nordeste, a dos barões do açúcar, ou seja, da aristocracia açucareira em decadência, ele se empenhou de corpo e alma pela libertação do braço servil. Parlamentar, diplomata e escritor, foi colega de Castro Alves e de Rui Barbosa; e como este último, ele também foi Iniciado maçom, através da Loja “América” a 1º de dezembro de 1868, aos 19 anos de idade³.

Ainda estudante, Joaquim Nabuco sentira profundamente o problema da escravatura ao defender, no júri, um escravo que assassinara o seu senhor por ter sido açoitado publicamente. Nessa ocasião, ele scandalizou a sociedade branca e aristocrata de Pernambuco, dizendo sobre Tomás, o escravo⁴:

“Ele não cometeu um crime! Ele removeu um obstáculo!”.

Não obstante, os maçons Joaquim Nabuco e André Rebouças ainda defendiam, já naquela época, a criação de um imposto territorial como forma de acabar com o latifúndio improdu-

¹ SILVA (2016, p.335).

² (Pandiá Calógeras – “A Formação Histórica do Brasil” – 1941).

³ CASTELLANI (1998, p.98).

⁴ CASTELLANI (1998, p.99).

tivo e democratizar a propriedade da terra. Acreditavam que essa medida, junto com a abolição da escravidão e uma melhor redistribuição da renda, elevaria o país a um novo patamar de desenvolvimento, conforme o próprio Nabuco¹ escreveu:

“Uma é o complemento da outra. Ninguém neste país contribui para as despesas do Estado em proporção dos seus haveres. O pobre, carregado de filhos, paga mais impostos do que o rico sem família. Acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão”.

Mais tarde, ele se tornaria o líder do abolicionismo e suspeito a todos os senhores de engenho – classe de que provinha².

Em artigos de jornal e discursos que atraíam multidões no Recife, Joaquim Nabuco parafraseava José Bonifácio, quando dizia que o Brasil estava condenado a permanecer no atraso enquanto não resolvesse de forma satisfatória a herança escravocrata. Para ele não bastava libertar os escravos, era necessário incorporá-los à sociedade como cidadãos de pleno direito. O regime da escravidão, afirmava, corrompia a tudo e impedia que a sociedade evoluísse. Nas palavras do próprio Nabuco:

“A escravidão não consentiu que nos organizássemos como povo; e sem povo, as instituições não têm raízes, a opinião não tem apoio e a sociedade não tem alicerces”.

Em 1878, surgiu um fato novo: enquanto Luís Gama, em São Paulo, arrancava escravos das fazendas, e Patrocínio, no Rio de Janeiro, mal iniciava sua cruzada abolicionista, Joaquim Nabuco era eleito para a Assembleia Geral, revivendo, no Legislativo, o problema da abolição total, que todos tentavam evitar. Ele era o elemento perturbador das consciências, a invocar princípios que vinham sendo esquecidos, ou reprimidos, como a dignidade da vida humana, a fraternidade que deve imperar entre todos os homens e a imoralidade social representada por uma situação baseada na injustiça e na intolerância³.

Em 1879, ao retornar à Recife, diante da franca ascensão do Partido Liberal, Joaquim Nabuco conseguiu, com a ajuda de Domingos de Souza Leão, Barão de Vila Bela e chefe do referido partido, eleger-se deputado às Cortes.

Na Câmara, ele passou a defender temas explosivos, como a eleição direta, a presença de não católicos no Parlamento e, principalmente, a abolição da escravatura. Nessa época, entre os que defendiam os escravos existiam os emancipadores e os abolicionistas: os primeiros pretendiam uma abolição gradual e com indenização aos senhores de escravos, enquanto que

¹ MELO (2010, p.116-117).

² CASTELLANI (1998, p.99).

³ CASTELLANI (1998, p.117-118).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

os outros lutavam pela imediata abolição, sem qualquer indenização, para quem quer que fosse. Nabuco estava neste último grupo¹.

Ele chegou a apresentar, em 1880, um projeto-de-lei que extinguiu a escravatura no final de dez anos, ou seja, em 1890; projeto derrubado pela Assembleia. Entendeu, então, que a abolição da escravatura só viria de fato através de uma propaganda constante e bem dirigida. Começou, a partir daí, a publicar artigos na imprensa diária, a publicar opúsculos e a fazer conferências de caráter abolicionista, fundando a “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”. Todo esse esforço tinha por meta quebrar a resistência do Legislativo, contrário à abrupta extinção do trabalho escravo, em atendimento aos interesses dos escravistas².

A voz vibrante de Nabuco repercutia por todo o país, incendiando a opinião pública e fazendo com que a questão deixasse de ser política e econômica, para se transformar num caso de consciência da liberdade e da solidariedade humana. Isso iria aumentar as pressões públicas sobre o Legislativo e o Gabinete Ministerial³.

Ao terminar o seu mandato, em virtude de sua polêmica atividade, foi excluído da chapa dos representantes da província de Pernambuco, o que o fez, então, exilar-se voluntariamente na Europa, fixando residência em Londres.

Em 1883, escreveu “*O Abolicionismo*”, onde criticava a classe dominante por sua atitude diante do grave problema social da escravidão. Embora longe do país, ele não recuava na meta que traçara para si, pois sempre esteve em contato com a “*Anti-Slavery Society*” (Sociedade Antiescravista Inglesa), que o enviaria, como seu delegado, ao “Congresso para a Reforma do Direito das Gentes”, em Milão, ainda em 1883⁴.

Em 1884, Nabuco retornou ao Brasil, na época em que se discutia uma nova lei paliativa, a qual previa a libertação de escravos com mais de 60 anos de idade. Resolveu então dedicar-se definitivamente à política, inscrevendo-se como candidato a deputado por Pernambuco, no 1º Distrito (Recife); mas perdeu a eleição por poucos votos. Surgindo, porém, outra oportunidade, num segundo escrutínio no 4º Distrito (Nazaré), foi eleito de forma espetacular, quando todos os demais candidatos desistiram em seu favor.

A partir daí ele retomaria, com maior ênfase, à campanha abolicionista, como Deputado e como Presidente da “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”⁵.

Joaquim Nabuco morreu em 1910, sem ver a legião de escravos – libertos duas décadas

¹ CASTELLANI (1998, p.99).

² CASTELLANI (1998, p.118).

³ CASTELLANI (1998, p.118-119).

⁴ CASTELLANI (1998, p.100).

⁵ CASTELLANI (1998, p.100).

antes – incorporar-se à sociedade produtiva brasileira, segundo os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade como sonhava.

A CAMPANHA ABOLICIONISTA DE JOSÉ DO PATROCÍNIO

Enquanto Nabuco desenvolvia a sua campanha abolicionista na Europa e no Brasil, através de Pernambuco, principalmente no Rio de Janeiro, destacava-se a figura de José Carlos do Patrocínio, que desfrutava, entre os abolicionistas, de uma curiosa condição: era senhor por parte de pai e escravo por parte de mãe¹.

A atuação de Nabuco era mais política e dirigida às elites, com o seu grupo rotulado de intelectual-filosófico, trabalhando no Congresso; já a de Patrocínio era no comando do povo, fazendo-o vibrar pela causa abolicionista².

A sua campanha pela abolição começou quando ele (José do Patrocínio), a 03 de agosto de 1880, no Teatro São Luís, fez um vibrante e emocionado discurso contra a escravidão, arrancando aplausos e recebendo apoio da multidão que lotava o local.

A 15 e 22 do mesmo mês de agosto, ele repetiu a sua oratória inflamada, que o distinguiria dos demais abolicionistas pois agitava as massas e conseguia convencer o povo a não seguir os argumentos dos escravistas de que a escravidão era necessária economicamente e que a sua extinção teria como consequência a ruína social do país. Para ele, a escravidão era um roubo; essa frase, de seu discurso, tornar-se-ia o lema do “Clube Abolicionista”³.

Na imprensa, o maçom José do Patrocínio deixou a “Gazeta de Notícias”, quando achou que a sua atuação ali era muito limitada pela orientação imprimida ao jornal, pois achava que era necessário um maior campo de luta, onde pudesse defender, com todo o seu ímpeto, as ideias abolicionistas. Foi quando, auxiliado pelo sogro, adquiriu a “Gazeta da Tarde”, onde a sua campanha atingiu o auge.

É de sua autoria a célebre declaração de que “*a escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão*”. Nessa época, os escravistas se insurgiram contra a sua campanha, chamando-o de “*preto cínico*” e com muitos deles colocando sua cabeça a prêmio⁴.

Já na campanha abolicionista, ele participava como jornalista corajoso e radical, como tribuno popular vigoroso e dramático; e como escritor – embora de limitados recursos – em

¹ CASTELLANI (1998, p.101).

² CASTELLANI (1998, p.103).

³ CASTELLANI (1998, p.103).

⁴ CASTELLANI (1998, p.103).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

alguns poemas, como “A Revista”, onde descreve cenas do cativo¹.

Na mesma época em que Nabuco criava a “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”, era criada, no Rio Grande do Sul, a “Sociedade Abolicionista Nabuco”, e no Ceará a “Sociedade Cearense Libertadora”, todas sob inspiração dos meios abolicionistas maçônicos, no Rio de Janeiro, liderado por um grupo de mulheres, à frente do qual se encontrava a cunhada de Patrocínio, D. Virginia Villa Nova, era criado o “Clube Abolicionista José do Patrocínio”.

Esses núcleos, sociedades e clubes abolicionistas iriam se expandir em 1882 e 1883, chegando ao número de doze, o que dificultava a coordenação do movimento. Isso fez com que, a 12 de maio de 1883, com a finalidade de agrupar, em uma só, todas essas sociedades, José do Patrocínio, junto com André Rebouças e outros maçons, criassem a “Confederação Abolicionista”, que foi instalada em uma das salas da redação da “Gazeta da Tarde”².

À campanha de Patrocínio, juntava-se Rui Barbosa, que já demonstrara, desde os bancos universitários e de seus tempos de Aprendiz da Loja “América”, a sua índole abolicionista.

Embora não haja documentação que mostre quando e onde José do Patrocínio foi “Iniciado”, não restam dúvidas de que foi maçom, pois o seu nome figura como tal, em publicações e documentos do “Grande Oriente do Brasil”, tendo sido membro efetivo da Loja “União e Tranquilidade nº 2”. O seu nome também é citado no “Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil” de 1897, na apuração para a eleição para o cargo de Grão-Mestre Adjunto, a qual havia se realizado em fevereiro daquele ano; onde consta que Patrocínio havia recebido seis votos no referido pleito³.

LUÍS GAMA: ADVOGADO, MAÇOM E EMANCIPADOR

A partir de 1870, começava a ação prática do precursor do abolicionismo em São Paulo e, seguramente, o seu maior vulto: Luís Gonzaga Pinto da Gama⁴.

Nascido na Bahia a 21 de junho de 1830, filho de uma africana livre e de um fidalgo branco. Ainda menino foi vendido como escravo pelo próprio pai, que arruinado, viu no filho a chance de livrar-se das dívidas de jogo que havia contraído. Foi comprado pelo Alferes Antônio Pereira Cardozo que o levou para Campinas. Já adulto, obteve provas de que tinha nascido livre. Em 1848 abandonou a casa do antigo senhor para sentar praça na “Força Pública”

¹ CASTELLANI (1998, p.103-104).

² CASTELLANI (1998, p.104).

³ CASTELLANI (1998, p.105).

⁴ CASTELLANI (1998, p.86).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

de São Paulo, onde se tornou amigo do professor de Direito, Dr. Furtado de Mendonça, com quem estudou até assimilar grandes conhecimentos jurídicos que o transformaram em um notável advogado, orador eloquente e um dos mais devotados lutadores da causa abolicionista.

Já defensor da causa dos negros, ingressou no jornal “O Ipiranga” como aprendiz de tipógrafo, depois migrou para a redação do “Radical Paulista” que tinha como colaboradores Rui Barbosa e Castro Alves.

Ao que corrobora o eminente historiador maçônico José Castellani¹, fornecendo detalhes mais contundentes tanto sobre a vida profissional quanto maçônica de Luiz Gama:

“Em 1868, Luís Gama iria trabalhar na imprensa. Como havia surgido, nesse ano, em São Paulo, o jornal ‘Ipiranga’, dirigido por Salvador Mendonça, Luís Gama nele ingressou, como aprendiz e colaborador, assinando com o pseudônimo ‘Afro’, ao mesmo tempo em que se iniciava na vida forense, como advogado provisionado. Em 1869, ele figurava entre os redatores do ‘O Radical Paulistano’, com Rui Barbosa, Elói Pamplona, Bernardino de Menezes e outros. Nessa época, ele já era maçom, pois embora não se saiba quando e onde fora iniciado, o seu nome constava como filiado à Loja ‘América’, da capital de São Paulo, a 1º de agosto de 1870. No quadro de obreiros de 1872, onde é o 13º da lista, ele consta com a idade de 42 anos, detentor do 18º Grau Maçônico e com a profissão de advogado provisionado. Na Loja ‘América’, Luís Gama exerceu diversos cargos, inclusive o de 2º Vigilante, em 1872 e 1873 e o de Venerável Mestre, em 1874, o que se repetiu durante cinco períodos consecutivos”.

Abolicionista extremado, o maçom Luís Gama foi o verdadeiro fundador do movimento abolicionista na Província de São Paulo, dedicando-se totalmente à propaganda antiescravista ativa, contundente e de resultados práticos, literalmente arrancando ao cativeiro, milhares de escravos, com o uso de artifícios e até da força.

Em 1870, ele também resolveu abraçar a causa republicana, já que os dois movimentos, abolicionista e republicano, caminhavam juntos no meio maçônico – e a 02 de julho de 1873, representando o município de São José dos Campos, participou pessoalmente da fundação do “Partido Republicano” de São Paulo.

Num discurso pronunciado no “Centro Operário Italiano”, Luís Gama sistematicamente pulverizou o pretendido “direito” escravista, afirmando: “O escravo que mata o seu senhor, seja em que circunstância for, age em legítima defesa”.

Ao seu filho, ele ensinava: “Trabalha para que este país não tenha nem reis e nem es-

¹ CASTELLANI (1998, p.87-88).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

cravos”, mostrando aí, as duas frentes de luta que marcaram a sua vida: o republicanismo e o abolicionismo¹.

No “Boletim do Grande Oriente do Brasil”, nº 7, de 1923, o Irmão Courier² (nome simbólico) assim se refere à Luís Gama e à Loja “América”:

“Na história do abolicionismo não há, indiscutivelmente, figura mais varonil, mais dedicada, mais esforçada e notável que a de Luís Gama. Esse sim que se tornou um planeta de primeira grandeza, pelo seu esforço, pelo seu sacrifício e pela sua alta inteligência, posta, sem desfalecimento, à nobre causa da abolição, porque Luís Gama era apóstolo da ideia no jornal e na tribuna; e era caifaz na prática, indo tirar escravos das fazendas e escondê-los na sua casa e na de amigos, alguns dos quais figuram nos quadros da ‘América’. Segundo me afirmou, em 1908, um dos sobreviventes desse quadro notável – o Dr. Olympio da Paixão (número 8 do quadro, filiado no mesmo dia que Luís Gama) – havia, na Cerimônia de Iniciação da Loja ‘América’, a obrigação do neófito, caso fosse fazendeiro, de dar carta de alforria a seus escravos. E asseverou-me mais, o Dr. Paixão, que muitos escravos assim conseguiram a suspirada liberdade. No caso, porém, do neófito ser negociante ou dispor de meios de fortuna, apresentavam-lhe uma lista, na qual eram escrituradas as quantias destinadas à alforria de escravos”.

Em São Paulo, o advogado e maçom Luís Gama organizou uma campanha jurídica para libertar escravos apoiando-se na lei de 1831, que abolia o tráfico negreiro. Nos tribunais, conseguiu provar que uma boa parte dos cativos existentes nas lavouras paulistas nessa época havia entrado no país depois de 1831, portanto, legalmente eram homens livres, de modo que deveriam ser imediatamente libertados.

Mas assombroso mesmo foi o fato de que, sozinho, Luiz Gama, na condição de “Advogado dos Escravos”, conseguiu libertar mais de 500 negros do cruel jugo da escravidão.

Luís Gama, o grande timoneiro do movimento emancipador e convicto republicano, faleceria a 28 de agosto de 1882. Mas a sua bandeira continuou a ser empunhada por outros maçons, como Antônio Bento de Souza e Castro – da Loja “Piratininga”, de São Paulo – na parte prática de arrancar escravos às fazendas; José do Patrocínio, na tribuna; e Joaquim Nabuco, no Parlamento, os quais começavam a empolgar o sentimento do povo brasileiro, em torno do fim total da escravidão negra no Brasil³.

¹ CASTELLANI (1998, p.88).

² CASTELLANI (1998, p.89).

³ CASTELLANI (2001, p.38).

CASTRO ALVES: O POETA DOS ESCRAVOS

Nascido na fazenda de Cabeceiras, em Curralinho, Bahia, a 14 de março de 1847, Antônio de Castro Alves foi o poeta mais popular do Brasil, que com seus versos inflamou a campanha abolicionista. Fez seus primeiros estudos no Ginásio Baiano, dirigido pelo maçom Abílio César Borges (Barão de Macaúbas)¹.

A 07 de setembro de 1868, por ocasião das comemorações dos 46 anos da Independência do Brasil, Castro Alves declamou, pela primeira vez, o que talvez seja o seu mais célebre poema: “Navio Negreiro”.

Incansável na luta abolicionista, Castro Alves esteve à frente de inúmeras publicações antiescravistas, nas tribunas proferindo eloquentes discursos e na Literatura publicando obras poéticas de caráter sócio-educativo em relação ao grave problema da escravidão negra no Brasil, o que lhe rendeu o pseudônimo de “Poeta dos Escravos”.

Embora existam indícios de que Castro Alves possa ter sido Iniciado na Maçonaria, por ter estudado em São Paulo, numa época em que era grande a presença dos estudantes de Direito nas Lojas Maçônicas – inclusive os seus amigos Joaquim Nabuco e Rui Barbosa – não existe nenhuma prova de que tenha sido maçom.

Especula-se que poderia ter pertencido à Loja “América” (de cujo quadro faziam parte Nabuco e Rui Barbosa), mas nada pôde ser encontrado. Há, também, a hipótese de que pudesse ter sido iniciado na Loja “Amizade”, em 1868, quando estudava Direito em São Paulo, numa época em que grande número de estudantes da Academia, engajados na campanha abolicionista, igualmente fazia parte das Lojas Maçônicas locais, mas isso também não pode ser comprovado, porque a maior parte dos arquivos da Loja desapareceu, quando o seu patrimônio foi alienado e seus arquivos destruídos, em 1952².

Em 1870, foi para o Rio de Janeiro, onde teve o pé amputado a frio, já que não podia ser anestesiado devido às complicações de sua doença pulmonar.

Antônio de Castro Alves faleceu em 06 de julho de 1871, na mesma cidade onde nasceu: Curralinho, Bahia.

VISCONDE DO RIO BRANCO

O Visconde do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) iria tomar posse como Grão-

¹ CASTELLANI (1997, p.38-39).

² CASTELLANI (1998, p.109).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Mestre da Maçonaria brasileira em 1871, cercado do respeito dos maçons, pois já era, na época, um nome proeminente na vida pública nacional. O “Grande Oriente” passava a ter, assim, como seu Grão-Mestre, o homem mais proeminente da política nacional. E esse fato iria ter consequências imprevisíveis, pois, a partir de atos de Rio Branco, saudados pelos maçons – padres inclusive – a Maçonaria brasileira iria acabar sendo colocada no meio de uma querela administrativa entre o bispado brasileiro e o Governo Imperial, no episódio que passaria à História como a “Questão Religiosa”¹.

Ainda em 1870, como ministro de Estrangeiros no gabinete do marquês de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres, que havia sido Grande Orador do “Grande Oriente do Passeio”), Rio Branco assinou o tratado de paz que pôs fim à Guerra com o Paraguai, o que lhe valeu a nomeação para o Conselho de Estado e o título de Visconde do Rio Branco.

Rio Branco tomou posse como presidente do Conselho de Ministros do Império em março de 1871. Graças ao prestígio no Governo Imperial, alguns dias antes de tomar posse como Grão-Mestre do “Grande Oriente”, ele assumia a presidência do Conselho de Ministros, tendo sido o seu gabinete, o de mais longa duração de toda a história do Império (de 07 de março de 1871 a 25 de julho de 1875).

A sua atuação na chefia do Gabinete foi das mais profícuas: levou a cabo a reforma judiciária, ampliou o “*habeas corpus*”, instituiu a fiança provisória, realizou o primeiro recenseamento do Brasil, regulou o registro civil e reorganizou a antiga Escola Militar como Escola Politécnica².

No auge da campanha abolicionista, Rio Branco estava ainda indeciso, mas a Loja Maçônica “Fé”, de Assunção, no Paraguai, homenageando-o quando foi eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, realizou uma sessão magna em sua honra, na qual o grande maçom Filipe Nery, em um belo discurso, pressionou-o para que defendesse a causa dos negros escravos³. Eis as palavras de Felipe Nery:

“Eminente Grão-Mestre; libertamos um povo, mas em nossa Pátria geme ainda na escravidão um sem-número de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em que nós nascemos e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro. Vossa posição social, preclaríssimo Grão-Mestre, vossas luzes e vosso estremecido patriotismo podem fazer com que para esses infelizes raie também o Sol da Liberdade. É uma empresa digna das vossas virtudes patrióticas e de vossos sentimentos generosos”.

¹ CASTELLANI (1998, p.71-72).

² CASTELLANI (2001, p.25).

³ SCISÍNIO (1997, in: verbete “Maçonaria”).

Ao que Rio Branco respondeu-lhe:

“Pela minha parte, asseguro, solenemente, que empenharei todas as minhas forças para que triunfe essa causa, que é a causa da humanidade”.

E cumpriu a promessa¹.

À Abolição da escravidão, sua contribuição mais notável foi a apresentação da lei aprovada a 28 de setembro de 1871, a qual declarava livres, daí em diante, todas as crianças nascidas de escravas. Essa lei passou à História com o nome popular de “Lei do Ventre Livre”, embora tenha, legislativamente, sido chamada de “Lei Visconde do Rio Branco”².

Sob pressão não só maçônica, mas também política, por parte dos que viam, nessa lei, uma alternativa ao caos que representaria uma imediata e extemporânea extinção total da escravidão, Rio Branco, aproveitando a viagem do Imperador e da Imperatriz Tereza Cristina à Europa, com a consequente Regência entregue à Princesa Isabel, apresentou a lei, que levou o seu nome e que era baseada em projetos anteriores, julgados inoportunos na época em que foram apresentados³.

E por conta disso, como veremos mais adiante, acabou dando-se a “Questão Religiosa”.

ANTÔNIO BENTO E OS CAIFAZES

Já na mesma linha agressiva de Luís Gama e sucedendo-o na ação abolicionista de efeitos práticos, surgiria a figura maiúscula de Antônio Bento de Souza e Castro, um nome que geralmente é bastante esquecido na historiografia nacional oficial e mesmo nos meios maçônicos. Antônio Bento foi promotor público das comarcas de Botucatu e Limeira, além de juiz municipal de Atibaia. Abolicionista apaixonado, diante do tumulto de Luís Gama, quando este faleceu, em 1882, jurou continuar a obra do Grande Maçom da Loja “América”. Para isso, organizou uma sociedade secreta, denominada “Os Caifazes”, cujos membros eram recrutados em todas as camadas sociais, com ramificações em repartições públicas e nas instituições particulares, além de, obviamente, entre os membros das três principais Lojas Paulistas da época: “Piratinga” (Loja na qual Antônio Bento foi Iniciado), “América” e “Amizade”.

Os Caifazes tratavam de retirar os escravos das fazendas, utilizando processos evidentemente ilegais, que chegavam até à violência, encaminhando-os depois ao Quilombo do Jabaquara, em Santos, onde os colocavam a salvo das perseguições. E tão numerosas foram as

¹ SALES (2010, p.3).

² CASTELLANI (1998, p.72).

³ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

fugas em massa de escravos retirados pelos Caifazes, que muito poucos restavam quando foi sancionada a lei que extinguiu a escravatura, em 1888¹.

Antônio Bento, o líder dos Caifazes, além de sua atividade como promotor e juiz, foi jornalista de largos méritos, tendo fundado os jornais “O Arado”, em 1882; “A Redenção”, em 1887; e “A Liberdade”, em 1888, dos quais, o principal foi “A Redenção”, violenta trincheira onde ele combatia os escravocratas².

O historiador Márcio Antônio Silva Pontes³ assim o descreve:

“Antônio Bento de Souza e Castro (1843-1891), filho de um farmacêutico paulistano, era visto como excêntrico por seus modos e sua aparência. Radicado em São Paulo desde 1877, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo, onde, em 1880, no Jornal ‘A Redenção’ conheceu o abolicionista Luiz Gama. Dois anos depois, diante do túmulo do amigo e irmão maçom, juraria ocupar o seu lugar à frente da luta contra a escravidão. Mas estava disposto a agir por métodos distintos da batalha jurídica travada por Gama. Longe de suas funções oficiais, passaria de juiz a justiceiro, caindo nos braços da militância abolicionista mais aguerrida. Nascia ali a ideia de organizar os Caifazes”.

Os Caifazes formavam uma organização subversiva, com atuação em São Paulo desde 1882 e com a cobertura do jornal “A Redenção” fundado por Antônio Bento. Protegiam os escravos evadidos e, posteriormente, passaram também a auxiliar e promover fugas em massa.

Laurentino Gomes⁴ assim narra a atuação de Antônio Bento:

“Em São Paulo, um grupo mais radical chamado ‘Os Caifazes’, liderado pelo advogado republicano e maçom Antônio Bento promovia a fuga em massa dos escravos, surrava os capitães do mato contratados para recapturá-los, ameaçava os fazendeiros e feitores acusados de maus tratos. Sob a proteção desse grupo, foi organizado o mais famoso quilombo da época, o do ‘Jabaquara’, situado nas imediações das cidades de Santos e Cubatão e que chegou a reunir 10 mil escravos fugidos”.

Emília Viotti da Costa⁵ amplia a biografia dos Caifazes e seu líder ao escrever que:

“Os Caifazes foram organizados por Antônio Bento, que organizou uma sociedade secreta com sede na confraria dos homens negros da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, em São Paulo. Os Caifazes denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão, defendiam na Justiça a causa dos escravos, faziam atos públicos em favor da sua emancipação, coletavam

¹ CASTELLANI (1998, p.91).

² CASTELLANI (1998, p.91).

³ PONTES (2010, p.44).

⁴ GOMES (2015, p.224).

⁵ (COSTA, 2008).

dinheiro para alforrias e protegiam escravos fugidos”.

Ao que Maria Lúcia Montes¹ complementa:

“Negando o instrumento legal da alforria como única via de emancipação, o grupo valia-se da força e da astúcia para atacar diretamente a propriedade escrava. Para isso, contava com centenas de colaboradores anônimos. Organizados em pequenos grupos de ação, nas cidades ou disfarçados de caixeiros-viajantes no interior – os chamados ‘cometas’ – promoviam fugas em massa das fazendas, roubavam escravos em casas de famílias e realizavam mirabolantes resgates em estações ferroviárias. Depois ajudavam os fugitivos a chegar a refúgios seguros, como o ‘Quilombo do Jabaquara’, organizado e mantido por abolicionistas santistas a partir de 1882, e por onde se calcula que passaram cerca de 10.000 escravos”.

Um dos segredos de Antônio Bento para costurar sua vasta rede de solidariedade era circular por diferentes setores sociais. Se por um lado era integrante da Maçonaria, filiado à Loja “Piratininga”, e provedor da poderosa “Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios”, convivendo de perto com membros da elite, também participava ativamente das confrarias religiosas negras de Nossa Senhora do Rosário, Santa Ifigênia e Santo Elesbão.

Por conta disso, o movimento dos Caifazes contava com a ação de magistrados, advogados, chefes de polícia, parlamentares, jornalistas, comerciantes, donos de armazéns, controladores da Alfândega, empregados em serviços de navegação costeira e de longo curso e até mesmo de membros de famílias de fazendeiros e de corretores de café, mantendo também, ao mesmo tempo, uma vigorosa rede de apoio popular².

OUTROS MAÇONS ABOLICIONISTAS

Nesse mesmo quadro abolicionista maçônico e republicano constam outros nomes como Américo de Campos, abolicionista e republicano histórico (“Filiado” a 15 de julho de 1870); Américo Brasiliense de Almeida Melo, abolicionista e republicano (“Filiado” a 22 de agosto de 1870); Júlio Ribeiro, escritor e abolicionista (“Filiado” a 29 de agosto de 1870); Bernardino de Meneses, jornalista, advogado e abolicionista (“Iniciado” a 19 de março de 1869); e ainda, Francisco Rangel Pestana e Bernardino de Campos, nomes importantes do movimento republicano³.

Ao lado de Luís Gama, mas numa linha menos agressiva, encontrava-se José Bonifácio

¹ (MONTES, 2009).

² (MONTES, 2009).

³ CASTELLANI (1998, p.87).

de Andrada e Silva, cognominado José Bonifácio, “o Moço”, sobrinho do velho “Patriarca da Independência”¹. José Bonifácio, “o Moço”, estadista, professor e intelectual, nasceu em Bordeaux (França), a 08 de novembro de 1827, quando seu pai, Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva encontrava-se no exílio, junto com o irmão José Bonifácio, em consequência dos acontecimentos de 1823, que culminaram com o fechamento da Constituinte por D. Pedro I e o exílio dos Andradas, ordenado pelo Imperador².

Não se sabe quando e onde José Bonifácio, “o Moço”, foi iniciado, mas o mais provável é que tenha sido na Loja “Amizade”, no início de seu curso de Direito. O que se sabe ao certo é que ele fez parte do primeiro grupo de filiados à Loja “Piratininga”, que havia sido fundada a 28 de agosto de 1850³.

No mesmo gênero de atuação encontrava-se o seu irmão Martim Francisco Ribeiro de Andrada Segundo, também membro da Loja “Piratininga”.

Numa linha mais tardia, mas nem por isso menos vibrante e contundente, do movimento abolicionista e do republicanismo, encontrava-se Silva Jardim, o mais jovem de todos, pois nascera dez anos após a promulgação da “Lei Eusébio de Queirós”. Antônio da Silva Jardim, nascido a 18 de agosto de 1860, no município de Capivari, foi um dos mais vibrantes tribunos populares de sua geração, cuja formação profissional e cívica foi feita em São Paulo. Através do contato com os intelectuais abolicionistas e republicanos, principalmente com Luís Gama, resultaria, nessa época (por volta de 1881), a sua Iniciação na Loja “América”, de São Paulo⁴.

O IMORTAL MAESTRO MAÇOM ABOLICIONISTA

Nascido em Campinas, em 1836 e falecido em Belém do Pará, em 1896, Antônio Carlos Gomes foi o maior compositor brasileiro de todos os tempos e o primeiro cujo nome ultrapassou as fronteiras da Pátria.

A 19 de março de 1870 estreou, no “*La Scala*”, o maior teatro lírico do mundo na época, uma de suas principais obras, “O Guarani”, que lhe abriria as portas do mundo musical europeu e da fama internacional.

Em 1888, em homenagem à abolição da escravatura, compôs a ópera “*Lo Schiavo*” (“O Escravo”), que faria sua estreia no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1889.

¹ CASTELLANI (1998, p.89).

² CASTELLANI (1998, p.88-89).

³ CASTELLANI (1998, p.90).

⁴ CASTELLANI (1998, p.93).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

O Maestro Antônio Carlos Gomes – que foi “iniciado” a 24 de julho de 1859, na Loja “Amizade”, de São Paulo¹ – ao exaltar e glorificar a natureza do Brasil, em sua ópera “*Lo Schiavo*” (“*O Escravo*”), única no gênero em todo o mundo, estava compondo um poema musical que, segundo Salvatore Ruberti: “*é um hino maravilhoso à libertação da escravidão em seu país*”; e isso em relação a todo tipo de escravidão, incluindo-se a dos indígenas².

Na primeira página de “*Lo Schiavo*”, Carlos Gomes³ escreveu uma curta dedicatória em homenagem à Princesa Isabel, nos seguintes termos:

“Senhora,

Digne-se Vossa Alteza acolher este drama, no qual um brasileiro tenta apresentar o nobre caráter de um indígena escravizado. Na memorável data de 13 de maio, em prol de muitos infelizes semelhantes ao protagonista deste drama, Vossa Alteza, com ânimo gentil e patriótico, teve a glória de transmudar o cativo em eterna alegria de liberdade. Assim, a palavra ‘escravo’, no Brasil, pertence à lenda do passado. É, pois, em sinal de profunda gratidão e homenagem que, como artista brasileiro, tenho a subida honra de dedicar este meu trabalho à Excelsa Princesa, em quem o Brasil reverencia o mesmo alto espírito, a mesma grandeza de ânimo de D. Pedro II, e eu a mesma generosa proteção, que me glorio de haver recebido de Augusto Pai de Vossa Alteza Imperial. Hoje, 29 de julho, dia em que o Brasil saúda o aniversário da Augusta Regente, levo aos pés de Vossa Alteza este ‘Escravo’, talvez tão pobre como os milhares de outros que abençoam a Vossa Alteza na mesma efusão de reconhecimento com que sou.

De Vossa Alteza Imperial

Súdito e reverente

Ass. Carlos Gomes

Milão, 29 de julho de 1888”.

André Rebouças (Visconde de Taunay), Joaquim Nabuco e outros consideraram “*Lo Schiavo*”, a ópera abolicionista por excelência, o trabalho que celebra os cânticos de glória da epopeia regeneradora de um grande e nobre povo⁴.

André Rebouças⁵, em suas memórias, foi mais longe:

“*Carlos Gomes é o glorioso ‘Maestro da Abolição’; este é o título que lhe compete na lenda e na História!*”.

¹ Ver “ANEXO 07: Ata da Iniciação de Carlos Gomes”.

² CASTELLANI (1998, p.157).

³ CASTELLANI (1998, p.157-158).

⁴ CASTELLANI (1998, p.158).

⁵ CASTELLANI (1998, p.158).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em 14 de março de 1895, chegou à Belém do Pará para dirigir o Conservatório de Música de Belém, a convite do então Governador do Pará e irmão maçom, Lauro Sodré. Mas pouco pôde fazer à frente do Conservatório, haja vista que faleceu em 16 de setembro de 1896.

SOCIEDADES E CLUBES CONTRA A ESCRAVIDÃO

Em 1880, políticos importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, igualmente maçons, criam, no Rio de Janeiro, a “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”, inspirada na “*British and Foreign Society for the Abolition of Slavery*”. Essa sociedade brasileira estimulou a formação de dezenas de agremiações semelhantes pelo Brasil¹.

Essas sociedades estavam ligadas à periódicos, como “O Abolicionista”, criado em 1880 pela “Sociedade Brasileira Contra a Escravidão”, e “Gazeta da Tarde”, do maçom José do Patrocínio².

Na Rua Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro, organizou-se, em 1883, a “Confederação Abolicionista”, associação que patrocinou inúmeros eventos contra a escravidão e que congregava importantes associações emancipacionistas. Curiosamente, ambas, Sociedade e Confederação foram organizadas por José do Patrocínio e tiveram o maçom André Rebouças, como tesoureiro³.

A “Confederação Abolicionista” criou um esquema para proteger escravos fugidos por meio de cartas de alforria falsificadas. O nome e a assinatura do proprietário eram fictícios, mas a confederação se encarregava de legalizar o documento com carimbo e firma reconhecida graças à cumplicidade do juiz da 2ª Vara Cível Júlio Accioly de Brito e do tabelião Bustamante Sá; ambos maçons e ferrenhos abolicionistas. Dessa maneira o escravo fugido podia circular livremente pelas ruas da cidade sem se preocupar com a polícia⁴.

Ainda no Rio de Janeiro, a “Confederação Abolicionista” iniciou uma campanha para libertar os escravos nos quarteirões do centro da cidade. Uma das primeiras a aceitar o desafio foi a Rua Uruguaiana, onde funcionava a sede da própria organização e também o jornal “Gazeta da Tarde”. Em seguida, foi a vez da badalada Rua do Ouvidor, onde foram libertados de uma só vez 28 escravos do proprietário da “Confeitaria Paschoal”. Foi um ato de grande poder

¹ PONTES (2010, p.45).

² PONTES (2010, p.45).

³ PONTES (2010, p.45).

⁴ ALVES (2009, p.192-194).

simbólico¹.

Na mesma época, o “Centro Abolicionista da Escola Politécnica”, que tinha à frente os maçons André Rebouças e Benjamin Constant, obteve a libertação dos escravos do largo São Francisco de Paula².

Influenciados pelo “Clube Radical” do Rio de Janeiro, em 1868, os liberais paulistanos fundaram o seu próprio clube, o “Clube Radical Paulistano” e a exemplo do carioca, um ano depois criaram o jornal “Radical Paulistano”. Luiz Gama, um dos seus mais respeitados redatores, exaltava nas páginas do jornal, as iniciativas emancipacionistas do Imperador³.

Seguindo a linha de ação radical, que era também a de Luís Gama e Antônio Bento, em São Paulo, a “Sociedade Libertadora Cearense” usava realmente de todos os meios, legais ou ilegais, para libertar escravos naquela província. Os seus membros raptavam-nos das fazendas; e escondiam os escravos fugitivos, disfarçando-os sob roupas finas e enviando-os para longe, com falsas cartas de alforria. Além disso, quando havia escravos à venda, os membros da sociedade e as suas mulheres doavam, para um fundo, relógios, joias, correntes, anéis e brincos de ouro, para resgatá-los e dar-lhes a liberdade. Não obstante, cartas ameaçadoras eram enviadas a senhores de escravos⁴.

Uma dessas cartas, em registro que foi conservado, era dirigida a um fazendeiro do Piauí, cujos escravos fugidos haviam sido acolhidos pela Sociedade, e continha um trecho terrivelmente ameaçador, embora alguns historiógrafos o considerem “pitoresco”⁵:

“Nós, abaixo-assinados, membros da terrível ‘Sociedade Libertadora Cearense’, restituímos a liberdade ao cidadão F(...), e ordenamos-lhe que pretendendo voltar à terra de sua residência, se o seu senhor quiser obrigá-lo ao cativo, ele o poderá matar com uma faca bem grande, que lhe atravesse o coração de uma banda à outra”.

Em 1881, no Porto de Fortaleza aconteceu, por parte dos jangadeiros liderados pelo maçom e membro da dita sociedade Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, um boicote contra o embarque de cativos destinados às lavouras de café do Vale do Paraíba. Durante três dias, ele e os seus colegas se recusaram a transportar para os navios um grupo de escravos vendidos para os fazendeiros do sul do país. Em represália, o jangadeiro foi demitido do cargo de práctico da barra que ocupava na Capitania dos Portos do Ceará. A punição, no entanto, o

¹ GOMES (2015, p.225).

² GOMES (2015, p.225).

³ (PÍCOLI, 2009).

⁴ CASTELLANI (1998, p.121).

⁵ CASTELLANI (1998, p.121-122).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

promoveu de imediato à condição de herói do movimento abolicionista brasileiro¹.

Sobre essa passagem, José Castellani² relata:

“A ‘Sociedade Libertadora Cearense’ chegou a aliciar até mesmo os jangadeiros do Ceará chefiados por Francisco José do Nascimento. Os jangadeiros, assim chamados, devido ao nome de suas embarcações – então faziam o transporte de passageiros e carga para os navios ancorados ao largo, em Fortaleza, e recusavam-se a transportar escravos, sendo, por isso, o porto fechado ao tráfico interno de cativos”.

Fundada em 1880, a sociedade chegou a contar com 225 sócios no momento da sua fundação. Os estatutos da revolucionária organização maçônica eram resumidos³:

“Art. 1º - Um por todos e todos por um.

Parágrafo único – A Sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance”.

Para concluir, por iniciativa da Loja “24 de Junho” de Mossoró, fundada em 1873, criou-se a “Sociedade Libertadora Mossoroense”, em 06 de janeiro de 1883. Sua primeira diretoria ficou assim constituída: Joaquim Bezerra da Costa, presidente; Romualdo Lopes Galvão, vice; Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque, secretário; Cel. Francisco Gurgel de Oliveira; Manuel Cirilo dos Santos; Salvador Bráulio de Albuquerque Montenegro; Manoel Benício de Melo; Conrado Maia e Francisco Romão Figueira, onde todos os elementos eram maçons⁴. Essa sociedade foi responsável direta pela libertação de todos os escravos do município de Mossoró, em 1882, que passaria para a História como a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão.

A MAÇÔNICA LEI DO VENTRE-LIVRE

Uma das contribuições sociais mais marcantes da gestão de Rio Branco à frente do Gabinete ministerial foi a apresentação da lei aprovada em 28 de setembro de 1871 – quando ele já era Soberano Grande Comendador e Grão-Mestre – que declarava livres, daí em diante, as crianças nascidas de escravas, e que passou à História como “Lei do Ventre Livre”, embora tenha, legislativamente, sido denominada “Lei Visconde do Rio Branco”⁵.

A lei em questão não era novidade, haja vista que se baseava em projetos anteriores, que na época em que foram apresentados não vingaram, como o Projeto de Lei apresentado por

¹ CAVALCANTE (2002, p.9-30).

² CASTELLANI (1998, p.122).

³ PONTES (2010, p. 38).

⁴ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

⁵ CASTELLANI (2001, p.25).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Rui Barbosa na Loja “América” de São Paulo em 04 de abril de 1870 em prol da libertação dos escravos e da educação popular gratuita no Brasil. Mas, além deste, existiram outros projetos, todos de cunho maçônico, que antecederam e inspiraram a “Lei do Ventre-Livre”.

Gustavo Barroso¹ cita um exemplo:

“Tavares Bastos levava por diante uma forte propaganda abolicionista no ‘Correio Mercantil’. Em 1867, o maçônico Conselho de Estado começou a estudar uma solução, no maior sigilo. E em 1871, o maçom Silveira da Mota precedia a ‘Lei do Ventre-Livre’ com o seu projeto de imposto fixo e de proibição da venda de escravos, cujo número se calculava em um milhão e meio”.

E então, quando Rio Branco assumiu a Presidência do Conselho de Ministros de Estado, os maçons encontraram a oportunidade perfeita de ressuscitar os malfadados projetos anteriores sob o manto de um novo Projeto de Lei, agora respaldado pelo seu mais importante representante na política nacional.

Sob pressões políticas, inclusive de políticos maçons, dos que viam nessa lei uma alternativa ao caos que representaria uma imediata abolição da escravatura, Rio Branco, aproveitando a viagem do Imperador à Europa, com a consequente entrega da Regência à Princesa D. Isabel, apresentou a proposta de lei, que era baseada nos projetos anteriores de Rui Barbosa, Silveira Mota, José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente) e Jerônimo José Teixeira Júnior (Visconde de Cruzeiro), julgados inoportunos na ocasião em que foram apresentados. O novo projeto enfrentou, na Câmara, uma duríssima batalha, durante a qual Rio Branco, para defendê-lo, chegou a pronunciar vinte e um discursos no Parlamento, tentando, a todo custo, encontrar a forma conciliatória que evitasse os conflitos e a violência. Aprovada a lei, ele se tornou uma espécie de herói público, aclamado pelo povo, que fazia romarias à sua casa, em São Cristóvão, para cumprimentá-lo².

Conforme Nicola Aslan³:

“Assim, a 28 de setembro de 1871 era promulgada a Lei nº 2040, chamada ‘Lei do Ventre Livre’, declarando livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos no Império a partir daquela data. A lei tinha sido conseguida pelo notável estadista Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros e Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil”.

De qualquer forma, não se pode negar que a “Lei do Ventre Livre” foi o início de um processo mais maciço de emancipação do trabalho escravo, pois além de uma condenação

¹ (Gustavo Barroso – “História Secreta do Brasil” – 1939).

² CASTELLANI (2001, p.25).

³ ASLAN (1997, p.104).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

moral também impedia a reprodução por longa data desse sistema. Porém, em curto prazo, não representou mudanças significativas para a abolição, já que apesar de os filhos das escravas não serem mais considerados da mesma forma, permaneceriam nessa condição por conta da alternativa do senhor de explorar o seu trabalho até os 21 anos, sob forma indenizatória¹.

Em função da aprovação dessa lei, haveria, no dia 02 de março de 1872, no “Grande Oriente do Brasil”, uma grande festa maçônica para comemorar o fato e homenagear o Grão-Mestre Visconde do Rio Branco, autor da lei. Durante a solenidade, o padre José Luís de Almeida Martins pronunciou um veemente discurso, que iria provocar grande agitação posterior². E em decorrência desse fato, que geraria outros, Rio Branco enfrentaria, tanto como chefe do Gabinete Ministerial, quanto como chefe dos maçons, a desgastante “Questão Religiosa”, a qual, embora tenha sido uma pendência entre o alto clero e o Governo Imperial, em torno do hábito do “padroado”, acabou envolvendo tanto o “Grande Oriente do Lavradio”, dirigido por Rio Branco, quanto o “Grande Oriente dos Beneditinos”, dirigido pelo radical anticlerical Joaquim Saldanha Marinho.

Essa “Questão Religiosa” entre o clero e o Estado é considerada, hoje em dia, uma das causas diretas da derrocada do Império³.

A MAÇÔNICA LEI DOS SEXAGENÁRIOS

Sob a intensa pressão das ruas, habilmente orquestrada pela Maçonaria brasileira, em 28 de setembro de 1885, o Governo deu, finalmente, mais um passo rumo à abolição definitiva da escravidão no Brasil. Nesta data foi promulgada a “Lei dos Sexagenários”, que libertava todos os escravos com mais de sessenta anos.

Não era mais possível segurar as medidas que pavimentavam o já agora largo caminho da abolição. Antônio Saraiva, maçom, então voltava à chefia do Gabinete, a 06 de maio de 1885, com a definida missão de acompanhar o movimento, que crescia em torno do ideal abolicionista. No governo, ele tratou de assegurar a aprovação da chamada “Lei dos Sexagenários”, baseada na proposta anteriormente rejeitada pela Câmara, apresentada por outro maçom: Souza Dantas, apoiado por Nabuco, quando era chefe do mesmo Gabinete, com uma alteração substancial que elevava o limite de idade de sessenta para sessenta e cinco anos. Isso proporcionava a liberdade a cerca de 120.000 escravos, ao invés dos 150.000 pretendidos por Dantas

¹ SILVA (2016, p.329).

² Ver “ANEXO 08: Discurso do Padre Almeida Martins”.

³ CASTELLANI (2001, p.25).

e Nabuco, e não iria causar qualquer impacto prejudicial na produção agrícola, principalmente a cafeeira, por dois motivos principais: os escravos libertados já estavam em idade pouco produtiva, servindo mais nos afazeres domésticos do que nos trabalhos do campo, e a pouca mão-de-obra suprimida seria rapidamente substituída pelo braço livre dos imigrantes¹.

Essa lei, na realidade, era uma mera medida paliativa, pois que, sem desagradar aos proprietários de escravos, procurava agradar aos abolicionistas – sem, todavia, conseguir realizar esse intento – mas dando um pouco de sobrevida à escravidão, para satisfazer aos fazendeiros da província do Rio de Janeiro, onde a dependência do trabalho escravo ainda era relevante, fazendo com que a grande maioria dos deputados da província a aprovasse, embora costumassem votar contra todas e quaisquer medidas abolicionistas².

Antes da promulgação da Lei nº 3.270, também conhecida como “Lei Saraiva-Cotegipe” ou “Lei dos Sexagenários”, todavia, houve a queda do Gabinete formado por Antônio Saraiva. Assim, curiosamente, depois da queda de dois Gabinetes Liberais e de tendências abolicionistas, portanto, caberia agora a um Gabinete Conservador, formado pelo então Barão de Cotegipe, a promulgação da lei, a 28 de setembro de 1885³.

E então, agora com a “Lei do Ventre Livre” e a “Lei dos Sexagenários” era apenas uma questão de tempo para ser extinta a escravidão, a tão deprimente mancha de nossa nacionalidade, que colocava o Brasil em posição de inferioridade no conceito das nações civilizadas⁴.

AS PRIMEIRAS CIDADES A ABOLIREM A ESCRAVIDÃO

A primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão foi Mossoró, no Rio Grande do Norte. Também lá a participação da Maçonaria foi relevante. A ideia de fundar uma sociedade libertadora veio do Ceará, quando o casal Romualdo Lopes e D. Amélia Dantas chegaram em Mossoró, em 1882, trazendo uma mensagem da Maçonaria de Fortaleza para a de Mossoró. Essa mensagem concitava os maçons mossoroenses a ingressarem na luta a favor dos negros⁵.

E foi o próprio Romualdo que promoveu a fundação da “Libertadora Mossoroense”, entidade criada exclusivamente para esse fim⁶.

¹ CASTELLANI (1998, p.123-124).

² CASTELLANI (2001, p.39).

³ CASTELLANI (1998, p.124).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1970, p.301).

⁵ PONTES (2010, p. 38).

⁶ (MAIA, 2009).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Conforme Manoel Gomes¹:

“A emancipação dos escravos de Mossoró, seis anos antes da ‘Lei Áurea’, foi mais um expressivo triunfo da Maçonaria, mais uma demonstração dos seus elevados sentimentos de solidariedade e de fraternidade”.

Paralelamente à ação mossoroense, a Maçonaria gaúcha também trabalhava com afinco para a libertação dos escravos em suas cidades e vilas. Em 1884, a 18 de setembro, em comemoração à rendição paraguaia, em Uruguaiana, três pequenos municípios do Rio Grande do Sul, insuflados pela Maçonaria local, emanciparam diversos antigos escravos, o mesmo acontecendo, um mês depois, com a cidade de Pelotas (RS), que libertou cerca de 5.000 escravos de uma só vez. Em seis meses, a província do Rio Grande do Sul já havia alforriado cerca de 35.000 escravos².

Ainda no Rio Grande do Sul, a Loja “Rocha Negra”, de São Gabriel – fundada em 29 de junho de 1873 – e que, em 20 de setembro do mesmo ano, iniciaria o então coronel Deodoro da Fonseca –, desde a sua fundação passou a libertar sistematicamente escravos em cada uma das suas sessões semanais. E, com tal sistemática, em 1884, já havia libertado, sem nenhuma exceção, todos os escravos do município.

No Rio de Janeiro, no final de março de 1888, por uma ação orquestrada pela Maçonaria local e apoiada pela Princesa Isabel, então regente do Império, a aristocrática cidade de Petrópolis também foi declarada livre da escravidão. Liderada pela Princesa e pelos maçons locais, uma comissão de moradores arrecadou os fundos necessários para comprar a liberdade de 102 dos 127 cativos existentes na cidade imperial.

Consta ainda que, curiosamente, durante a cerimônia de entrega das cartas de alforria em Petrópolis, de repente apareceram mais cinquenta escravos fugidos, implorando para serem incluídos entre os beneficiados pela ação. E ali mesmo foi providenciada uma nova arrecadação de fundos para libertá-los³.

CEARÁ: A PRIMEIRA PROVÍNCIA A ABOLIR A ESCRAVIDÃO

Já a primeira província brasileira a emancipar seus escravos foi a do Ceará. Evento que ocorreu a 25 de março de 1884, quando governava a província, o maçom Sátiro Dias⁴.

¹ GOMES (1975, p.120).

² CASTELLANI (1998, p.123).

³ COSTA (2008, p.12).

⁴ GOMES (1975, p.119).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

A partir de 1875, o abolicionismo começava a empolgar a opinião pública na província do Ceará, enquanto que a atitude do Parlamento Imperial, de caminhar para uma paulatina extinção da mão-de-obra servil, sem uma ação eficaz para a total abolição, preocupava os abolicionistas cearenses. E a Maçonaria cearense, decidindo não esperar mais, logo promoveria algumas ações no sentido de buscar a erradicação total da escravidão na Província.

Alaôr Scisínio¹ menciona que:

“Os Estatutos das Lojas cearenses que se fundaram com o objetivo único da libertação dos escravos, estipulavam, em seu artigo primeiro, que nenhum maçom pertencente aos seus quadros poderia possuir escravos”.

Tal situação fez com que diversos grupos ativistas maçônicos comessem a atuar dentro da mesma tendência de ação paulista, de libertar, em grande escala, os cativos de latifúndios. Também começaram a ser criadas associações, destacando-se, entre elas, o “Centro Abolicionista”, de tendência moderada e a “Sociedade Libertadora Cearense”, de linha jacobina radical. Esta última era formada, em sua maioria por maçons republicanos e abolicionistas, e conseguiu agitar a província, com uma reunião na chamada “Sala do Aço”, ocorrida a 30 de janeiro de 1881, quando o seu presidente, o maçom João Cordeiro, à luz de velas, cravou um punhal na mesa revestida de pano negro, exigindo de todos os presentes, o juramento de matar ou morrer pela abolição da escravatura².

A Maçonaria do Ceará se condoía da situação aflitiva dos escravos. Comungava com eles, em sua imensa dor. Compartilhava moralmente de seus suplícios. Era intenso, eficiente, diuturno, o trabalho maçônico em prol da libertação da escravatura.

A Loja “Fraternidade Cearense”, de Fortaleza, alforriava a bom preço, nas suas festas, levadas inteiras de escravos, e nas famílias de maçons, os grandes regozijos eram registrados com cartas de liberdade³.

Os municípios cearenses começavam, nessa época, a libertar em massa os seus escravos. O primeiro a tomar tal atitude foi Acarapé, que por isso, teve o nome mudado para Redenção⁴.

E então, em março de 1884, o maçom José do Patrocínio estava em Paris, fazendo propaganda do movimento abolicionista brasileiro, quando recebeu a notícia de que, graças à incansável ação da Maçonaria local e à luta pessoal do “*Dragão do Mar*” junto aos seus jangadeiros, o presidente do Ceará e também maçom, Sátiro Dias, acabara de anunciar o fim da

¹ SCISÍNIO (1997, in: verbete “Maçonaria”).

² CASTELLANI (1998, p.120-121).

³ GOMES (1975, p.120).

⁴ CASTELLANI (1998, p.122-123).

escravidão naquela província.

Em consequência da sua forte participação, o Governador da Província, Dr. Sátiro Dias foi afastado do governo do Ceará pelo Conselheiro Lafayete¹.

Alguns dias mais tarde, Patrocínio embarcaria de volta ao Brasil, trazendo na bagagem uma profética carta do escritor e maçom francês Victor Hugo celebrando o feito; e de forma sutil, estabelecendo uma data para o fim derradeiro do problema da escravidão brasileira nas seguintes palavras traduzidas para o português²:

“Uma província do Brasil acaba de declarar a escravidão abolida. Essa notícia tem um alcance imenso. O Brasil infligiu na escravidão um golpe decisivo. Que continue. Nós lhe damos os parabéns e o homenageamos. Antes do final do século, a escravidão terá desaparecido da Terra. A liberdade é a lei humana”.

Arci Tenório D’Albuquerque³ explica como aconteceu a abolição cearense:

“Reuniram-se os maçons; e no dia 25 de março de 1884, o Dr. Sátiro Dias – maçom – assinava um decreto extinguindo a escravidão no Ceará, emancipando todos os seus escravos restantes, nada menos do que 19.588”.

E mesmo o historiador reconhecidamente antimaçônico Gustavo Barroso⁴ assim se refere a esse momento:

“Sob a égide da Maçonaria, o Ceará libertava seus negros e os das províncias vizinhas que para lá corriam. Terra de sol, que se transformava em Terra da Luz e da Liberdade”.

O Ceará foi, portanto, a primeira Província brasileira a abolir a escravidão.

O AMAZONAS TAMBÉM ADERE À ABOLIÇÃO TOTAL

Enquanto cresciam as exigências abolicionistas e a resistência ao prolongamento do regime de trabalho escravo, as engrenagens antiescravistas maçônicas já rolavam, irresistíveis, no Nordeste e no Norte do país – Ceará e Amazonas – e começavam a render frutos práticos na Província do Rio Grande do Sul, que já dera o exemplo, durante a Revolução Farroupilha⁵.

Em 1884, Ceará e Amazonas se tornaram as primeiras províncias a abolir a escravidão no Brasil – quatro anos antes da “Lei Áurea”. Foi uma grande vitória do movimento abolicio-

¹ PONTES (2010, p. 37).

² ALVES (2009, p.175).

³ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

⁴ (Gustavo Barroso – “História Secreta do Brasil” – 1939).

⁵ CASTELLANI (1998, p.120).

nista e da Maçonaria brasileira e que acabou sendo utilizada como ferramenta de propaganda em prol dos abolicionistas, até mesmo na Europa.

Na alforria cearense, aquele estado possuía cerca de 20.000 escravos, enquanto que no Amazonas só existiam 1.501 pessoas na escravidão. Aí é preciso contextualizar a presença da Maçonaria amazonense nesse processo, pois os maçons trabalhavam para que a escravidão fosse extinta a qualquer custo, inclusive comprando e dando liberdade a escravos. O interessante nisto tudo é que o governo amazonense daquele período doava dinheiro para que a Maçonaria pudesse comprar escravos e libertá-los¹.

Durante esse período, que vai de 24 de abril a 10 de julho de 1884, ou seja, 77 dias de porfiadas conquistas contra o obscurantismo, a Loja “Amazonas”, tornando público que abria os seus cofres para alforriar quantos escravos existissem na província, e pondo a dedicação dos seus obreiros a serviço da Liberdade, bem mereceu o título que lhe outorgara a distinção de “Benemérita” conferido pelo Grão-Mestre, o então General Manoel Deodoro da Fonseca².

O Palácio do Governo Amazonense foi o ponto da reunião dos abolicionistas, que, constituídos em Assembleias, tinham os seus trabalhos dirigidos pelo próprio Presidente da Província. Foi nesta época que a Maçonaria amazonense mais desenvolveu a sua atuação. Promoveu diversos meetings e passeatas por ocasião de entregar as cartas de alforrias que obtinha pela propaganda e à custa dos seus cofres³.

A Maçonaria amazonense dispôs-se a lançar na luta impetuosamente. Comprou o jornal “O Abolicionista Amazonense”, assumindo a direção e a redação do mesmo com destemor, e já na primeira edição sob a nova direção, inseriu a seguinte declaração⁴:

“A Loja Maçônica ‘Amazonas’ e a ‘Sociedade Libertadora 25 de Março’ assumem de mãos dadas a propriedade, gerência e direção desta folha, para disputar, palmo a palmo, o campo que ainda, infelizmente, ocupam os poucos que tem a crueldade de supor-se com direito de possuir um homem que teve a desventura de ser vítima de uma injúria do destino. A ‘Libertadora’ e a ‘Amazonas’ tendem para os mesmos intuitos: realizar a grande aspiração do povo amazonense de restituir o direito roubado aos cidadãos escravizados pela prepotência do obscurantismo violento e brutal dos séculos idos”.

E em 10 de julho de 1884, quatro anos antes da “Lei Áurea”, o sonho se transformava

¹ (BASE, 2010).

² (D’ALBUQUERQUE, 1970).

³ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

⁴ (D’ALBUQUERQUE, 1970).

em realidade. O Amazonas seguia o exemplo do Ceará, libertando os seus escravos¹.

O CLUBE MILITAR E OS REPUBLICANOS ADEREM À CAUSA

Enquanto isso tudo acontecia, o ambiente político-social ia se tornando agitado diante das campanhas abolicionista e republicana, aquela empolgando a opinião pública, e esta atingindo os meios militares, mas ambas com participação ativa de muitas Lojas e maçons².

Graças a essa corrente, a abolição da escravatura e a campanha republicana se tornaram os temas prediletos das sociedades secretas, coerentes com suas tradições³.

Na época da instituição do “Clube Militar”, já havia, no Exército, uma grande facção de republicanos, altamente influenciada pelo maçom Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar, o qual viria a ser cognominado “O Pai da República”. E havia, evidentemente, um grande contingente de abolicionistas, influenciado por líderes civis e militares.

O “Clube Militar” empunhava, além da bandeira da república, a do abolicionismo⁴.

Além de significativa manifestação de apoio à causa abolicionista, o “Clube Militar” solicitaria à Chefia Geral do Exército e à Princesa Regente, que não mais tivessem as tropas do exército a odiosa missão de perseguir escravos fugitivos. Era então presidente daquela associação de classe, o Marechal Deodoro da Fonseca, ilustre maçom que mais tarde viria a se tornar Grão-Mestre do “Grande Oriente”⁵.

Tudo começou quando o maçom Joaquim Nabuco retornou à Câmara, em 05 de outubro de 1887, quando o Partido Liberal, depois de quase dois anos de ostracismo, voltava a empunhar, e desta vez, com mais ênfase, a bandeira do abolicionismo. E apenas dois dias após a sua posse, em 07 de outubro de 1887, aproveitando, politicamente, o sentimento antiescravista do Exército Brasileiro, o eminente maçom abolicionista afirmava na tribuna que:

“O Exército Nacional não se deve prestar ao papel de perseguidor do escravo fugido! Não se coaduna com a honra do Exército a captura do negro que procura libertar-se à escravidão”.

Logo depois, como já foi visto, o “Clube Militar”, através de seu presidente, levava, à regente do Império, a representação em que solicitava que fosse, o Exército Nacional, dispen-

¹ CASTELLANI (1998, p. 123).

² CASTELLANI (2001, p.38).

³ (CALMON, 1941).

⁴ CASTELLANI (1998, p.114).

⁵ GOMES (1975, p.122-123).

sado da inglória tarefa de capitão-do-mato¹.

Ao que corrobora o autor José Castellani², ao inferir que:

“Em outubro de 1887, o ‘Clube Militar’, através de Deodoro, enviava à Princesa D. Isabel, então na regência do Império, uma mensagem solicitando que o Exército fosse dispensado da ingrata tarefa de proceder à captura dos escravos fugidos, a qual fora solicitada pelos proprietários de terras e de escravos”.

Eis o teor do manifesto³ do Clube Militar assinado pelo Marechal Deodoro em 1887:

“Senhora, os oficiais, membros do ‘Clube Militar’, pedem à Vossa Alteza Imperial vênua para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Eles todos esperam que o Governo Imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque vivam já cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma”.

A “Lei dos Sexagenários” que libertava os escravos que se encontravam nessa faixa etária ou acima dela, e a “Lei Áurea” de 13 de maio de 1888, que extinguiu total e irreversivelmente a escravidão no Brasil, completariam a luta abolicionista e, por conseguinte, ajudariam a precipitar o fim do Império, já que a abrupta abolição causaria grande descontentamento entre os proprietários de terras e latifundiários, pois não haveria qualquer indenização por suas perdas e nem tempo suficiente para que eles substituíssem, em suas lavouras, o braço escravo.

E então, a partir de maio de 1888, enquanto encerrava-se a luta abolicionista, recrudescia a campanha republicana, com a participação ativa de muitas Lojas⁴.

A MAÇÔNICA LEI ÁUREA (13 DE MAIO DE 1888)

O líder conservador Cotegipe, na chefia do Gabinete, embora tivesse promulgado a “Lei dos Sexagenários”, mostrava-se um férreo defensor da escravidão, até que a mesma se extinguísse pelas causas naturais. Mas a abolição total já era praticamente irreversível, o que fez com que ele deixasse a presidência do Conselho de Ministros, a 10 de março de 1888.

Após a queda do gabinete chefiado por Cotegipe, assumiu outro Ministério, que, apesar

¹ CASTELLANI (1998, p.125).

² CASTELLANI (1998, p.115).

³ VIANNA (1959, p.69-70).

⁴ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

de conservador, pertencia a uma ala dissidente do Partido Conservador, chefiado pelo maçom João Alfredo Corrêa de Oliveira – que havia sido eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, em 1881 – constituído com a missão específica de elaborar o decreto de lei que colocaria um ponto final na escravidão em território brasileiro¹.

Todas as leis libertadoras de escravos tiveram como autores, eminentes maçons: como as leis “Eusébio de Queirós”, “do Ventre Livre” e “dos Sexagenários”². E em 1888, não foi diferente: o gabinete conservador do maçom João Alfredo foi que apresentou o projeto de emancipação total e imediata, sem qualquer previsão de indenização³.

Em 08 de maio de 1888, o ministro da Agricultura, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, que por sinal também era um reconhecido maçom e membro do Gabinete de João Alfredo, apresentou o projeto de abolição total e incondicional dos escravos.

O projeto, composto por apenas dois artigos, fora assim redigido:

Art. 1º - É declarada extinta a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Incitada pelos maçons fluminenses, uma massa de mais de 5.000 pessoas se reuniu nas proximidades do prédio da Câmara, a fim de acompanhar a polêmica discussão, com posterior votação. Com isso, a medida foi aprovada e promulgada no prazo de apenas cinco dias.

Da mesma forma, foi a propaganda abolicionista e maçônica, com o apoio dos quilombos e da imprensa, que obrigou a princesa a manifestar-se abertamente abolicionista, a promover batalhas de flores e a enfeitar o vestido real com as camélias do quilombo do Leblon⁴.

E então, os propagandistas da abolição – dentre os quais se destacavam os maçons: Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Bernardino de Campos, José do Patrocínio e numerosos outros – finalmente conseguiram a aprovação da Lei nº 3.353, chamada “Lei Áurea”, assinada pela Princesa Isabel, Regente do Império, a 13 de maio de 1888, e que declarava extinta a escravidão no Brasil⁵.

José Castellani⁶ fornece maiores detalhes:

“A 08 de maio de 1888 era apresentado, pelo ministro da Agricultura, o deputado paulista conservador Rodrigo Augusto da Silva, o projeto do governo à Câmara dos Deputados. Esse projeto, redigido por Ferreira Viana, ministro da Justiça, o qual dera margem à muitas

¹ CASTELLANI (1998, p.126).

² PONTES (2010, p. 8).

³ CASTELLANI (1998, p.100).

⁴ SILVA (2003, p.31).

⁵ ASLAN (1997, p.104).

⁶ CASTELLANI (1998, p.128).

discussões, acabara por se fixar em um único artigo, extinguindo a escravidão no Brasil – o artigo 2º era a simples disposição usual, revogando as disposições em contrário. Aprovado o projeto, por 85 votos favoráveis e 9 contrários, foi à sanção da princesa regente, D. Isabel, a 13 de maio de 1888, como a lei nº 3.353, que passou à História como ‘Lei Áurea’”.

E foi assim que no dia 13 de maio de 1888, um domingo, a Princesa Isabel se deslocou de Petrópolis para o Rio de Janeiro, para assinar a nova lei. À assinatura da “Lei Áurea” seguiram-se três dias de celebrações públicas.

Três curiosidades sobre a “Lei Áurea”:

1. Ao todo cerca de 700 mil escravos foram libertados com a “Lei Áurea”.

2. Para assinar a “Lei Áurea”, a Princesa usou uma pena de ouro adquirida através de subscrição popular. Por esse ato, que libertou os escravos do Brasil, D. Isabel foi chamada “*A Redentora*”¹. Há quem afirme que essa pena áurea lhe foi ofertada pela Maçonaria fluminense, juntamente com uma segunda pena dourada que se encontra atualmente em poder do “Grande Oriente do Brasil”, numa clara alusão ao símbolo que compõe a joia do “Secretário” das Lojas Maçônicas Simbólicas: “duas penas de ouro cruzadas”, ambas fundamentais ao processo de escrita e registro da História.

3. Mais tarde, a Loja “Piratininga”, de São Paulo, em meio às homenagens aos abolicionistas vivos, não se esqueceu dos maçons falecidos e que tanto haviam dado de si à causa da libertação dos escravos. Em sessão de 15 de maio, a Loja aprovava que se depositasse uma coroa de flores nos túmulos dos irmãos José Bonifácio (o Moço), Martim Francisco e Luís Gama (este, membro da Loja “América”)².

CONSEQUÊNCIAS DIRETAS DA ABOLIÇÃO

A contradição do sistema não chegava ao fim com a libertação conferida pela “Lei Áurea”, em 1888. Abandonados à própria sorte, os libertos se amontoaram nas cidades, outros ficaram nas fazendas em troca de proteção pelo trabalho. Os que iam para as cidades, acabaram sendo vistos como “vadios” e passaram a sofrer as consequências de leis urbanas discriminatórias e repressoras. A luta pela liberdade e pela igualdade não tinha chegado ao fim – a sensação era de que estava apenas começando.

Os maçons abolicionistas republicanos, todavia, embora comemorassem a extinção da

¹ GOMES (1975, p.123).

² CASTELLANI (1998, p.130).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

escravatura, não pretendiam idolatrar a Princesa Regente, uma vez que isso poderia propiciar o advento de um terceiro reinado no Brasil, retardando o advento da República. Esse foi o caso de Silva Jardim e outros, que se associaram ao júbilo do povo da cidade de Santos (SP), mas fizeram questão de diminuir a importância da Princesa Isabel, considerando que ela havia, apenas atendido à vontade soberana do Parlamento e da nação¹.

E como na História, um evento leva a outro, quando estudamos o processo de abolição, é importante compreendermos que os fazendeiros e proprietários de escravos da época, esperavam recompensas e indenizações pela perda de suas “mercadorias”. Como isso não aconteceu, muitos deles ficaram na ruína.

Esse descontentamento foi decisivo para que, no ano seguinte, em 1889, os fazendeiros se aliassem aos militares e aos republicanos como forma de contrariar e repudiar a monarquia.

Daí depreende-se que a abolição da escravatura, da maneira abrupta como foi realizada, descontentou a influente classe dos proprietários de terras, alinhando-se, então, lado a lado com a crise gerada pela Guerra do Paraguai, a “Questão Religiosa” e as “Questões Militares”, como uma das causas da queda da Monarquia no Brasil, substituída pelo regime republicano, pouco mais de um ano depois da assinatura da “Lei Áurea”².

ALGUMAS CITAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA OFICIAL

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e que servem para comprovar o inegável e importantíssimo papel da Maçonaria no movimento abolicionista brasileiro.

Morivalde Calvet Fagundes³:

“O Abolicionismo foi uma das campanhas mais meritórias que os maçons e a Maçonaria realizaram, no século passado (séc. XIX), em todo o mundo, sobretudo no Brasil. Era a luta pela Liberdade da espécie humana, e este é um dos mais sagrados princípios da Ordem, ao lado da Igualdade e da Fraternidade”.

Márcio Antônio Silva Pontes⁴:

“A Maçonaria brasileira participou do processo abolicionista como a de nenhum outro país participou, isso porque a abolição no Brasil foi tardia, visto que aqui, o florescimento da

¹ CASTELLANI (1998, p.130).

² CASTELLANI (1998, p.130).

³ FAGUNDES (1989, p. 163).

⁴ PONTES (2010, p.17).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Maçonaria e seus ideais liberais chocaram-se com a vigência da escravatura”.

Sônia Sales¹:

“A Maçonaria teve preponderante ação em prol da Abolição, considerando-se que Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Souza Dantas, Luís Gama, Quintino Bocaiúva, Nicolau Moreira (presidente da ‘Sociedade Brasileira Contra a Escravidão’), Castro Alves, Barão do Rio Branco, Pimenta Bueno, Tristão de Alencar, Teófilo Ottoni e Bernardino de Campos eram maçons. Em São Paulo chefiava a campanha, o maçom Antônio Bento de Souza Andrade; e no Ceará, a campanha era liderada por Antônio Bezerra de Menezes, também maçom”.

Manoel Gomes²:

“A libertação dos escravos foi uma iniciativa de maçons, um empreendimento, portanto, maçônico. A Maçonaria, cumprindo a sua elevada missão de lutar pela reivindicação dos direitos do homem, empenha-se, sem temor, agora, pela emancipação dos escravos”.

Márcio Antônio Silva Pontes³:

“A Maçonaria perseguiria os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade preparando a elite pensante para um novo tempo, inspirados pela ‘Revolução Francesa’. Nesse ponto, como organização, a Maçonaria coordenou, singularmente, o maior movimento abolicionista do Brasil”.

Nicola Aslan⁴:

“Desde cedo, os maçons brasileiros abraçaram a causa da abolição da escravatura e, praticamente, tudo a que se fez neste sentido foi obra da Maçonaria”.

¹ SALES (2010, p.2).

² GOMES (1975, p.119).

³ PONTES (p.17).

⁴ ASLAN (1997, p.103).

PARTE VII

A QUESTÃO RELIGIOSA

Só podem ser maçons os que crêem em Deus Infinito, os que reconhecem a necessidade de um culto e os que têm uma Pátria, cujos direitos e leis devem respeitar.

[Padre Francisco João de Azevedo].

A QUESTÃO RELIGIOSA (1872-1875)

Na história da humanidade há sempre correlação de causas e efeitos. Nada acontece por acaso. Quando a Maçonaria se tornou o arauto do liberalismo, ela colocou-se em rota de colisão contra todas as forças sociais, políticas e religiosas que defendiam, apoiavam ou compactuavam com o *status quo* imperante no mundo daqueles tempos. Logo, tanto a ação como a reação eram esperadas¹.

Concordo totalmente com a posição alicerçada pelo historiador gaúcho Morivalde Calvet Fagundes², quando afirma que:

“Enganam-se os que pensam que a Maçonaria, como um todo, em qualquer tempo, tenha sido contra a Igreja Católica. E enganam-se os que, inversamente, imaginam que esta, também como um todo, tenha sido, ou seja, contrária àquela. Neste particular, tanto uma como a outra instituição, não tem conseguido manter uma unanimidade de pontos de vista no conjunto geral de seus membros. Fato que se deve, antes de mais nada, à circunstância natural da permanente existência em qualquer sociedade de duas classes de adeptos: os conservadores e os liberais; os tímidos e os ousados; os retrógrados e os progressistas; os moderados e os radicais. Dentro da Maçonaria, que haja alguns maçons anticlericais é um fenômeno inevitável, desde que a Instituição admite simpatizantes de todas as religiões e seitas cristãs ou não e se constitui num campo fecundo para que alguns religiosos acatólicos firmem suas doutrinas num obstinado combate ao catolicismo. E no seio da Igreja, por outro lado, que haja padres e outras autoridades eclesiásticas adversários da Maçonaria também é um fenômeno inevitável, a partir do fato de que a Ordem Maçônica, não tendo preferência religiosa, se choca diretamente com o exclusivismo da Fé Cristã como a Religião mais primitiva, mais operante e mais universal do mundo ocidental”.

IGREJA X MAÇONARIA

O caráter fechado da instituição maçônica tem sido, ao longo do tempo, um terreno fértil para o florescimento de muitas despropositadas teorias de conspiração, fazendo com que o medo do desconhecido seja projetado sobre ela. Esse jogo conspiratório tem aberto o caminho para infinitas calúnias e perseguições, as quais aumentam as suspeitas sobre uma organização

¹ FAGUNDES (1989, p. 92).

² CALVET (1975, p.84).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

que se reúne em segredo e mantém o silêncio sobre as suas práticas.

Enquanto organização, pautada no segredo, a Maçonaria absorveu medos e paranoias da vida comunitária, sendo a sua percepção conspiratória difícil de ser superada. Além do mais, as teorias de conspiração são geralmente possuidoras de uma sólida imunidade à verdade, posto que se encontram imersas nas profundezas do imaginário social. Talvez, por isso, as relações entre católicos e maçons tenham sido marcadas por inúmeras incompreensões, ao longo da História. O sigilo era visto pela Igreja como um atentado à sua religião e aos seus dogmas, fazendo com que a Maçonaria fosse vista com desconfiança.

Nesse sentido, o temor que o catolicismo nutria pela ordem dos pedreiros-livres refletia a sua própria insegurança perante o estabelecimento da sociedade burguesa, que trazia consigo novas estruturas sociais, valores e formas de organização política, nas quais a Igreja já não conseguia mais impor a sua influência com a mesma intensidade de antes¹.

No século XVIII, debatia-se a Inglaterra contra as paixões dos ânimos exacerbados por dois séculos de guerras civis e religiosas, que tinham levado o país à mais completa irreligião, imoralidade e licenciosidade. Lá a Maçonaria assumira a tarefa de pregar a fraternidade e a tolerância mútuas, a fim de acalmar as excessivas paixões políticas e religiosas. Foi ela, portanto, a primeira a lançar a ideia do ecumenismo religioso; e por causa disto, atraiu sobre si a ira da Roma absolutista. Para que o espírito de tolerância e entendimento pudesse ser conseguido, os primeiros regulamentos maçônicos proibiram taxativamente, no âmbito das Lojas, o trato de assuntos políticos e religiosos.

E foi assim que, sendo embora a Inglaterra marcadamente antipapista, a Maçonaria foi a única sociedade a permitir a entrada dos católicos, privados de seus direitos políticos; e a conceder-lhes inteira igualdade em sua organização.

Mas se as circunstâncias ambientes permitiram à Maçonaria desempenhar esse papel de pacificadora na Inglaterra, não havia como fazê-lo em países dominados pelo absolutismo monárquico e eclesiástico, e muito menos nas colônias subjugadas por dominadores europeus impiedosos – entregues, com azáfama e sofreguidão, ao sistemático saque das riquezas que nelas eram produzidas – as quais também eram mantidas em constante dependência intelectual da Metrópole.

Na revolução liberal, produto direto da Revolução Intelectual dos séculos XVII e XVIII, cooperaram, todavia, todas as classes sociais e principalmente o baixo clero, que sofria na carne a exploração pelo privilégio exclusivista dos benefícios e dos cargos eclesiásticos, trans-

¹ GONÇALVES (2012, p.118).

formados em monopólio do Alto Clero e da nobreza leiga.

A fim de poder auxiliar os povos subjugados com mão de ferro pelas forças da exploração e do absolutismo, a Maçonaria assumiu em tais países um aspecto político, e com outras sociedades secretas, fez parte das “forças secretas da Revolução”, único recurso possível aos povos explorados e escravizados¹.

Ao poder temporal da Igreja e não a ela própria, como religião, é que foi feita, em parte, a revolução dos tempos modernos, a revolução do liberalismo; que, atingindo a tudo, não poderia deixar de atingi-la também, como porção deste todo.

E, de fato, não foi contra a Igreja de Cristo, nem contra a fé cristã que as forças da Maçonaria se levantaram. O cisma greco-ortodoxo, a Reforma de Lutero e tantos outros no setor protestante, o calvinismo, o anglicanismo e outras Igrejas que surgiram, em revolta contra Roma, não combateram a fé cristã em sua essência; deram-lhe, porém, interpretação diferente da que era imposta pela Roma medieval. Insurgiram-se e combateram, com todas as forças, a Igreja Romana temporal, transformada em refúgio dos segundogênitos da rapinante aristocracia feudal e o bastião sustentáculo do desvairado absolutismo dos soberanos. Esta Igreja medieval, esquecida da missão de que se dizia portadora, descarregava contra os seus adversários, fossem políticos ou religiosos, simultânea e indiscriminadamente, o gládio do poder temporal e o gládio do poder espiritual que em suas mãos detinha².

O domínio espiritual e político do mundo ocidental não mais se coadunava com uma instituição que pregava a liberdade de consciência, a igualdade de direitos e a fraternidade humana. E quando os maçons liberais – e não a Maçonaria como instituição – a serviço do liberalismo, contestaram a monarquia absoluta – e com ela o poder dos reis e Papas – tiveram que se defrontar com aquela parte da Igreja Católica que amparava intimamente o “*status quo*” reinante à época. O confronto que se seguiu, foi filosófico, social e político, nunca religioso. E o resultado desses embates foi a derrocada do Absolutismo monárquico, juntamente com a inevitável derrubada do poder temporal que havia séculos enriquecia e empoderava a Igreja.

A consequência não tardou. A partir daí, os Papas passaram a excomungar e a interditar a Maçonaria, proibindo aos católicos o ingresso ou a permanência em seus quadros, o que uma simples análise de qualquer dos movimentos aqui estudados revela ter sido em vão, já que todos eles contaram com grande número católicos em suas fileiras, inclusive inúmeros sacerdotes, freis e bispos. Membros do próprio clero tomaram parte nas hostes maçônicas durante

¹ FAGUNDES (1975, p.16-17).

² FAGUNDES (1975, p.14).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

toda a História, participando ativamente dos fatos e acontecimentos que muitas vezes os promoveram a heróis nacionais e mártires da liberdade.

O que de fato aconteceu foi que grandes espíritos, muitos dos quais membros da Igreja, no decorrer do século XIX, quando do coroamento da ação maçônico-liberal-revolucionária do século anterior, entenderam que enquanto a Literatura se escondia no romantismo, como que para fugir da realidade da vida e a Filosofia apelava para o materialismo, como que para libertar-se das preocupações espirituais, caberia ao consórcio do espiritualismo cristão, aliado ao liberalismo maçônico, construir as bases em favor do progresso social da humanidade no mundo ocidental, ensejando ardorosa luta contra a tirania e a opressão; e provando, na prática, que o catolicismo e a Maçonaria não representam ideologias contrárias, mas necessariamente complementares para a evolução dos povos.

Os problemas que se sobrevieram, surgiram porque que nem todos pensavam da mesma forma; e também porque a Maçonaria passou a representar um sério risco ao “*Status Quo*” da Instituição Católica, quando passou a ensejar suas lutas políticas contra o Absolutismo; o que, por tabela, afetava, simultânea e diretamente, o poder temporal dos Papas.

AS BULAS PAPAIS CONTRA A MAÇONARIA

Inserida nos pressupostos do Liberalismo e do Iluminismo, divulgando por todo lado o fim do Absolutismo e a liberdade de crença, a Maçonaria passou a representar um obstáculo real para as forças políticas comprometidas com a conservação das estruturas do antigo regime, o qual as sustentava no poder. Fomentando atitudes de tolerância religiosa e concepções liberais de luta contra a opressão característica dos regimes absolutistas, as Lojas Maçônicas se tornaram o núcleo gerador dos ideais revolucionários.

Ligada ao Antigo Regime, a Igreja Católica não aceitava o modelo de sociedade imaginado pelos livres pensadores, o qual escapava ao seu domínio eclesiástico. A Maçonaria, ao contrário, atuava enquanto uma instância reivindicadora de reformas, que tinha como exemplo a proposta de separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa e a instituição do casamento civil, colocando-se como fiel cumpridora de uma grande missão internacional: a propagação das vozes iluministas¹.

Nesse sentido, o Século XVIII foi para a Maçonaria um período de inquietude e de perseguições. Existiam poucos governos ou Estados nacionais que não se preocupavam com os

¹ GONÇALVES (2012, p.128).

franco-maçons e não proibiam as suas reuniões¹.

Como reflexo desse comportamento, e principalmente depois da perda de grande parte de seus territórios e posses na Europa quando do declínio dos Estados Absolutistas, a Igreja Católica não fez mais do que seguir o exemplo de outros governos incomodados e inquietos diante do clima de segredo e mistério que envolvia a Maçonaria, de forma que medidas de repressão contra a Ordem passaram a ser tomadas.

De fato, as condenações religiosas não tardaram a acontecer.

Em 28 de abril de 1738 foi publicada a primeira de uma série de sentenças contra as sociedades secretas, entre as quais se encontrava a Maçonaria. A bula papal “*IN EMINENTI APOSTOLATUS SPECULA*”, escrita por Clemente XII denunciava:

“*O perigo causado por uma associação misteriosa, que faz apologia à tolerância religiosa como uma verdadeira forma de contaminação da verdadeira fé católica*”.

Na realidade, o primeiro documento papal a condenar a Maçonaria foi por motivos políticos, por razões de Estado e não por motivos religiosos. O Papa, nesse caso, agia como outros governantes de países europeus protestantes, pois, aos poderes absolutistas, incomodava uma sociedade com reuniões secretas, onde se poderia, eventualmente, estar conspirando contra o Estado. Alguns pontífices seguintes também produziram documentos de condenação, sempre repetindo as razões de Estado de Clemente XII.

Após Clemente XII, diversos outros papas se opuseram à Maçonaria, dentre os quais podemos citar Bento XIV, Pio VII, Leão XII, Pio VIII, Gregório XVI, Pio IX e Leão XIII, sempre se justificando pelo mistério que envolvia o segredo maçônico, e que segundo eles:

“*Criava suspeitas e fomentava ideias de complô tanto contra os governos civis, quanto contra a pureza da fé católica*”.

Essas razões só mudariam com Pio IX, que, com a campanha de unificação da Itália concluída em 1870 – à qual a Santa Sé sempre foi contrária –, o Papado perdeu o seu poder temporal sobre uma vasta região da Península Itálica, tendo-o deixado restrito a uma pequena área – o atual Estado do Vaticano. Os líderes da campanha eram todos carbonários e/ou maçons: Mazzini, Cavour, Garibaldi, Cesare, Balbo, D’Azeglio, Gioberti e tantos outros².

Por conta disso, entre outros documentos, mudando as razões de Estado para razões religiosas, produzidos por Pio IX, consta a alocução “*Múltiplices Inter Machinatones*”, pronunciada durante o Consistório de 25 de setembro de 1865, que serviria de base para os aconteci-

¹ GONÇALVES (2012, p.44).

² CASTELLANI (1998, p.82-83).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

mentos que desencadeariam a “Questão Religiosa” de 1872.

E então, a 09 de fevereiro de 1874, em pleno auge da “Questão Religiosa” o Papa Pio IX dirigiu uma carta à D. Pedro II, Imperador do Brasil, na qual, entre outras coisas, diz¹:

“Bem sei que absolutamente não diferem (os maçons da América) dos que aqui existem, e que têm as mesmas tendências, as mesmas regras, o mesmo objetivo; e assim como estão condenados os maçons da Europa, não resta dúvida que incidem os maçons da América na mesma condenação”.

E se engana quem pensa que as condenações papais pararam por aí, ou terminaram após a separação entre Igreja e Estado com o advento da República.

Em 1893, por exemplo, quatro anos após a proclamação da República, o Papa Leão XII, numa encíclica, repete os termos da bula “*Humanum Genus*”, declarando a Maçonaria associação contrária a todo direito humano e divino, tão perniciosa ao cristianismo quanto ao Estado. Da mesma forma, a 05 de julho de 1895, o bispo D. Joaquim, de São Paulo, expediria uma pastoral contra os maçons².

Resumindo, a trajetória da perseguição contra a Maçonaria nos séculos XVIII e XIX pode ser assim esquematicamente traçada³:

1. Alguns Estados Absolutistas, católicos ou protestantes, proibiram a organização por motivos puramente políticos.
2. Clemente XII e Bento XIV acrescentaram uma condenação espiritual, baseada em grande parte também – ainda que não exclusivamente – sobre as mesmas razões políticas de segurança de Estado.
3. Católicos de todo o mundo, impelidos pelas bulas e pelos desejos papais, passaram a perseguir os maçons com base em supostos delitos eclesiásticos e castigando-os como se tais delitos fossem de natureza política.

Mas apesar da proibição oficial da Igreja Católica em relação às práticas maçônicas, cabe ressaltar a significativa proliferação de padres e clérigos maçons nos séculos XVIII e XIX.

Conforme ressalta Morivalde Calvet Fagundes⁴:

“As proibições papais não foram capazes de impedir que grandes vultos da própria Igreja Católica, simples praticantes ou profissionais eminentes, abraçassem com vigor extremo os ideais maçônicos de liberdade, igualdade e fraternidade, sem prejuízo de seu catoli-

¹ GOMES (1975, p.115-116).

² GOMES (1975, p.116).

³ BENIMELI (1983, p.30-31).

⁴ FAGUNDES (1975, p.85).

cismo”.

O PADROADO

E no Brasil não foi diferente. A incipiente Maçonaria tupiniquim, logo de cara assumiu aspectos políticos, por contingências ambientes, passando a lutar por *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, atraindo para si muitos membros proeminentes do clero, e contra si, os algozes mais radicais e conservadores da mesma Igreja Católica.

Em paralelo a isso, o clima internacional abriu caminho para o florescimento de inúmeras discordâncias entre os poderes civis e religiosos no Brasil. Ao mesmo tempo, as circunstâncias do quadro interno se tornaram, gradativamente, verdadeiros condicionantes para a instalação de um radicalismo de ambos os lados, que chegou ao seu paroxismo máximo na década de 1870 com a “Questão Religiosa” ou “Questão dos Bispos”¹.

Na realidade, a “Questão Religiosa”, surgida em 1872, foi muito mais um conflito entre o Governo Imperial e a Igreja, que, naquela época era ligada ao Estado. Na raiz desse conflito, estava o desejo da Igreja, através do alto clero de formação europeia, de acabar com o “Padroado”, que fora herdado de Portugal e que fazia com que a Igreja ficasse submissa ao Estado, do qual os seus membros eram meros “funcionários” e, como tais, sujeitos às imposições e às sanções governamentais.

O “Padroado” era o direito do protetor, adquirido pelo fundador de uma igreja, ou seja, o direito de conferir benefícios eclesiásticos, que permitia, inclusive, a nomeação e a destituição de clérigos. Tal sistema, vigente em Portugal, não chegava, ali, a representar uma humilhação para a Igreja, porque o clero português estava absolutamente integrado à monarquia, tendo, inclusive, extrema ascendência sobre a Corte. No Brasil, porém, o “Padroado” jamais teve o mesmo tom pacífico que em Portugal, principalmente quando os bispos de formação europeia resolveram enfrentar o Governo Imperial².

Em linhas gerais, desde o início do poder imperial no Brasil, Império e Igreja estiveram associados numa aliança forte, onde se misturavam e se confundiam. O catolicismo foi declarado como religião oficial do Império e cabia ao Imperador o pagamento dos salários aos padres e bispos. Com o poder do “Padroado”, o Imperador era simultaneamente o chefe do Estado e o representante da Santa Sé no país. Cabia a ele indicar cargos – nomear padres e bispos

¹ GONÇALVES (2012, p.49).

² CASTELLANI (1998, p.81-82).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

que justamente por receberem seus salários do governo, lhe deviam total e irrestrita obediência como todos os demais funcionários públicos – e também lhe competia sancionar as bulas e decisões papais antes que entrassem em vigor no país.

A querela com a Maçonaria brasileira serviu, tão somente, como pretexto da Igreja para justificar a rebeldia do alto clero contra o Governo Imperial e o sistema do “Padroado”.

E assim, acabou se transformando em religiosa, uma questão que originalmente era de cunho político-administrativo, já que a Maçonaria, embora pregasse a separação entre Igreja e Estado e a liberdade de crença, nunca cogitara comprometer o poder espiritual da Igreja e nem jamais tentara postergar a religião católica, em benefício de quaisquer outras religiões ou de criar novos núcleos religiosos¹.

O DISCURSO DA DISCÓRDIA

O próprio Imperador D. Pedro II, embora nunca tenha se filiado à Maçonaria, frequentava as Lojas e acompanhava com interesse as discussões políticas e filosóficas que ali ocorriam. Por essa razão, deixou de sancionar diversas bulas papais que proibiam os fiéis católicos de frequentar as Lojas Maçônicas. Enquanto o soberano não se manifestasse oficialmente, as decisões do Papa não teriam valor legal no Brasil. E isso gerou um problema para os bispos e padres, obrigados a optar entre as orientações do Vaticano e as do Governo Imperial que pagava os seus salários. O problema veio à tona em dois episódios quase simultâneos e que originaram a chamada “Questão Religiosa”².

Era comum, naquela época, a presença de padres em Lojas Maçônicas, com muitos deles ostentando cargos proeminentes no “Grande Oriente do Brasil”, como é o caso do padre Almeida Martins, que ocupava o cargo de Grande Orador. Para se ter uma ideia, a primeira Loja fundada na capital de São Paulo, a “Amizade” (13.05.1832), possuiu, até o final do século, mais de 30 padres em seu quadro de obreiros e alguns deles chegaram aos mais altos cargos da Loja; já a Loja “Piratininga” (28.08.1850), uma das mais tradicionais do Brasil, teve padres entre os seus fundadores e entre os seus primeiros “iniciados”. Além disso, muitos religiosos ocuparam posição de destaque na Maçonaria, por todo o país. E a primeira Obediência Maçônica brasileira, o “Grande Oriente Brasília”, ao ser fundado, em 1822, tinha entre os seus fundadores e figuras de destaque, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o Frei Francisco de

¹ CASTELLANI (1998, p.82).

² GOMES (2015, p.236-237).

Santa Tereza de Jesus Sampaio¹. Esses são apenas alguns exemplos dentre tantos.

Aliado a isso, alvo de críticas por parte da Igreja, a Maçonaria tinha grande influência e prestígio na política brasileira. Entre os maçons proeminentes da época estava ninguém menos do que José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco – chefe do Gabinete de ministros responsável pela promulgação da “Lei do Ventre Livre” (1871) e Grão-Mestre da Maçonaria brasileira.

E foi então que, desejando manifestar o seu regozijo ao Grão-Mestre Visconde do Rio Branco pela promulgação da “Lei do Ventre Livre”, a Maçonaria decidiu dar uma grande festa, que foi adiada até o dia 02 de março de 1872, quando se realizou com grande solenidade. Dessa festa surgiria, no entanto, e de maneira inesperada, uma gravíssima crise entre a Igreja e o Governo do Império: a famosa “Questão Religiosa” ou “episcopio-maçônica”².

Manoel Gomes³ explica que:

“A 02 de março de 1872, o Grande Oriente do Brasil realizou sessão magna com a finalidade de festejar a promulgação da ‘Lei do Ventre-Livre’ e prestar merecida homenagem ao insigne maçom José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, a quem se devia a maior parcela de esforços naquela conquista dos abolicionistas. Nessa solenidade, na qualidade de orador, o padre-maçom Almeida Martins proferiu magistral discurso”.

De acordo com José Castellani⁴, foi esse discurso o causador da polêmica:

“Em função da aprovação da lei, houve, no dia 02 de março de 1872, no ‘Grande Oriente do Brasil’, uma grande festa maçônica para comemorar o fato e homenagear o Grão-Mestre Visconde do Rio Branco, autor da lei. Durante a solenidade, o padre José Luís de Almeida Martins pronunciou veemente discurso, que iria provocar grande agitação posterior”.

Ou seja, tudo começou quando o “Grande Oriente”, com sede no Rio de Janeiro, escolheu o padre José Luís de Almeida Martins, que também era maçom, como Grande Orador da cerimônia em homenagem ao Grão-Mestre Visconde do Rio Branco pela assinatura da “Lei do Ventre Livre” e durante a cerimônia proferiu um empolgante discurso enaltecendo a Maçonaria e o Visconde do Rio Branco.

José Castellani⁵, em outra obra, reitera o fato com as seguintes palavras:

“Assim, o pretexto para o desencadeamento das hostilidades foi uma solenidade maçônica realizada no ‘Grande Oriente’, a 02 de março de 1872, para comemorar a aprovação da

¹ CASTELLANI (1998, p.80).

² ASLAN (1997, p.104).

³ GOMES (1975, p.111).

⁴ CASTELLANI (1998, p.73-74).

⁵ CASTELLANI (2001, p.25-26).

Lei Visconde do Rio Branco e homenagear o Grão-Mestre. [...] O fato gerador da crise foi o veemente discurso pronunciado pelo padre José Luís de Almeida Martins que, como Grande Orador interino, enalteceu a Maçonaria e o ‘Grande Oriente do Brasil’, pela obra realizada em prol da emancipação dos escravos no Brasil”.

Ao que Nicola Aslan¹ complementa:

“Entre os muitos discursos pronunciados durante a solenidade, sobressaiu-se o do Padre Almeida Martins, Grande Orador Interino, o qual, ao fazer profissão de fé abolicionista, enalteceu a Maçonaria, mostrando o erro daqueles que a combatiam”.

O discurso do Padre Almeida Martins pode ser lido na íntegra ao final deste volume².

A REAÇÃO DA IGREJA

O grande problema não foi o discurso em si, mas o fato de o mesmo ter sido publicado e amplamente divulgado no dia seguinte pelos jornais diários, causando a reação do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda. que, advertindo o padre Almeida Martins, exigiu que ele abandonasse imediatamente a Maçonaria. Diante da recusa deste, o bispo o suspendeu de suas funções eclesiásticas.

Diante da reação do bispo do Rio de Janeiro, as duas Obediências, “do Lavradio” e “dos Beneditinos”, apressaram-se a defender o Irmão atingido³.

Resumindo, publicado o discurso na imprensa, criou-se um enorme escândalo, o que levou o bispo D. Pedro de Lacerda a suspender o eclesiástico das ordens religiosas, baseado na fala de Pio IX, durante o Consistório de 1865, provocando protestos dos maçons, que viram na punição uma interferência de Roma nos assuntos internos do país⁴.

Necessário dizer que, por trás desses episódios de verdadeira guerra clérigo-maçônica, havia algo de maior importância: estava sendo travada, por estas alturas, a luta entre o direito canônico e o direito civil; e a atitude dos bispos outra coisa não era, senão uma revolução clericalista contra o Governo Imperial, onde a Maçonaria era tão somente o bode expiatório⁵.

Ao suspender o sacerdote-maçom de suas funções “espirituais”, o bispo ofendeu os “pedreiros-livres” da capital do Império. Os maçons, por sua vez, conclamaram a união de seus

¹ ASLAN (1997, p.104).

² Ver “ANEXO 08: Discurso do Padre Almeida Martins”.

³ (CARVALHO, 2016).

⁴ CASTELLANI (2001, p.25-26).

⁵ ASLAN (1997, p.105).

membros para o combate ao alto clero, publicando alguns documentos que norteavam a luta dos seus adeptos. Surgiram, então, inúmeras provocações e atritos entre as partes envolvidas, muitas vezes com fortes doses de intolerância, fazendo com que uma violenta disputa explodisse na imprensa brasileira.

Por conseguinte, o que seria um mero exercício canônico de autoridade religiosa tornou-se uma séria questão nacional e, posteriormente, internacional¹.

Na origem da animosidade dos bispos de formação europeia contra a Maçonaria, estava a ação de Pio IX, que transformou, por motivos pessoais, uma condenação por razões de Estado, em uma condenação por razões espirituais. E quando o discurso publicado e comentado pela imprensa chegou ao conhecimento do bispo D. Pedro de Lacerda, escravocrata que era – como todos os poderosos da época – e igualmente prejudicado pela “Lei do Ventre Livre”, o bispo não se conteve, suspendendo das suas ordens religiosas o padre infrator, principalmente quando este se recusou a abandonar a Maçonaria².

Cabe aqui ressaltar que D. Pedro de Lacerda, no mesmo documento, também atacava o Grão-Mestre do “Grande Oriente” e condenava a Maçonaria³.

Manoel Gomes⁴ assim resume a questão:

“O discurso que acabaria provocando enorme polêmica foi do padre Almeida Martins, que, além de exaltar a ação do Visconde do Rio Branco, colocou em grande destaque a atuação da Maçonaria brasileira. No dia seguinte ao da solenidade, toda a imprensa do Rio de Janeiro dava a notícia do acontecimento, enquanto que o ‘Jornal do Comércio’ publicava, na íntegra, o discurso do padre Almeida Martins. A leitura desse discurso causou a reação do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, que, advertindo o padre, exigiu que ele abjurasse a Maçonaria. Tendo, Almeida Martins se recusado a atender à exigência de seu superior, este o suspendeu, baseado na fala de Pio IX, condenando a Maçonaria, durante o Consistório de 1865. Esse episódio iria desencadear uma querela entre os maçons e alguns religiosos, fazendo com que a Maçonaria, inadvertidamente, entrasse numa disputa entre o Governo Imperial e o alto clero, a qual passou à História como “Questão Religiosa”, embora tenha sido meramente administrativa, nada tendo a ver com princípios religiosos”.

¹ GONÇALVES (2012, p. 50).

² ASLAN (1997, p.104).

³ GOMES (1975, p.111).

⁴ CASTELLANI (1998, p.80).

O ULTRAMONTANISMO ENTRA EM CENA

O episódio, em si mesmo, não passou deste ponto, mas abriu precedente para que dois outros bispos ultramontanos¹ investissem de forma mais enérgica contra os padres maçons. O primeiro foi Dom Vital Maria, bispo de Olinda, que determinou à Irmandade do Santíssimo Sacramento (e a outras da localidade), que expulsassem os seus membros maçons; e não sendo atendido, lançou um interdito sobre as mesmas ameaçando os maçons de excomunhão².

Além de punir dois sacerdotes que não abriram mão de continuar participando das atividades maçônicas, Dom Vital impediu que fosse celebrado o casamento de um maçom.

É oportuno recordar que naquele contexto vigorava no Brasil a união entre a Igreja Católica e o Estado, consagrada pela “Constituição de 1824”, que estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império, submetendo-a a autoridade do Imperador através do “Padroado” e do “Beneplácito”. O primeiro era uma espécie de privilégio que o soberano tinha de intervir na nomeação de sacerdotes, no preenchimento dos cargos eclesiásticos e no direito de criação de igrejas. O segundo representava o direito que ele possuía de examinar os atos do Vaticano, que só entravam em vigor no país após o “*placet*”, isto é, o consentimento imperial. O governo ainda pagava os salários dos sacerdotes, entendidos como funcionários públicos³.

E em dezembro de 1872, o bispo de Olinda D. Vital Maria pôs em execução o polêmico “*Syllabus*”, de Pio IX que proibia aos membros das irmandades religiosas fazerem parte da Maçonaria. No ano seguinte, em 1873, Pio IX dirigiu a D. Vital Maria a carta “*Quantum Doiores*”, concitando-o a obedecer a encíclica contra a Maçonaria.

D. Vital, nascido a 27 de novembro de 1844, no Engenho Novo, na divisa dos Estados de Pernambuco e Paraíba, foi educado em Paris e Toulouse, recebendo o seu burel de capuchinho em Versalhes. Regressou ao Brasil em 1868, impregnado de ideias antimaçônicas, principalmente as que tinham origem em Pio IX, que julgava que a Maçonaria era responsável pela perda de seu poder temporal, em 1870, por ocasião da Unificação da Itália. Depois de permanecer durante pouco mais de dois anos em São Paulo, onde lecionou no Seminário Episcopal, foi nomeado, a 21 de maio de 1871, por decreto imperial, Bispo de Olinda.

Nesse cargo, D. Vital usou a Maçonaria como alvo dos seus ataques; iniciando já a 02 de

¹ Embora ‘ultramontano’ signifique, também, “o que está situado para lá dos montes” – o mesmo que transmontano - o ‘ultramontanismo’ é o sistema dos que desejam tornar o mais extenso possível o poder temporal e espiritual do Papa, de modo que, em sentido figurado, é o mesmo que reacionário (Nota do Autor).

² BASILE (1990, p. 278).

³ GONÇALVES (2012, p. 50-51).

fevereiro de 1872, durante uma pastoral em que discursou sobre uma “propaganda anticatólica” que ocorria em vários locais do Império, feita por homens coligados em “ímpias sociedades”, citando as condenações papais à Maçonaria e impondo a sua própria condenação.

E no mesmo período ocorreu que, em sua diocese, vários maçons, membros das irmandades religiosas, mandaram rezar missa em comemoração à fundação de uma Loja, depois do bispo ter proibido a cerimônia. Seguros de sua força política, os maçons mandaram publicar uma lista de Irmãos, entre os quais muitos padres, que eram personalidades importantes da sociedade brasileira. Reagindo, D. Vital suspendeu os padres e ordenou que todos os maçons fossem excluídos das irmandades. Não tendo sido obedecido, lançou um interdito contra as capelas e igrejas rebeldes, fazendo com que as mesmas apelassem à Coroa¹.

O historiador Manoel Gomes² traz mais informações sobre esse episódio:

“A 27 de junho de 1872, uma Loja tendo anunciado que ia mandar rezar missa em comemoração ao seu aniversário de fundação, no dia de São Pedro e na igreja de mesmo nome, o bispo de Olinda. D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, em circular reservadíssima, ordenou ao clero que não funcionasse em cerimônia alguma de cunho maçônico. Em consequência, não foi rezada a dita missa. Estava tomada a posição do recém sagrado bispo de Olinda contra a Maçonaria”.

A 17 de fevereiro de 1873, o frei-maçom Antônio Inácio do Coração de Jesus e Melo, prior do convento de Goiana – PE, não querendo abjurar a Maçonaria, o provincial do Carmo do Recife, por ordem do bispo, mandou outro frade tomar posse do priorado, expulsando dele o velho frei Antônio. O povo se revoltou e a polícia, que tinha recolhido o frade num convento, teve de ceder, e o frade que o vinha substituir regressou ao Recife³.

Padres foram suspensos de suas ordens, irmandades foram interditadas e católicos maçons foram condenados à excomunhão por D. Vital, a quem seguiria o exemplo, o bispo de Belém do Pará, D. Antônio de Macedo, que a ele se associara na polêmica aventura.

Em solidariedade ao prelado de Olinda, o bispo do Pará – D. Antônio de Macedo Costa – por meio da “Carta Pastoral, de 02 de dezembro de 1871” e da “Instrução Pastoral de 25 de março de 1873”, também se engajou na guerra contra a Maçonaria, promovendo críticas do ponto de vista doutrinário, moral, religioso e social e proibindo a participação de maçons no interior das irmandades e confrarias religiosas. Assim o problema novamente ganhava foros

¹ CASTELLANI (2001, p.26).

² GOMES (1975, p.115).

³ GOMES (1975, p.115).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

de Estado¹.

Ambos acabaram sendo responsabilizados por desrespeito à “Constituição do Império”, em virtude de as irmandades terem interposto recurso à Coroa.

No Parlamento, a chamada “Questão Religiosa” teve mais ampla repercussão. Processados pelo Supremo Tribunal de Justiça, foram os bispos condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados².

E assim, o problema novamente ganhava foros de Estado.

Nicola Aslan³ assim descreve os referidos episódios:

“Sagrado bispo de Olinda, D. Vital de Oliveira tomava posse de sua diocese e iniciava as hostilidades. O jovem prelado de apenas 27 anos ordenava ao clero de Olinda e Recife para não funcionar em Cerimônias Maçônicas, pois uma Loja anunciara que faria rezar missa em comemoração ao aniversário de sua fundação. Pouco tempo depois, o ardoroso D. Vital suspendia uma irmandade que se recusara a expulsar do seu grêmio os Irmãos que não quiseram abjurar a Maçonaria. As arbitrariedades do bispo contra destacados membros da Maçonaria provocaram revoltas do povo, enquanto a Irmandade interditada interpunha recurso perante a Coroa. Por sua vez, D. Antônio de Macedo, bispo do Pará, entrava na luta publicando uma carta de adesão a D. Vital em sua luta contra os maçons, ao mesmo tempo em que interditava as igrejas e as Confrarias paraenses que não cumpriam a ordem de expulsar os maçons de seus quadros. Também os bispos da Bahia e do Rio Grande do Sul passaram a hostilizar os maçons, levando-os a dirigir representações ao Poder Legislativo. Nesta ocasião, o Papa Pio IX lembrou-se de dirigir a D. Vital a carta ‘Quantum Dolores’, concitando-o a obedecer às encíclicas contra a Maçonaria”.

Daí podemos intuir que a questão toda se fez, principalmente, através de três expoentes do clero: os bispos D. Pedro de Lacerda (RJ), D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (PE) e D. Antônio de Macedo Costa (PA), ambos de formação europeia, já que o clero “popular” em momento algum participou e nem sequer se interessou pela refrega⁴.

O MANIFESTO DE SALDANHA MARINHO

Em 1863, com a participação de 07 Lojas saídas do “Grande Oriente do Brasil”, Salda-

¹ GONÇALVES (2012, p.53).

² GOMES (1975, p.112).

³ ASLAN (1997, p.104-105).

⁴ CASTELLANI (2001, p.26).

nha Marinho fundou uma nova corporação maçônica que posteriormente tomou a denominação de “Grande Oriente dos Beneditinos”, do qual foi seu primeiro Grão-Mestre.

Nessa nova instituição eram pregadas as ideias democráticas, a libertação dos escravos e tantas outras reivindicações liberais.

Assim, o discurso proferido pelo padre Almeida Martins no “Grande Oriente do Brasil” (também conhecido como “Grande Oriente do Lavradio”), saudando o seu Grão-Mestre José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, pela apresentação e posterior promulgação da “Lei do Ventre-Livre”, comentado e transcrito na íntegra pela imprensa e condenado pelo bispo do Rio de Janeiro, seguido pelas arbitrárias decisões dos bispos de Olinda e de Belém do Pará contra a Maçonaria, originando a “Questão Religiosa”, também se transformou em um dos seus grandes baluartes de luta.

Comentando o acontecimento protagonizado pelos bispos de Olinda e de Belém do Pará, Saldanha Marinho proferiu enérgico discurso no seu “Grande Oriente” sob forma de Manifesto. Nos anos de 1873 e 1874, Saldanha Marinho, assinando o seu nome simbólico maçônico – Ganganelli – publicou no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, uma série de artigos que ficou famosa sob o título “A Igreja e o Estado”, considerada como uma obra notável de ensinamentos políticos e jurídicos extraídos da situação provocada pela união da Igreja ao Estado.

É sempre bom lembrar que a campanha anticlerical que se seguiu foi obra exclusiva de Saldanha Marinho e do “Grande Oriente dos Beneditinos”. O “Grande Oriente do Lavradio”, acompanhando o pensamento do seu Grão-Mestre, preferiu permanecer em prudente reserva¹.

Nas palavras de José Castellani²:

“O saldo deste discurso foi a entrada da Maçonaria em uma disputa que não era sua e que acabou prejudicando o desenvolvimento da luta pela abolição da escravatura. A atitude do bispo do Rio de Janeiro iria fazer com que as duas Obediências em que se dividia a Maçonaria Brasileira – o ‘Grande Oriente do Brasil’ da Rua do Lavradio e o ‘Grande Oriente da Rua dos Beneditinos’ – se unissem para defender o Irmão atingido. Isso foi feito através de diversas medidas, tomadas a 15 de abril de 1872, em Assembleia do ‘Grande Oriente do Brasil’, e complementadas, a 27 de abril, em Assembleia do ‘Grande Oriente do Vale dos Beneditinos’, quando foi lançado um manifesto da Maçonaria do Brasil, redigido por Saldanha Marinho, notório anticlerical, e que, pela violência dos termos, iria contribuir para que se aprofundassem as divergências entre os Maçons e o alto clero, inserindo-a numa questão que não

¹ GOMES (1975, p.113-114).

² CASTELLANI (1998, p.81).

era dela”.

O “Grande Oriente”, representando a Maçonaria Brasileira, protestou às medidas tomadas pelo bispo D. Pedro de Lacerda, demonstrando a ilegalidade do ato de suspensão imposta ao padre-maçom Almeida Martins, em face do que dispunha o inciso 5 do artigo 199 da Constituição do Império, assim consubstanciado¹:

“[...] ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a moral pública”.

José Castellani² assim sintetiza a questão:

“Diante da reação arbitrária do bispo, as duas Obediências – do Lavradio e dos Beneditinos – saíram em defesa do Irmão atingido, mostrando, pelo menos aí, uma união, que fora precária em outras ocasiões. Isso ficou consumado através de uma Assembleia do Lavradio, a 15 de abril de 1872, complementada por outra, dos Beneditinos, a 27 de abril, quando foi lançado o Manifesto da Maçonaria do Brasil, redigido por Saldanha Marinho, um notório anticlerical. Esse manifesto, pela violência dos termos, iria contribuir para azedar as relações entre a Maçonaria e o alto clero, colocando-a numa questão que não era sua. E o pior foi que a violência de Saldanha Marinho, tão contrária à habilidade diplomática de Rio Branco, acabou por ser atribuída a este, pois o manifesto era da Maçonaria Brasileira, de maneira geral. Saldanha, contrariamente aos seus hábitos, não assinou essa sua obra, cujo representante conhecido era o ‘Grande Oriente do Lavradio’, que tinha à sua testa, o chefe do Gabinete Ministerial”.

Ao que Nicola Aslan³ corrobora:

“Logo depois, o polemista Saldanha Marinho, Grão-Mestre do ‘Grande Oriente dos Beneditinos’, pronunciou violento discurso contra a Igreja que foi publicado como se fora um Manifesto da Maçonaria do Brasil, envenenando assim, e cada vez mais, as relações entre a Igreja e a Maçonaria”.

O desdobramento dessa questão ocupou páginas e páginas do recém-criado “Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil”⁴, em artigos que iam desde uma análise fria e imparcial dos fatos, até os apaixonados ataques ao “ultramontanismo”, em geral, e à intolerância dos bispos, em particular. O Irmão Joaquim Pedro, 33º, por exemplo, nos Boletins nº 01 a 06, de

¹ GOMES (1975, p.111-112).

² CASTELLANI (2001, p.26).

³ ASLAN (1997, p.104).

⁴ O Boletim oficial do Grande Oriente do Brasil foi criado por decreto de 22 de setembro de 1871. Ele continha, além das resoluções administrativas, matéria cultural histórica e doutrinária, notícias do Supremo Conselho, das Obediências estrangeiras e das Províncias (Nota do Autor).

janeiro a junho de 1874¹, no terceiro ano da publicação, em um artigo intitulado “*D. Vital de Oliveira e D. Antônio de Macedo*”, comenta a prisão de ambos, aplaudindo a atitude do governo imperial e tecendo sérias críticas aos dois bispos e também ao Papa Pio IX, considerado o verdadeiro agente da intolerância clerical em relação à Maçonaria².

O GOVERNO ARBITRA A FAVOR DA MAÇONARIA

A reação do Governo do Pará foi idêntica à verificada em Olinda, com o presidente da província encaminhando ao Governo Imperial o recurso à Coroa impetrado pelas irmandades.

Nesse ponto, uma questão que antes se limitava ao bispo e às confrarias maçônicas, se transformava agora em um problema de Estado, já que ato contínuo ao recurso à Coroa começaram as denúncias contra os bispos de Olinda e do Pará, seguidas pela pronúncia, a prisão e o julgamento dos prelados.

Então, acirrando ainda mais os ânimos já exaltados entre católicos e maçons, o Conselho de Estado foi convocado para formular sua apreciação técnica sobre o desenrolar dos fatos.

No que diz respeito à primeira consulta, realizada em 12 de fevereiro de 1873, pode-se extrair das atas oficiais do Conselho de Estado do Senado Federal a seguinte afirmação³:

“É decisiva, porque nela se firma a doutrina oficial do regalismo⁴. Foi exatamente a primeira, cujos quesitos Joaquim Nabuco publicou, que levou o governo a enviar ao Bispo de Olinda, em nome do Imperador, a ordem de levantar, no prazo de um mês, a suspensão das confrarias e o interdito das capelas, declarando que a Maçonaria era uma sociedade benéfica, permitida pelo Estado e que as bulas papais que a condenavam não haviam recebido o placet imperial; que as confrarias eram matéria mista, e, por conseguinte, o bispo não podia suspendê-las sem a permissão do governo. Desde então vigorou, sem variação esta doutrina, que era a suma do sistema regalista constitucional”.

O governo, que em sua maioria era maçônico, a princípio evitou intervir diretamente. E o Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira escreveu a D. Vital uma carta, datada de 15 de fevereiro de 1873, procurando evitar o agravamento da questão. “*Como filho obediente e amigo dedicado*” vinha rogar-lhe que moderasse a oposição, até que, com o tempo e a

¹ Ver “ANEXO 09: Editorial do Boletim do Grande Oriente do Brasil”.

² CASTELLANI (2001, p.27).

³ RODRIGUES (1973, p. 8-9).

⁴ Entende-se por “Regalismo” a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida, ou de princípios geralmente aceitos, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo (Nota do Autor).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

reflexão, cessasse para o governo a obrigação de conjurar os perigos da ordem pública, e ele, D. Vital, pudesse conseguir pacificamente que seus conselhos e determinações fossem aceitos.

D. Vital respondeu com firmeza, influenciando que a Maçonaria lhe oferecera o dilema de negar ou aceitar a luta cumprindo seus deveres, ou passar por imprudente, precipitado e temerário, ou fechar os olhos a tudo. Para ele, a Maçonaria era condenada pela Igreja; e claramente disse ao ministro que antes de ser desautorizado preferia a prisão e o ostracismo.

Tendo, o Conselho de Estado, dado razão às irmandades, o governo, a 12 de julho de 1873, ordenou aos bispos o levantamento dos interditos. D. Vital, porém, não aceitou a interferência e recusou-se a cumprir a ordem, alegando a incompatibilidade entre a Igreja e a Maçonaria, posição com a qual Rio Branco, como chefe do Conselho de Ministros e Grão-Mestre da Maçonaria, não concordava, afirmando:

“A Maçonaria não é sociedade antirreligiosa e funesta às instituições sociais”.

E então, um novo parecer, emitido pelo Conselho de Estado em 09 de agosto de 1873, condenava a conduta arbitrária dos bispos e determinava a suspensão dos interditos. Mas a resposta, agora oriunda de Dom Macedo foi ainda mais incisiva que a de Dom Vital, simplesmente não reconhecendo no governo autoridade alguma para interferir nos assuntos religiosos, e recusando-se, portanto, a cumprir as ordens que lhe foram dadas¹.

Após consultar o Conselho de Estado, D. Pedro II deu provimento ao recurso das Irmandades, mandando levantar os interditos. Diante da insubmissão e intransigência dos bispos, o Imperador mandou processá-los por desobediência à Lei.

D. Vital foi condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 21 de fevereiro de 1874, a quatro anos de prisão com trabalhos forçados e às custas do processo, sendo a pena comutada para prisão simples, em 12 de março de 1874. D. Antônio foi condenado em 1º de julho de 1874 à mesma pena, igualmente comutada².

Ambos foram presos, ainda em 1874; até a anistia, pelo decreto imperial 5.993, de 17 de setembro de 1875³.

A ANISTIA DOS BISPOS

No ano seguinte, tendo sido substituído o ministério de Rio Branco por outro, presidido por Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), também maçom, este solicitou a D. Pedro

¹ (BASILE, 1990).

² RODRIGUES (1973, p. 2).

³ CASTELLANI (2001, p.26).

a anistia dos bispos, embora, como conselheiro do Estado, tivesse respondido afirmativamente à consulta do Imperador para processar os bispos revoltados¹.

Assim, a 17 de setembro de 1875, o Imperador D. Pedro II concedeu anistia aos bispos D. Vital e D. Antônio².

E finalmente, a 05 de outubro de 1875, o Cardeal Antonelli comunicava ao governo brasileiro que Sua Santidade o Papa Pio IX tinha levantado os interditos lançados pelos bispos do Pará e de Olinda contra as irmandades e igrejas das suas dioceses.

Encerrava-se, desta forma, a “Questão Religiosa”, pelo menos no grande palco da História, pois ela prosseguiria ininterrupta por trás dos bastidores, com fases mais ou menos agudas.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA QUESTÃO RELIGIOSA

A “Questão Religiosa” é apontada atualmente como uma das causas da queda da monarquia, mas ela não teve, como alguns autores pretendem, uma grande importância, como causa imediata da eclosão do movimento republicano, já que o conflito foi praticamente ignorado pelo povo, não havendo nenhum movimento a favor dos bispos, nem mesmo por parte do clero, pois a maioria dos eclesiásticos evitou, prudentemente – já que dependia do Estado – tomar partido ou intervir na querela.

Todavia, a partir desse episódio, o alto clero, embora não se tornasse anti-monarquista, tornou-se indiferente em relação à sorte do regime vigente, transformando-se num dos fatores de isolamento político e posterior solapamento do trono³.

Por conta disso, como uma das principais sequelas da “Questão Religiosa”, o movimento republicano recebeu um maior número de adesões – mesmo que de forma indireta – visto que agora publicamente defendia a total separação entre Estado e Igreja; fato que também faria com que nenhum bispo ou representante da Igreja Católica se levantasse novamente em defesa da Monarquia, enquanto o movimento republicano ganhava força.

E novas querelas entre a Maçonaria e a Igreja voltaram a acontecer, contribuindo para o distanciamento cada vez maior desta última em relação ao Estado.

Um exemplo notável foi o caso do Senador Luís Antônio Vieira da Silva, em cuja gestão como Grão-Mestre, o “Grande Oriente do Brasil” trabalhou intensamente para a libertação dos escravos. Quando a “Lei Áurea”, decretando a abolição da escravatura, foi assinada pela Prin-

¹ ASLAN (1997, p.100).

² GOMES (1975, p.112).

³ CASTELLANI (2001, p.27).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

cesa Isabel, a 13 de maio de 1888, o Grão-Mestre era Ministro da Marinha e, pela sua atuação destacada, foi agraciado com o título de Visconde Vieira da Silva. Por ocasião do seu falecimento, o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro de Lacerda, inimigo declarado da Maçonaria – e que como dono de numerosos escravos, tivera enormes prejuízos com a abolição – mandou negar missa ao defunto. Motivação mais do que suficiente para que, no dia seguinte à Proclamação da República, a família do falecido apresentasse um recurso ao Governo Provisório da República, composto exclusivamente por maçons.

E talvez, por influência disso e da “Questão Religiosa”, a 07 de janeiro de 1890, seria assinado o famoso decreto que finalmente separava a Igreja do Estado. O decreto nº 119-A, que teve por autor intelectual o maçom Rui Barbosa, o qual fazia parte daquele primeiro Governo Republicano como Ministro da Fazenda¹.

Manoel Gomes² fornece uma explicação mais simples para as consequências diretas que sobrevieram às atitudes antimaçônicas dos bispos ultramontanos brasileiros:

“Uma das consequências da ‘Questão Religiosa’ foi que, a 07 de janeiro de 1890, foi promulgado o ‘Decreto Republicano’ separando a Igreja do Estado, cujo autor intelectual foi o célebre maçom Rui Barbosa, em que proibia leis, regulamentos ou atos administrativos estabelecendo religiões ou vedando-as, ou ainda criando diferenças por motivo de crenças ou de opiniões filosóficas e religiosas”.

CONCLUSÕES FINAIS SOBRE A QUESTÃO RELIGIOSA

Historicamente, a “Questão Religiosa” possuía raízes mais profundas, não se podendo atribuí-la, tão somente, à intransigência pessoal ou mesmo ortodoxa do Bispo D. Pedro de Lacerda e seus pares de Olinda e do Pará.

As malquerenças entre católicos e maçons eram, na verdade, bem menos religiosas do que temporais, numa época em que a Igreja se identificava com a política social das classes dominantes e a Maçonaria representava um passo adiante na assimilação das novas ideias que o século XIX espalhava pelo mundo afora³.

Por conseguinte, a chamada “Questão Religiosa” foi mais um litígio entre a Igreja e o Estado do que uma luta entre a Igreja e a Maçonaria. A primeira, pretendendo sobrepor a autoridade do Papa às leis do País; e o Estado, impondo às autoridades eclesiásticas o respeito à

¹ ASLAN (1997, p.106-107).

² GOMES (1975, p.113).

³ FAGUNDES (1989, p. 92).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Constituição do Império¹.

Em outras palavras, as contendas iniciadas no ano de 1872 não eram peças isoladas de um quebra-cabeças Maçônico-Eclesiástico, mas sim parte de um jogo de interesses políticos mais amplos entre esta última instituição e os dirigentes do Estado Imperial Brasileiro².

Aconteceu que diante da condenação aos ideais maçônicos pela Igreja, sob o argumento de que iam contra os ideais cristãos, os maçons replicavam com a valorização das virtudes do homem, encontradas nos próprios maçons. Essas ideias foram difundidas entre a população por meio da filantropia e da criação de escolas públicas e gratuitas³.

Joaquim Nabuco, nome fulgurante no movimento abolicionista, por exemplo, destacava os paradoxos referentes à “Questão Religiosa”, pois segundo ele, quando os bispos se insurgiram contra os maçons, em obediência à Santa Sé, não houve, todavia, um só prelado que invocasse a mesma obediência para combater a escravidão, mais condenada do que a Maçonaria, em encíclicas, bulas e vários concílios⁴.

O que encontra eco no trecho de uma carta de D. Pedro II (que não foi maçom) enviada ao Conde de Gobineau, em 04 de abril de 1874⁵:

“À propósito dos franco-maçons, que nunca se importaram com as doutrinas religiosas, no Brasil pelo menos, os bispos esquecem a ‘Carta Constitucional’ e as leis do país. O Governo do Império Brasileiro não faz, senão manter a independência do poder temporal em tudo o que não é puramente espiritual. Espero, no entanto, que a energia e a moderação do governo vençam enfim esta resistência, fazendo a Corte de Roma reconhecer os verdadeiros interesses do Catolicismo”.

¹ GOMES (1975, p.113).

² (PEREIRA, 1982).

³ SILVA (2016, p.333).

⁴ CASTELLANI (1998, p.83).

⁵ CASTELLANI (2001, p.27).

PARTE VIII

A QUESTÃO MILITAR

*Quase todos os homens são capazes de suportar adversidades,
mas se quiser pôr à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder.*

[Abraham Lincoln].

A QUESTÃO MILITAR (1883-1889)

Até a Guerra do Paraguai, os militares não possuíam o prestígio e o poder político que adquiriram após a mesma, ao vencerem-na de forma arrasadora e incontestável. Com a vitória, veio o prestígio, o reconhecimento e o poder político, juntamente com o orgulho e um forte sentimento de união forjada pelo fogo e pelo sangue derramado nos campos de batalha.

Um exemplo disso foi que a Guerra do Paraguai também seria responsável por uma crise política provocada pelo desentendimento entre o comandante-mor das tropas militares Duque de Caxias e Zacarias de Góis Vasconcelos, então Ministro Imperial, por conta dos inúmeros problemas e descaso enfrentado pelas tropas nas frentes de batalha. O resultado desse embate de forças foi que o Imperador manteve Caxias na Chefia do Exército Brasileiro em operações de guerra no Paraguai, e demitiu de seu cargo no Ministério, a Zacarias de Góis Vasconcelos. Um outro liberal deveria constituir o novo gabinete, para o qual foi convocado Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que organizou um ministério eminentemente conservador¹, exatamente da forma como os militares queriam.

Este episódio pode ser considerado como um sintoma do crescente poder político militar. A vitória na Guerra do Paraguai abriu, assim, a possibilidade de os militares imporem ainda mais a sua ascendência sobre os políticos civis, provocando a formação de um novo Partido Liberal em 1869².

Poucos anos depois, a campanha republicana seria incrementada pela “Questão Militar”, que, na realidade, constituiu-se de uma série de atritos, ocorridos entre 1883 e 1889, entre os políticos e os militares, causados pelos constantes ataques contra o brio de chefes militares, a maioria absoluta composta de maçons atuantes, e pela inabilidade de alguns políticos e ministros civis de lidarem com eles. Esses atritos iriam criar uma atmosfera propícia ao levante militar final, que realmente ocorreu em 1889, trazendo como resultado, a implantação do regime republicano, sob a liderança de militares maçons, como o tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, depois de uma intensa propaganda republicana, em que se destacaram também muitos maçons civis³.

Apesar da intensa movimentação, os velhos militares, com patente de major para cima, tinham grande respeito pelo Imperador, que, durante a Guerra do Paraguai, se mantivera firme ao lado dos alvos nacionais da campanha sustentada pelas Forças Armadas. Os postos inferior-

¹ GOMES (1975, p.126).

² GOMES (1975, p.127).

³ CASTELLANI (2001, p.40).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

res, entretanto, estavam preenchidos por jovens alunos das escolas militares, os quais, além de não experimentarem sentimentos semelhantes aos dos oficiais mais antigos, estavam altamente doutrinados pelo professor de maior prestígio da Escola Militar, aquele que viria, por sua atuação, a ser cognominado “O Pai da República”: o maçom e positivista tenente-coronel Benjamin Constant, que fazia aberta apologia ao movimento republicano e era um dos mais categorizados críticos do Governo Imperial¹.

Depois da morte de Caxias e de Osório, ambos maçons, Deodoro da Fonseca, também “iniciado” na Maçonaria, concentrava o prestígio das Forças Armadas brasileiras, e por isso, acabou sendo envolvido pelos acontecimentos, colocando-se à frente dos companheiros que se consideravam desprestigiados e injustiçados pelas atitudes do Governo Imperial², dando origem ao que a historiografia oficial reconhece como a “Questão Militar” ou as “Questões Militares”, por conta das suas múltiplas facetas.

A MAÇONARIA E AS QUESTÕES MILITARES

O Exército consolidava, na realidade brasileira da época, principalmente, os anseios da classe média, que, a partir de 1870, já tinha condições de se candidatar ao poder, então oscilante e instável nas mãos da aristocracia açucareira, que tinha respaldo na agricultura do norte do país.

José Castellani³ assim se refere à consolidação do Exército como força nacional:

“A classe média dessa época, que englobava funcionários e empregados, não seria capaz, entretanto, de provocar alterações marcantes na sociedade, agregando-se, então, em função disso, a uma nova força, que era o Exército Brasileiro”.

Ao que reitera Tiago Dantas⁴, em seu livro “Dois Momentos de Rui Barbosa”:

“Não se tem dado o devido relevo a esse fato capital da nossa História: a identificação do Exército com a classe média. Se é verdade que, entre nós, a classe média não surge com a estrutura econômica robusta que lhe daria tanta influência no destino de outras sociedades, é certo, também, que essa deficiência surge compensada pela concentração de força política, que lhe seria proporcionada pelo surgimento de um verdadeiro poder novo: o poder militar. Foi a partir da ‘Guerra do Paraguai’ que o Exército ganhou, entre nós, estabilidade e coesão

¹ (CARVALHO, 2016).

² GOMES (1975, p.129).

³ CASTELLANI (1998, p.111).

⁴ (DANTAS, 1951).

internas, que dele fariam, daí por diante, o ponto de maior resistência de nosso organismo político. A monarquia agrária, impregnada de civilismo, não quis ou não soube captar a nova força, para a qual também não contribuíram os filhos da aristocracia produtora de algodão, açúcar e café. Na classe média é que o Exército vai colher os seus oficiais, alguns vindos de soldados, outros preparados nesse centro de estudos da classe média, que seria, por oposição às faculdades jurídicas da aristocracia, desde 1874, a Escola Militar”.

Também cabe aqui ressaltar que não houve, na realidade, no Brasil, apenas uma “Questão Militar”, mas várias questões. Coincidentemente, à testa das mesmas encontravam-se muitos maçons proeminentes, haja vista que o Exército Brasileiro, na época, possuía um expressivo contingente de maçons em suas fileiras¹.

As “Questões Militares”, todavia, não se restringiram aos quartéis, mas tiveram, também, apoio político no Parlamento, já que os partidos políticos, envolvidos em suas rivalidades, procuravam respaldo e proteção nas Forças Armadas, entregando-se ao amparo dos grandes chefes militares.

Essa situação já havia ocorrido com os liberais fazendo do General Manuel Luiz Osório (futuro Marquês do Herval), maçom dos mais destacados, o seu conselheiro militar, enquanto que Caxias – que foi Soberano Grande Comendador do “Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito” – tornava-se, pelas circunstâncias, o líder militar dos conservadores. Com a morte de Osório, em 1879, e de Caxias, em 1880, os partidos saíram à cata de substitutos, encontrando-os, os liberais, no Visconde de Pelotas (General Correia da Câmara), e os conservadores, no então General Manoel Deodoro da Fonseca².

Pelotas era senador pela Província do Rio Grande do Sul e, embora ele e Deodoro estivessem em campos politicamente opostos, eram, acima de qualquer filiação partidária, maçons totalmente dedicados à Ordem Maçônica e ao Exército. Assim, toda a participação de Deodoro – maçom iniciado a 20 de setembro de 1873 na Loja “Rocha Negra”, de São Gabriel (RS) – nas questões militares com o Império, era apoiada por Pelotas no Senado, já que a coesão do Exército estava acima das questiúnculas partidárias³.

Coincidentemente, a Maçonaria brasileira, já a partir da metade do século XIX, era formada, em sua maioria, por homens oriundos da classe média, tornando-se cada vez mais raros, em seus quadros, os membros da aristocracia e das oligarquias agrícolas. Não era, portanto, estranho o fato de existir um grande número de militares nas Lojas Maçônicas, os quais se

¹ CASTELLANI (1998, p.112).

² CASTELLANI (1998, p.112-113).

³ CASTELLANI (1998, p.113).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

destacavam tanto como líderes militares, quanto como dirigentes maçônicos, podendo ser citados, dentre outros, os nomes de Caxias (Luís Alves de Lima e Silva), Deodoro da Fonseca, Manuel Luís Osório, Lauro Nina Sodré, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca, Gomes Carneiro e Benjamin Constant¹.

O CASO SENNA MADUREIRA

Em abril de 1884, a “Escola de Tiro” de Campo Grande, Rio de Janeiro, comandada pelo tenente-coronel e maçom Antônio de Senna Madureira recebeu com festa a visita de uma estrela do movimento abolicionista brasileiro, o jangadeiro cearense e igualmente maçom Francisco José do Nascimento, o “*Dragão do Mar*”, como ficara conhecido depois de promover um boicote ao embarque de escravos no porto de Fortaleza.

A homenagem foi considerada um ato de indisciplina pelo Governo Imperial, uma vez que, até aquele momento, o Império brasileiro ainda era, oficialmente, escravocrata.

Ao ser interpelado por Franco de Sá, então Ministro da Guerra, Senna Madureira se recusou a dar explicações sobre a iniciativa de seus comandados.

Senna Madureira acabou sendo demitido do posto e repreendido formalmente em “ordem do dia”². Além de ser compulsoriamente transferido para a “Escola Preparatória” de Rio Pardo, na província do Rio Grande do Sul.

Essa transferência gerou grande polêmica no meio militar, levando o Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, a proibir os militares de travar discussões através da imprensa. O Presidente da Província e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, General Deodoro da Fonseca, recusou-se a cumprir a ordem, e foi chamado de volta à Corte. A proibição, porém, acabou revogada e o Gabinete que a emitiu, censurado pelo Congresso Brasileiro.

O CASO CUNHA MATTOS

Em fevereiro de 1886, durante uma viagem de inspeção ao Piauí, o coronel maçom Ernesto Augusto da Cunha Mattos apontou diversas irregularidades administrativas cometidas pelo capitão Pedro José de Lima, comandante da Companhia de Infantaria e ligado ao Partido Conservador. As denúncias citavam casos de desvio de dinheiro que deveria ser usado na re-

¹ (DANTAS, 1951).

² GOMES (2015, p. 177).

muneração dos soldados e roubo de fardamento e material pertencentes ao Exército.

Denunciado o fato, Cunha Matos que pertencia ao Partido Liberal, pediu o afastamento daquele oficial, do Partido Conservador.

Em julho, o deputado piauiense Simplício Coelho de Resende tomou as dores do acusado, seu amigo e correligionário político. Em discurso na Câmara tentou desqualificar a imagem de Cunha Mattos afirmando que, na Guerra do Paraguai o coronel havia traído seus colegas de farda ao dirigir a artilharia inimiga contra as tropas brasileiras. O coronel, por sua vez, diante de tais inverdades, reagiu publicando violentos artigos contra o deputado nos jornais cariocas.

O governo avaliou a sua atitude como uma quebra do regulamento que proibia aos militares usarem a imprensa na discussão de assuntos políticos ou corporativos. Por essa razão, o Ministro da Guerra, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, mandou prendê-lo por dois dias¹.

Foi uma pena de duração irrisória e que teoricamente contribuiria para acalmar os ânimos, mas a punição de Cunha Mattos, considerada injusta por outros oficiais maçons, gerou novos pronunciamentos e trocas de acusações entre militares e políticos civis, em uma reação em cadeia cuja velocidade pegaria de surpresa as autoridades governamentais².

No início de agosto, o assunto chegou ao Senado, que reunia as mais importantes personalidades políticas do Império. Senador pelo Partido Liberal do RS, o general maçom José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, de imediato saiu em defesa de Cunha Mattos. Afirmou que a punição decretada pelo Ministro da Guerra era uma ofensa a todos os oficiais do Exército Brasileiro. Cunha Mattos, em sua opinião, fora ferido em sua honra militar, portanto, tinha o direito de se defender pela imprensa³.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, Senna Madureira também se manifestou, através do periódico republicano “A Federação”, à época redigido pelo maçom Júlio de Castilhos, conhecido por suas ideias republicanas.

Júlio de Castilhos, ainda na direção do jornal “A Federação”, em setembro de 1886, escreveu um artigo intitulado “Arbítrio e Inépcia”, que denunciava o modo pelo qual a Coroa vinha tratando os militares, sustentando que o Exército Brasileiro era a única instituição que ainda se mantinha impoluta, num ambiente nacional de ruínas.

Paralelamente a isso, por inspiração de Benjamin Constant, também maçom, a 10 de outubro de 1886 reuniram-se, no Rio de Janeiro, oficiais do Exército e da Armada, presididos

¹ CASTRO (1995, p.85-103).

² GOMES (2015 p.176).

³ GOMES (2015, p.176).

por ele e pelo Almirante Arthur Silveira da Motta (Visconde de Jaceguay), que havia exercido o Grão-Mestrado do “Grande Oriente do Brasil”, para hipotecar solidariedade aos seus camaradas punidos¹.

A sucessão dos acontecimentos envolvendo o Coronel Senna Madureira, o Coronel Cunha Matos e a polêmica veiculada pela imprensa, culminaram com a manifestação dos alunos da “Escola Militar da Praia Vermelha”, no Rio de Janeiro. Indignados, os “cientistas”, apelido que lhes era atribuído devido à sua formação, em outubro de 1886, declararam o seu apoio ao então General Deodoro.

Por não discordar com os fatos e com a sua punição, Sena Madureira havia se desligado do Exército. O General Deodoro, por sua vez, foi exonerado e transferido para o Rio de Janeiro. À chegada de ambos à Capital, no dia 26 de janeiro de 1887, foram recepcionados e ovacionados como heróis pelos cadetes da Escola Militar. Ciente de que grande parte do Exército apoiava Deodoro, o governo recuou de sua investida contra os militares e, em meados do mês de maio de 1887, D. Pedro II demitiu o Ministro Alfredo Chaves, outorgando o perdão a Senna Madureira, Cunha Matos e Deodoro.

MANIFESTO DE DEODORO EM DEFESA DO EXÉRCITO

As principais causas dessas “Questões Militares”, que consistiram numa série de atritos, ocorridos entre 1883 e 1889, entre militares e políticos, foram as punições do Tenente-Coronel Cunha Mattos e do Major Senna Madureira, pelo Ministro da Guerra, civil, que havia sido criticado por eles. As punições foram, então, consideradas injuriosas, pois Cunha Mattos, em um jornal diário, respondendo a um deputado que o havia ofendido, afirmara que a causa de toda a discussão fora um erro do Ministro.

Logo depois, em 1886, Deodoro, então comandante da guarnição do Rio Grande do Sul e já com largo prestígio no Exército, apoiava Senna Madureira e Cunha Mattos, seus subordinados, sustentando a legitimidade de sua posição².

E a 03 de fevereiro de 1887, Deodoro dirigiu ao Imperador, de quem era amigo pessoal e protegido, uma carta de protesto que não produziu o efeito desejado. Em 12 de fevereiro, Deodoro voltou com uma nova carta, mais incisiva, à presença do Imperador; e dessa vez obteve um resultado favorável: o Imperador exonerou, no mesmo dia, de suas funções, o Ministro da

¹ CASTELLANI (1998, p.113-114).

² CASTELLANI (1998, p.113).

Guerra Alfredo Chaves¹.

Deodoro deu-se por satisfeito, supondo encerrada a questão, pois acreditava que os avisos ministeriais punitivos dos oficiais seriam cancelados; o que não ocorreu, declarando o novo Ministro ser necessário que os militares punidos requeressem junto ao Governo o cancelamento das suas prisões. Essa exigência e determinações tais como a transferência de oficiais e de batalhões para os pontos mais distantes do país, fizeram reviver a animosidade, pois viam os oficiais naquelas medidas uma atitude agressiva contra o Exército.

Resumindo, os quatro momentos relacionados à “Questão Militar” e que impulsionaram para a decisão da Proclamação da República em 1889² foram:

1. Em 1884, o tenente-coronel Antônio de Senna Madureira convidou um líder abolicionista do Ceará para visitar a “Escola de Tiro”, em Campo Grande (RJ). Essa atitude foi de total desagrado ao Império, que via nesse ato um exemplo que não poderia ser seguido em outros setores. Sendo Antônio de Senna Madureira um militar de grande prestígio popular, apenas avolumou-se ainda mais a causa abolicionista e a união dos abolicionistas com os militares. Senna Madureira acabou sendo sumariamente transferido para o Rio Grande do Sul.

2. Em 1886, o coronel Ernesto Augusto Cunha Mattos, também com prestígio popular, em viagem de inspeção, constatou diversas irregularidades na Província do Piauí, alegando como responsável da situação o capitão Pedro José de Lima. Cunha Mattos era liberal e Lima, conservador (partido que estava no poder no evento). Pedro José de Lima conseguiu fazer com que a imagem de Cunha Mattos ficasse difamada, o que levou-o a se defender através da imprensa. Pouco tempo depois, Cunha Mattos era mandado para a prisão militar, agitando a sociedade em defesa do coronel.

3. No Rio Grande do Sul, Antônio de Senna Madureira continuou com seus ataques ao sistema imperial. Redigiu um manifesto num periódico republicano, o que causou tumultos e agitação entre os seus seguidores. Como punição, foi dada a ordem ao então general Deodoro da Fonseca para que disciplinasse o coronel que se encontrava sob o seu comando. Deodoro, todavia, embora sempre tivesse sido um militar conservador, recusou-se a punir Madureira e os manifestantes, alegando que já havia chegado a um acordo com os mesmos.

4. Demitido de seu comando, por conta disso, Deodoro recolheu-se à Capital do Império, onde o movimento aumentou em proporção, em 1887, sempre dirigido por ele e por Benjamin Constant, com o apoio de Pelotas, no Senado. Com o crescimento do movimento, Deodoro e

¹ GOMES (1975, p.129).

² BASILE (1990, p.281).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Pelotas, em maio daquele ano, assinaram o manifesto “*Ao Parlamento e à Nação*”, redigido por Rui Barbosa¹, onde eram definidos os pontos de vista dos militares. Como consequência, em junho de 1887, era instituído o “Clube Militar”, com Deodoro na presidência².

De acordo com os relatos de Manuel Gomes³:

“E então, redigido por Rui Barbosa, foi lançado à Nação, em defesa do Exército, um Manifesto assinado por Deodoro da Fonseca e pelo Visconde de Pelotas, Manuel José Antônio Corrêa de Câmara”.

Ainda segundo o referido autor⁴:

“Em 14 de maio de 1887, Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, reconhecidos maçons, assinaram o manifesto ‘Ao Parlamento e à Nação’ no qual criticavam o governo. O impasse só foi resolvido no dia 20 de maio, data em que o Senado aprovou uma moção na qual ‘convidava’ o governo a cancelar as notas de punição, o que ocorreu logo em seguida”.

Embora resolvida a questão, o desgaste gerado pela mesma deixaria indeléveis marcas, que acabariam resultando dois anos depois na Proclamação da República.

O CLUBE MILITAR

Imbuídos do caráter de salvação nacional, os militares conquistaram prestígio, poder e autoridade após a Guerra do Paraguai. No decorrer de 1880 e nos anos que se seguiram, fomentaram o aparecimento de partidos militares que cada vez mais entravam nas discussões políticas. Em 26 de junho de 1887 criava-se o “Clube Militar” do Rio de Janeiro, liderado por Deodoro da Fonseca. Entre as causas do Clube estava o fim da perseguição aos cativos por parte dos militares.

Sentindo-se vitoriosas, as lideranças republicanas, militares e maçônicas passaram a agir de forma articulada, em busca de pretextos para novos confrontos com o governo, já desgastado pelos episódios anteriores.

Cerca de 150 militares participaram da primeira sessão do clube, na qual foram aprovados os estatutos. Entre outras disposições, o documento afirmava que caberia ao clube “*defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado os direitos e legítimos interesses da classe militar*”. O Marechal Deodoro foi eleito seu primeiro presidente e Benjamin Constant ocupou

¹ Ver “ANEXO 10: Manifesto ao Parlamento e à Nação”.

² CASTELLANI (1998, p.114).

³ GOMES (1975, p.129).

⁴ GOMES (2015, p.183).

o cargo de tesoureiro¹.

Na época da instituição do “Clube Militar”, já havia, no Exército, uma grande facção de republicanos, altamente influenciada por Benjamin Constant, professor da Escola Militar, o qual viria a ser cognominado “O Pai da República”. E havia, evidentemente, um grande contingente de abolicionistas, influenciado por líderes civis e militares, pois o “Clube Militar” empunhava, além da bandeira da república, a do abolicionismo².

Em outubro de 1887, o “Clube Militar”, através de Deodoro, enviava à Princesa D. Isabel, então na regência do Império, uma mensagem solicitando que o Exército fosse dispensado da ingrata tarefa de proceder à captura dos escravos fugidos, a qual fora solicitada pelos proprietários de terras e de escravos³.

No trecho principal do requerimento à Princesa, os militares afirmavam esperar que:

*“O governo imperial não consinta que, nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida de manter a ordem e tranquilizar a população [...], os soldados sejam encarregados da captura de pobres negros que fogem à escravidão, ou porque já viviam cansados de sofrer horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma”*⁴.

Recusada tal imposição, o próprio Exército decidiu não mais capturar os escravos⁵.

OS MILITARES E O MOVIMENTO REPUBLICANO

Apesar da intensa movimentação do Exército, os velhos militares – com patentes de maior para cima – acatavam demais o Imperador, que, por ocasião da Guerra do Paraguai, havia se mantido firme ao lado dos alvos nacionais da campanha sustentada pelas Forças Armadas. Todavia, os postos inferiores estavam preenchidos por jovens das escolas militares, os quais, além de não ter o mesmo sentimento dos oficiais mais antigos, ainda estavam altamente influenciados por Benjamin Constant, o professor de maior prestígio da Escola Militar; e que viria, por sua atuação, a ser cognominado “O Pai da República”.

Maçom e positivista, Benjamin Constant fazia aberta apologia ao regime republicano e era um dos mais categorizados críticos do Governo Imperial⁶.

¹ GOMES (2015, p.184).

² CASTELLANI (1998, p.114).

³ CASTELLANI (1998, p.115).

⁴ CASTELLANI (1998, p.115).

⁵ BASILE (1990, p.288).

⁶ CASTELLANI (2001, p.41).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Descontentes com as pequenas remunerações, a falta de incentivo para alcançar posições melhores, promoções lentas, transferências e punições injustas, começou a se desenvolver no seio do Exército um sentimento de salvação nacional. Era o início da entrada dos militares na vida política da nação, fazendo críticas em panfletos e jornais sobre a caótica situação em que o Império se encontrava. Os militares logo passaram a apoiar a campanha abolicionista e não foi difícil a união entre o Exército e o Movimento Republicano para expressar o descontentamento sentido pelos dois grupos¹. União essa, em muito facilitada pela Maçonaria, já que os principais líderes de ambos os grupos eram todos destacados maçons.

Resumindo, nos anos finais da Monarquia, os militares sentiam-se frustrados, mal recompensados, desprestigiados pelo governo. Reclamavam dos soldos congelados havia muitos anos, da redução dos efetivos das Forças Armadas depois da Guerra do Paraguai, da demora nas promoções, da falta de modernização dos equipamentos e regulamentos e das transferências e punições injustas a que eram submetidos.

As reivindicações eram publicadas com frequência em artigos dos jornais “O Soldado” e “Tribuna Militar” e na “Revista Militar Brasileira”.

O ambiente de expectativas frustradas favorecia o clima de indisciplina e revolta nos quartéis. Segundo um relatório apresentado no Senado pelo Visconde de Pelotas: em 1884 tinham ocorrido 7.526 prisões por indisciplina no Exército, número expressivamente elevado para um efetivo de 13.500 homens².

Os republicanos, por sua vez, enxergaram na “Questão Militar” a oportunidade perfeita para atacarem o Império. Em um artigo intitulado “*Arbítrio e Inépcia*”, publicado em 23 de setembro de 1886 no jornal “A Federação” o maçom Júlio de Castilhos afirmava enfático que a Monarquia estava ofendendo a honra do Exército, instituição que, no seu entender, era “*um símbolo da honra nacional*”. Ao atacar o Exército, portanto, o governo “*feria a própria dignidade nacional*”.

Em outro artigo, publicado no dia 30 de setembro, o mesmo Júlio de Castilhos proclamava que “*trata-se de uma questão de honra militar, de dignidade do Exército, e afeta diretamente os mais respeitáveis interesses morais da nossa Pátria*”³.

A resposta final dos militares, contudo, viria em 15 de novembro de 1889.

¹ BASILE (1990, p.279-280).

² VIANNA (1959, p.199).

³ GOMES (2015, p.179).

PARTE IX

**A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO
DA REPÚBLICA**

Há momentos em que os empecilhos levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social têm de ser removidos pela força das multidões. É sobre as ruínas e os destroços do passado que se levantará o futuro. Progredir é continuar, mas a construção tem por preliminar indispensável a demolição.

[Lauro Nina Sodré].

ANTECEDENTES DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

O “Poder Moderador”; a necessidade de maior liberdade religiosa e de imprensa; a separação entre Igreja e Estado; o ensino para todos; as questões religiosa e militar; o receio de um terceiro reinado (“Questão Dinástica”); o prestígio internacional abalado; a forte crise financeira acarretada pela Guerra do Paraguai e a abolição da escravidura estiveram entre as causas principais da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889.

Entre 1864 e 1870, mesmo com o fim das revoltas nas províncias brasileiras, o Império acabaria se envolvendo no maior confronto bélico e militar da história da América do Sul, a “Guerra do Paraguai”. Anteriormente, o Brasil já havia se envolvido numa revolução no Uruguai e ajudado a vencer um grupo político ao qual Solano Lopez, Presidente do Paraguai, era simpático. Em represália, em 1865 o navio brasileiro “Marquês de Olinda” foi capturado em Assunção, enquanto realizava o transporte de cargas entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso, em paralelo a uma invasão das tropas paraguaias à cidade de Dourados (MS), o que levaria à morte, na prisão, do então presidente da Província de Mato Grosso Frederico Carneiro de Campos e à invasão paraguaia de territórios do norte da Argentina para atacar o Rio Grande do Sul. Foi o estopim de um conflito que uniria o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai. Para os brasileiros, a vitória da “Tríplice Aliança” inauguraria um espírito de unidade no país, necessário para finalmente se pensar em uma república. Mas então veio a crise financeira.

O arcabouço político do Império começou a ruir pouco depois da Guerra do Paraguai, quando se instalou na nação uma grave crise financeira, aliada às questões militar e religiosa, que colocaram a monarquia em conflito direto com os militares e a Igreja Católica. E terminou de desmoronar por completo, em 1888, com a assinatura da “Lei Áurea”, que abolia de vez a escravidão no país. Os barões do café, que dependiam da mão de obra escrava, se sentiram traídos pela Coroa e rapidamente se sentiram impelidos a aderir à causa republicana.

Somando-se a estes os próprios monarquistas desgostosos com os rumos que o país vinha tomando; os maçons republicanos, os liberais, os reformadores, os abolicionistas e os federalistas; todos esses grupos, direta ou indiretamente, uniram forças para dar o empurrão fatal que selaria o destino do Império brasileiro.

Não obstante, o problema da sucessão ao Trono, pouco a pouco, foi-se agravando depois de 1870, quando os primeiros sintomas da doença do Imperador começaram a manifestar-se. O estado de saúde de D. Pedro II mais se agravou a partir de 1877¹. Como ele não possuía

¹ GOMES (1975, p.121).

filhos, sua herdeira, por direito, era a Princesa Isabel, malvista pelo seu conservadorismo e submissão ao clero católico. E, para piorar, ela era casada com Gastão d'Orleans, o Conde D'Eu, um francês, o que aumentava o receio de que o país pudesse ser governado novamente por um estrangeiro. Lopes Trovão (José Lopes da Silva Torres) e Antônio da Silva Jardim, dois grandes tribunos republicanos, procuravam acentuar, de um lado, a devoção religiosa da Princesa, e de outro, a ambição desmedida do Conde D'Eu, impopular no Brasil apesar da sua notável participação na Guerra do Paraguai¹. No âmbito das Lojas e dos obreiros do “Grande Oriente do Brasil”, também era intenso o movimento, no sentido de impedir o advento de um possível terceiro reinado, o que daria origem à chamada “Questão Dinástica”².

Era a época em que os maçons brasileiros, nas Lojas, na imprensa, ou na tribuna, já viam se preocupando com todas essas coisas. E, ao mesmo tempo em que se desenrolavam os dois movimentos – abolicionista e republicano – ocorria a “Questão Religiosa” brasileira, que teria uma certa influência no incremento do movimento republicano, por ter indisposto o alto clero com o Imperador³; e as “Questões Militares” que, por sua vez, arrebanharam os militares para o lado dos republicanos.

E, para completar, questões prementes como a necessidade de maior liberdade na economia, maior liberdade de imprensa e educação para todos também pesaram de forma bastante decisiva no aumento do apelo à causa republicana.

Em vista de tudo isso, a Maçonaria teria desempenhado a missão de partido de oposição contra o absolutismo dos reis portugueses e do primeiro Imperador brasileiro, de início, para, posteriormente, assumir o papel de co-propulsora do progresso político e econômico do país, acabando por implantar a República quando chegou o momento de fazê-lo⁴.

OS IDEAIS REPUBLICANOS SOB A ÉGIDE DA MAÇONARIA

Quando se estuda a participação maçônica em eventos de grande monta, como a “Proclamação da República”, inevitavelmente esbarra-se na velha “História Política”, onde os fatos políticos pretendem explicar todo o processo histórico. Esta teoria historiográfica nos remete à historiografia publicada no final do século XIX e início do século XX, caracterizada por uma “História Cronológica e Episódica”; uma “História Linear” que não leva em conta as

¹ GOMES (1975, p.127).

² CASTELLANI (2001, p.41).

³ CASTELLANI (2001, p.1).

⁴ ASLAN (1997, p.53).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

durações múltiplas, nem faz a necessária correlação do evento com a estrutura e com a conjuntura em que o mesmo aconteceu; é a dita “História dos Grandes Personagens”. Essa historiografia desconsidera questões essenciais para uma consistente apuração factual, tais como os personagens de menor vulto, as revoltas, os movimentos contestatórios e, no caso presente, as abordagens personalistas de determinados maçons e Lojas Maçônicas a favor da República.

Revisando historiograficamente os últimos anos do Império, percebemos a decadência do modelo de governo escolhido quando da Independência do Brasil. Grande parte desta historiografia aponta três fatos políticos que demonstram perfeitamente esta situação de declínio: a “Questão Religiosa”, a “Questão Militar” e a “Abolição da Escravatura”.

E como esses três momentos históricos possuíram inquestionável participação e inegável influência maçônicas, torna-se lícito asseverar que, da mesma forma, a “Proclamação da República” foi um evento que, senão com a Maçonaria como Instituição, contou sim, com a enérgica participação e influência de destacados e ilustres maçons em cada etapa de sua elaboração e consecução. E aqui chegamos ao ponto em que salientamos a importância histórica paralela dos “personagens menores”, muitas vezes ignorados ou menosprezados nos livros didáticos e acadêmicos, mas que tiveram intrínseca participação no processo histórico brasileiro. E que na “Proclamação da República” não foi e nem poderia ter sido diferente.

As ideias republicanas foram introduzidas no Brasil já no surgimento das primeiras Lojas Maçônicas, ainda no século XVIII. A violenta opressão por ocasião da “Inconfidência Mineira” não impediu que nos anos seguintes os ideais republicanos voltassem a propagar-se no Brasil. E o veículo para tanto, foram sempre as Lojas Maçônicas.

A “Inconfidência Mineira” (1789) deu início à ideia republicana no Brasil, aspiração que continuaria com a “Conjuração Baiana” (1798), a “Revolução Pernambucana” (1817), a “Confederação do Equador” (1824) e a “Revolução Farroupilha” (1835-1845).

Enfim, os maçons estiveram presentes em todos estes movimentos e em todos eles correu farto, o seu sangue generoso de patriotas¹.

A Abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu uma nova fase na História do Brasil. Seu filho D. Pedro de Alcântara, em cujo favor ele abdicou, ainda era um menino. Enquanto durou a menoridade, o Império foi governado por Regências, cujos principais regentes foram quase todos maçons, as quais duraram de 1831 a 1840, quando seria declarada a maioridade legal do futuro Imperador D. Pedro II, num movimento igualmente liderado pela Maçonaria².

¹ ASLAN (1997, p.107).

² GOMES (1975, p.126).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Quando foi tomada a decisão de substituir a “Regência Trina” pela “Regência Una”, o maçom Diogo Antônio Feijó foi eleito, a 07 de abril de 1835, Regente do Império, com 2.828 votos, ante os 2.251 dados a Holanda Cavalcanti, futuro Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”. Assistia-se, mais uma vez, o eterno embate entre maçons liberais e conservadores.

Com o acirramento das lutas entre os restauradores, os exaltados e os moderados, os regentes, não mais podendo suportar a pressão, retiraram, por decreto de 1833, José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II, após o que ele foi preso e posto em sua casa, onde ficaria confinado, mesmo sendo Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, cargo para o qual fora eleito a 06 de novembro de 1832. Embora confinado – já ostentando o 33º grau, recebido a 05 de março de 1833, do “Supremo Conselho” criado por Montezuma –, ele continuaria com a autoridade do cargo¹.

Como consequência, muitos maçons, sob a bandeira do Partido Liberal e sob a liderança de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e de seu irmão, Martim Francisco, participaram do movimento da maioria, conseguindo fazer com que D. Pedro II, com apenas 15 anos de idade, assumisse o trono do Império².

Nessa época, muitas Lojas Maçônicas já se encontravam em plena ebulição, em torno das causas abolicionistas e republicanas, que caminhavam juntas nos meios maçônicos. Ambas eram baseadas na radicalização de uma ala jovem da Maçonaria brasileira, representada no Governo Imperial, no Parlamento, nos quartéis, nas letras, nas ciências e nas artes³.

Todos estes fatos, aliados à forte crise financeira decorrente dos gastos demasiados com a “Guerra do Paraguai” (1864-1870) e às “questões religiosa e militar”, explorados pela imprensa de oposição, exagerando nas notícias sobre o estado de saúde do Imperador e criticando as suas preocupações mais literárias do que políticas foram, pouco a pouco, desgastando o sistema Imperial. Além disso, procurava a oposição demonstrar que, com a morte do Imperador, o governo da nação acabaria fatalmente nas mãos do Conde D’Eu, já que a Princesa Isabel, sua esposa, seria incapaz de governar sozinha, sem a influência dele e da Igreja⁴.

Graças a essas correntes, a abolição da escravidão e a campanha republicana se tornaram os temas prediletos das sociedades secretas, coerentes com suas tradições⁵.

¹ (CARVALHO, 2016).

² CASTELLANI (2001, p.5).

³ CASTELLANI (1998, p.69).

⁴ GOMES (1975, p.127).

⁵ (CALMON, 1941).

OS PRINCIPAIS MAÇONS REPUBLICANOS

Por essa época, nas Lojas, nos Corpos Filosóficos e nos clubes republicanos de inspiração maçônica, era grande a movimentação em torno da propaganda republicana, destacando-se, nesse período, muitos maçons civis e militares, que seriam chamados de “republicanos históricos”: Quintino Bocaiúva, iniciado na Loja “Piratininga” de São Paulo, e que viria a ser, posteriormente, Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”; Manoel Ferraz de Campos Sales, futuro Presidente da República; Prudente de Moraes Barros, que viria a ser eleito o primeiro Presidente civil da República; Francisco Rangel Pestana; Lauro Sodré, que viria a ser Grão-Mestre durante 12 anos e governador do Pará; Francisco Glicério, que também viria a exercer o Grão-Mestrado, em impedimento de Lauro Sodré; Américo de Campos; Pedro de Toledo, que viria a ser Grão-Mestre do “Grande Oriente Estadual de São Paulo”; Américo Brasiliense de Almeida Melo; Bernardino de Campos e muitos outros¹.

Ao que reitera o historiador William Almeida de Carvalho² incluindo outros nomes:

“A par das atividades militares, com a atuação de muitos maçons, era grande a efervescência nas Lojas e nos clubes republicanos de inspiração maçônica, destacando-se, nesse período, muitos maçons civis, que seriam chamados de ‘republicanos históricos’: Quintino Bocaiúva (fundador do jornal ‘A República’ e futuro Grão-Mestre do ‘GOB’), Campos Sales (futuro Presidente da República), Prudente de Moraes (primeiro presidente civil da República), Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos e outros”.

Curiosidade: Quintino Bocaiúva, jornalista e republicano, declarava-se tão nacionalista ao ponto até mesmo de trocar o seu nome (Sousa por Bocaiúva, de origem Tupi).

Além destes, cabe ainda citar Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), nascido em Olinda (PE) e falecido no Rio de Janeiro; foi advogado, político e líder republicano. Bacharelado em 1835, foi deputado provincial em três legislaturas seguidas e Deputado à Assembleia Geral em 1848. Mais tarde, transferindo-se para Valença, no RJ, foi eleito Presidente da Câmara em três legislaturas. Fixado no Rio, em 1860, dirigiu o “Diário do Rio de Janeiro”, onde alcançou grande projeção política. Governou a Província de Minas Gerais de 1865 a 1867, e a de São Paulo – foi o 34º presidente – de 24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868, recebendo o título de Conselheiro do Império. Colocou-se na vanguarda do movimento republica-

¹ CASTELLANI (2001, p.41).

² (CARVALHO, 2016).

no, que criaria o “Partido Republicano”. Foi o inspirador e o primeiro signatário do “Manifesto Republicano” de 03 de dezembro de 1870, de inspiração maçônica e redigido pelo maçom Quintino Bocaiúva. Lutava para que a Igreja fosse separada do Estado, em artigos na imprensa, reunidos depois, em quatro volumes, sob o título de “*A Igreja e o Estado*”. Morreu em 1895 como um patriarca da República, recebendo todas as honras do governo¹.

E também os mais famosos de todos: Benjamin Constant e o Marechal Deodoro da Fonseca, que igualmente foi Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”. E sobre os quais discorreremos melhor mais adiante.

A IMPRENSA MAÇÔNICO-REPUBLICANA

Um dos primeiros jornais republicanos de que se tem notícia no Brasil foi o “Sentinela do Serro”, publicado em Minas Gerais entre os anos de 1830 e 1832, sob a direção do maçom Teófilo Ottoni, que também era advogado e político liberal. O jornal propunha que “*Somos todos de opinião que se deve lentamente republicanizar a Constituição do Brasil*”; isso mais de meio século antes da Proclamação da República².

A 03 de dezembro de 1870, ocorria um fato marcante para a história da campanha republicana: era lançado o “Manifesto Republicano”, de inspiração maçônica, liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Ele foi redigido e aprovado durante uma reunião na casa de Saldanha Marinho, que foi seu primeiro signatário, sem ninguém lhe contestar a primazia, pois ele era o grande líder dos republicanos. O manifesto foi inicialmente publicado nas páginas do jornal “A República”, do Rio de Janeiro³.

A partir daí a imprensa, os clubes e os discursos nas praças públicas estimulavam e incrementavam o ideal republicano, ao qual também se agregavam todos os descontentes do Império. Atribuindo ao Imperador a abolição da escravatura, os fazendeiros escravagistas abraçaram a causa da República. E as “Questões Religiosa”, “Militar” e “Dinástica” também contribuíram para aumentar os contingentes dos insatisfeitos⁴.

Em 1º de janeiro de 1871, o jornal “O Jequitinhonha”, da cidade mineira de Diamantina, publicado e dirigido pelo maçom Joaquim Felício dos Santos, declarou publicamente a sua adesão à causa republicana.

¹ CASTELLANI (1998, p.60).

² LIRA (1964, p.91).

³ CASTELLANI (2001, p.12).

⁴ ASLAN (1997, p.107).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em 1872 já tinham sido fundados 21 jornais republicanos em todo o país, muitos dos quais sob inspiração e/ou direção maçônica. Da lista faziam parte o “Argos” no Amazonas; “O Futuro” no Pará; “O Amigo do Povo” no Piauí; “A República Federativa”, “Seis de Março”, “O Americano” e “O Manifesto” em Pernambuco; “O Horizonte” na Bahia; “O Correio Paulistano”, “A Gazeta de Campinas”, “O Sorocabano” e “O Comércio de Santos” em São Paulo; “O Antonino” no Paraná; “A Democracia” no Rio Grande do Sul¹.

Em 1875 foi lançado, em São Paulo, o jornal “A Província de São Paulo”, cujos 17 proprietários eram todos maçons e republicanos, incluindo os dois diretores e sócios principais: Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense de Campos. Seu plano de ação defendia a descentralização completa do Estado brasileiro, liberdade de ensino, garantia de aprendizagem obrigatória, separação entre Igreja e Estado, implantação do casamento e registro civil de nascimentos e óbitos, secularização dos cemitérios, Senado temporário e eletivo, eleição direta sobre bases democráticas e presidentes de províncias eleitos por estas. Esse jornal, mais tarde seria rebatizado com o nome de “O Estado de São Paulo”, marcando para sempre a história da imprensa brasileira².

O mais importante jornal republicano do Rio Grande do Sul foi “A Federação”, inaugurado em janeiro de 1884, sob a direção do maçom Venâncio Aires e depois, do também maçom Júlio de Castilhos.

Em 1889, um total de 74 jornais pregava abertamente a queda do Império e funcionava livremente nas diversas regiões do país³. Os mais importantes, cujos artigos causavam grande repercussão na Corte, eram a “Gazeta de Notícias”, dirigido pelo maçom Ferreira de Araújo; o “Diário de Notícias” que tinha no maçom Rui Barbosa o seu principal colaborador; e “O País” pertencente ao maçom Quintino Bocaiúva.

Portanto, dentro da ação coordenada pela imprensa maçônica nos últimos anos do Império, na busca por uma “pedagogia política republicana”, podemos perceber um plano claro, tenazmente traçado e seguido para transformar as mentalidades dos leitores e conduzi-los rumo à República.

OS CLUBES REPUBLICANOS

O dia 03 de novembro de 1870 é considerado pelos historiadores como o marco inicial

¹ GOMES (2015, p. 153).

² COSTA (2001, p.191).

³ VIANNA (1959, p.106-109).

da jornada política que levaria à queda do Império duas décadas depois. Nessa data foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro “Clube Republicano” do Brasil. Dele faziam parte os jornalistas Quintino Bocaiúva, Francisco Rangel Pestana, Aristides Silveira Lobo, Antônio Ferreira Viana e Miguel Vieira Ferreira; os advogados Henrique Limpo de Abreu e Salvador de Mendonça; o médico José Lopes da Silva Trovão e o engenheiro Cristiano Benedito Ottoni. Eram todos maçons e dissidentes do “Partido Liberal”.

Na reunião inaugural do clube, foram tomadas três decisões: a redação de um manifesto à nação; a criação de um partido republicano e o lançamento de um jornal que expressasse as ideias do grupo¹. Assim, a 03 de dezembro de 1870 era lançado o “Manifesto Republicano”.

Em 1886, o maçom Lauro Sodré fundou em Belém o primeiro clube republicano do Pará, cujo objetivo seria *“a eliminação da realeza, que, para nós, representa a causa do nosso atraso”*. A linguagem do manifesto divulgado por Sodré era incendiária, pregando abertamente a revolução popular armada contra a Monarquia. Nas palavras abaixo, extraídas do referido documento podemos perceber influências maçônicas no que tange à liberdade dos povos e à luta contra o obscurantismo trazido pelo absolutismo, ideais amplamente propalados pelo Iluminismo e pela “Revolução Francesa”:

“Cremos firmemente que há de vir de baixo a revolução destinada a quebrar as armas da tirania, consagrando os instrumentos da democracia. Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição. Há momentos em que os empecilhos levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social têm de ser removidos pela força das multidões. É sobre as ruínas e os destroços do passado que se levantará o futuro. Progredir é continuar, mas a construção tem por preliminar indispensável a demolição”.

Em 1889, havia em todo o Brasil 237 clubes republicanos, 204 dos quais concentrados nas províncias do Sul e do Sudeste.

O PARTIDO REPUBLICANO

Em 1870, quinze maçons fundaram o “Clube Republicano”, sob a presidência de Quintino Bocaiúva. Nesse mesmo ano, Saldanha Marinho, que era Grão-Mestre da Maçonaria, redigiu o célebre “Manifesto de 1870”, assinado por 57 homens ilustres, a maioria maçons, que resultou na formação do “Partido Republicano”, onde oradores como Lopes Trovão, Silva Jardim, Nilo Peçanha, Campos Sales, Rangel Pestana, Assis Brasil, Prudente de Moraes, José

¹ BOEHRER (1954, p.77).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do Patrocínio, Ubaldino de Assis, Sampaio Ferraz, todos maçons, passaram a pregar as ideias republicanas.

William de Almeida Carvalho¹ assim relata este histórico momento:

“No tocante ao movimento republicano, não foi menor a atuação no período, já que, como fruto desse trabalho, era lançado, a 03 de dezembro de 1870, o ‘Manifesto Republicano’, de inspiração maçônica, liderado por Saldanha Marinho e redigido pelo também maçom Quintino Bocaiúva, futuro Grão-Mestre do ‘Grande Oriente do Brasil’. Ficava, assim, criado o ‘Partido Republicano’, que iria crescer extraordinariamente nos anos seguintes”.

O MAÇÔNICO MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870

Redigido por uma comissão chefiada pelo advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-deputado liberal por Pernambuco, ex-governador das províncias de São Paulo e Minas Gerais e Grão-Mestre da Maçonaria, o “Manifesto Republicano”² foi publicado em 03 de dezembro de 1870 no primeiro número do “A República”, jornal de quatro páginas com tiragem de 2 mil exemplares e três edições por semana. Em resumo, o texto tentava provar que a monarquia já não representava os anseios da nação, criticava o “Poder Moderador” do Imperador Pedro II e terminava com uma frase emblemática: *“Somos da América e queremos ser americanos”*³.

Sobre isso, afirma José Castellani⁴:

“A 03 de dezembro de 1870, ocorria um fato marcante para a história da campanha republicana: era lançado o ‘Manifesto Republicano’, de inspiração maçônica, liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Ele foi redigido e aprovado durante reunião na casa de Saldanha Marinho, que foi seu primeiro signatário, sem ninguém lhe contestar a primazia, pois ele era o grande líder dos republicanos. O manifesto foi publicado nas páginas do jornal ‘A República’, do Rio de Janeiro”.

No dizer de Manoel Diegues Júnior⁵:

“É a primeira página verdadeiramente política do movimento republicano”.

Reynaldo Carneiro Pessoa⁶ refere-se ao “Manifesto Republicano” como sendo o seu texto da lavra de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, todos maçons,

¹ (CARVALHO, 2016).

² Ver “ANEXO 11: Manifesto Republicano de 1870”.

³ GOMES (2015, p.152-153).

⁴ CASTELLANI (2001, p.12).

⁵ JÚNIOR (1939, p. 14).

⁶ PESSOA (1970, p.409).

assim como a maioria dos seus signatários. E também que:

“É um documento em cujo conteúdo pode ser encontrada uma cautelosa mensagem revolucionária, que requer, como necessárias, reformas em todas as estruturas do país, fundamentadas ideologicamente nos princípios da liberal-democracia”.

A CONVENÇÃO REPUBLICANA DE ITU

A quase totalidade dos republicanos era composta por maçons; e estes, se não foram os responsáveis diretos, pelo menos fizeram a diferença nos últimos estertores da monarquia decadente.

No cenário político, no ano de 1873, ocorreria um fato de extraordinária importância para o movimento republicano: a “Convenção de Itu”.

José Castellani¹ fornece mais detalhes sobre a famosa Convenção:

“Assim, em 1873, ocorria mais esse importante lance da campanha republicana. Com a realização da ‘Convenção de Itu’, de inspiração maçônica, a qual tivera seus pródromos a 10 de novembro de 1871, quando 78 partidários da República Federativa haviam se reunido, sob a presidência do maçom João Tibiriçá Piratininga, em Itu, na Província de São Paulo, com a finalidade de organizar o ‘Partido Republicano’ local, criando um clube republicano, que pudesse servir de núcleo e centro do partido. Como corolário desse movimento, a 18 de abril de 1873, na casa de Carlos Vasconcellos de Almeida Prado – que hoje abriga o ‘Museu Republicano’ – com a presença das principais lideranças republicanas, era realizada a primeira ‘Convenção Republicana’ no Brasil. Dela participaram clubes republicanos de dezessete cidades”.

De acordo com a Ata lavrada durante a “Convenção de Itu”, entre os participantes dessa importante convenção e que a subscreveram, podiam ser encontrados inúmeros maçons de alto gabarito, tais como: Américo de Campos, Américo Brasiliense, João Tibiriçá Piratininga, Bernardino de Campos, Francisco Glicério, Ubaldino do Amaral, Manoel de Moraes Barros, Francisco Quirino dos Santos, Carlos Vasconcellos de Almeida Prado e José Luís Flaquer².

Presidida pelo fazendeiro e maçom João Tibiriçá Piratininga e secretariada pelo maçom Américo Brasiliense de Almeida e Mello, a “Convenção de Itu” contou com a presença de

¹ CASTELLANI (2001, p.28).

² CASTELLANI (2001, p.30-31).

delegados de 16 municípios paulistas e uma comissão do Rio de Janeiro¹.

Mais um passo havia sido dado em direção à República.

A MAÇONARIA CONTRA O ADVENTO DO TERCEIRO REINADO

A “Questão Militar” foi promovida por vários desentendimentos ocorridos entre o Exército e a Monarquia depois da Guerra do Paraguai, dando origem à “Questão Dinástica”, surgida pelo receio de que, pela morte do Imperador, o trono fosse ocupado pelo marido estrangeiro da Princesa Isabel, o francês Gastão de Orleans, que ostentava o título de Conde D’Eu.

Os republicanos e maçons acusavam a Princesa, profundamente religiosa e conservadora, como sendo mais fiel às orientações da Igreja do que aos interesses dos brasileiros. E também de ser excessivamente submissa ao marido.

Na imprensa, pregava-se que na eventualidade da morte do Imperador Pedro II, seria o Conde D’Eu o verdadeiro soberano brasileiro. Neste caso, o país voltaria a ser governado por um príncipe estrangeiro, o que seria totalmente inaceitável.

Mas na realidade, os tempos tinham chegado para a implantação da República no Brasil; e todos estes fatos não foram mais do que simples pretextos².

Além disso, a Princesa e a Maçonaria já estavam em rota de colisão desde a “Questão Religiosa” ocorrida entre 1872 e 1875. Pois, na condição de Católica fervorosa, a Princesa logo tomou as dores dos bispos condenados, os quais acabaram sendo anistiados em 1875 mediante um acordo diplomático previamente negociado com o Vaticano e intermediado por ela.

Os maçons republicanos, porém, nunca se conformaram com o desfecho do caso; e menos ainda com o papel desempenhado pela herdeira do trono, à cuja influência foi atribuída a referida concessão de anistia.

A vingança viria duas décadas e meia mais tarde, em 15 de novembro de 1889³.

Tudo começou a 21 de fevereiro de 1887, em uma reunião da Loja “Vigilância e Fé”, de São Borja, na Província do Rio Grande do Sul, durante a qual foi aprovada uma proposta do Irmão Aparício Mariense da Silva, encaminhada depois a todas as Lojas do Brasil, no sentido de que fosse evitada a implantação do Terceiro Reinado⁴.

¹ BOEHRER (1954, p.77).

² ASLAN (1997, p.107).

³ GOMES (2015, 237-238).

⁴ CASTELLANI (2001, p.41).

A proposta em questão foi submetida à discussão nos seguintes termos¹:

“A Maçonaria que se levante, opondo-se firmemente, no caso fatal da morte do Imperador, à sucessão de Isabel. Que evite por todos os meios honrosos, embora violentos, a coroação da princesa. O povo que se governe e a Maçonaria que intervenha para a fundação de um governo livre e moralizado”.

O quadro se agravou ainda mais, quando, vítima de febre palustre e diabetes, D. Pedro II embarcou para a Europa em 30 de junho de 1887, a fim de tratar-se, onde permaneceria por um ano e dois meses, até agosto de 1888, enquanto a Princesa Isabel assumia a regência do Brasil pela terceira vez. E em outubro daquele ano, a moção que havia sido aprovada na Loja “Vigilância e Fé” em fevereiro, era agora apresentada à Câmara Municipal de São Borja.

De acordo com José Castellani²:

“Em 1887, ocorreria o fato que colocaria o maçom e abolicionista Antônio da Silva Jardim em franca campanha pela queda do regime monárquico: a 31 de outubro, diante das notícias de que o Imperador D. Pedro II sofria de mal incurável, o vereador Aparício Mariense da Silva, maçom da Loja ‘Vigilância e Fé’, de São Borja (RS), propunha à Câmara Municipal daquela cidade, a aprovação de uma moção³, em que sugeria plebiscito nacional para decidir da inconveniência da sucessão, no trono brasileiro, ‘de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica e casada com um príncipe estrangeiro’”.

O autor da iniciativa, Aparício Mariense da Silva era, além de maçom, fazendeiro e vereador. Na política local estava ligado aos também maçons Manuel do Nascimento Vargas – pai do menino Getúlio Dornelles Vargas, na época com 04 anos de idade – e Júlio de Castilhos – chefe republicano.

A moção, com a substituição da palavra “jesuítica” por “religiosa”, foi aprovada em janeiro de 1888, o que fez com que o chefe do Gabinete Ministerial, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), ratificando a posição do Presidente da Província do RS, dissolvesse a Câmara de São Borja. Diante disso, Silva Jardim resolveu promover um comício, em desagravo e solidariedade aos vereadores de São Borja, absolutamente por sua conta e risco, já que Rangel Pestana, chefe do “Partido Republicano”, afirmara que o partido não poderia arcar com as consequências desse ato. O comício foi realizado a 28 de janeiro de 1888, no Teatro Guarany, em Santos, perante duas mil pessoas, e repercutiu em todo o país, transformando Silva Jardim em figura nacional e um dos esteios não só do movimento republicano, mas tam-

¹ GOMES (2015, p.232).

² CASTELLANI (1998, p.94).

³ Ver “ANEXO 12: Manifesto contra o 3º Reinado”.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

bém do abolicionista.

Já Laurentino Gomes¹ descreve o momento da seguinte forma:

“E em 13 de janeiro de 1888, depois de passar pelo crivo dos membros da Loja Maçônica ‘Vigilância e Fé’, a Câmara Municipal da cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, aprovou o requerimento que propunha que, no caso de falecimento do Imperador D. Pedro II, os brasileiros fossem consultados a respeito da oportunidade ou não de um terceiro reinado. Segundo o texto do documento caberia ao país decidir, ‘por meio de um plebiscito, se convém a sucessão no trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação religiosa e casada com um príncipe estrangeiro’. Tratava-se de ação orquestrada por uma parte da Maçonaria brasileira contra a Princesa Isabel, herdeira da Coroa, e seu marido, o francês Gastão de Orleans, Conde d’Eu”.

Depois de aprovada, a proposta foi enviada a diversas outras entidades maçônicas brasileiras, onde pontificavam alguns nomes importantes do movimento republicano, como os futuros presidentes Campos Salles e Prudente de Moraes, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos e Lauro Sodré.

Dividido entre monarquistas e republicanos, o “Grande Oriente do Brasil”, órgão máximo da Maçonaria no Rio de Janeiro, se absteve de tomar uma decisão oficial, o que não impediu que representantes regionais aderissem de imediato à proposta dos gaúchos. Esse também foi o caso das Lojas paulistas “Independência” e “Regeneração III”, de Campinas e a “Estrela D’Oeste”, de Ribeirão Preto que aprovaram moções semelhantes em junho de 1888².

O que confirma José Castellani³:

“Da Província de São Paulo, partiria outra iniciativa maçônica nesse sentido, através das Lojas ‘Independência’ e ‘Regeneração III’, de Campinas, e ‘Estrela d’Oeste’, de Ribeirão Preto, as quais, a 20 de junho de 1888, enviavam prancha a todas as demais Lojas, solicitando o apoio para uma conspiração que impedisse o advento do Terceiro Reinado”.

Apesar da mobilização das Lojas Maçônicas, a decisão da Câmara de São Borja poderia ter caído no vazio se não fosse a reação precipitada do presidente interino da Província do Rio Grande do Sul, o advogado Joaquim Jacinto de Mendonça, conservador, monarquista, inimigo declarado da Maçonaria e adversário do grupo de Manuel Vargas e Aparício Mariense da Silva. Joaquim Jacinto de Mendonça, assim que tomou conhecimento do fato, determinou o afas-

¹ GOMES (2015, p.231-232).

² GOMES (2015, p.232).

³ CASTELLANI (2001, p.41).

tamento dos vereadores dos seus cargos e que fossem processados, cabendo a decisão final ao chefe do Gabinete Ministerial, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), que de forma abrupta dissolveu a Câmara de São Borja e moveu processo contra os vereadores.

Foi o que bastou para que a Maçonaria brasileira se unisse e se levantasse num clamor nacional em solidariedade aos maçons gaúchos. Jornais e panfletos de todo o país, de repente passaram a repercutir o assunto e a atacar o Governo Imperial¹.

Em Santos, litoral paulista, o advogado Antônio da Silva Jardim, igualmente membro da Maçonaria, promoveu uma grande manifestação pública que marcaria o início de sua épica campanha republicana nas demais regiões².

A partir daí, por influência da Maçonaria, diversas Câmaras Municipais aprovaram requerimento de igual teor no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Curiosamente, o processo contra os vereadores de São Borja não prosperou na Justiça, onde promotores e juízes ligados à Maçonaria se encarregaram de sustar seu andamento³.

E quando o Imperador D. Pedro II finalmente retornou para o Brasil, em agosto de 1888, sua aparência era de um homem combalido e sem condições de conduzir os rumos da nação.

O seu biógrafo oficial Heitor Lyra⁴ descreveu o seu estado como:

“Aos 62 anos, dava a impressão de um homem velho de corpo e de espírito, com a aparência de um ancião, barba e cabelos embranquecidos, andar pesado e arrastado – o todo num ar de homem cansado”.

E então, apesar de todas as moções contrárias, passou novamente a correr o rumor de uma possível abdicação em favor da Princesa Isabel, o que, por sua vez, só fez aumentar ainda mais a resistência, por parte dos republicanos e maçons contra o terceiro reinado.

O PAPEL DA “LEI ÁUREA” EM PROL DA REPÚBLICA

O papel dúbio da Princesa Isabel nos acontecimentos que levaram à Proclamação da República se acentuou ainda mais em 13 de maio de 1888, pois ao assinar a “Lei Áurea”, ela acabou afastando do trono o seu mais sólido pilar de sustentação: a poderosa aristocracia rural e escravagista representada, principalmente, pelos barões do café do Vale do Paraíba, que se

¹ GOMES (2015, p.233).

² FERNANDES (2005, p.42-45).

³ LYRA (1964, p.42).

⁴ LYRA (1964, p.145).

sentindo traída pela Monarquia, nos meses seguintes aderiu em massa à causa republicana¹.

Silva Jardim cresceu ainda mais após a promulgação da "Lei Áurea", graças à sua luta pela implantação do regime republicano. Partiu, então, para a luta, num extenso roteiro que incluía o Vale do Paraíba, o oeste da Província de São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, num total de 27 cidades, onde, às vezes, era atacado e perseguido pelos monarquistas, fazendo pelo menos um comício por dia. Durante esses comícios, ele lembrava sempre que a obra ainda não estava acabada, pois era preciso chegar à República.

Aos poucos, tornou-se um radical; e, aproveitando-se da "Questão Militar", tramou, com Senna Madureira (também maçom do "Grande Oriente do Brasil"), uma conspiração para derubar a Monarquia, que culminaria em um golpe de estado, apoiado pelas Forças Armadas, e cujo esquema básico envolveria a agitação das massas e a provocação de um movimento rebelde popular, que, no momento do conflito, teria o apoio da tropa guiada por Senna Madureira. Este golpe nunca chegou a ser dado, pois Senna Madureira faleceu, enquanto Silva Jardim caía doente².

A República finalmente viria, mas não como desejava, ou como previra Silva Jardim³.

COMEÇAM OS PREPARATIVOS PARA O LEVANTE

Em 21 de março de 1889, durante uma reunião realizada na "Fazenda da Reserva", propriedade do maçom Júlio de Castilhos, situada na região missioneira do Rio Grande do Sul, os republicanos gaúchos traçaram alguns planos que não deixavam dúvidas a respeito dos passos a seguir em direção à República, conforme transcrição abaixo, extraída da Ata dessa reunião⁴:

"O Império deverá ser atacado antes da implantação do 'Terceiro Reinado', isto é, quando menos espera o ataque; o método preferível é voltar contra o Império as suas próprias armas, ou seja, fazê-lo ser atacado pelo Exército, sob a influência e direção do 'Partido Republicano'".

Aliado a isso, no dia 07 de junho de 1889 tornou-se chefe do 36º Gabinete do 2º Império, o monarquista convicto Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto. Ouro Preto estava firme na proposição de impedir o movimento dos republicanos através de algumas reformas e também combater a indisciplina militar. Como a Câmara dos Deputados não

¹ GOMES (2015, p.233-234).

² CASTELLANI (1998, p.137-138).

³ CASTELLANI (1998, p.140).

⁴ CASTRO (1995, p. 178).

aceitou o plano de reformas imposto pelo Gabinete de Ouro Preto, esta foi dissolvida no dia 17 de junho¹.

A dissolução da Câmara por Ouro Preto foi a gota d'água que faltava para transbordar a represa da paciência dos republicanos. Deliberaram, então, os militares e maçons, um levante que deveria ocorrer no dia 20 de novembro de 1889, quando se reunisse a Assembleia².

O VERDADEIRO MENTOR DO GOLPE REPUBLICANO

Na definição do historiador José Murilo de Carvalho³, ao contrário do que se sugere normalmente, o maçom Benjamin Constant merece destaque até mesmo maior do que o dado ao Marechal Deodoro nos eventos que levaram à Proclamação da República. Ainda segundo o mencionado pesquisador, ele foi o cérebro da revolução de 1889, a cabeça pensante, o mestre e ídolo da juventude militar. Não foi, portanto, um personagem secundário na consecução da República, como alguns pseudo-historiadores pregam.

A Deodoro coube um papel simbólico importante, o de catalisador das energias do meio militar. Sem ele, o golpe de 15 de novembro provavelmente não teria tido sucesso, visto que era o único oficial graduado das Forças Armadas com autoridade e legitimidade suficientes para se colocar à frente das tropas e confrontar o Governo Imperial.

Mas sem a prévia ação doutrinadora de Benjamin Constant, porém, é possível que Deodoro nem sequer tivesse tropas a comandar naquele dia. Por essa razão, o historiador Vicente Licínio Cardoso⁴ definiu a “Proclamação da República” como:

“Um caso único na História do Brasil: o de uma revolução política dirigida por um professor de matemática”.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em 09 de fevereiro de 1837 em Niterói – RJ. Era o primeiro dos cinco filhos do oficial do exército português Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, transferido para o Rio de Janeiro no início de 1822 e que aderiu às forças de D. Pedro após a Independência, decidindo-se a permanecer no Brasil. O nome escolhido para o filho, como um claro indicador das convicções políticas do pai, era uma homenagem ao pensador franco-suíço Henri-Benjamin Constant de Rebecque, cujas ideias inspiraram a criação do “Poder Moderador” pela Constituição brasileira de 1824 e que tiveram grande influên-

¹ SPOLADORE (2015 p. 22-23).

² GOMES (1975, p.134).

³ CARVALHO (1999, p.40).

⁴ CARDOSO – in ROCHA (2000, p.135).

cia na política de todo o primeiro reinado¹.

Em maio de 1888, quando Benjamin Constant, finalmente conseguiu a promoção ao posto de tenente-coronel, por antiguidade, os alunos da Escola Militar em que ele lecionava matemática aproveitaram a ocasião para lhe prestar grandes homenagens. Entre outros mimos, o novo tenente-coronel recebeu de presente um exemplar ricamente encadernado do livro “*Synthèse Subjective*” de Augusto Comte, encerrado em um belíssimo estojo que continha o lema do positivismo gravado em letras douradas: “*O amor por princípio; a ordem por base; o progresso por fim*”. Lema do qual mais tarde seria extraído o dístico republicano “*Ordem e Progresso*”, que ainda hoje figura na nossa Bandeira Nacional.

Conta-se ainda que Benjamin Constant ficou profundamente tocado com o presente e as homenagens. E, a partir daí a sua ligação com a juventude da Escola Militar tornar-se-ia indissolúvel².

No começo de 1889, Benjamin Constant era um homem de grande prestígio no Rio de Janeiro. A “mocidade militar” o havia promovido à condição de mentor intelectual e líder espiritual na jornada rumo à esperada revolução. Nas reuniões dos oficiais republicanos, a sua presença serena ajudava a moderar os ânimos e a dar algum rumo à crise deflagrada pela espinhosa “Questão Militar”. Era também cortejado pelos republicanos civis, que o viam como um elo fundamental de ligação no meio militar. Entre os seus admiradores contava-se ninguém menos do que o próprio Imperador Pedro II, que anos antes o convidara para ministrar aulas de matemática no Palácio da Quinta da Boa Vista³.

Benjamin Constant tinha tudo para ser o líder do levante. Mas como ele próprio admitia, era necessário, para ocupar este cargo, um militar de carreira e de alta patente; e que Deodoro reunia todas as qualidades que resumiam a angústia e o protesto dos militares.

No dia 04 de novembro, o maçom Deodoro da Fonseca (Iniciado na Loja “Rocha Negra” de São Gabriel – RS e que posteriormente pertenceria à Loja “02 de Dezembro” – Rio de Janeiro), apesar de doente, pois tinha uma dispneia de origem cardíaca, recebeu em sua residência, um grupo de oficiais que transmitiu-lhe a notícia de que o Gabinete de Ouro Preto pretendia reorganizar a extinta “Guarda Nacional” e fortalecer a polícia no Rio de Janeiro para fazer frente ao Exército.

E o Marechal teria comentado que só mudando a forma de governo, eles poderiam resolver a questão; ao mesmo tempo em que finalmente deu o seu aval para o grupo, pois até

¹ GOMES (2015, p.203).

² GOMES (2015, p.209).

³ GOMES (2015, p.202-203).

então tinha sido contrário à ideia, visto possuir grande admiração pelo Imperador.

Estes oficiais, diante da resposta de Deodoro, procuraram entre os civis da causa republicana os maçons Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e, em São Paulo, o também maçom Manoel Ferraz de Campos Sales que pôs a par da provável sedição, os republicanos paulistas.

A diferença é que os civis falavam de República, enquanto os militares ainda discutiam apenas a queda do Gabinete de Ouro Preto que os perseguia. Tanto é verdade que no dia 09 de novembro, em uma reunião do “Clube Militar”, ninguém pronunciou o termo “República”. O próprio Benjamin Constant, em seu discurso para mais de cem militares, foi enfático, afirmando solenemente que *“se dentro de um prazo de onze dias não fosse resgatada a honra militar, iria para as ruas quebrar a espada e derramar sangue”*¹.

DIVERGÊNCIAS DE OPINIÃO

E mesmo entre os maçons republicanos havia divergências circunstanciais quanto à forma do novo regime. Alguns, da ala radical encabeçada por Silva Jardim pregavam que a única forma de se garantir o sucesso da República seria com a tomada do poder seguida pela execução pública da Família Real.

Nem todos, porém, comungavam com essas ideias. Alguns dos mais moderados, como o jornalista Quintino Bocaiúva, preferiam esperar pela morte natural do Imperador, que por ser bastante idoso, não deveria demorar muito, para só então promoverem a troca de regime.

Outros, como o professor e tenente-coronel Benjamin Constant achavam que a revolução teria de acontecer o mais rapidamente possível, porém a Família Real deveria ser tratada com respeito e consideração após a troca do regime.

Enquanto isso, um quarto grupo, que tinha Campos Salles à frente, acreditava que seria possível chegar-se à República pelas urnas, convencendo os eleitores, paulatinamente, de que o novo regime era a melhor alternativa para o desenvolvimento do país e também a mais adequada aos novos ventos libertários que vinham da Europa e dos EUA.

Ao passo que uma última vertente, em cujas fileiras encontravam-se o gaúcho Júlio Prates de Castilhos, o paranaense Lauro Nina Sodré e o próprio Silva Jardim, todos famosos pelos seus discursos e artigos incendiários, discordava veementemente dessa possibilidade por acreditar que o corrompido sistema eleitoral do Império jamais permitiria o acesso dos republicanos ao poder em eleições regulares, de modo que o único caminho para a República era atra-

¹ SPOLADORE (2015, p.22).

vés da revolução armada.

Mas todos se uniam e comungavam no propósito de proclamarem a República¹.

O ÚLTIMO BAILE DO IMPÉRIO E OS PREPARATIVOS FINAIS PARA A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Até aquele momento, a conspiração tinha sido essencialmente militar, mas entre os civis republicanos a agitação também era grande. Artigos nos jornais, assinados pelos maçons Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva, pregavam abertamente a República, em consonância com as ruidosas manifestações promovidas pelos igualmente maçons Antônio da Silva Jardim e José Lopes da Silva Trovão.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o maçom gaúcho Júlio Prates de Castilhos incitava os militares contra o governo através de textos incendiários publicados no jornal “A Federação”, de Porto Alegre².

No dia 06 de novembro de 1889, o jornalista e professor pernambucano José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque – maçom e futuro autor da letra do “Hino da República” – chegou em São Paulo, enviado pelo também maçom Aristides Silveira Lobo com a missão de transmitir às lideranças republicanas paulistas o aviso de que a qualquer momento uma revolução estouraria na capital³.

Na mesma noite de 06 de novembro de 1889, no Rio de Janeiro, um grupo formado por militares ligados à Maçonaria se reuniu na casa de Benjamin Constant Botelho de Magalhães – que além de maçom também era professor de matemática na “Escola Militar da Praia Vermelha” e diretor do “Instituto dos Meninos Cegos” – com o objetivo de tratar dos preparativos para a revolução. Na ocasião, todos estavam de acordo que em caso de necessidade deveriam lançar mão do uso das armas para depor a Monarquia. Nesta reunião ficou decidido que os partícipes deveriam estocar armamentos e munição; e ao mesmo tempo deveriam agitar os ânimos nos quartéis, enquanto seria traçado, em detalhes, o golpe a ser desfechado nos próximos dias⁴.

Sobre essa reunião, Ernesto Senna⁵ dá conta de um diálogo revelador entre os rebeldes

¹ GOMES (2015, p.149).

² GOMES (2015, p.41-42).

³ CORREIA (1939, p.133).

⁴ GOMES (2015, p.41).

⁵ SENNA (1981, p.30 e 91).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

reunidos, nas seguintes palavras:

“A certa altura, Benjamin Constant mostrou-se preocupado com o destino do Imperador D. Pedro II.

- O que devemos fazer do nosso Imperador? – perguntou Benjamin Constant.

Fez-se um minuto de silêncio, quebrado pelo alferes Joaquim Inácio.

- Exila-se – propôs ele.

- Mas se resistir? – insistiu Benjamin.

- Fuzila-se! – sentenciou Joaquim Inácio”.

Na manhã do dia 07 de novembro de 1889, uma quinta-feira, o advogado maçom Francisco Glicério de Cerqueira Leite, que naquela época residia em Campinas, recebeu um telegrama do também maçom Manuel Ferraz de Campos Salles solicitando que se dirigisse para São Paulo urgentemente.

Conforme o relato do historiador Tobias Monteiro, extraído do texto *“A Conspiração e o Quinze de Novembro”* publicado no livro de Hildon Rocha¹:

“Francisco Glicério chegou em São Paulo ao cair da tarde e imediatamente se reuniu com Campos Salles e Bernardino José de Campos Júnior. Como a gravidade do momento exigia o máximo cuidado e todos os três eram membros da Maçonaria, passaram a noite elaborando um código secreto para ser usado por Francisco Glicério no Rio de Janeiro, para onde rumou no dia 08 de novembro”.

E então, em 09 de novembro de 1889, um sábado, na mesma noite em que a nobreza celebrava com um grandioso baile na Ilha Fiscal em homenagem aos oficiais do navio chileno “Almirante Cochrane” – o último baile oferecido pelo Imperador antes da Proclamação da República, que ocorreria uma semana mais tarde – um grande número de oficiais maçons se reunia no “Clube Militar”, a pouca distância dali, sob a presidência de Benjamin Constant, para tratar dos últimos detalhes necessários ao golpe contra a Monarquia².

Um fato curioso, para não dizer irônico, sobre esse baile ocorreu logo após a chegada da família real, às 10 horas da noite: conta-se que D. Pedro II, ao entrar no salão do baile, desequilibrou-se e foi amparado por dois jornalistas. Ao recompor-se, D. Pedro II exclamou:

"O monarca escorregou, mas a monarquia não caiu!".

E enquanto o baile corria solto na Ilha Fiscal, na capital, o ambiente era de tensão. A conjuração estava por todo lado. Conspirava-se nas casas particulares, nas escolas, nas reda-

¹ ROCHA (2000, p. 154-156).

² GOMES (2015, p.265).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ções dos jornais, nos salões e nas confeitarias da Rua do Ouvidor. Conspirava-se principalmente nos quartéis do Exército.

O clima entre os militares era de franca rebelião contra o governo. Tramava-se a derrubada do ministério liderado pelo ministro Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, apontado como hostil às Forças Armadas. Uma parte da oficialidade mais jovem, no entanto, queria mais do que isso. Queria a troca da Monarquia pela República.

No dia 10 de novembro foi decidido, na residência de Benjamin Constant, que o Império seria derrubado, numa reunião da qual participaram Quintino Bocaiúva, Campos Salles, Francisco Glicério e Aristides Lobo, e que no dia seguinte, 11 de novembro de 1889, reunir-se-iam novamente na casa de Deodoro.

Quando chegaram na casa de Deodoro, lá encontraram o igualmente maçom Almirante Eduardo Wandenkolk, que foi o primeiro oficial da Marinha a aderir à conspiração. Somente no dia 11 de novembro foi falado abertamente com Deodoro sobre a República. A princípio Deodoro relutou contra a ideia, pois respeitava D. Pedro II demasiadamente. Tiveram de usar toda a persuasão possível para convencê-lo. Mesmo assim, ele talvez pensasse apenas em derrubar o Gabinete Ministerial de Ouro Preto.

Participaram desta reunião, além do próprio Deodoro, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Campos Salles, Francisco Glicério e Eduardo Wandenkolk; a saber: todos maçons.

Benjamin Constant foi muito transparente quando afirmou que era necessário proclamar a República, expressando receio a respeito de Floriano Peixoto (também maçom) que era então ajudante-geral do gabinete ministerial. Deodoro acalmou-os afirmando que na hora exata, Floriano estaria do lado dos militares¹.

Conforme indica o historiador Celso Castro², um documento existente nos arquivos de Benjamin Constant, intitulado “*Indicações Úteis*”, revela todo o empenho em planejar-se com minúcias de detalhes, todos os passos necessários ao sucesso do golpe:

“Precisa-se tomar, a tempo e à noite, as seguintes posições – Arsenal de Guerra, Arsenal da Marinha, Alfândega, Tesouro Nacional, Estação Central dos Telégrafos, da Estrada de Ferro Pedro II, dos telefones – fábricas de pólvora da Estrela e Conceição, Escola de Tiro, o Realengo e o Campinho. Para isso é preciso que se possa contar com o pessoal do batalhão de engenheiros da Escola de Tiro e da fábrica de pólvora. Contar com os guardas do Arsenal

¹ SPOLADORE (2015, p.23).

² CASTRO (2000, p.185).

de Guerra, do Arsenal da Marinha e da fábrica da Conceição, a fim de sorrateiramente à noite introduzir lá pessoal apropriado para depois podermos tomar conta. (...) E prender, no maior sigilo possível, todo o Ministério e mais aderentes importantes”.

Pelo grau de detalhes, o documento comprova que até o último momento, os militares e maçons ainda temiam alguma reação do governo. Todo o cuidado, portanto, ainda era pouco.

O historiador Hélio Silva¹ acrescenta que participaram dessa reunião, além dos já mencionados, o major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro e o capitão de fragata Frederico Guilherme de Lorena, também maçons. O renomado pesquisador ressalta ainda que naquela ocasião, Deodoro encontrava-se enfermo, de cama devido a uma forte crise de dispneia (falta crônica de ar) produzida por arteriosclerose. Mesmo assim, o Marechal os recebeu. Deodoro não demonstrou nenhuma animação em assumir a liderança do movimento contra o Governo Imperial e menos ainda em relação à hipótese de proclamação da República.

Por conta disso, o encontro foi rápido e tenso. Benjamin Constant era a favor de que não bastava derrubar o ministério de Ouro Preto, precisavam mesmo era trocar de regime.

Nas palavras do próprio Benjamin:

“Está provado que a Monarquia no Brasil é incompatível com um regime de liberdade política. Para que a intervenção do Exército se legitime aos olhos da nação e pelo julgamento de nossas próprias consciências, é necessário que sua ação se dirija à destruição da Monarquia e à proclamação da República, recolhendo-se em seguida aos quartéis e entregando o governo ao poder civil”.

Deodoro ainda relutou, mas por fim concordou com um gesto de quem lava as mãos. Era o sinal que todos esperavam. Feita a divisão de tarefas, cada um se dirigiu para a sua casa.

No dia seguinte, 12 de novembro de 1889, enquanto os militares se ocupavam da revolução em si, os civis começaram a organizar o futuro governo provisório republicano².

Até aquele momento, não se tinha certeza a respeito da data precisa da revolta. Nas reuniões realizadas na casa de Deodoro e Benjamin, os conspiradores trabalhavam com duas possibilidades. A primeira, mais provável, seria a tarde de 16 de novembro, um sábado, ocasião em que todos os ministros estariam reunidos com o Visconde de Ouro Preto. A segunda era 20 de novembro, quarta-feira seguinte, quando se reuniriam no Rio de Janeiro os deputados e senadores eleitos em agosto. A abertura da Assembleia contaria com a presença do Imperador, de membros da família real e de todo o ministério. Em qualquer das hipóteses, os militares

¹ SILVA (1972, p.122).

² GOMES (2015, p.44).

cercariam o prédio, prenderiam os ministros, destituiriam o governo e anunciariam a mudança de regime¹.

Mas o que ninguém esperava, no entanto, era que os acontecimentos se precipitassem a tal ponto que os planos iniciais precisariam ser revistos.

OS EVENTOS SE PRECIPITAM E OS PLANOS SÃO ALTERADOS

Pelos jornais, os civis continuavam a instigar os militares contra o Governo Imperial. No dia 10 de novembro de 1889, um artigo no diário “*O País*”, dirigido pelo maçom Quintino Bocaiúva, botava lenha na fogueira ao anunciar supostas medidas que o governo estaria preparando contra militares rebeldes. O artigo² afirmava que:

“Entre as medidas previamente asseguradas para a instalação do ‘Terceiro Reinado’, nos consta que será apresentado ao Parlamento, pelo Governo imperial, um plano de desmobilização do Exército”.

De acordo com o supramencionado jornal, as forças do Exército, até então concentradas no Rio de Janeiro, seriam:

“[...] espalhadas em contingentes pequenos pela vasta superfície do Império, distribuindo-se, para esse fim, os batalhões pelas províncias”.

E para piorar ainda mais a situação, o referido artigo previa que à “Guarda Nacional”, mais fiel à Monarquia, ficaria confiada a segurança da Capital do Império, além de outras medidas que afetavam o valor do soldo dos militares e autorizavam o governo a demitir qualquer oficial sem processo prévio.

Os temores se confirmaram, no mesmo dia 10 de novembro, quando o 22º Batalhão de Infantaria, conhecido reduto da campanha republicana, comandado pelo coronel Carlos Magno, recebeu ordens de embarcar no navio “Maranhão” com destino ao Amazonas.

Segundo o historiador Ernesto Senna³, o coronel Magno e seus comandados só ficariam sabendo da Proclamação da República ao chegarem à Pernambuco, onde fariam uma escala, às sete horas da manhã do dia 16 de novembro. E retornariam ao Rio de Janeiro apenas em 02 de janeiro de 1890.

No dia 14 de novembro, porém, uma constatação de Benjamin Constant em visita a Deodoro, revelou que a saúde do Marechal havia declinado bastante, gerando o receio de que o

¹ CORREIA (1939, p.93).

² BRAGA (2007, p.29).

³ SENNA (1981, p.33).

líder talvez não sobrevivesse até o dia combinado para o início da revolta, o que acabaria, por sua vez, malogrando o resultado da mesma.

A respeito disso, o historiador Heitor Lyra¹ relata que na tarde de 14 de novembro de 1889, Francisco Glicério e Aristides Lobo andavam pelo largo de São Francisco, quando encontraram Benjamin Constant desolado, pois vinha da casa de Deodoro e acreditava que o velho marechal não sobreviveria. Segundo ele:

“Creio que ele (Deodoro) não amanhece. E se ele morrer, a revolução está gorada. Os senhores são civis e, portanto, podem se salvar; nós militares, arrostaremos as consequências das nossas responsabilidades”.

Nas horas seguintes, no entanto, os acontecimentos se precipitaram a tal velocidade que acabaram por tirar Deodoro da cama contra a sua vontade.

Ainda naquele dia, 14 de novembro, o major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro, também maçom, recebeu ordem de deixar o Campo da Aclamação, deslocando o 9º Batalhão de Cavalaria e o 2º Regimento de Artilharia para a “Escola Militar da Praia Vermelha”.

O major Sólton era de opinião que o levante deveria ocorrer imediatamente, porém o tenente-coronel Benjamin Constant, líder dos cadetes da Escola Militar, não achava prudente, porque havia muitos oficiais que ainda não estavam convencidos. Desesperado porque tinha em mãos os dois melhores regimentos, os mais preparados e engajados contra o governo de Ouro Preto e estes estavam sendo transferidos para um local distante, de modo que achava que a revolução se diluiria se os regimentos fossem transferidos para a Praia Vermelha, foi aí que o major teve uma ideia bastante original. Espalhou o boato por todo o Rio de Janeiro de que o Governo ordenara a prisão de Deodoro e de Benjamin Constant e que vários regimentos estavam sendo deslocados para o interior do país, de modo que quem manteria a ordem na capital seria a “Guarda Negra”, fundada por José do Patrocínio e composta, em sua maioria por capoeiristas, ex-escravos que não se davam bem com os republicanos por serem fiéis à Princesa Isabel que os libertara.

Interessante foi o fato de que no mesmo dia da Proclamação da República, Patrocínio e a Guarda Negra aderiram à causa republicana², comprovando que os boatos eram apenas isso: somente boatos.

Mesmo assim, os rumores foram plantados na Rua do Ouvidor e de lá rapidamente se espalharam por toda a cidade, chegando aos quartéis e colocando em imediato movimento a

¹ LYRA (1977, p.94).

² SPOLADORE (2015, p.23-24).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

máquina da revolução.

Enquanto isso, ainda na tarde de 14 de novembro de 1889, o marechal alagoano Floriano Peixoto, igualmente maçom e conterrâneo de Deodoro, ocupante de um alto posto na hierarquia militar e designado para servir ao gabinete de Ouro Preto, entregava um bilhete ao ministro da guerra Rufino Enéias Gustavo Galvão, Visconde de Maracajú, através do qual transmitia uma falsa sensação de segurança, enquanto as tropas leais a Benjamin Constant e Deodoro se preparavam para o levante.

Segundo algumas fontes não oficiais, horas antes de enviar o bilhete, Floriano estivera reunido com Deodoro, tratando do golpe planejado por Benjamin Constant e pelas lideranças republicanas. Existem vagas informações, não confirmadas, de que Floriano Peixoto teria assinado um memorando secreto de apoio à República em 1870, durante uma reunião maçônica. Seria um documento paralelo ao “Manifesto Republicano” publicado na mesma época pelos maçons civis. Nunca se encontraram provas documentais que confirmassem a existência desse “abaixo-assinado” sigiloso. Mas as atitudes do “*Marechal de Ferro*” durante os eventos daquela manhã de 15 de novembro de 1889, que culminaram na Proclamação da República, levam a crer na veracidade da história.

Manoel Gomes¹ assim resume o referido episódio:

“Na tarde de 14 de novembro, o major Frederico Sólton Sampaio propaga a falsa notícia de que o Gabinete de Ouro Preto iria determinar a prisão de Deodoro, Benjamin Constant e outros oficiais maçons. Assim, na madrugada do dia seguinte, quando encontrava-se reunido o Ministério no Quartel-General do Campo de Santana, Deodoro e Benjamin Constant à frente das tropas revoltadas tomam posição ante o mesmo. Ato contínuo, o Marechal Floriano Peixoto recusa-se a cumprir as ordens do Visconde de Ouro Preto e o Ministério em questão é deposto”.

Conforme José Castellani²:

“Preparado em segredo, nos meios militares e nas rodas republicanas, onde era expressivo o número de maçons, o levante deveria acontecer no dia 20 de novembro de 1889. Já no dia 10, havia sido decidida a queda do Império, durante uma reunião na casa de Benjamin Constant, à qual estavam presentes Francisco Glicério e Campos Salles. Nos dias 13 e 14, porém, temendo as hesitações e dificuldades de última hora e considerando o boato – entre os muitos da época – de que o governo mandaria prender Deodoro, decidiram os líderes do mo-

¹ GOMES (1975, p.134).

² CASTELLANI (2001, p.43).

vimento, antecipar o golpe, começando, na madrugada do dia 15, a movimentação das tropas, à frente das quais iam Deodoro, Benjamin e Quintino Bocaiúva (este, o único civil)”.

A MAÇÔNICA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Na madrugada de 14 para 15 de novembro Benjamin Constant foi acordado em sua casa por oficiais da 2ª Brigada, que o avisaram de que a revolução estava em andamento, o que foi um tremendo susto, pois o positivista pensava que ela só aconteceria dali a dois dias, no sábado – 16 de novembro, ou então no dia 20 de novembro, na quarta-feira seguinte.

Benjamin Constant enviou o seu cunhado, o capitão Bittencourt Costa à casa de Deodoro para avisá-lo; e juntamente com o seu irmão, partiu para sublevar os cadetes da “Escola Militar na Praia Vermelha”.

Deodoro, que estava dormindo, pensou tratar-se de uma cilada do Governo e levantou-se com extrema dificuldade, sob os protestos da esposa; e ao tomar ciência dos fatos, fardou-se a rigor, colocou um revólver no bolso e somente não levou a espada por não suportar o peso da mesma, seguindo para São Cristóvão.

Benjamin Constant chegou antes de Deodoro e dirigiu-se à “Escola Superior de Guerra”, onde foi verificar se tudo estava pronto. Todos os cadetes já estavam em armas. Os três regimentos da Brigada também.

E então, iniciou-se a famosa marcha que derrubaria o 2º Império.

Os únicos civis a seguirem com os sediciosos, de que se tem notícia, foram os maçons Quintino Bocaiúva e Antônio Rodrigues Campos Sobrinho. Na frente das tropas marchou o 1º regimento de Cavalaria, comandado pelo tenente-coronel João Batista da Silva Telles. Logo atrás, dois pelotões da “Escola Superior de Guerra”, liderados pelo tenente Pedro Paulino da Fonseca. A seguir, o 2º Regimento, com 16 canhões comandados pelo major João Carlos Lobo Botelho. E fechando este contingente, vinha o 9º Regimento de Cavalaria, comandado pelo major Sólon Sampaio Ribeiro.

O 9º regimento marchou a pé por falta de equinos, porém trazia munições em carroças atrás da tropa. As forças reuniam 450 praças e 50 oficiais, mais os cadetes, perfazendo mais ou menos um total de 600 homens.

A maioria dos soldados não sabia que estavam marchando para derrubar a Monarquia; e os oficiais, em sua maioria eram de média patente. Os comandantes de alta patente, em geral monarquistas, à exceção de Deodoro, não estavam presentes.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Deodoro encontrou-se com os revoltosos na altura do “Gasômetro do Manguê” e foi aplaudido freneticamente por toda a tropa, marchando em seguida para o quartel-general onde estava refugiado o Visconde de Ouro Preto.

Ao chegarem à saída da Rua Visconde de Itabuna – que vai dar no Campo de Santana – os revoltosos encontraram as forças da Marinha e da Polícia do Rio de Janeiro, prontas para dar combate aos sublevados. Quando as duas frentes se encontraram, houve uma breve hesitação por parte das forças fiéis ao Império, disso se aproveitando Deodoro que, com muita habilidade e autoridade bradou: “*Então não me prestam continência?*”; ao que tanto os marinheiros como os policiais, em resposta, apresentaram armas e, subsequentemente, também se juntaram aos revoltosos.

A revolta ganhava assim a primeira batalha, sem disparar um tiro sequer¹.

Vendo os revoltosos se aproximarem, o Visconde de Ouro Preto ordenou ao General José de Almeida Barreto (maçom), que fosse capturar o destacamento rebelde. Interessante que o general Barreto simulou que prenderia os soldados de Deodoro, mas não o fez; e contrariando todas as expectativas, para a frustração de Ouro Preto, acabou igualmente colocando as suas tropas sob o comando do Marechal.

Resumindo, no dia 15 de novembro, pela manhã, Deodoro da Fonseca, mesmo doente, assumiu o comando das forças militares, transfigurado e com voz firme, em nada lembrando o ancião agonizante do dia anterior; e à frente de seiscentos homens armados com espadas, fuzis e dezesseis canhões, marchou para a Praça da Aclamação. Diante do portão do quartel-general onde estavam reunidos Ouro Preto e seus ministros, conferenciou com o Brigadeiro e também maçom José de Almeida Barreto, encarregado dos 1.096 homens que faziam a segurança do local, que se recusou a lançar as forças do governo contra os revolucionários, e ao invés disso, contra todas as expectativas, aliou-se a eles. Com reposicionamento das tropas enviadas por Ouro Preto, agora sob o comando de Deodoro, tornou-se clara a adesão de praticamente toda a classe militar ao golpe republicano, aumentando ainda mais a fragilidade do governo diante das circunstâncias.

Logo em seguida apareceu o único civil a presenciar o momento: Quintino Bocaiúva.

Dizem que no momento em que Deodoro cercava o quartel do Exército, de dentro do edifício, o Visconde de Ouro Preto gritava ordens e mais ordens, mas ninguém parecia lhe dar ouvidos, como se tudo aquilo estivesse planejado desde o início. Ao seu lado, Floriano Peixoto mantinha atitude de total serenidade, como se desconhecesse a gravidade da situação.

¹ SPOLADORE (2015, p.25).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Foi então que Floriano adiantou-se e avisou a Ouro Preto que Deodoro havia lhe pedido uma “conferência”, ao que o ministro se opôs ferrenhamente, ordenando que fosse empregada a força na retirada dos revoltosos.

Em vez de seguir as ordens do Ministro, Floriano se retirou, montou a cavalo e foi ter com Deodoro, sem tomar qualquer atitude para deter os revoltosos¹.

De acordo com o pesquisador maçônico Hércule Spoladore²:

“A situação continuou sem definição até as oito horas da manhã do dia 15 de novembro, quando então Deodoro colocou as suas tropas em frente aos portões do quartel. Da parte dos revoltosos foi enviado o tenente-coronel João Batista da Silva Teles para levar um recado a Floriano Peixoto, dizendo que Deodoro queria conferenciar. Floriano prontamente atendeu ao pedido do irmão maçom e companheiro de armas e, com seu estado maior, todos a cavalo, saiu para palestrar com Deodoro”.

Neste momento chegou o ministro da Marinha, José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, que vinha se juntar ao ministério de Ouro Preto, reunido no interior do prédio. Deodoro mandou os tenentes Adolfo Pena e Lauro Muller, ambos maçons, prenderem-no.

À margem das ordens de prisão, o Barão sacou o revólver e atirou duas vezes na direção de Deodoro, por sorte errando o alvo nas duas tentativas. Prontamente, os tenentes Lauro Muller e Adolfo Pena responderam ao fogo; e um dos disparos acertou o irresponsável monarquista nos glúteos. A pedido de Deodoro, eles não o mataram.

E este foi o único sangue derramado durante os eventos que culminaram na Proclamação da República. Por sinal, o Barão de Ladário foi o único membro do governo que de fato enfrentou as tropas rebeldes. Se o Barão tivesse matado Deodoro, não se pode prever quais teriam sido as consequências³.

Semanas mais tarde, o Barão mudaria de lado e anunciaria o seu apoio ao novo Governo Provisório da República.

Após a prisão do Barão pela guarda pessoal de Floriano Peixoto, ele e Deodoro conferenciaram por alguns minutos. O que foi dito ninguém jamais ficou sabendo.

Após o seu retorno ao quartel, Ouro Preto ordenou a Floriano que enviasse um destacamento e tomasse, à força de baioneta, os canhões de Deodoro, alegando que no Paraguai, em condições piores, os soldados brasileiros haviam se apoderado da artilharia paraguaia.

Ao que Floriano calmamente respondeu-lhe:

¹ GOMES (2015, p.55).

² SPOLADORE (2015, p.25-26).

³ GOMES (2015, p.55-56).

“Sim, mas as bocas de fogo do Paraguai eram inimigas; aquelas que Vossa Excelência está vendo, são brasileiras. E eu sou antes de tudo um soldado da Nação”.

Neste momento, Ouro Preto viu que estava tudo perdido¹.

Hércule Spoladore complementa²:

“O Coronel Silva Teles, comandante do 1º Regimento de Cavalaria, se dirigiu ao primeiro-ministro do Gabinete do Visconde de Ouro Preto, que capitulou ante a negativa do Ministro da Guerra Floriano Peixoto, outro maçom, de enfrentar os revolucionários, convidando Deodoro para subir ao Gabinete do Ministério, sob os gritos dos soldados e civis que os acompanhavam de ‘Viva a República’. Deodoro, logo após entrar, conversou de forma íntima com Floriano e foi convidado a subir até o 1º andar, onde estava o Chefe do Gabinete a ser deposto. Chegando lá, Deodoro dirigiu-se a Ouro Preto com as seguintes palavras: ‘Vossa Excelência e seus colegas estão demitidos por terem perseguido o Exército’”.

Declarado deposto o Ministério de Ouro Preto, afirmou Deodoro, outro seria organizado de acordo com as indicações que ele próprio levaria ao Imperador. Além da deposição do Ministério nada mais ocorreria no pátio do Quartel-General do Campo de Santana naquela manhã de 15 de novembro de 1889.

A atitude decisiva assumida pelo Marechal fora motivada apenas pelo seu espírito de classe. Ele não pretendia, ainda, a República. Esta só foi proclamada, mais tarde, no mesmo dia, depois que, através de rápidas e fulminantes articulações, os líderes republicanos, todos maçons, convenceram Deodoro da necessidade de levarem a revolução até às últimas consequências.

Conforme assegura o seu biógrafo oficial Raimundo Magalhães Júnior³:

“Deodoro ainda não tinha a mais leve inclinação pelo regime que se pretendia fundar”.

Em outras palavras, nos momentos cruciais do golpe que liquidaria o Império, o marechal ainda relutava em assumir o papel que lhe caberia na história, contra a opinião de outras lideranças militares e civis que o pressionavam para proclamar oficialmente a República. Aparentemente, Deodoro só se converteu ao projeto republicano de fato, ao se ver forçado pelas circunstâncias; e a contragosto, ao perceber que a mudança de regime se tornara inevitável⁴.

O levante para a Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889. Deposto todo o Conselho de Ministros, presidido pelo visconde de Ouro Preto, Deodoro, todavia,

¹ SPOLADORE (2015, p.25-26).

² SPOLADORE (2015, p.26).

³ MAGALHÃES (1957, p.334).

⁴ GOMES (2015, p.188).

em um rasgo de sua antiga fidelidade a D. Pedro II, não se dispunha a tomar providências para implantar a República, tendo declarado, a Ouro Preto, que iria mandar procurar o Imperador, em Petrópolis, para propor-lhe um novo gabinete. Foi aí que, mais uma vez, entrou em cena Benjamin Constant, que fez ver, a Deodoro, o perigo que eles correriam daí em diante, por sua rebeldia, com a sobrevivência do Governo Imperial. E, assim, se fez a República no Brasil¹.

Como se estivesse cego aos acontecimentos, D. Pedro II insistia em ver o Visconde de Ouro Preto. O ministro deposto conseguiu chegar ao Paço por volta das quatro horas da tarde. Pela manhã, Deodoro havia decretado a sua prisão, mas logo voltara atrás, permitindo que se recolhesse em casa.

Às 19 horas daquele mesmo dia, Ouro Preto seria novamente preso e desta vez imediatamente deportado para a Europa.

Depois de ouvir de Ouro Preto o relato detalhado do que se passara no quartel-general, D. Pedro finalmente se convenceu de que era necessário compor outro ministério. E para isso, foi indicado o nome do senador gaúcho Gaspar Silveira Martins.

Conforme o historiador Heitor Lyra², a indicação de Silveira Martins foi *“a gota d’água que fez transbordar o copo já cheio”*.

Ao saber da notícia, Deodoro, que até aquele momento parecia relutar entre derrubar a Monarquia ou apenas sugerir um novo ministério ao Imperador, decidiu-se finalmente a aceitar a Proclamação da República e a constituição de um governo republicano provisório³.

A improvisada cerimônia de Proclamação da República aconteceu por volta das 18:00 do dia 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro⁴.

E então Deodoro assumiu o poder, como chefe do Governo Provisório, com um ministério, que, por feliz coincidência, era totalmente composto de maçons⁵.

Conforme Manoel Gomes⁶, após a repercussão extremamente negativa da primeira tentativa de organizar um novo ministério com Gaspar Silveira Martins à frente:

“O Imperador, que havia descido à Petrópolis, tentou ainda formar um novo gabinete com José Antônio Saraiva na chefia. Sua tentativa, entretanto, foi infrutífera, pois já se espalhava a notícia de que o monarca convidara a Gaspar da Silveira Martins, inimigo pessoal de Deodoro, para fazer parte do novo governo”.

¹ (CARVALHO, 2016).

² (LYRA, 1977)

³ GOMES (2015, p.280-281).

⁴ Ver “ANEXO 13: Proclamação Republicana”.

⁵ CASTELLANI (2001, p.43).

⁶ GOMES (1975, p.134).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Antes de aceitar o cargo, José Antônio Saraiva, que assim como Deodoro, também era membro da Maçonaria, redigiu uma carta a Deodoro na qual explicava ter sido escolhido para compor o Ministério, mas que nada faria sem a concordância do Marechal. Era uma decisão surpreendente, pois, na prática, implicava reconhecer que quem realmente mandava no país naquele momento não era mais o Imperador, mas o Marechal.

A resposta de Deodoro foi curta e objetiva: “*agora é tarde*”.

A República já estava declarada e o novo governo provisório constituído¹.

ADEUS AO IMPERADOR

No dia seguinte, 16 de novembro de 1889, às três horas da tarde, o Major Frederico Sólton Sampaio entregou ao Imperador D. Pedro II, no Paço da Cidade, a mensagem que lhe dirigia o Marechal Deodoro da Fonseca², na qualidade de Chefe do Governo Provisório, informando-o sobre o acontecido e notificando-o da exigência de sua partida, com toda a Família Real, do território brasileiro, no mais breve tempo possível, cujo prazo máximo se encerraria em 24 horas³.

Ao receber a intimação de Deodoro para deixar o Brasil, D. Pedro II, permaneceu sereno, limitando-se a comentar:

"Se assim é, será minha aposentadoria. Trabalhei demais e estou muito cansado. Agora vou descansar".

No dia 17 de novembro de 1889, a Família Real embarcou para o exílio na Europa. O embarque, previsto para realizar-se à tarde, ocorreu logo nas primeiras horas do dia, com o objetivo de evitar manifestações populares contra ou a favor da Monarquia, o que certamente poderia resultar em um banho de sangue.

Consolidava-se assim, o fim da Monarquia no Brasil.

Dom Pedro II morreu no início da madrugada de 05 de dezembro de 1891, mais precisamente às 00:35 horas. Acabara de completar 66 anos e estava hospedado no Hotel Berdford, lugar relativamente modesto situado na rua de l'Arcade, em Paris. No quarto se achavam cerca de trinta brasileiros, incluindo a princesa Isabel e o marido, Conde d'Eu. O governo francês lhe rendeu honras de chefe de Estado com exéquias realizadas na igreja Madeleine, o que irritou profundamente os republicanos brasileiros. Dali o caixão seguiu de trem para Lisboa, chão

¹ GOMES (2015, p.282).

² Ver “ANEXO 15: Carta de Deodoro ao Imperador”.

³ GOMES (1975, p.135).

de seus antepassados, onde foi sepultado no mausoléu real de São Vicente de Fora, ao lado da esposa, Teresa Cristina.

Curiosamente, a única reação em favor da Monarquia ocorreu na Bahia, liderada pelo Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, comandante de armas de Salvador e irmão consanguíneo de Deodoro, que ao receber as notícias do golpe no Rio de Janeiro, anunciou que permaneceria fiel ao Imperador. Mas voltou atrás mais tarde, assim que ficou sabendo que o próprio irmão havia liderado a conjura republicana e que D. Pedro II, àquela altura, já estava a caminho do exílio na Europa.

O GOVERNO MAÇÔNICO-REPUBLICANO

A República foi proclamada em 15 de novembro de 1889; e o primeiro governo provisório, sob a chefia do Marechal Deodoro da Fonseca, foi composto exclusivamente por maçons: Aristides Lobo, Rui Barbosa, Benjamin Constant, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocaiúva e, posteriormente, Campos Sales e Demétrio Ribeiro¹.

William Almeida de Carvalho² assim descreve esse primeiro governo:

“Implantada a República, Deodoro assumiria o poder, como chefe do Governo Provisório, com um ministério totalmente constituído por maçons: Quintino Bocaiúva, na Pasta das Relações Exteriores e dos Transportes; Aristides Lobo, na do Interior; Benjamin Constant, na da Guerra; Rui Barbosa, na da Fazenda; Campos Sales, na da Justiça; Eduardo Wandenkolk, na da Marinha; e Demétrio Ribeiro, na da Agricultura. Esses homens foram escolhidos pelo fato de representarem – com exceção de Rui Barbosa –, a nata dos ‘republicanos históricos’, que, por feliz coincidência, pertencia ao ‘Grande Oriente do Brasil’, em uma época em que a Maçonaria abrigava os melhores homens do País e a elite intelectual da nação”.

E Manoel Gomes³ também expõe a sua versão, segundo a qual Deodoro, escolhido como Chefe do Governo Provisório, “constituído pelo Exército e pela Armada em nome da Nação”, expediu decreto nomeando para o seu primeiro ministério, vários antigos correligionários. O mesmo fiou assim constituído:

Ministério do Interior: Dr. Aristides Lobo.

Ministério da Justiça: Dr. Campos Sales.

Ministério da Fazenda: Dr. Rui Barbosa.

¹ ASLAN (1997, p.107).

² (CARVALHO, 2016).

³ GOMES (1975, p.139).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

Ministério das Relações Exteriores e dos Transportes: Quintino Bocaiúva.

Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: Demétrio Ribeiro.

Ministério da Guerra: Tenente-Coronel Benjamin Constant.

Ministério da Marinha: Contra-Almirante Eduardo Wandenkolk.

Todos maçons.

O PRIMEIRO DECRETO DA REPÚBLICA

No mesmo dia, 15 de novembro de 1889, foi editado o primeiro decreto republicano, através do qual ficava proclamada e decretada, como forma de governo da nação, a República Federativa. E ao mesmo tempo era lançada uma proclamação ao povo, realmente necessária, pois este estava totalmente alheio ao ato que acabara com o Império¹.

Na verdade, à exceção dos militares e alguns poucos civis, o restante do povo brasileiro não teve participação alguma no levante. As pessoas dormiram na noite de 14 de novembro no Império e acordaram no dia seguinte na República, sem saber o que tinha acontecido, portanto precisavam ser informadas.

Ainda no dia 15 de novembro, os maçons republicanos se reuniram no “*Instituto dos Meninos Cegos*”, do qual Benjamin Constant era o diretor, onde foram tomadas as primeiras decisões do Governo Provisório republicano. Naquela reunião ficou decidida a constituição do primeiro ministério republicano e também foi lavrado o primeiro decreto² do novo governo, que em seus artigos iniciais comunicava:

Art. 1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira: a República Federativa.

Art. 2º. As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

O decreto igualmente dispunha que, oportunamente, cada Estado da Federação faria a sua própria Constituição, elegeria os seus representantes para uma Assembleia constituinte do Brasil e tomaria todas as providências para manter a ordem, a segurança pública, a defesa e a garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos. Anunciava também que nas regiões em que faltasse ao governo local meios para garantir a ordem, haveria intervenção federal³.

¹ CASTELLANI (2001, p.43).

² Ver “ANEXO 14: Decreto Republicano nº 1”.

³ GOMES (2015, p.284).

INFLUÊNCIAS DA FILOSOFIA POSITIVISTA DE AUGUSTO COMTE

As décadas de 1870, 1880 e 1890 foram marcadas por novas ideias, muitas das quais provenientes da “Filosofia Positivista” de Augusto Comte, que pregavam o progresso do homem. Por exemplo, o Positivismo pregava que a Humanidade possuía três estágios evolutivos, dos quais o último seria o mais avançado e que deveria ser alcançado o mais brevemente possível:

1. Estado Teológico;
2. Estado Metafísico;
3. Estado Científico.

E também pregava que uma sociedade evoluída deveria ter como lema:

“O amor por princípio; a ordem por base; e o progresso por fim”.

Cabe lembrar ainda a grande influência que o positivismo teve sobre a Maçonaria do século XIX e as ideias políticas que acabaram por determinar a Proclamação da República no Brasil. Foi a primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 1891, que, entre outras medidas, estabeleceu a separação entre Estado e Igreja, tirando do controle da Igreja os cemitérios e os registros públicos e instituindo a necessidade do casamento civil. Todas essas medidas eram reivindicações inspiradas no modelo positivista de Estado que maçons como o Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Pudente de Moraes, Delfim Moreira, Campos Salles e outros, advogavam.

Em relação à questão da separação entre o Estado e a Igreja, Augusto Comte¹, o Pai do Positivismo, deixou como legado, em sua doutrina:

“Especialmente considerado, em seguida, no que respeita à ordem, o espírito positivo apresenta-lhe hoje, em sua extensão social, poderosas garantias diretas, não somente científicas, mas também lógicas, que poderão logo ser julgadas muito superiores às vãs pretensões duma teologia retrógrada, que cada vez mais se degenera, desde vários séculos, num ativo elemento de discórdias, individuais ou nacionais, incapaz, a partir de agora, de conter as divagações subversivas de seus próprios adeptos”.

Além disso, como havia sido, em grande parte, sob o patrocínio do positivismo que se fizera a preparação teórica da implantação da República, os principais cargos da administração pública, nos primeiros anos do novo regime, foram ocupados por maçons positivistas. A começar por Benjamin Constant, que doutrinara os jovens oficiais da Escola Militar; e continu-

¹ COMTE (1986, p.69).

ando, no Rio Grande do Sul, com os maçons Júlio de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros; no Pará com Lauro Sodré; em Minas Gerais, com João Pinheiro; e em Pernambuco, com Barbosa Lima¹.

Sobre a condição maçônica de Augusto Comte, revela A. Campos Porto²:

“Augusto Comte, o grande iluminado que tanto trabalhou pela humanidade, o criador da ‘Filosofia Positivista’, não era um ateu ou um materialista como dizem os padres, pois que era um dos mais eminentes membros da ‘Grande Loja de Paris’. Era, por conseguinte, maçom dos pés à cabeça!”

A BANDEIRA REPUBLICANA MAÇÔNICO-POSITIVISTA

Podemos perceber a presença inegável da influência positivista na sociedade brasileira por meio do dístico presente na Bandeira Nacional: *“Ordem e Progresso”*. Tal lema é característico da mentalidade positivista, que via na ordenação da sociedade, a base para o progresso.

Conforme Augusto Comte³:

*“Não se pode primeiramente desconhecer a aptidão espontânea dessa filosofia a constituir diretamente a conciliação fundamental, ainda procurada de tão vãs maneiras, entre as exigências simultâneas da **ordem** e do **progresso**. [...] Para a nova filosofia, a **ordem** constitui, sem cessar, a condição fundamental do **progresso** e, reciprocamente, o **progresso** vem a ser a meta necessária da **ordem**”*.

Curiosamente, a Bandeira Nacional atual foi criada pelo Decreto nº 04 de 19 de novembro de 1889, proposto pelo maçom Benjamin Constant, onde a inscrição *“Ordem e Progresso”* foi retirada da máxima de Augusto Comte (filósofo positivista e maçom): *“O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim”*, de modo que resta-nos a dúvida se não deveria ser *“Amor, Ordem e Progresso”* ao invés de somente *“Ordem e Progresso”*⁴.

A bandeira da República, por sua vez, foi idealizada pelos maçons positivistas Miguel Lemos e Teixeira Mendes⁵. Já o “Brasão de Armas Republicano”, igualmente de influência maçônica, como pode facilmente ser comprovado, apresenta dois ramos de acácia (símbolos de altíssima representatividade filosófica presentes na lenda do 3º grau), emoldurando a Es-

¹ CASTELLANI (2001, p.44-45).

² PORTO (1957, p.103).

³ COMTE (1986, p.69).

⁴ GOMES (1975, p.141).

⁵ CASTELLANI (2001, p.45).

trela Flamígera (objeto de estudo e da simbologia do Companheiro-Maçom).

OUTRAS IMPLICAÇÕES DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A 15 de novembro de 1890, exatamente um ano após a Proclamação da República, era instalado o Congresso Constituinte. Antes disso, porém, o Governo Provisório já executara a reforma institucional, inclusive com a lei de 07 de janeiro de 1890, que separava a Igreja do Estado e que tornava impossível uma nova questão como a de 1872¹.

Com a Proclamação da República terminava, no Brasil, o período épico da Maçonaria política, cessando as lutas em prol da conquista dos direitos do homem e da abolição dos privilégios. De fato, todas as liberdades que as Lojas Maçônicas sempre defenderam, durante mais de um século de lutas, estavam agora inscritas na Constituição de 1891, denominada por muitos de “Monumento Maçônico”².

Após a Proclamação da República, Deodoro da Fonseca organizou rapidamente os novos ministérios e estipulou uma nova Assembleia Constituinte, que deveria se reunir para ditar os novos rumos do Brasil. No decorrer do seu governo provisório, entre 1889-1891, podemos observar determinadas mudanças fundamentais, das quais, muitas ainda se mantêm no nosso sistema atual³:

- Separação entre Igreja e Estado. O Estado passou a ser laico, através do decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890.
- Extinção do “Padroado”, do “Poder Moderador”, do “Conselho de Estado” e do “Senado Vitalício”.
- Definição e separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Instituição do Casamento Civil.
- Laicização dos cemitérios e do Ensino.
- Criação do Código Penal Brasileiro.
- Reforma do Código Comercial.
- Províncias transformadas em Estados Federados.
- Fim do voto censitário, voto aberto para todos os homens a partir dos 21 anos.

¹ CASTELLANI (2001, p.45).

² ASLAN (1997, p.108).

³ ARQUIVO NACIONAL (2012, p.06).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Assim, em 1891, foi promulgada a primeira Constituição Republicana do país, de inspiração liberal e próxima do modelo norte-americano.

Maçonicamente, a proclamação também trouxe algumas implicações. A 19 de dezembro de 1889, pouco mais de um mês após a proclamação da República, Deodoro, que era o chefe do Governo Provisório, foi eleito Soberano Grande Comendador do “Supremo Conselho do R.E.A.A.” e Grão-Mestre do “Grande Oriente”, tendo, como adjunto o Visconde de Jary.

Mas na realidade, Deodoro pouco podia se dedicar ao Grão-Mestrado e ao Supremo Conselho, já que o novo sistema de governo necessitava de consolidação, de modo que tomava praticamente todo o seu tempo.

De acordo com José Castellani¹:

“Deodoro, que havia sido iniciado na Loja ‘Rocha Negra’, de São Gabriel (RS), então na jurisdição do ‘Grande Oriente do Brasil’, a 20 de setembro de 1873. Ao ser eleito Soberano Grande Comendador e Grão-Mestre, era membro da Loja ‘Dois de Dezembro’, do Rio de Janeiro”.

Ao que complementa Nicola Aslan²:

“Desejosa de prestar significativa homenagem ao proclamador da República, a Maçonaria elegeu Deodoro como seu Grão-Mestre a 19 de dezembro de 1889. Porém, atarefado como estava com a organização da incipiente República, Deodoro só pode tomar posse do cargo a 24 de março do ano seguinte”.

Assim torna-se lícito afirmarmos que no Brasil, a Independência foi proclamada por um Grão-Mestre Maçom, D. Pedro I. e a República por outro, o Marechal Deodoro da Fonseca.

Também se faz digno de nota o fato de que o primeiro ministério da República foi inteiramente composto por maçons, incluindo Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant, assim como de que entre os 14 primeiros Presidentes da República, 12 eram maçons.

Afirmação ratificada pelo pesquisador João Ivo Girardi³:

“Não por acaso, dos 14 presidentes que governaram o Brasil de 1889 até 1930, 12 eram maçons”.

ALGUMAS CITAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Abaixo transcrevemos algumas citações aleatórias recolhidas da historiografia oficial e

¹ CASTELLANI (2001, p.44).

² ASLAN (1997, p.108).

³ GIRARDI (2015, p.9).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

que servem para comprovar o inegável e importantíssimo papel da Maçonaria nos bastidores do movimento republicano e da Proclamação da República no Brasil propriamente dita.

Manoel Gomes¹:

“O levante de 15 de novembro de 1889 foi realmente realizado pelo Exército, com o importantíssimo apoio de maçons civis como Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo; já a aceitação popular ao novo regime foi resultado direto da propaganda republicana, sobretudo da ação da imprensa maçônica e da influência crucial que teve a Maçonaria”.

Gustavo Barroso²:

“A República foi obra de uma propaganda persistente, oculta e sutil, trabalho nitidamente maçônico, em que as Lojas se serviram das Forças Armadas, depois de haverem arrancado as escoras do trono”.

Manoel Gomes³:

“Estava proclamada a República, onde foi incontestemente a participação da Maçonaria, pois que lhe coube a mais difícil tarefa, sem dúvida, que foi a de modificar o pensamento político das populações, levando-as a aceitar ideias e princípios novos”.

¹ GOMES (1975, p.139).

² (BARROSO, 1939).

³ GOMES (1975, p.138).

PARTE X

**A MAÇÔNICA REVOLUÇÃO
FEDERALISTA**

Nada é mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir, ou de mais incerto sucesso, do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas. Pois o inovador tem contra si todos os que se beneficiam das antigas condições e apoio apenas tívio dos que se beneficiarão com a nova ordem.

[Nicolau Maquiavel – in “O Príncipe”].

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893-1895)

No plano social, os maçons, diante dos problemas surgidos com a rápida industrialização do País, principalmente no Estado de São Paulo, começavam a tratar dos interesses do incipiente operariado industrial, ainda sem organismos protetores.

Deodoro, bastante doente e desencantado, então, com tudo, renunciou também ao Grão-Mestrado, em carta de 18 de dezembro de 1891. A 30 de junho de 1892, realizavam-se novas eleições para o Grão-Mestrado do “Grande Oriente do Brasil”, sendo eleito Macedo Soares.

Enquanto tudo isso ocorria internamente, no âmbito externo político-social, os maçons, como toda a sociedade, em geral, enfrentavam tempos agitados. Existia um conflito entre os maçons militares positivistas do Estado do Rio de Janeiro e os maçons civis, principalmente do Estado de São Paulo. Após um período de conflitos civis e armados, Floriano Peixoto, o segundo presidente do Brasil, entregou o poder, no final do seu mandato, ao seu sucessor paulista, Prudente de Moraes, que era o representante das oligarquias rurais e, portanto, do federalismo, enquanto os militares positivistas retornavam à caserna, finda que estava a espinhosa missão de consolidar o regime republicano.

Obviamente houve, durante esse período, certa confusão reinante entre as classes mais politizadas da nação, incluindo-se a Maçonaria, dirigida pelo conselheiro Macedo Soares. Enquanto uma parte do mundo maçônico, encontrada, principalmente, entre os oficiais das forças armadas, apoiava quase integralmente os atos de Floriano, outra facção, ligada à política regionalista e às oligarquias rurais, promovia revoltas, como a guerra civil do Rio Grande do Sul, envolvendo os parlamentaristas do maçom Gaspar Silveira Martins e os presidencialistas, liderados por Júlio de Castilhos, que tinha o apoio de Floriano Peixoto¹.

A chamada “Revolução Federalista” foi uma guerra civil travada no sul do país entre 1893 e 1895, na qual morreram cerca de 12.000 pessoas. O conflito que envolvia rivalidades da política gaúcha, ao mesmo tempo, ajudou a definir os destinos da recém-proclamada República Brasileira. De um lado se encontravam os “maragatos”, liderados pelo ex-senador do Partido Liberal Gaspar da Silveira Martins e pelo caudilho uruguaio Gumerindo Saraiva. Do outro, os “pica-paus”, fiéis ao governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, e seu aliado Floriano Peixoto.

Os Federalistas, também chamados de “Maragatos” (termo que no Uruguai indica os espanhóis oriundos da localidade de Maragataria, na província de Léon, Espanha), faziam parte

¹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, fundado em 1892. Eles estavam insatisfeitos com as ações do governo (após a renúncia de Deodoro), eram contrários ao sistema de governo presidencialista, e portanto, almejavam a deposição do republicano Júlio de Castilho (eleito Presidente do Estado), e ansiavam por um governo parlamentarista, sobretudo, para a descentralização do poder; foram liderados por Gaspar da Silveira Martins (1835-1901) e Gumerindo Saraiva (1852-1894).

Por sua vez, os Republicanos ou “Pica-Paus” (denominação referente à vestimenta: roupa azul e quepe vermelho), “Legalistas”, “Chimangos” (nome de uma ave do Rio Grande do Sul) ou “Castilhistas” (nome referente ao líder do movimento: Júlio de Castilhos) estavam ao lado de Floriano Peixoto e acreditavam no nacionalismo, na consolidação do sistema republicano (desde a Proclamação da República em 1889), na centralização do poder e na modernização do país; faziam parte do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), seu principal líder foi o jornalista e político positivista, na época Presidente do Estado: Júlio de Castilhos (1860-1903). Para diferenciarem-se dos “maragatos” que usavam lenços vermelhos nos pescoços, os “chimangos” usavam-nos na cor branca.

O MAÇOM GASPAS SILVEIRA MARTINS

Conforme o pesquisador Agnaldo Prata¹:

“Gaspar Silveira Martins: advogado e político, nascido em 1835, no município de Cerro Largo (Província Cisplatina) e morto em Montevideu (Uruguai) em 1901. Iniciou-se na vida pública como juiz municipal no Rio de Janeiro, entre 1858 a 1859. Depois foi Deputado provincial, Deputado Geral, Senador, Ministro da Fazenda, Conselheiro de Estado e Presidente (Governador) da Província do Rio Grande do Sul. Liberal, Monarquista Parlamentarista e um grande retórico. Formou-se advogado pela Faculdade do Largo do São Francisco (São Paulo - SP). Membro da Loja Maçônica ‘Aurora Escocesa’, filiada ao ‘Grande Oriente do Brasil Unido’. Foi maçom do grau 33 do R.E.A.A. Participante ativo do movimento que deu origem à criação do ‘Grande Oriente’, dissidente do ‘Grande Oriente do Brasil Unido’, pois Silveira Martins não concordava com a política adotada pela Obediência liderada por Saldanha Marinho. Foi Grão-Mestre desta Potência Maçônica, entre os anos de 1881 a 1887. Também foi filiado à Loja Maçônica ‘Amizade’ do Oriente de São Paulo”.

¹ (PRATA, 2014).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Resumindo, Gaspar Silveira Martins em sua trajetória política ocupou os cargos de Juiz Municipal no Rio de Janeiro, Deputado Provincial (1862-1889), Deputado Geral (1872-1879), Ministro da Fazenda (de 13/02/1878 a 08/02/1879), Senador do Império (1880-1889), Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1889) e foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário pelo Imperador (1889).

Também destacamos sua atuação como Presidente do “Partido Liberal”, um dos fundadores do “Partido Federalista” e um dos líderes da “Revolução Federalista” (1893-1895), bem como o título de Grão-Mestre da Maçonaria em 1883.

Em 1889, Silveira Martins foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário pelo Imperador. E, nesse mesmo ano, em 24 de julho, assumiu a Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Após alguns meses como Presidente de Província, com a Proclamação da República, em 1889, Silveira Martins foi chamado ao Rio de Janeiro para assumir o novo ministério liberal que estava sendo organizado. A caminho da Corte, em Desterro, Santa Catarina, foi preso, sendo logo em seguida levado ao Rio de Janeiro, onde foi emitido o decreto de seu exílio. Ficou exilado com sua família na Europa até 1892, só então retornando ao Brasil.

E, no período final da “Revolução Federalista”, em 1895, novamente se exilou, desta vez na Argentina. Pouco antes de falecer, deixou em seu “Testamento Político”, um texto onde estão expressas as suas principais ideias políticas, em que apresenta uma proposta de organização de Estado alternativo ao projeto republicano castilhista.

PRELÚDIOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Retomando um pouquinho do que já foi visto: a “Revolução Federalista”, foi uma revolta que ocorreu no RS e que tinha por finalidade a retirada do presidente do Estado na época, o maçom Júlio de Castilhos, aliado do governo de Floriano Peixoto. Iniciou em 1893 e só finalizou em 1895, já no governo do também maçom Prudente de Moraes.

Com a Proclamação da República em novembro de 1889, o governo Provisório de Deodoro da Fonseca emitiu o Decreto nº 78 de 21 de dezembro que desterrou Silveira Martins do território nacional, pois o mesmo, por ser declaradamente monarquista, foi considerado uma ameaça ao regime do novo governo republicano. Em exílio na Europa, Silveira Martins esteve na Inglaterra, França, Alemanha e Portugal.

Em dezembro de 1891, o jornal “A Reforma” noticiou o retorno de Silveira Martins do exílio. E em janeiro de 1892 Silveira Martins chegou à Província do Rio Grande do Sul.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Com o retorno de Silveira Martins ao Rio Grande do Sul, ex-liberais e dissidentes do “Partido Republicano Rio-Grandense” (PRR) organizaram o “Partido Federalista” (PF), em um congresso reunido em Bagé (cidade em zona de fronteira). Nesse Congresso foi elaborado um Programa Partidário que teve como principal defesa a República Representativa Parlamentarista, que tinha fundamentalmente o parlamentarismo como sistema de governo, o qual se contrapunha ao presidencialismo instituído pelo regime republicano a partir de 1889 e, paralelamente, fazia oposição direta ao governo autoritário estadual de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul.

Em 1893, de acordo com o historiador José Maria Belo¹:

“O Rio Grande do Sul era o ponto nevrálgico da República, uma região de paixões políticas exaltadas ao extremo. Durante todo o século XIX, os gaúchos tinham vivido sob constante estado de conflagração, além de que nos anos que antecederam à República o estado passou a ser uma espécie de laboratório para as novas ideias que iriam transformar a história do país”.

Ali estavam alguns dos mais importantes teóricos do futuro regime, entre eles os maçons, advogados e pecuaristas Joaquim Francisco de Assis Brasil, José Gomes Pinheiro Machado e Júlio Prates de Castilhos. Cada um tinha a sua própria concepção a respeito da República ideal: Assis Brasil era liberal. Pinheiro Machado, conservador. E Júlio de Castilhos era positivista e autoritário. E todos eles tinham como adversário Gaspar Silveira Martins, monarquista convicto.

O confronto dessas ideias no momento de se implantar o novo regime no Rio Grande do Sul lançou o estado em mais um turbilhão político.

Deputado da Constituinte de 1890 e 1891, Júlio de Castilhos acreditava que, para se consolidar a República, o país precisava primeiro passar por uma fase ditatorial. Tanto é que as suas propostas estavam todas alinhadas a esse propósito de centralização do poder na figura de um ditador republicano. Na Constituinte Nacional, contudo, essas ideias não vingaram, mas ele não desistiu, resolvendo transformá-las em realidade no Rio Grande do Sul.

Assim, meses mais tarde, ele as transformaria em lei, a ferro e fogo, através da redação da nova “Constituição Estadual Gaúcha”, já que coube a si, praticamente sozinho, escrever o anteprojeto para a mesma, ignorando por completo as sugestões de outros juristas da comissão nomeada para esse fim.

¹ BELLO (1976, p.97).

O texto foi aprovado por esmagadora maioria pela Assembleia Constituinte gaúcha, controlada pelo próprio Júlio de Castilhos.

Como principais novidades, a “Constituição Republicana Gaúcha” previa que as leis não seriam elaboradas pelo Parlamento, mas pelo chefe do Poder Executivo e também que o mesmo poderia ser reeleito tantas vezes quantas estivesse disposto a concorrer, de modo que a soma de todos esses poderes, na prática, transformava o governador do estado em uma espécie de ditador republicano vitalício.

Em 1892, apesar de seu projeto ditatorial, Júlio de Castilhos foi eleito governador do Estado, tomando posse no dia 25 de janeiro de 1893. No poder, passou a governar com mão de ferro. Em resposta, os federalistas de Gaspar Silveira Martins, que defendiam a reforma da Constituição gaúcha e a renúncia do governador, pegaram em armas.

Assim, a rivalidade visceral de Júlio de Castilhos com Gaspar Silveira Martins, aliada à aprovação da nova Constituição positivista de Júlio de Castilhos, com a sua posterior eleição deste para o governo do estado, somadas às dificuldades iniciais da República brasileira, serviriam de combustível para a sangrenta “Revolução Federalista”, que por dois anos iria dilacerar o Rio Grande do Sul¹.

A revolução federalista também ficou conhecida como a “Revolução da Degola”, posto que o degolamento era comum, com o intuito de poupar armas e munições. Nesse contexto, muitos Federalistas e Republicanos foram degolados, aproximadamente 2 mil vítimas.

Para se ter uma ideia, o Ir. Léo Ribeiro de Souza, em seu livro “*Os Farrapos e a Maçonaria*”², nos fornece dois exemplos. Conforme o referido historiador e pesquisador:

“No dia 28 de novembro de 1893, durante o Combate do Rio Negro (Hulha Negra), o maragato (monarquista) Adão Latorre e seus comandados degolaram em torno de 300 chimangos (republicanos). O troco veio em seguida, no Combate do Boi Preto, em 05 de abril do ano seguinte, em Palmeira das Missões, quando um número também próximo de 300 federalistas foi passado no fio da espada. E esses são somente dois exemplos. Em dois anos de conflito desta sangrenta revolta morreram dez vezes mais pessoas do que em dez anos da Guerra dos Farrapos”.

Numa população de um milhão de pessoas, a Revolução Federalista deixou cerca de 12 mil mortos, dentre pica-paus e maragatos.

¹ GOMES (2015, p.360-364).

² SOUZA (2022, p.117).

A REVOLUÇÃO PROPRIAMENTE DITA

A Revolução Federalista (1893-1895), ocorrida durante o governo de Floriano Peixoto, no período denominado “República da Espada”, foi uma guerra civil gaúcha disputada entre os federalistas (maragatos) e os republicanos (pica-paus). Representa uma das mais violentas e sangrentas revoltas travadas no sul do Brasil.

Em 19 de novembro de 1890, o decreto nº 1037, revogou o ato que desterrava Silveira Martins. Ele ficou, porém, na Europa por mais um ano, em peregrinação pelas bibliotecas, universidades e Lojas Maçônicas do velho continente. E quando retornou ao Brasil:

“Não trazia ódios, nem ressentimentos. Quando retornou, trazia o sonho da república parlamentar”.

Em 21 de fevereiro de 1892, um mês depois de desembarcar no Rio Grande do Sul, chegando a Porto Alegre, Silveira Martins foi recebido com uma apoteose sem precedentes na história política do Rio Grande do Sul. Em março daquele ano, o Congresso de Bagé declarava que a Constituição do Estado, que era “comtista”, devia ser substituída por outra, calcada nos princípios parlamentaristas. E um Congresso, denominado “gasparista”, celebrou-se sob a presidência do General Joca Tavares, de 78 anos, que aclamou Gaspar Silveira Martins como Presidente do “Partido Federalista”.

No mesmo ano, em 17 de junho, irromperia em Porto Alegre a “revolução castilhista”, repondo Júlio de Castilhos no governo do estado, sob às vistas do governo federal¹. Entre os “castilhistas” militavam correligionários de Floriano Peixoto, e, entre os federalistas, reuniam-se todas as facções contrárias, sob a chefia de Silveira Martins.

As divergências de ideias, projetos e interesses entre o “Partido Federalista” e o “Partido Republicano Rio-Grandense” (PRR) levaram ao desenvolvimento da “Revolução Federalista” de 1893 a 1895.

Tavares pretendia reunir em Bagé uma grande força militar para fazer frente ao governo de Júlio de Castilhos, mas aproximando-se a força federal teve de ceder aos conselhos de Gaspar Silveira Martins. Nas palavras deste:

“Como chefe do partido, aconselho; como correligionário, peço; como Rio-Grandense suplico: guerra civil, não”.

Contudo, perdendo posições no Rio Grande, em janeiro de 1893, refugiado na cidade de Melo, no Uruguai, Joca Tavares telegrafou a Silveira Martins:

¹ (GEOCITIES, 2016).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

“Impossível conter forças, amigos do Estado reúnem-se. Para evitar imediata invasão, marquei dia 05, dando tempo de virem vossas instruções, se puderdes, vindes...”

E então, pressionado pelos seus partidários, o General Tavares, lançou uma proclamação, concitando os seus conterrâneos a pegarem em armas. E Gaspar Silveira Martins não pôde mais evitar o movimento. Não só não pôde evitar, como acabou por ele envolvido.

A revolução durou dois anos e meio, desde fevereiro de 1893, com a eclosão da revolta pelos maragatos, os quais tentaram tomar a cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, devido sua posição estratégica, espalhando-se por outros estados da região sul: Santa Catarina e Paraná.

Com o desenvolvimento da revolução anti-florianista e anti-castilhistas, as forças revolucionárias passaram à chefia ao Almirante Saldanha da Gama.

Os federalistas concentraram-se no norte do Uruguai, pois os mesmos mantinham boas relações tanto com o “Partido Blanco”, quanto com o “Partido Colorado” daquele país. Dessa forma, Silveira Martins, do Uruguai, onde tinha propriedades, comandou a invasão federalista ao Rio Grande do Sul.

Em 28 de novembro de 1893, cercado pelos revolucionários, o general e maçom Isidoro Fernandes, comandante das tropas do governo central, foi aprisionado, julgado e condenado à morte. Informado casualmente deste fato, Gaspar, que também era maçom, apresentou-se ao exército revolucionário que sitiava Bagé, e salvou do fuzilamento o general inimigo. Pelo gesto humanitário, Silveira Martins foi expulso do Uruguai, transferindo sua residência para Buenos Aires. E a revolução prosseguiu sem ele.

A revolução somente terminou em agosto de 1895, no governo de Prudente de Moraes, que ao contrário de Floriano, ficou conhecido como o “Pacificador” e assinou um tratado de paz com os maragatos, em 23 de agosto de 1895, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, estabelecendo a derrota definitiva dos maragatos pelos pica-paus bem como a anistia dos envolvidos.

GUMERCINDO SARAIVA E O CERCO DA LAPA

Em paralelo a isso tudo, Gumercindo Saraiva empreendeu uma épica marcha de 2.500 quilômetros, com idas e voltas entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, na qual travou cinco grandes batalhas e setenta combates menores contra os “pica-paus” de Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto, protagonizando um dos episódios mais sangrentos e trágicos da Revolução Federalista que ficou conhecido como o “Cercos da Lapa”, referente à cidade em

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

que ocorreu o embate, Lapa, no Estado do Paraná, durante 26 dias entre os “maragatos” (liderados por Gumercindo Saraiva) e os “pica-paus” (liderados pelo coronel Gomes Carneiro).

A batalha começou com a invasão dos “maragatos” no estado do Paraná (breve tomada da capital, Curitiba) durando cerca de um mês (entre janeiro e fevereiro de 1894). Durante 26 dias, essa pequena e bela cidade de arquitetura colonial – situada a 68 quilômetros ao sul de Curitiba – resistiu ao sítio das forças de Gumercindo, que tentavam avançar rumo a São Paulo e ao Rio de Janeiro a fim de confrontarem o Governo Federal em sua própria sede administrativa. E só recuaram com a chegada do reforço das tropas republicanas, oriundas de São Paulo, quando os “maragatos” foram literalmente massacrados.

Vencido o “Cerco da Lapa”, no dia 20 de fevereiro, Gumercindo acampou nos arredores de Curitiba, que havia sido abandonada pelo governador Vicente Machado, e ameaçou invadir e saquear a capital paranaense, caso as autoridades não lhe pagassem um “empréstimo de guerra”. A agressão foi evitada graças à intervenção do Barão de Cerro Azul. Maior produtor de erva-mate do mundo e um dos homens mais ricos do Paraná, que conseguiu reunir a soma de dinheiro exigida por Gumercindo Saraiva e pagar o resgate com a ajuda da “Associação Comercial” local.

Alguns dias mais tarde, quando as tropas legalistas de Floriano Peixoto e do general Ewerton Quadros ocuparam a cidade, o Barão e outros cinco colaboradores foram presos, sob a acusação de colaborar com os “maragatos” que, a esta altura, recuavam de volta para o Sul. Os seis foram colocados em um vagão de trem e levados para a Serra do Mar, onde foram fuzilados e jogados do alto de um precipício¹.

Em 1895, Gaspar Silveira Martins ainda encontrava-se exilado em Buenos Aires, Argentina, quando foi assinada a paz entre o governo Central e os revolucionários, na presidência de Prudente de Moraes. Silveira Martins então retornaria a Montevideú. E no final do ano voltaria pela segunda vez à Europa onde residia sua família.

Com o fim da “Revolução Federalista”, em 1896 foi organizado um novo Congresso do “Partido Federalista”, presidido por Gaspar Silveira Martins. Nesse Congresso defendeu-se a continuidade do Partido e a oposição à Constituição Federal da República. Este programa teve característica centralizante, de formação de um Estado unitário federal, para evitar o excesso de poder nas constituições e poderes estaduais.

¹ (GOMES, 2016).

NASCE O GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL

Em termos maçônicos, podemos afirmar que a “Revolução Federalista” se encontra intimamente ligada à criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (G.O.R.G.S.).

Conforme consta no site oficial do Grande Oriente do Rio Grande do Sul¹:

No final do século XIX vivíamos no Brasil, os primeiros anos como República; e o Estado do Rio Grande do Sul estava em revolução, onde o “Partido Federalista” (parlamentarista), chefiado pelo Irmão Gaspar da Silveira Martins disputava espaços com o “Partido Republicano” (presidencialista) chefiado pelo também Irmão Júlio Prates de Castilhos.

No dia 10 de novembro de 1892, o Irmão João Damasceno Ferreira fez uma proposta na Loja “Progresso da Humanidade” (que havia sido regularizada um ano antes): que os Maçons deveriam intervir de modo a cessar os conflitos e apaziguar o Estado, convocando as demais Lojas para essa dura tarefa. A proposta, é claro, foi prontamente aceita. No dia 30 de novembro do mesmo ano, foi realizada a primeira Assembleia-Geral do Povo Maçônico, aos moldes do que deve ser uma verdadeira assembleia, com a participação de todos. Naquele dia, o orador da assembleia, João Damasceno Ferreira, informou que os Irmãos haviam sido convocados para tornarem-se propagandistas do espírito público para ordem e para paz, pois “a Maçonaria, assim como o Obelisco de Tebas”, sobreviveria incólume aos escombros que a sociedade vivia. E concluiu lamentando que as desavenças entre Irmãos seriam diretamente responsáveis pelo retardo da grandiosidade do Rio Grande.

Ainda discursaram no histórico encontro os Irmãos Thomaz Thompson Flores, João Pereira Maciel Sobrinho e Pedro Gonçalves Moacyr. Ali, foi definida uma comissão para encaminhar ofício ao GOB pedindo auxílio para controlar o caos social em que vivia a região Sul do Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, atingido em cheio pela Revolução Federalista.

Passados dois meses, já em fevereiro de 1893, nenhuma medida havia sido anunciada pelo poder central, apesar da insistência dos Maçons gaúchos. Para piorar, o primeiro semestre daquele ano foi marcado por inúmeras prisões de Maçons, a imensa maioria arbitrária e muitas delas claramente por retaliação, sem que houvesse sequer um posicionamento oficial da Obediência do Rio de Janeiro. Aqui, à luz da história, cabe destacar o trabalho do Irmão Frederico Augusto Gomes da Silva, sempre atuando em prol da liberdade dos detidos – da justiça, em resumo.

¹ Texto publicado originalmente na edição especial da revista “O Delta” em comemoração aos 125 anos do GORGS, em outubro de 2018. Disponível em: <https://gorgs.org.br/site/index.php/nossa-historia/>.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em junho de 1893, chegou ao conhecimento do Irmão Múcio Teixeira a informação de que a Maçonaria paulista havia se declarado independente. No Brasil, todos os Maçons sofriam com o desinteresse do GOB. Pranchas de Oficinas da época relatam que seus anseios não eram sequer ouvidos; ao mesmo tempo, para que se tenha uma ideia do descaso com os brasileiros, pedidos de apoio financeiro de outros países eram repassados com tom de cobrança. Então os Irmãos Múcio Teixeira, Luiz Afonso de Azambuja e Maciel Sobrinho elaboraram um manifesto para ser lido em Loja.

Ainda naquele mês, o Venerável-Mestre da Loja “Progresso da Humanidade” levou ao conhecimento dos demais Obreiros a iniciativa dos paulistas, lendo o manifesto e sugerindo que era mais do que hora de os gaúchos seguirem o mesmo caminho: o da autonomia. No dia 17, foi nomeada a “Comissão Central”. Dias depois, em 6 de julho, foi aprovado o projeto de emancipação elaborado pela comissão, formada pelos Irmãos Domingos José Ferreira Bastos (Luz e Ordem), João Damasceno Ferreira (Progresso da Humanidade), Múcio Teixeira (Luz e Ordem), João Pereira Maciel Sobrinho (Luz e Ordem), Affonso Herbert (Luz e Progresso), Joaquim Marques da Cunha (Luz e Progresso) e Balduino Röhrig (Luz e Progresso). O projeto objetivava viabilizar a separação da Maçonaria sul-rio-grandense, tendo como princípios:

1º – delegar poderes a uma comissão encarregada da direção de todos os trabalhos relativos ao movimento separatista;

2º – enviar emissários às Lojas do Estado com o fim de consultá-las sobre o assunto da separação;

3º – informar às Lojas que, se aderissem a ideia, o fariam em assembleia-geral e com votação nominal;

4º – independentemente do número de Lojas aderentes ao movimento separatista, constituir-se-ia um Grande Oriente independente, com sede em Porto Alegre, e ao qual ficariam jurisdicionadas as oficinas signatárias;

5º – até que fosse convocada a Constituinte Maçônica, as Lojas adotariam provisoriamente a constituição que já utilizavam no que se referisse à economia interna;

6º – o Grande Oriente do Rio Grande do Sul deveria formar uma federação com os demais Grandes Orientes independentes brasileiros. (Aqui vale um destaque: em 1893, já se previa o que viria a se tornar a Confederação Maçônica do Brasil – COMAB –, fundada quase um século depois.)

Na Sessão, as Lojas “Progresso da Humanidade”, “Luz e Ordem” e “Luz e Progresso” declararam parecer favorável à emancipação e marcaram para outubro duas sessões: uma pre-

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

paratória e outra de instalação. Na reunião de 3 de agosto de 1893, tornaram-se membros honorários da Loja “Progresso da Humanidade”, por relevantes serviços prestados à Ordem Maçônica, os Irmãos Antônio Antunes Ribas (Loja “Cruzeiro do Sul”), João Plínio Castro de Menezes e Múcio Teixeira (Loja “Luz e Ordem”). Naquele mês, foram regularizadas as Lojas “Hiran” e “Orientação”.

Finalmente chegava o mês de outubro em 1893. Primeiramente, no dia 10, houve uma sessão preparatória. Dias depois, num sábado à noite, em 14 de outubro, aconteceria uma das mais significativas reuniões da história da Maçonaria brasileira: era instalado oficial e solenemente o Grande Oriente do Rio Grande do Sul. As Lojas instaladoras foram: “Autonomia”, “Cruzeiro do Sul”, “Hiran”, “Luz e Ordem”, “Luz e Progresso”, “Progresso da Humanidade” e “Orientação”. Depois de empossada sua administração, passava a funcionar como Potência Maçônica autônoma, soberana e independente, como é até os dias atuais, sendo a segunda mais longa em atividade no Brasil.

A honrosa tarefa de dirigir a nova Potência Maçônica coube ao Irmão Antônio Antunes Ribas. Desembargador, Chefe de Polícia do Estado e Deputado Provincial, o primeiro Grão-Mestre do GORGS foi uma grande referência na sociedade gaúcha. Ao seu lado, estava o Grão-Mestre Adjunto, Augusto César da Silva. Marechal de Campo desde 1885, ele foi um emblemático militar que combatera na Guerra dos Farrapos e na Guerra do Paraguai, além de atuar em diversas rebeliões pelo Brasil, como a revolta dos Muckers, no Morro do Ferrabraz.

A 1ª administração do GORGS ficou assim composta:

Grão-Mestre: Antônio Antunes Ribas;

Grão-Mestre: Adjunto Augusto Cezar da Silva;

1º Grande Vigilante: José Soares Júnior;

2º Grande Vigilante: José Carrilho Revoredo Barros;

Grande Orador: Pedro Gonçalves Moacyr;

Grande Secretário Geral: Frederico Augusto Gomes da Silva;

Grande Tesoureiro Geral: José Octávio Ferreira da Silva;

Grande Chanceler: Raymundo Caetano da Cunha;

Grande Hospitaleiro: Evaristo de Carvalho Júnior;

1º Grande Experto: João Plínio de Castro Menezes;

2º Grande Experto: Joaquim José da Silva Filho;

1º Grande Mestre de Cerimônias: Antônio Pinto Gomes;

2º Grande Mestre de Cerimônias: Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior;

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Grande Cobridor: João de Oliveira Vianna.

O primeiro decreto foi justamente o que ratificava a independência e soberania da nova instituição, fazendo jus ao art. 6º do projeto de emancipação aprovado pelo povo maçônico. Cabia, então, aos Maçons gaúchos conduzir, além do seu próprio destino, o tão desejado processo de pacificação do Rio Grande. E a primeira Constituição do GORGS foi promulgada em 31 de janeiro de 1895, pelo Decreto nº 7 assinado pelo Grão-Mestre Antunes Ribas. A comissão de redação contou com o inestimável trabalho dos Irmãos João Baptista Galvão de Moura Lacerda, João Damasceno Ferreira e Joaquim Marques da Cunha.

Assim, em meio à “Revolução Federalista” (1893-1895), era criada uma nova Potência Maçônica que, ao mesmo tempo em que atendia ao clamor dos maçons locais frente ao desprezo do poder central do “Grande Oriente do Brasil”, no Rio de Janeiro, também – e principalmente – era peça-chave para a pacificação de uma sociedade que assistia, atônita, à mais sangrenta luta ocorrida no Estado, que ficaria conhecida, mais tarde, como “*Revolução da Degola*”.

A organização da Ordem Maçônica local e o fim do fratricídio gaúcho aconteceram no mesmo período. E isto não foi por acaso. A sociedade gaúcha estava convulsionada. Achava-se dividida entre duas correntes, como nos conta a História, sem perspectivas de uma solução pacífica. Tal acirramento entre essas correntes transbordou para dentro dos Templos Maçônicos. Naquele momento, não havia como deixar de discutir a situação em que se encontrava a política do Rio Grande. Era imperiosa alguma ação que mudasse completamente o rumo dos acontecimentos. Foi então que maçons como Antunes Ribas – figura com a firmeza e a fraternidade necessárias para liderar homens livres – assumiram a tarefa, não só de criar, organizar, afirmar e dirigir uma nova instituição maçônica legal, legítima e autônoma; mas principalmente a de apaziguar e congregar os Irmãos, tanto dentro dos Templos, como na sociedade profana. O momento e as circunstâncias pediam, e o “Grande Oriente do Rio Grande do Sul” foi a resposta perfeita ao sentimento de orfandade dos maçons e do povo gaúcho em relação ao centro do país¹.

E então, as Lojas “Luz e Ordem”, “Progresso da Humanidade” e “Orientação” – todas as três ainda ativas – mais as Lojas “Luz e Progresso”, “Cruzeiro do Sul”, “Hiram” e “Autonomia” – todas de Porto Alegre – fundaram, em 14 de outubro de 1893, o G.O.R.G.S. (Grande Oriente do Rio Grande do Sul), após os trâmites legais que se desenrolavam desde junho daquele ano. Entre os seus fundadores, cabe destacar os maçons Múcio Teixeira, Luís Afonso de

¹ O DELTA (2017, p.27 – edição nº 09/2017).

Azambuja, João Pereira Maciel, Domingos José Ferreira Bastos, Afonso Herbert, Balduino Roring, Augusto Cezar da Silva, Carlos Frederico de Mesquita, José Carrilho Revoredo de Barros, Pedro Gonçalves Moacyr, Frederico Augusto Gomes da Silva, Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior e mais uma plêiade de proeminentes maçons que deixaram o seu legado de culto à Liberdade, à Igualdade e à Fraternidade para as gerações futuras¹.

Segue abaixo um trecho do discurso oficial do Deputado Giovani Cherini² em que o parlamentar homenageia a Maçonaria Gaúcha relatando com as próprias palavras o surgimento da nova potência maçônica:

“Em 1892, o Brasil politicamente engatinhava no seu novo sistema de governo, a República. O Rio Grande do Sul debatia-se em convulsão social entre maragatos ou federalistas, que tinham como seu principal nome o Sr. Gaspar Silveira Martins, e os pica-paus ou chimangos, liderados pelo Dr. Júlio Prates de Castilhos. Os primeiros, com seus lenços vermelhos ao pescoço, eram adeptos do novo regime político recém instalado, enquanto os segundos usavam lenço branco e eram adeptos do positivismo de Augusto Comte. Como presidente de nosso País estava o Marechal Deodoro da Fonseca, o qual viu a ‘Verdadeira Luz’ na centenária Loja ‘Rocha Negra’, ao Oriente de São Gabriel. Neste ambiente de intolerância e ódio de parte a parte, algumas Lojas de nosso Estado, à época jurisdicionadas ao G.O.B. (‘Grande Oriente do Brasil’), com seu poder central no Rio de Janeiro, após entendimento entre os seus autênticos líderes, através do Irmão Dr. João Damasceno Ferreira, à época Venerável Mestre da Augusta e Benemérita Loja ‘Progresso da Humanidade’, encaminham uma missiva ao Grão-Mestre do G.O.B., o Respeitável Irmão Antônio Joaquim de Macedo, demonstrando a imensa preocupação com uma possível guerra civil, solicitando a intervenção daquele poder central no sentido de buscar o apaziguamento dos ânimos que se exaltavam entre os maçons Rio-Grandenses. Embora estando o apelo firmado, não obteve, a Loja ‘Progresso da Humanidade’, nem os maçons gaúchos, a resposta que esperavam. O Grão-Mestrado, em atitude omissa, declarou que o assunto se tratava de política local, e como tal deveria ser resolvido pelos gaúchos e maçons, não cabendo, pois, interferência do ‘Grande Oriente do Brasil’. No ano de 1893, o Rio Grande do Sul estava tomado pelas armas. A revolução havia iniciado nos arredores de Bagé, restando aos ‘Obreiros da Arte Real’ um árduo, nobre e cuidadoso trabalho em seus Templos, na busca de uma solução pacificadora que atendesse e arrefecesse os ânimos de monarquistas e republicanos. No transcorrer do mês de

¹ O DELTA (2017, p.28 – edição nº 09/2017).

² (CHERINI, 2016).

maio de 1893, o Irmão Múcio Teixeira recebe uma comunicação informando que a Maçonaria Paulista rompera com o poder central. Tal fato foi de pronto comunicado ao Respeitável Irmão Afonso de Azambuja, uma das maiores proeminências da Maçonaria Gaúcha, sendo Venerável Mestre da Loja 'Luz e Ordem'. A partir deste momento iniciaram-se diversas reuniões entre os integrantes das Lojas 'Luz e Ordem', 'Progresso da Humanidade' e 'Luz e Progresso', às quais juntaram-se as Lojas 'Orientação', 'Hiran', 'Autonomia' e 'Cruzeiro do Sul', oferecendo as condições necessárias para a fundação do 'Grande Oriente do Rio Grande do Sul', que ocorreu no dia 14 de outubro de 1893”.

COMO CONSEQUÊNCIA DIRETA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA: A REVOLUÇÃO DE 1923

Dentre as muitas guerras, conflitos e revoluções que marcaram a história do Rio Grande do Sul, um capítulo à parte é a Revolução de 1923.

As disputas políticas da “Revolução Federalista” (1893-1895) – exatamente na época da fundação do G.O.R.G.S. – deixaram profundas marcas e revanchismo entre “Chimangos” e “Maragatos”. Naquela época, vários maçons foram fundamentais para a paz, mesmo em lados opostos.

Em 1923, os “Chimangos” (republicanos, apoiadores de Borges de Medeiros, identificados pelos lenços brancos) apoiavam a reeleição daquele que era conhecido como herdeiro das tradições e estilo de Júlio de Castilhos; e os “Maragatos” (federalistas, apoiadores de Assis Brasil, identificados pelos lenços vermelhos), apoiavam a eleição do opositor, pois não queriam mais um mandato de Borges de Medeiros – ele já havia sido presidente do Rio Grande do Sul entre 1898 e 1908, sendo sucedido por Carlos Barbosa entre 1908 e 1913 e estava novamente no poder desde então¹.

Após as eleições e a nova vitória de Borges de Medeiros, a revolta foi geral. Boa parte da população acusava o governo de fraude eleitoral; e a revolução armada teve início, retomando as velhas rivalidades do passado. A expectativa de Assis Brasil e de seus aliados era que o então presidente da república, Arthur Bernardes, declarasse a intervenção federal, já que era sabido que não alimentava simpatia por Borges de Medeiros, o qual por sua vez, se aproximou do presidente do Brasil, frustrando os planos dos federalistas.

¹ Site Oficial G.O.R.G.S. (in: “Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação”, publicado em 24 de agosto de 2018).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Os combates aconteceram nos arredores de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Pelotas e São Francisco de Assis, sendo que esta última cidade foi o ponto derradeiro para os “Mara-gatos”, onde foram derrotados pelas tropas republicanas comandadas por Flores da Cunha.

E novamente, a paz teve que ser tratada para evitar mais confrontos e mortes. E mais uma vez um maçom foi a peça fundamental nesse processo: o General Fernando Setembrino de Carvalho, citado pelo Irmão Edmundo Velho Monteiro em dezembro de 1923, em matéria da revista “*O Delta*”¹.

Gaúcho de Uruguaiana, o Irmão Setembrino de Carvalho teve destacada carreira militar, foi para a academia militar e concluiu o curso do Estado-Maior e o de Engenharia. Trabalhou como engenheiro de fortificações, foi deputado constituinte no Rio Grande do Sul, serviu na “Revolução Federalista” e foi convidado pelo Marechal Hermes da Fonseca para ocupar o gabinete do Ministério da Guerra. Interveio na “Revolta de Juazeiro”, no Ceará, aonde chegou a ocupar o cargo de governador por um breve período. No retorno, foi nomeado pelo presidente Arthur Bernardes como Ministro da Guerra e enviado de volta ao Rio Grande do Sul para solucionar a contenda.

Chegando a Porto Alegre, Setembrino promoveu o entendimento entre as partes em conflito, obtendo o armistício e a anistia dos revoltosos com a “Paz de Pedras Altas”, na estância de Assis Brasil, em 14 de dezembro.

Por atuar em batalha, foi promovido a Marechal, em 1924, quando foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis de Portugal².

¹ MONTEIRO (1923, p.78-79; in: “*O DELTA*”, edição de dezembro de 1923).

² Site Oficial G.O.R.G.S. (in: “*Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação*”, publicado em 24 de agosto de 2018).

PARTE XI

**A MAÇONARIA E A REPÚBLICA
VELHA**

A inviolabilidade do foro interno do homem – foro que é o mais sagrado – desafia todas as igrejas, todas as imposições, todas as tiranias. Ali é que o homem se realiza em liberdade e repele todas as algemas.

[Saldanha Marinho]

A MAÇONARIA NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Nos quinze meses que durou o Governo Provisório – entre 15 de novembro de 1889 e 25 de fevereiro de 1891 – os maçons que estavam à frente dos ministérios dedicaram-se à intensa atividade legislativa.

Conforme observou o historiador e biógrafo oficial de Deodoro da Fonseca, Raimundo Magalhães Júnior¹:

“[...] cada ministério era uma fábrica de leis. Cada ministro valia por um Congresso inteiro. Era preciso suprimir os embaraços, suprir lacunas e substituir as antigas leis feitas no interesse da Monarquia por outras que atendessem às necessidades do novo regime”.

Havia dificuldades de toda natureza pela frente, a começar pela falta de quadros republicanos para ocupar os postos-chaves da administração e a pouca experiência dos novos governantes.

Durante todo o período da República Velha – 1889 a 1930 – assistir-se-ia a um *“changez de place”* na Presidência da República entre dois grupos maçônicos principais e antagônicos entre si: a matriz positivista militar conservadora de Benjamin Constant e o núcleo civil liberal do Estado de São Paulo.

O final desta época culmina também com a grande cisão do “Grande Oriente do Brasil” de 1927, considerado por muitos o início do declínio institucional da Maçonaria brasileira, que perdura até os dias atuais. Se antes de 1927 a história da Maçonaria estava imbricada com a história do Brasil, para não dizer que eram a mesma; a partir de então as duas se separaram².

A MAÇÔNICA CONSTITUIÇÃO DE 1891

Em 03 de dezembro de 1889, dezoito dias após a Proclamação da República, foram nomeados cinco juristas, todos membros da Maçonaria, para fazerem parte de uma comissão presidida pelo maçom Saldanha Marinho e que seria encarregada de elaborar o projeto da nova Constituição Brasileira. A comissão elaborou três pareceres que, depois de fundidos e editados pelo maçom Rui Barbosa, resultaram no projeto que no ano seguinte seria submetido à Assembleia Constituinte formada por representantes de todos os Estados da federação³.

¹ MAGALHÃES (1957, p.105).

² (CARVALHO, 2016).

³ BELO (1976, p.69).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Exatamente um ano depois da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1890, foi instalada a Constituinte, composta por 205 membros, dos quais a maioria era formada por maçons e militares, cujos trabalhos passaram a ser dirigidos pelo maçom Prudente de Moraes, líder republicano paulista – que quatro anos depois se tornaria o primeiro presidente civil da República.

E no dia 24 de fevereiro de 1891, o país finalmente adotava a sua nova Constituição Republicana, de inspiração liberal e bem próxima do modelo norte-americano, cujas principais novidades eram:

- O Brasil convertia-se em uma República Federativa constituída por vinte estados autônomos e um Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro, onde funcionaria a sede do Governo, até que se construísse uma nova capital, no planalto central do país).
- Definição e separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, que deveriam ser harmônicos e independentes entre si.
- O chefe do Poder Executivo, o Presidente da República seria eleito a cada quatro anos, sem direito à reeleição. Todos os brasileiros natos, homens e maiores de 35 anos poderiam concorrer ao posto.
- Fim do voto censitário. As eleições seriam por sufrágio universal e secreto, onde tomariam parte todos os cidadãos do sexo masculino, maiores de 21 anos, com exceção dos mendigos, analfabetos, soldados e religiosos de ordens monásticas.
- Extinção do “Padroado”, do “Poder Moderador”, do “Conselho de Estado” e do “Senado Vitalício”.
- Garantia dos direitos relativos à liberdade, à segurança individual e à propriedade.
- Garantia aos direitos de associação, de representação junto aos poderes públicos, de locomoção e de inviolabilidade de domicílio.
- Separação entre Igreja e Estado. O Estado passou a ser laico através do decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890.
- Instituição da liberdade religiosa, da liberdade de imprensa e da liberdade de tribuna, independentemente de censura prévia.
- Instituição do Casamento Civil e laicização dos cemitérios.
- Criação do Código Penal Brasileiro.
- Reforma do Código Comercial.

O PRIMEIRO GOVERNO REPUBLICANO DE DEODORO

A 24 de fevereiro de 1891, o Congresso Constituinte aprovava e promulgava a primeira Constituição da República, a qual instituiu o presidencialismo, o laicismo e o federalismo.

Dois dias depois, a Assembleia elegia os governantes definitivos, colocando, portanto, fim ao Governo Provisório, que marcara a etapa de transição. Uma das chapas que se apresentaram à eleição tinha como candidato à presidência, o Marechal Deodoro da Fonseca, Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil”, e, como candidato à vice-presidência, o também maçom Almirante Eduardo Wandenkolk, enquanto a chapa de oposição era encabeçada pelo maçom Prudente de Moraes tendo, como candidato a vice-presidente o Marechal Floriano Peixoto que, por sua vez, igualmente era maçom. Ou seja, todos os candidatos eram maçons.

Deodoro venceu por estreita margem de votos – 129 a 97 –, enquanto Floriano derrotava Wandenkolk. A partir de então, a Marinha iria contestar o Exército que detinha as rédeas da República¹.

Aqui cabe um adendo: naquela época, os candidatos disputavam as eleições de forma independente e não através de chapas eletivas como acontece hoje em dia, de forma que os candidatos à presidência disputavam entre si, do mesmo modo que os candidatos à vice, sendo eleitos os que obtivessem a maioria dos votos, independentemente de partidos ou chapas.

Ao assumir o posto, Deodoro encontrou um Parlamento hostil, que só o elegera sob a ameaça de intervenção armada. Não poderia, portanto, governar com ele. E o dissolveu, a 03 de novembro de 1891. Com isso, perdeu todos os apoios, inclusive nos meios militares, pois acreditava-se que a ditadura seria uma mancha muito grande para um regime republicano que ainda engatinhava e que procurava sua consolidação.

E quando, a 23 de novembro, o almirante Custódio de Melo, a bordo do encouraçado Riachuelo, declarou-se em revolta, em nome da Armada, Deodoro, encontrando-se só, renunciou para não desencadear uma guerra civil, entregando o governo ao seu substituto constitucional, Floriano Peixoto².

Gravemente doente, Deodoro morreu nove meses mais tarde, em agosto de 1892.

UMA LONGA SUCESSÃO DE MAÇONS NA PRESIDÊNCIA DA INSIPIENTE REPÚBLICA BRASILEIRA, ASSIM COMO NO GRÃO-

¹ (CARVALHO, 2016).

² (CARVALHO, 2016).

MESTRADO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Deodoro, desencantado com tudo, renunciou também ao Grão-Mestrado do “Grande Oriente”, em carta de 18 de dezembro de 1891.

No plano social, os maçons, diante dos incontáveis problemas surgidos com a acelerada industrialização do País, principalmente no Estado de São Paulo, começavam a tratar dos interesses do nascente operariado industrial, ainda sem organismos protetores.

A 30 de junho de 1892, realizavam-se novas eleições para o Grão-Mestrado do “Grande Oriente do Brasil”, sendo eleito Macedo Soares.

Enquanto tudo isso ocorria internamente, no âmbito externo político-social, os maçons, como toda a sociedade em geral, enfrentavam tempos agitados. Existia um conflito entre os maçons militares positivistas do Estado do Rio de Janeiro e os maçons civis, principalmente do Estado de São Paulo.

Obviamente houve, durante esse período, certa confusão entre as classes mais politizadas da nação, incluindo-se a Maçonaria. Enquanto uma parte do mundo maçônico, encontrada, principalmente, entre os oficiais das forças armadas, apoiava quase integralmente os atos de Floriano, outra facção, ligada à política regional e às oligarquias rurais, promovia revoltas, como a guerra civil do Rio Grande do Sul, envolvendo os parlamentaristas do maçom Gaspar Silveira Martins e os presidencialistas, liderados por Júlio de Castilhos, que tinha o apoio de Floriano Peixoto e dos militares do Rio de Janeiro.

Em junho de 1893, com o país ainda às voltas com a “Revolução Federalista” e a “Revolta da Armada”, fundou-se no Rio de Janeiro, sob a liderança do maçom Francisco Glicério, o “Partido Republicano Federal”, resultante de uma fusão do “Partido Republicano Paulista” com os clubes republicanos estaduais, a maioria sob influência da Maçonaria da época. O programa do partido defendia a volta aos princípios consagrados na Constituição de 1891, com ênfase nas liberdades individuais e na autonomia dos estados (incontestável prova da influência maçônica). Na ocasião decidiu-se também lançar o nome do maçom Prudente de Moraes como candidato à Presidência da República, escolha ratificada pelos delegados republicanos em 25 de setembro de 1893. Eleito com 276.583 votos contra 38.291 de seu principal adversário, o mineiro Afonso Pena, o maçom Prudente de Moraes entrou para a história como o primeiro Presidente civil da República Federativa do Brasil¹.

¹ GOMES (2015, p.374).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Floriano entregou o poder, no final do seu mandato ao seu sucessor paulista e irmão de Ordem Prudente de Moraes, que era o principal representante das oligarquias rurais e, portanto, do federalismo, enquanto que os militares positivistas retornavam à caserna, finda que estava a espinhosa missão de consolidar o regime¹.

Em 1898, novamente tivemos dois maçons concorrendo à Presidência da República, cargo para o qual acabou sendo eleito o mineiro Campos Sales, com 174.578 votos contra 16.534 votos feitos pelo seu opositor, o paranaense Lauro Sodré. E Campos Sales, outro maçom, se tornou o segundo Presidente civil da República Federativa do Brasil².

Assim, terminado o governo de Prudente de Moraes, o poder permaneceria, pacificamente, nas mãos das oligarquias rurais com a eleição de Campos Salles, cujo governo foi caracterizado pelo grande realismo na política econômico-financeira do maçom Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda³.

Em fevereiro de 1901, realizadas novas eleições, no “Grande Oriente do Brasil”, era eleito, para o cargo de Grão-Mestre, Quintino Bocaiúva, que no dia da Proclamação da República, cavalgou ao lado do Marechal Deodoro, tendo como adjunto Henrique Valadares, discípulo na “Escola Militar” de Benjamin Constant. A matriz positivista mantinha o seu controle sobre o “Grande Oriente do Brasil”. Quintino Bocaiúva, apesar de todo o trabalho efetuado, não podia se dedicar integralmente ao Grão-Mestrado, pois também fora eleito e, a 31 de dezembro de 1900, empossado no cargo de presidente do Estado do Rio de Janeiro, para um mandato de três anos, o que fez com que, em várias ocasiões, ele fosse substituído por Henrique Valadares no “Grande Oriente”. Mesmo assim, concluiu seu mandato no “Grande Oriente”, com grande saldo positivo, a 21 de junho de 1904, entregando o malhete de supremo mandatário da Maçonaria brasileira ao general Lauro Nina Sodré, positivista, Senador da República por vários mandatos, candidato à Presidente da República contra o Irmão Campos Salles, e secretário de Benjamin Constant quando este ocupou a Pasta da Guerra.

Esta matriz positivista, juntamente com os maçons, também positivistas, do Estado do Rio Grande do Sul, entraria em conflito com os Presidentes da República da época, egressos da Maçonaria liberal e civil do Estado de São Paulo. Lauro Sodré seria até mesmo preso, enquanto Grão-Mestre do “Grande Oriente”, no encouraçado Deodoro por quase seis meses.

Na política republicana civil brasileira, nessa década, entre outros maçons, sobressaiu-se o filho do Visconde do Rio Branco, o Barão do Rio Branco, Patrono da Diplomacia brasileira,

¹ (CARVALHO, 2016).

² GOMES (2015, p. 378).

³ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

que, em 1902, fora nomeado, pelo então presidente, o maçom Rodrigues Alves, ministro das Relações Exteriores do Brasil, ocupando o cargo até sua morte, em fevereiro de 1912, durante os governos dos irmãos Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (todos maçons), com grande destaque na resolução de diversos litígios com as nações limítrofes, conforme estes foram surgindo¹.

Em 1903, Rodrigues Alves, como presidente da República, através da intermediação do Barão do Rio Branco, comprou o território do Acre da Bolívia. Para isso, foi assinado o “Tratado de Petrópolis”, cujas negociações foram dirigidas pelo Barão do Rio Branco, definindo os limites entre o Brasil e a Bolívia, cabendo ao Brasil a posse do Acre. A Bolívia recebeu uma compensação no valor de 2,9 milhões de libras esterlinas, além da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré².

No final do governo de Rodrigues Alves era eleito, para a presidência da República, o mineiro Afonso Pena, iniciando a alternância São Paulo – Minas Gerais no poder, na chamada política “café com leite” – em alusão aos principais produtos produzidos pelos dois estados. Tendo sido eleito por uma coligação dos partidos situacionistas – os verdadeiros donos da política da época –, que se havia oposto a um candidato da preferência de Rodrigues Alves, Afonso Pena encontraria o Congresso comandado por uma maioria liderada pelo senador Pinheiro Machado, líder político e maçônico, o que fazia supor que os problemas sucessórios deveriam ser submetidos, necessariamente, à apreciação desse grupo, composto por uma maioria de maçons de diversos Estados.

Tendo surgido a candidatura do igualmente maçom Davi Campista, em 1908, suscitando grande resistência, pois ele se proclamava um intervencionista, o grupo liderado por Pinheiro Machado esposou a candidatura do maçom e militar Hermes da Fonseca (sobrinho de Deodoro e filho do irmão do Marechal que possuía o mesmo nome), que, em sua gestão no Ministério da Guerra, criara fama de grande administrador.

Fato corroborado pelo Arquivo Nacional³, conforme segue:

“No meio da dificuldade para eleger um candidato, surgiu o ministro da Guerra, Hermes da Fonseca. Hermes era gaúcho, militar, mas republicano, membro da Maçonaria e sobrinho do primeiro presidente, o Marechal Deodoro da Fonseca”.

Terminado o período de Hermes da Fonseca, os nomes mais cotados para a Presidência da República eram os de Pinheiro Machado e Rui Barbosa: todavia, um acordo, entre os parti-

¹ (CARVALHO, 2016).

² ARQUIVO NACIONAL (2012, p.22).

³ ARQUIVO NACIONAL (2012, p.35).

dos republicanos dominantes de São Paulo e de Minas Gerais traria à baila o nome do vice-presidente da República, o também maçom Wenceslau Brás, o qual foi eleito sem oposição, enquanto o mundo se debatia na Primeira Guerra Mundial.

Concomitantemente, com a eleição de Lauro Sodré para governador do Estado do Pará, seria eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente”, Nilo Peçanha, em primeiro de junho de 1917. E o Brasil entraria na guerra a 26 de outubro do mesmo ano.

No governo da República, acabado o mandato de Wenceslau Brás, em 1918 era eleito, para um novo mandato presidencial, Rodrigues Alves, que viria a falecer antes de tomar posse, o que fez com que o vice, o maçom Delfim Moreira assumisse até julho de 1919. Como este, cansado e doente, não tinha condições de comandar a política nacional, foi eleito, para completar o quadriênio, Epitácio Pessoa, que teria de enfrentar graves crises políticas.

Em paralelo, no ano de 1919, a política maçônica, liderada por Nilo Peçanha, foi geralmente de oposição ao presidente Epitácio Pessoa, pois Nilo havia indicado Rui Barbosa para completar o período governamental de Rodrigues Alves, o que não se concretizara. Essa posição seria mantida, embora com menor intensidade, durante o Grão-Mestrado do general Thomas Cavalcanti de Albuquerque, que viria a suceder a Nilo Peçanha no G.O.B., quando este renunciou ao seu mandato, a 24 de setembro de 1919.

Enquanto o ambiente político estava agitado, diante da nova eleição presidencial e dos episódios que, supostamente, envolviam Arthur Bernardes, a situação do “Grande Oriente” também não era tranquila, pois a Potência iniciava a década com uma nova cisão, provocada por uma eleição fraudulenta¹. Com a morte, a 28 de janeiro de 1921, do Grão-Mestre Adjunto Luís Soares Horta Barbosa realizou-se novas eleições, a 25 de abril daquele ano, para o preenchimento do cargo vago. A 03 de março, havia se realizado, no Rio de Janeiro, uma convenção para a escolha do candidato ao cargo; nessa reunião, com pouco mais de 40 maçons, surgiram duas candidaturas: a de Mário Marinho de Carvalho Behring, sustentada por uma pequena maioria que detinha o poder no “Grande Oriente”, e a do general José Maria Moreira Guimarães. Com o apoio de São Paulo, que não se fizera representar na convenção, Moreira Guimarães obteve a maioria dos votos. Manipulando, todavia, os dados, a junta apuradora anulou vários votos de ambos os lados, mas principalmente os do general, de tal maneira que Behring acabaria sendo eleito. Como se verá mais adiante Behring será o responsável por uma das maiores cisões que sofrerá o G.O.B. no século XX e que perdura até os dias atuais.

¹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Ao final da gestão do general Thomaz Cavalcanti, Nilo Peçanha era indicado, mais uma vez, para o Grão-Mestrado. Os acontecimentos políticos do País, nesse agitado período, todavia, acabariam por tornar inoportuna sua candidatura – ele fora, inclusive, ilegalmente preso, apesar das suas imunidades como Senador da República –, fazendo com que elementos ambiciosos saíssem da sombra e iniciassem o trabalho de intriga, visando galgar os altos postos do “Grande Oriente do Brasil”.

Os elementos que ambicionavam o Grão-Mestrado estavam ligados ao Ministério da Justiça de Artur Bernardes, então ocupado pelo maçom João Luís Alves.

Enquanto isso, ia agitado o ambiente político nacional, com a publicação de algumas cartas, atribuídas a Arthur Bernardes – e que se verificou, depois, serem falsas –, contendo insultos ao Exército. Liderando a revolta contra as cartas, encontrava-se o “Clube Militar”, presidido então por Hermes da Fonseca, o que provocaria a reação governamental, com o fechamento do Clube e a prisão de Hermes, fatos que provocariam o maior inconformismo das forças armadas e a revolta do Forte de Copacabana, a 05 de julho de 1922, no episódio conhecido como “os dezoito do Forte”, que iniciou a mística do movimento conhecido como “tenentismo”, e que iria assumir o poder com o golpe de 1930.

Arthur Bernardes teve um dos mais agitados períodos presidenciais, só comparáveis ao de Floriano, governando, praticamente, sob estado de sítio e intervenção federal nos Estados, embora combatido por alguns poucos destemidos, como o maçom Nilo Peçanha, ex-Grão-Mestre do “Grande Oriente”.

Em seu governo, eclodiu, em São Paulo, a revolta de 05 de julho de 1924 – durante a qual as Lojas Maçônicas foram fechadas – revolta essa chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes e sufocada em 22 dias.

No mesmo ano, em outubro, estouraria, no Rio Grande do Sul, outro movimento rebelde, liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes, que, juntamente com os remanescentes da revolta paulista, formou a “Coluna Prestes”, que realizaria a marcha de 30 mil quilômetros pelo interior do Brasil, sempre perseguida pelas forças governamentais¹.

Enquanto o “Grande Oriente do Brasil” passava por uma grave convulsão interna, o País, depois do agitado período de Arthur Bernardes na Presidência, iria conhecer um tempo de relativa tranquilidade, com a ascensão, à Presidência da República, do maçom Washington Luís Pereira de Sousa, em 1926.

¹ (CARVALHO, 2016).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

O governo de Washington Luís seria tranquilo até 1929 quando a grande crise mundial, desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, gerou forte recessão em todo o planeta, e, por tabela, também trouxe graves problemas econômicos para o Brasil, dentre os quais podemos relacionar o excessivo aumento dos estoques de café, com a subsequente queda nos preços do produto, que naquela época era o principal item de exportação do país, gerando uma situação de grande desconforto para os produtores, comerciantes e exportadores do produto, agravada pela recusa do governo em auxiliar a economia cafeeira.

Era o começo do que no ano seguinte resultaria em mais uma revolução.

PARTE XII

A ERA VARGAS E A MAÇONARIA

Saio da vida para entrar na História!

[Getúlio Vargas].

A REVOLUÇÃO DE 1930

O ano de 1930 começava, para todo o Brasil, sob o signo da intranquilidade. A par da grande depressão econômica, oriunda da crise mundial de 1929, havia grande perturbação nas esferas políticas, em decorrência da crise que o País atravessava, com a violenta queda da estrutura econômica, até então baseada na exportação do café.

Deste o início da República até 1930, São Paulo partilhava, com Minas Gerais, da sua influência na política e na administração do País. Já antes da crise de 1929, a política de valorização do café, do governo de Washington Luís não ia bem, pois encontrava adversários até mesmo dentro do próprio “Partido Republicano Paulista” (PRP), que reunia a burguesia cafeeira de São Paulo. Ao se aproximarem as eleições presidenciais, o PRP indicou, para suceder a Washington Luís, o ex-presidente do Estado, líder do governo na Câmara e maçom Júlio Prestes de Albuquerque, deixando de lado dois nomes de grande projeção nacional: Borges de Medeiros, ex-presidente do Rio Grande do Sul, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente de Minas Gerais. Este último, então, passou à franca oposição, estabelecendo, com o Rio Grande do Sul, uma coligação política denominada “Aliança Liberal”, que lançaria a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa, para combater a de Júlio Prestes-Vital Soares.

A 1º de março de 1930, realizadas as eleições, venceu como era esperado, a máquina eleitoral do PRP, tendo, em ambos os lados, funcionado a fraude eleitoral. O estopim da revolta fora o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba, o qual fora candidato a vice-presidente na chapa de oposição, encabeçada por Getúlio Vargas. Pessoa foi morto a tiros, por João Duarte Dantas, por simples questões familiares da Paraíba – muito comuns na região Nordeste, na época – e sem qualquer motivo político; mas o fato foi matreiramente aproveitado pela oposição.

Eclodida a revolta, em Porto Alegre, a 03 de outubro de 1930, ela culminaria em uma longa marcha ao Rio de Janeiro, e com a deposição do presidente constitucional, Washington Luís, e a entrega do poder a Getúlio Dorneles Vargas, que governaria durante 15 anos consecutivos, primeiro como chefe do governo provisório, depois, como presidente constitucional e, finalmente, como ditador absoluto, até sua deposição, em 1945.

A revolta ocorreu em 03 de outubro, partindo dos três Estados ligados pela Aliança Liberal: do Rio Grande do Sul, partiam as tropas do Exército e da Polícia, comandadas pelo tenente-coronel Góis Monteiro; partindo da Paraíba, o capitão Juarez Távora conseguiu dominar todos os Estados do Norte e do Nordeste; e, em Minas Gerais, foram dominados os focos fiéis

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ao governo federal, ao mesmo tempo que as tropas revolucionárias passavam a ameaçar os governos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo¹.

E o que tudo isso tem a ver com a Maçonaria?

O golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder teriam grande repercussão na Maçonaria brasileira, proporcionando-lhe um período de estagnação e, até, de involução, do qual está até hoje se recuperando.

No “Grande Oriente do Brasil”, Octavio Kelly, desencantado com a insistente oposição e as perseguições que lhe moviam, deixou o cargo, a 17 de junho de 1930, só retornando a 03 de julho, depois de promulgada a nova Constituição do “Grande Oriente”, a 19 de junho.

Em outubro de 1930, diante da convulsão social e política causada pelo golpe, que teve como consequências a implantação do estado de sítio e fechamento dos bancos, muitas Lojas Maçônicas suspenderam o seu funcionamento, até por dificuldades de ordem financeira².

A título de curiosidade, cabe mencionar que embora Getúlio Vargas não tenha sido maçom, ele provinha de uma família de muitos maçons.

Sobre isso, o pesquisador maçônico Hércule Spoladore³ esclarece que:

“Em 18 de setembro de 1942, foi Iniciado em uma sessão de emergência no Rio de Janeiro, na Loja ‘Brasil’ sendo imediatamente elevado ao grau 3 – por motivos políticos – o Coronel Manoel Viriato Dornelles Vargas, irmão carnal do ditador Getúlio Vargas, os quais também já tinham um outro irmão maçom, o Coronel Protásio Vargas. Acresça-se ainda que o irmão carnal Benjamin Vargas também foi maçom e o pai de Getúlio, o General Manoel Nascimento Vargas – herói da Guerra do Paraguai, e combatente da ‘Revolução Federalista’ ao lado das forças legalistas, foi Iniciado em São Borja, no dia 24 de agosto de 1876, na Loja ‘Vigilância e Fé’”.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA (1932)

Já a partir do início de 1931, da pena do advogado, jornalista e tribuno Ibrahim Nobre, maçom originário da Loja “Fraternidade” de Santos, saíram críticas mordazes contra o golpe; e a situação social, trabalhando o brio e promovendo a união dos paulistas contra o Governo Federal, publicadas no jornal paulista “A Gazeta”.

Um claro exemplo dessa manipulação do ego dos paulistas, que mais tarde seria utiliza-

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

² (CARVALHO, 2016).

³ SPOLADORE (2016, p.20).

da como arma para promover a “Revolução Constitucionalista” de 1932, foi o texto de Ibrahim Nobre¹, publicado no jornal “A Gazeta”, em 1931:

“Terra Paulista! Da tua carne, massapé e honesta, do teu ventre de Mãe, fecundo e são, veio a alma que realizou a nacionalidade, imprimindo-lhe o sentido da Independência e os rumos católicos da Civilização. De ti proveio o homem que defrontou a natureza peito a peito e que a venceu e a dominou a facção e a fé! Tu deste geografia ao Brasil! Essa terra toda, que aí se estende e se esparrama e se perde por esse mundo grande de Deus, tudo isso tem os seus limites demarcados, não apenas pelos rios que se vadearam, pelas grimpas transpostas, pelas florestas vencidas! Mas, sobretudo, pelas sepulturas dos teus filhos, Minha Terra! Balizas! Picadas! Cruzes! Paulistas, paulistas, paulistas!”

Em 1932, vivia, o Brasil, sob o regime implantado pelo golpe de 1930. Neste ano, o país já enfrentara uma conturbada situação político-social, quando a oposição ao governo da República vinha se movimentando – desde as eleições de março, vencidas pelo candidato oficial, Júlio Prestes de Albuquerque – e conspirando, para promover o levante armado contra o governo. Não bastasse isso, voltara a ser tensa a situação político-social do país, pela demora do Governo Provisório, do caudilho Getúlio Vargas, em providenciar uma nova Constituição ao Brasil. À euforia dos primeiros momentos após o golpe, sucedia o desencanto, seguido da inquietação, que acabaria envolvendo os meios maçônicos. E essa inquietação, com a consequente agitação dos meios sociais, era mais forte em São Paulo, onde existia intensa propaganda contrária ao Governo de Getúlio Vargas, levando à extrema irritação os que, anteriormente, eram os mais fervorosos adeptos do levante, ou seja, os membros do “Partido Democrático”, os quais se sentiam esbulhados do poder, por interventores militares, a maioria estranhos ao Estado de São Paulo.

No início de 1932, então, o pensamento da população de São Paulo seria cristalizado na expressão “Civil e Paulista”, repetida pelos meios de comunicação, externando o desejo de ter um interventor federal que não fosse militar e que fosse de São Paulo.

A 03 de março, ouvindo o clamor dos paulistas, o ditador nomeava, para o cargo, o embaixador Pedro de Toledo, ex-Grão-Mestre (1908-1914) do “Grande Oriente Estadual” daquele estado, o qual assumiria no dia 07 do mesmo mês.

Essa indicação, todavia, não serviu para aliviar o mal-estar e a tensão reinantes em diversos pontos do país, começando, dessa maneira, a fermentar a revolta.

As reuniões preparatórias do movimento foram levadas a efeito na sede do jornal “O Es-

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

tado de São Paulo", fundado, em 1875, com ideias republicanas, pelos maçons Américo de Campos (Loja "América"), Francisco Rangel Pestana (Loja "América"), Manoel Ferraz de Campos Salles (Loja "Sete de Setembro") e José Maria Lisboa (Loja "Amizade"). Nessa época, o jornal era dirigido por Júlio de Mesquita Filho (Loja "União Paulista II"), que se tornaria um dos principais líderes do movimento.

O estopim da revolta foi aceso na data de 23 de maio de 1932, quando, durante uma manifestação, na Praça da República, alguns jovens: Mário Martins de Almeida, Amadeu Martins, Euclides Miragaia, Dráuzio Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo – cujos nomes (Martins, Miragaia, Dráuzio, Camargo) deram origem ao "M.M.D.C." – foram mortos pela polícia política da ditadura, entrincheirada nos altos de um prédio da Rua Barão de Itapeitinga. No mesmo dia, era reorganizado o secretariado do governo paulista¹.

O "M.M.D.C." foi organizado como sociedade secreta, na Capital de São Paulo, um dia após o incidente, a 24 de maio de 1932, tendo sido projetado durante um jantar no Restaurante Posilipo, pelos maçons Aureliano Leite, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Paulo Nogueira e Prudente de Moraes Neto, aos quais se juntaram, em reunião posterior, no Clube Comercial, Cesário Coimbra, Antônio Carlos Pacheco e Silva, Francisco Mesquita, Edgard Batista Pereira, Francisco A. Santos Filho, Bernardo Antônio de Moraes, Alberto Americano, Roberto Victor Cordeiro, Carlos de Souza Nazaré, capitão Antônio Pietcher, Bueno Ferraz, José A. Telles de Mattos, Gastão Grossé Saraiva, Herman de Moraes Barros, Flávio B. Costa, Moacyr Barbosa Ferraz, Bráulio Santos, Waldemar Silva, Jorge Rezende, e Thiago Mazagão Filho. Inicialmente, a sociedade foi chamada de "Guarda Paulista", depois renomeada como "M.M.D.C.", em homenagem aos jovens mortos a 23 de maio.

Estranhamente, em sessão do dia 25 de maio, da Loja "Piratininga", para a eleição da administração, no período 1932-1933, nada se comentou sobre esse fato marcante, preferindo, os obreiros, deter-se sobre uma crise no "Grande Oriente do Brasil", onde rebeldes contestavam a autoridade do Grão-Mestre, Octávio Kelly, ao qual a "Piratininga" apoiava, totalmente, na Assembleia Geral.

Na fase de conspiração, que levaria ao movimento de 09 de julho, organizaram-se pelotões de voluntários, distribuídos por toda a Capital. Durante o desenrolar da luta, a 10 de agosto, pelo Decreto nº 5627-A, o governo do Estado oficializou o "M.M.D.C.", cuja direção foi entregue a um decenvirato, presidido por Waldemar Martins Ferreira, Secretário da Justiça, e tendo, como superintendente, Luís Piza Sobrinho.

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Inicialmente instalado na Faculdade de Direito, foi, depois, para o antigo Fórum, na rua do Tesouro, e então para o prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Durante o movimento constitucionalista, o “M.M.D.C.” cuidou da intendência geral, das finanças, da direção geral do abastecimento, dos departamentos de engenharia, de saúde, de propaganda militar, do correio militar e dos serviços auxiliares¹.

O maçom Júlio de Mesquita Filho, depois de ter conseguido organizar uma frente única dos partidos de São Paulo, entrou em entendimento com líderes da “Frente Única Sul Rio-Grandense”, nas pessoas dos maçons João Neves da Fontoura e Glicério Alves.

Pelo Rio Grande do Sul, com concordância do interventor, Flores da Cunha, foi firmado um pacto entre paulistas e Rio-Grandenses, o qual obrigava ambos a recorrer às armas, caso o interventor de qualquer um dos dois Estados fosse destituído, ou se houvesse a substituição do General Andrade Neves do comando da guarnição militar do Rio Grande do Sul, ou do General Bertholdo Klinger, da guarnição de Mato Grosso.

O governo ditatorial reagiu ao movimento, tentando asfixiar o Estado de São Paulo e, enquanto o governo paulista prevenia-se, para não sofrer um golpe de surpresa, na Capital Federal, vários fatos políticos e militares levavam à exoneração do Ministro da Guerra, a 28 de junho, com a nomeação do general Espírito Santo Cardoso, há muito tempo reformado e afastado da tropa. Isso suscitou a revolta de Klinger, externada num agressivo ofício, datado de 1º de junho, dando conhecimento do que resolvera, a Pedro de Toledo.

Exonerado o General Bertholdo Klinger por isso, estava criado o motivo suficiente, que fora exigido por Flores da Cunha, para que o Rio Grande do Sul entrasse na luta. Ele, todavia, além de não cumprir o acordo, ainda enviaria tropas contra São Paulo.

Em reunião realizada no dia 07 de julho, com a presença de Francisco Morato, Ataliba Leonel, Sílvio de Campos, coronel Júlio Marcondes Salgado e general Isidoro Dias Lopes, ficou decidido que o levante aconteceria no dia 20, sob o comando de Isidoro Lopes e do coronel Euclides Figueiredo.

Pedro de Toledo ainda tentou evitar a revolta, mandando seu genro ao Rio de Janeiro, no dia 08, para conferenciar com Getúlio Vargas. Todavia, em nova reunião, nesse dia, resolveu-se deflagrar o movimento no dia 10, antes que chegasse a São Paulo o General Pereira de Vasconcellos, para assumir o comando daquela Região Militar.

E então, a 09 de julho, um sábado, a “Revolta Constitucionalista” ganhava as ruas.

Embora algumas obras didáticas situem o início do movimento às 24 horas desse dia, ele

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

ecloidiu, de fato, às 11:40, sob o comando do maçom Euclides Figueiredo, com a tomada do Quartel-General da 2ª Região Militar. No mesmo dia, às 23:15, as sociedades de rádio eram tomadas por civis e, a partir das 24 horas – daí a confusão de alguns autores – começava a ser repetida ininterruptamente a seguinte mensagem:

“De acordo com a ‘Frente Única Paulista’ e com a unânime aspiração do povo de São Paulo; e por determinação do general Izidoro Dias Lopes, o coronel Euclides Figueiredo acaba de assumir o comando da 2ª Região Militar, tendo como Chefe do Estado Maior o coronel Palimércio de Rezende. A oficialidade da Região assistiu incorporada no QG à posse do coronel, nada havendo ocorrido de anormal. Reina em toda a cidade intenso júbilo popular e o povo se dirige em massa aos quartéis, pedindo armas para a defesa de São Paulo”.

No dia 10, o interventor e maçom Pedro de Toledo era aclamado, pelo povo, pelo Exército e pela Força Pública, governador de São Paulo.

No dia 12, o general Bertholdo Klinger, outro destacado maçom, desembarcava na Estação da Luz e, no QG da 2ª Região Militar, na Rua Conselheiro Crispiniano, diante do microfone da Rádio Educadora Paulista, recebia o comando da região de São Paulo, transmitido por Euclides, que, na tarde do mesmo dia, iria para Cruzeiro, onde assumiria o comando da vanguarda das tropas constitucionalistas.

Deixados sozinhos, na luta pela Constituição e pelo Brasil, os combatentes de São Paulo, sem recursos, iriam resistir durante três meses. Sem o esperado apoio de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, as tropas paulistas, que ocuparam o vale do Paraíba, ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, não conseguiram avançar além da divisa com o Estado do Rio. O bloqueio do porto de Santos e a grande concentração de forças federais, vindas de todos os Estados, acabaram vencendo a resistência dos soldados paulistas, graças ao esgotamento de todos os seus recursos.

E a 28 de setembro de 1932, a luta chegava ao fim. Sem que o governo civil fosse consultado, Klinger enviou emissários aos adversários, com propostas de paz e um telegrama a Getúlio Vargas propondo a suspensão do conflito. Fracassados os entendimentos, porque os termos do armistício eram humilhantes demais para São Paulo, elementos do comando geral da Força Pública – seu comandante, Júlio Marcondes Salgado, extraordinário defensor da causa paulista, havia falecido num estúpido acidente com uma granada – sob o comando do Coronel Herculano Silva, assinaram a vexatória rendição, na noite de 1º para 02 de outubro, submetendo-se ao governo ditatorial, em troca de vantagens para os seus oficiais.

Herculano foi indicado para assumir o governo e, no dia 02 de outubro, às 15:30, man-

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

dava três oficiais ao palácio dos Campos Elíseos, para depor Pedro de Toledo.

Segundo reportagem de Silveira Peixoto¹, em “A Gazeta”, de 03 de outubro de 1932:

“O extraordinário paulista, Pedro de Toledo, nesse dia, recebia, com extrema dignidade e serenidade, a desgraça que se abatia sobre si e sobre São Paulo, dizendo, apenas: ‘São Paulo não foi derrotado! Fomos traídos e vencidos no campo das armas! Os ideais que nos levaram à luta, porém, serão vitoriosos’.

“Por volta das 18 horas do dia 02, quando se preparava para deixar os Campos Elíseos, ele ouvia a voz do tenente Cândido Bravo, rompendo o pesado silêncio, que cercava o fim de um sonho: ‘Senhor governador, estaremos sempre juntos’.

“Emocionado, Pedro de Toledo respondia: ‘Nem poderia ser de outra forma! Estamos com São Paulo!’”.

Ao voltar, a Loja “Piratininga”, à plena atividade, a 03 de novembro de 1932, o Venerável Mestre comunicava que, embora tivesse, a Loja, deixado de funcionar por determinação superior – do “Grande Oriente de São Paulo”, dirigida a todas as suas Lojas – a sua diretoria havia continuado a se reunir, semanalmente, para tomar conhecimento do expediente e para resolver os assuntos mais urgentes. E Vaz de Oliveira², interpretando o pensamento da “Piratininga” e de todo o povo paulista, afirmava que:

“Não poderia deixar de saudar ao povo paulista pela dedicação, patriotismo e heroísmo, que tão fortemente demonstrou na guerra em que se empenhou, heroísmo que igual, quanto maior, em nenhuma guerra aponta a história, mesmo na mundial, bem como não pode ser apontada maior traição do que a sofrida pelos paulistas, para cujos traidores deve todo maçom cômico dos seus deveres, evitar convívio, votando-lhes desprezo”.

A CONSTITUINTE DE 1934

Em novembro de 1933, diante da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que era a aspiração dos paulistas, no movimento de 1932, a notícia foi saudada pelos obreiros da Loja “Piratininga”. E o Orador, Ramon Roca Dordal³, propôs a inserção, em ata, de um voto de louvor e aplauso, por aquela instalação. Aprovada, unanimemente, a proposta, Alexandre de Albuquerque afirmaria que havia votado como paulista de coração e na qualidade de ex-combatente, mas propunha um adendo àquela resolução: que o voto de louvor e aplauso fosse

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

² (LOJA AMÉRICA, 2016).

³ (LOJA AMÉRICA, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

extensivo ao fato da volta, a São Paulo, do Irmão Pedro de Toledo, que havia sido exilado.

Em 1934, no dia 23 de maio, emblemático para a alma paulista, depois de cumprimentos ao Irmão do quadro, Alexandre de Albuquerque, pela homenagem que recebera do Instituto de Engenharia, como um importante engenheiro civil de São Paulo e pela sua atuação na “Revolução Constitucionalista”, Guilherme de Carvalho¹, dizendo que aquela era a “*data do aniversário da libertação paulista*”, pedia que a sessão fosse encerrada, em homenagem a ela e aos jovens mortos em 32.

E Roca Dordal², inflamado, referia-se:

"[...] à posição injusta em que, por todos os meios, procurava a ditadura colocar São Paulo, que, muito embora vencido nos seus altos desideratos pela eventualidade de circunstâncias ligadas à força, assim não se considerava; devido a nobreza da causa que defendera, e graças a sua força moral, ao progresso a que soube elevar-se, conseguiu o fim que almejava, e mantém-se firme e admirável na conquista do justo e do direito, não só para o seu bem, mas para o do Brasil – não discrepou do lugar de destaque em que o colocaram os seus antepassados; antes mesmo continuou o seu traçado de luta e de glória, impondo-se à admiração mundial".

Terminou a sua fala, com a citação de um pequeno trecho do vibrante "Minha Terra", oração de bandeirantismo do Irmão Ibrahim Nobre, o tribuno de São Paulo. Fazendo jus ao seu título distintivo, na São Paulo de Piratininga, a Loja firmava-se como a “Piratininga” de São Paulo.

Em julho de 1934, promulgada a nova Constituição brasileira, pela qual lutara São Paulo tão bravamente, durante a “Revolução Constitucionalista” de 1932, Roca Dordal³ tecia novos comentários sobre a Instituição Maçônica e a luta de São Paulo:

“A reunião de quatro confrarias, em Londres, em 1717, dá origem à Maçonaria – que um grupo de homens destemidos, fortes, cansados da tirania e da escravidão, que envolvia a nação e, podemos dizer, a Europa, resolveram traçar novos princípios regeneradores dos costumes da Humanidade sofredora. É a Maçonaria – que em breve seria forte bastante para pôr um dique ao despotismo universal. Mas essa seita, essa reunião de homens de ideais e de vontades inquebrantáveis, teve de preparar sua luta sem tréguas ao obscurantismo e à opressão. Agrupados esses homens de costumes puros, de energia e coragem para os mais duros sacrifícios, entraram a pregar no meio da sociedade com o mais absoluto sigilo, escolhendo

¹ (LOJA AMÉRICA, 2016).

² (LOJA AMÉRICA, 2016).

³ (LOJA AMÉRICA, 2016).

os homens, que dedicados até ao sacrifício, desejavam uma Humanidade melhor. E o sacrifício é necessário! Não há na história da Humanidade uma conquista que não custasse rios de sangue e sacrifícios sem conta, àqueles que primeiro se opuseram ao arbítrio e à tirania. São Paulo recolhe os benefícios de uma Constituição, pelo sacrifício dos que não se submeteram ao capricho de uma ditadura, de um poder discricionário e tirânico. É o fim que almejavam os sinceros maçons, cujos sacrifícios serão pequenos, em face da vitória alcançada”.

Infelizmente, a frágil Constituição de 1934, não garantiria a continuidade de um regime realmente democrático, como viria a comprovar o golpe de 10 de novembro de 1937.

FATOS RELEVANTES DE 1934 ATÉ 1960

Da Revolução de 1930 até a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, inaugurada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1960 poucos fatos realmente se fariam dignos de nota em relação à Maçonaria brasileira¹.

Driblando as escaramuças ideológicas, Vargas, por meio da docilidade do Congresso, não tardou a dar o golpe de Estado. E este aconteceu a 10 de novembro de 1937, quando foi dissolvido o Congresso, extintos todos os partidos, extinta a Constituição de 1934 e publicada uma nova Constituição de cunho autoritário. Estava implantada a ditadura do Estado Novo.

Isso iria repercutir em todas as instituições sociais brasileiras, não sendo, o “Grande Oriente do Brasil”, uma exceção. O fechamento da Maçonaria foi aconselhado ao governo, a 25 de novembro de 1937, 15 dias após o golpe.

Em 1941, as Lojas Maçônicas que haviam permanecido fechadas desde a implantação do Estado Novo, em 1937, procuravam voltar à sua normalidade, embora sob a mira dos be-lugues da ditadura, infiltrados na própria instituição, e sob o peso de decretos maçônicos castradores da liberdade de manifestação do pensamento.

A 22 de agosto de 1942, em vista da série de torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, o Brasil, por nota ministerial, reconheceu o estado de guerra com os países do Eixo, pensando-se então no envio, à Europa, de uma “Força Expedicionária Brasileira”. Em todo o desenrolar da guerra, como acontecera durante o primeiro grande conflito mundial, havia intensa movimentação e comunicação maçônica entre Obediências.

¹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em abril de 1943, atendendo à solicitação do governo, o “Grande Oriente do Brasil” recomendava, às Lojas, que adquirissem bônus de guerra, para auxiliar o esforço bélico dos países aliados.

Com o fim da guerra, o ditador Getúlio Vargas acabou sendo deposto por um novo golpe de estado, a 29 de outubro de 1945.

Em 24 de junho de 1953, foi eleito Grão-Mestre do “Grande Oriente do Brasil” o almirante Benjamin Sodré, filho do ex-Grão-Mestre Lauro Sodré, tendo como Adjunto Cyro Werneck de Sousa e Silva, que seria Grão-Mestre a partir de 1955. A matriz positivista ainda dava as cartas no “Grande Oriente do Brasil”¹.

Getúlio Vargas voltaria ao poder em 1950, desta vez através eleições diretas.

Em meados de 1954, o Brasil passaria por um dos grandes traumas de sua existência, o qual propiciaria uma grave crise política e institucional. Surgiram denúncias e mais denúncias de escândalos administrativos, aproveitados pela oposição, à frente da qual se destacava o jornalista e deputado Carlos Lacerda, filho do político e maçom Maurício de Lacerda.

Lacerda, um dos principais opositores do governo Vargas, iniciara sua campanha a deputado federal. Como havia sido ameaçado de morte algumas vezes, um grupo de simpatizantes, dentro os quais alguns oficiais da Aeronáutica, decidiram servir-lhe de segurança durante seus comícios. Na madrugada de 04 para 05 de agosto de 1954, ao retornar de um deles, o jornalista voltava para casa acompanhado de seu filho Sérgio, de quinze anos, no automóvel do major-aviador Rubens Florentino Vaz. Ao chegar na rua Tonelero, os três saltam do veículo e, ao se despedirem, uma pessoa surgiu das sombras e disparou vários tiros. O major, desarmado, tentou se defender, mas foi atingido no peito. Enquanto isso, Lacerda levava seu filho para a garagem do prédio e voltava disparando contra o agressor, que fugiu num táxi. Um guarda municipal que estava nas proximidades, Sálvio Romeiro, ouviu os disparos e, ao verificar o que estava acontecendo, também foi atingido por um tiro, mas mesmo ferido, conseguiu anotar a placa do veículo fugitivo. E a situação iria se tornar extremamente grave quando o inquérito, então instalado, mostrou que o assassino era dirigido por um serviçal do presidente.

E então, Getúlio Vargas, a 23 de agosto, crendo que venceria a crise com um pedido de afastamento temporário, viu na manhã seguinte que isso não satisfazia a oposição. Sem poder, então, contornar a crise, suicidou-se, em 24 de agosto, com um tiro no coração.

Assumindo em meio à crise e ao trauma gerado pelo gesto de Vargas, o vice-presidente João Café Filho presidiria a eleição do novo presidente da República. Foi eleito, então, o ex-

¹ (CARVALHO, 2016).

governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo como vice-presidente João Goulart. Os quais tomariam posse a 31 de janeiro de 1956.

Em 1957, o “Grande Oriente do Brasil” participava como Obediência internacionalmente reconhecida, do “Congresso Maçônico Internacional de Haia”, na Holanda. Na exposição, então apresentada, o Grão-Mestre Cyro Werneck discursou sobre a história do “Grande Oriente” e os reconhecimentos internacionais de que ele desfrutava, naquela época.

No governo da República, o presidente Juscelino Kubitschek, programando uma série de metas a serem atingidas, tinha como fundamental, a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, aspiração que, embora fosse muito antiga – lembrada, já, na Constituinte do Império, de 1823, e registrada na Constituição republicana de 1891 –, jamais fora levada adiante.

Em decorrência, entretanto, da firmeza do governo, lançando as bases de Brasília, a nova capital inaugurada em 1960, no Planalto Central, várias entidades – e, entre elas, o “Grande Oriente” – começaram a planejar a futura mudança de sua sede central para o novo Distrito Federal.

O ano de 1961 começaria, para o Brasil, com a posse de um novo presidente da República, o Irmão Jânio Quadros, que durou apenas sete meses no poder, tendo renunciado em agosto de 1961. Isso desencadeou uma crise política sem precedentes na história republicana, envolvendo, também, o “Grande Oriente do Brasil” –, pois, depois de o cargo ser entregue, na forma constitucional, ao presidente da Câmara Federal, Pascoal Ranieri Mazzilli, já que o vice-presidente João Goulart estava viajando pela Ásia, os ministros militares, considerando perigosa a entrega do poder a João Goulart – já que este era simpático ao comunismo – pediram ao Congresso Nacional a declaração de seu impedimento.

Seguiram-se alguns dias de apreensões, com vários segmentos da sociedade defendendo a intangibilidade do mandato do vice-presidente. O Grão-Mestre Cyro Werneck, em nome do “Grande Oriente do Brasil”, manifestou-se publicamente pelo respeito à Constituição, com a consequente posse de Goulart na Presidência¹.

A campanha agressiva de Jânio Quadros e seu polêmico governo, contudo, serviram para despertar em muitos maçons o desejo de servir o país no terreno da política. Tanto isso é verdade que ainda hoje existem Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores maçons espalhados por todo o país.

¹ (CARVALHO, 2016).

E em 1964, os militares novamente assumiriam o poder, através do famoso “Golpe de 64”, dando início ao período que posteriormente ficaria conhecido como “Ditadura Militar”.

O ESTADO DE MARACAJÚ

Curiosidade: em 1932, durante a “Revolução Constitucionalista”, o sul de Mato Grosso apoiava a causa paulista, na pessoa do general Bertoldo Klinger.

A cidade de Campo Grande, na época pertencente ao Estado de Mato Grosso, desejando conquistar a sua independência, viu na união com os paulistas a possibilidade de vitória e, em troca, a probabilidade de criação de um novo estado.

Criava-se, então, na cidade de Campo Grande, o “*Estado de Maracajú*”, que se posicionava na fronteira divisional com o Estado de Mato Grosso. Era a criação revolucionária de um estado federativo brasileiro que existiria sem autorização da União de 10 de julho a 02 de outubro de 1932, durante as agitações da “Revolução Constitucionalista” de 1932.

O movimento foi liderado pelo grupo conhecido como “*Ideal Divisicionista*”, controlado pelos líderes locais e classes dominantes compostas essencialmente por maçons e simpatizantes da Ordem. A participação da Maçonaria local, portanto, seria decisiva para que o projeto fosse levado adiante, mesmo que na ilegalidade.

Criado a partir da divisão de Mato Grosso na sua parte meridional, o estado era uma precoce demonstração das pretensões separatistas com relação ao governo de Cuiabá.

O novo estado reclamava o território que hoje ocupa o estado de Mato Grosso do Sul. Seu nome deriva-se da serra que corta o estado. Teve como seu governador o então prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins. Durante essa época, tiveram também os seguintes nomes: como secretário-geral, Arlindo de Andrade Gomes; como Chefe de Polícia do Estado, Leonel Velasco; e como prefeito de Campo Grande, Artur Mendes Jorge Sobrinho.

Com o fim da “Revolução Constitucionalista” e a consequente derrota dos paulistas, o “Estado de Maracajú” foi dissolvido – mas ficou o cerne da divisão que iria acontecer de forma definitiva no ano de 1977, originando o atual Estado do Mato Grosso do Sul¹.

Pode-se dizer, então, que a atual existência do referido estado, deve-se, em grande parte, às ações orquestradas pela Maçonaria lá em 1932.

¹ SILVA (2005, p.02).

PARTE XIII

**A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E
A MAÇONARIA**

É inútil fechar os olhos à realidade.

Se o fizermos, a realidade abrirá nossas pálpebras e nos imporá a sua presença.

[Juscelino Kubitschek].

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA (1956-1960)

Muitos motivos levaram à construção de Brasília, uma nova Capital Federal para o Brasil em substituição ao Rio de Janeiro, que até então havia ocupado o posto.

Na verdade, o interior do país, desde o período colonial se apresentava como um território em possível crescimento e de riqueza em expansão. Assim, controlar o interior com a posse territorial e com a implantação de uma governabilidade local eram objetivos mais que necessários na objetivação da posse territorial plena pela Coroa Portuguesa.

Mudar a capital para o interior representava, portanto, além de levar o crescimento para outras regiões distantes do litoral, salvaguardar a própria nação contra possíveis ataques das nações vizinhas¹.

Ou seja, a construção da atual Capital Federal (Brasília) na segunda metade da década de 1950 não foi um projeto inovador, no sentido de que há muito tempo, desde a época da colonização portuguesa, já existia essa intenção e esse objetivo por parte dos governantes do Brasil, quer fossem brasileiros ou portugueses.

D. João VI, por exemplo, partindo da premissa de que a ideia era censo comum entre os principais intelectuais da época, também reconheceu a necessidade, quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, já em 1808, embora nada tenha feito neste sentido.

E qual foi a participação da Maçonaria neste audacioso projeto?

Didaticamente é atribuído ao maçom português conhecido como Marquês de Pombal os primeiros discursos em prol de uma mudança da capital do governo para um outro lugar. Outros idealizadores da inusitada ideia também se destacaram nesse sentido: o Alferes José Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes), o jornalista Hipólito José da Costa e o patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva, todos notadamente membros da Maçonaria.

A ideia foi tomando vulto, até que em 1823 o maçom José Bonifácio encaminhou à Assembleia Constituinte do Império do Brasil a petição conhecida nos círculos acadêmicos como “*Memória Sobre a Necessidade de Edificar no Brasil uma Nova Capital*”, sugerindo, para sede, a comarca de Paracatu, em Minas Gerais, inclusive sugerindo, já naquela época, a adoção do nome de “Petrópolis” ou “Brasília”.

Outros maçons e personalidades historicamente reconhecidas de âmbito nacional, como o Visconde de Porto Seguro, logo aderiram à nobre causa, fazendo vários manifestos a respeito. Inicialmente preferiam São João Del Rei, mas depois consideraram o Planalto Central co-

¹ (IBGE, 2014).

mo a área propícia para levar-se a cabo o projeto. Ainda seguindo essa linha de pensamento, em 1852, o maçom Holanda Cavalcanti apresentou ao Senado um projeto de lei dispendo sobre a construção da nova Capital, sendo mantido o topônimo de “Brasília”, sugerido por José Bonifácio¹. O projeto, no entanto, não seguiu adiante.

Após a Proclamação da República (1889) acentuou-se ainda mais o anelo de transferir-se a Capital Federal. Instituída em 1891, na primeira Constituição da República Brasileira, a “*Missão Cruls*”, como ficou conhecida a “Comissão Exploradora do Planalto Central”, foi a primeira iniciativa oficial de se concretizar a mudança da Capital².

Entre 1892 e 1894 até uma área já tinha sido delimitada, de 14.400 Km², conhecida como “*Quadrilátero Cruls*”. Esses levantamentos serviram de base para uma vasta gama de projetos desenvolvidos posteriormente, com o intuito de demarcar o Planalto Central e retomar as ideias de mudança da Capital Federal.

No dia 07 de setembro de 1922 (aniversário de cem anos do maior feito da Maçonaria brasileira – a Proclamação da Independência), foi lançada a pedra fundamental da futura capital do Brasil.

Mas foi somente em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que de fato a construção de Brasília pode ser efetivada. O presidente nomeou o maçom Israel Pinheiro, engenheiro e Deputado Federal pelo PSD para coordenar o projeto, do qual também fez parte o renomado maçom Oscar Niemeyer, nomeado diretor do Departamento de Arquitetura.

A construção de Brasília teve início no ano de 1956 e a sua inauguração aconteceu no dia 21 de abril de 1960 – outra data de relevância maçônica, pois relembra Tiradentes e os maçons que fizeram a “Inconfidência Mineira” em 1789 – apenas quatro anos após o início das obras.

No sentido utópico, Brasília representava uma nova organização política, afastada das cidades antigas como o Rio de Janeiro. Seria o lugar onde as desigualdades teriam a chance de serem eliminadas. Infelizmente, isso acabou não se confirmando.

Portanto, podemos concluir que, senão a Maçonaria como Instituição, maçons de diversas épocas foram os grandes responsáveis por trás do projeto visionário que propunha a mudança da Capital Federal do RJ para o interior do país e, posteriormente, também foram os principais encarregados da construção da mesma.

¹ (IBGE, 2014).

² BRAGA (1997, p. 2).

PARTE XIV

**A MAÇONARIA DURANTE A
DITADURA MILITAR**

O tempo é o mais ditador dos ditadores.

Ele faz o que quer; com quem quer; na hora que quer...

E não há nada que possamos fazer para impedi-lo.

[Athos Rodrigues].

O GOLPE MILITAR (1964)

Quanto mais avançamos na História do Brasil, menos registros sobre a participação da Maçonaria na trajetória política da nação vão sendo encontrados, de modo que as informações, daqui para a frente se tornam bastante escassas.

Sobre o “Golpe Militar” e a “Ditadura”, que a bem da verdade hoje sabemos que não foi nenhum “golpe” propriamente dito; e que não houve nenhuma “Ditadura”, e sim um governo administrado com pulso firme pelos militares a fim de que fosse restabelecida a ordem na Nação, que na época, encontrava-se perigosamente ameaçada por uma grave crise social, moral e financeira. Reconhecemos, em contrapartida, que houve excessos, mas é impossível construir-se um novo prédio sobre fundações seguras e estáveis, sem antes demolir-se o antigo edifício cujos alicerces encontram-se abalados e que ameaça ruir a qualquer momento.

O Golpe de Estado no Brasil em 1964 foi a soma de um conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1.º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente João Goulart.

Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, com a subsequente posse interina de Pascoal Ranieri Mazzilli na presidência da república, iniciou-se um período de forte agitação na política brasileira. Diante dos protestos emanados de diversos setores da sociedade brasileira, encontrou-se, depois de dez dias de incertezas, uma solução política para a crise: o Congresso resolvia convocar o vice-presidente que estava em viagem no exterior, mas tirava-lhe os poderes, aprovando, sob a forma de Ato Adicional à Constituição, a instituição do sistema parlamentarista. A 07 de setembro de 1961, João Goulart assumia o cargo, indicando para a presidência do Conselho de Ministros o político mineiro Tancredo Neves, do PSD.

No “Grande Oriente do Brasil”, no ano de 1963, ocorriam novas eleições para os cargos de Grandes Dignidades, sendo eleito Grão-Mestre Álvaro Palmeira, empossado a 24 de junho.

Enquanto o “Grande Oriente” entrava numa fase de relativa calma, o ambiente político do País prosseguia em crescente agitação, pois Goulart, fortalecido pelo plebiscito de 1963, propunha ao Congresso várias reformas de base (agrária, fiscal, política e universitária), que, embora reconhecidas como necessárias pela maioria oposicionista no Congresso, suscitavam discordâncias pela maneira como seriam feitas, principalmente a reforma agrária¹. Sem contar que João Goulart era declaradamente simpático ao comunismo, o que despertava o temor dos militares sobre um possível golpe que poderia instituir o sistema comunista no Brasil.

¹ (CARVALHO, 2016).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Em 1964, houve um movimento de reação, por parte de setores conservadores da sociedade brasileira – notadamente as Forças Armadas, o alto clero da Igreja Católica e organizações da sociedade civil, apoiados fortemente pela potência dominante da época, os Estados Unidos – ao temor de que o Brasil viesse a se transformar em uma ditadura socialista similar à praticada em Cuba, após a falha do Plano Trienal do governo de João Goulart de estabilizar a economia, seguido da acentuação do discurso de medidas vistas como comunistas na época, tais como a reforma agrária e a reforma urbana.

Inúmeras entidades anticomunistas foram criadas naquele período, e seus discursos associavam João Goulart, a sua figura e seu governo, ao "perigo comunista" ou "perigo vermelho". Esse discurso, que até fins de 1963 ficara confinado a setores da extrema-direita, conquistaria rapidamente maior espaço e acabaria por servir de "cimento da mobilização anti-Goulart", propiciando uma *"unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derubada do presidente"*.

E então, na madrugada de 31 de março de 1964, irrompeu o movimento político-militar, que iria depor João Goulart, ocasionando a sua fuga para o exterior.

A 15 de abril de 1964, eleito pelo Congresso, assumia a Presidência da República o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Em seguida, foram emitidos cinco Atos Institucionais, que suspendia as garantias constitucionais, criavam a censura e iniciavam um verdadeiro expurgo na vida pública do País.

Nesses agitados dias, embora houvesse uma divisão de opiniões na Maçonaria brasileira, a maioria dos maçons apoiou, inicialmente, o movimento, diante da situação caótica para a qual caminhava o País. Em nenhum momento, no período do regime militar, o “Grande Oriente do Brasil”, como instituição, foi molestado, embora a repressão que se seguiu à queda de João Goulart tenha atingido a intimidade dos Templos maçônicos, não diretamente pelo governo, mas por meio da corrente que apoiara o movimento e que iniciava, no seio da instituição, uma verdadeira caça às bruxas, a qual iria ser incrementada a partir de 1968, quando foi fechado o Congresso Nacional e editado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5).

E para finalizar, de acordo com o historiador Luís Felipe Nunes Alves¹, foi o maçom e General Golbery do Couto e Silva que ofereceu a base teórica e ideológica aos militares.

¹ ALVES (2011 – Pág. 87).

PARTE XV

A MAÇÔNICA
REDEMOCRATIZAÇÃO DO
BRASIL

Na vida, há os que percorrem caminhos e os que constroem caminhos. Os que passam pelos caminhos, quase sempre podem acenar para os que estão nas margens; por isso, podem ser vistos, lembrados e aplaudidos. Os que constroem caminhos, porém, nem sempre têm a chance de brilhar; e se o fizerem, não encontrarão plateia, pois os que são plateia, via de regra, só chegam quando o caminho já está pronto. Por isso, para os construtores de caminhos, que quase nunca são vistos, lembrados e nem aplaudidos, o reconhecimento de sua própria consciência é o aplauso maior, que cala fundo na certeza do dever cumprido.

[Autor Desconhecido].

DA REDEMOCRATIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS (1985...)

Sabemos que o conceito de Democracia surgiu na Grécia antiga, mas não fosse pela mão da Maçonaria, durante a Idade Média, ele teria sido varrido da História humana pelos ventos do Absolutismo em consonância com o poder temporal da Igreja.

A concepção atual de “Democracia” pode sim, ser considerada um legado da Maçonaria. Diga-se de passagem, um dos mais nobres legados inspirados pela associação dos pedreiros-livres ao mundo contemporâneo, sob o título de “Democracia Representativa”.

Basta retroceder um pouco no tempo, à época da Idade Média e posteriormente aos Séc. XVIII e XIX, período em que reinava o Absolutismo dos reis e o poder da Igreja no domínio dos povos. Onde, naqueles tempos, o poder executivo tinha um período predeterminado de governo, ao fim do qual, o mesmo era substituído, sem a necessidade de morte, deposição, assassinato, guerra ou revolução? Onde, naquela época, ao deixar o cargo, o líder máximo, tinha por obrigação investir o seu sucessor, que havia sido devidamente eleito por seus pares, e somente após este assumir publicamente o compromisso de respeitar e zelar pelas mesmas leis que ele respeitara?

Somente nas Lojas Maçônicas, onde o poder executivo é representado pelo Venerável-Mestre por um período de tempo predeterminado, após o que nova eleição deve eleger o seu sucessor.

E mais ainda: naquela sociedade medieval de classes tão estratificadas, como muito bem explicam Michael Baigent, Henry Lincoln e Richard Leigh¹:

“Só nas Lojas Maçônicas, e em nenhum outro lugar, havia mecanismos de ascensão social que permitiam, por exemplo, a um reles sargento de uma Loja Militar ser o Venerável e iniciar o Coronel Comandante do mesmo regimento, ou um simples plebeu iniciar um príncipe ou um membro da nobreza”.

Portanto, não é nenhum exagero a afirmação de que a “Democracia Representativa” foi um importantíssimo contributo da Maçonaria, que ainda hoje cultuamos, sem muitas vezes sequer imaginar a sua origem.

Dos governos dos Presidentes militares Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, até a redemocratização, as administrações do “Grande Oriente do Brasil” foram opacas, para não dizer lamentáveis, pelo menos até a eleição para Grão-Mestre de Jair Assis Ribeiro de Goiás.

¹ BAIGENT, LINCOLN & LEIGH (2006).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Antes dele, digno de nota foi apenas o fato de que o Senador Osíris Teixeira, empossado no cargo, a 24 de junho de 1978, já a 13 de julho, providenciava a mudança da sede do “Grande Oriente do Brasil” para a Capital Federal, Brasília, que já tinha a estrutura suficiente para abrigar a Obediência.

E então, em março de 1983, era eleito, para o cargo de Grão-Mestre Jair Assis Ribeiro, que representaria um marco de ressurreição da Maçonaria brasileira. Não só responsável pela construção do Palácio Maçônico de Brasília como também por ser um pacificador do “Grande Oriente”. A gestão de Jair Ribeiro iria assistir à redemocratização do Brasil com as primeiras eleições diretas para Presidente da República desde 1964.

Com a eleição do Presidente Tancredo Neves, que não tomaria posse, por conta de que viria a falecer poucos dias depois de eleito, assumiria a Presidência, o vice José Sarney.

Se Jair Assis Ribeiro representou um ponto de inflexão no declínio da Maçonaria brasileira a eleição de Murilo Pinto pode ser vista como a consolidação, a abertura para o exterior depois de décadas de isolamento de administrações provincianas, desde Cyro Werneck – e com a instituição de um robusto programa de educação maçônica¹.

Depois disso, em várias ocasiões – que por serem tantas, não cabe aqui enumerar – os maçons, vestindo os seus ternos pretos e paramentos ou não, agindo discretamente ou não, vem se reunindo e participando passiva e ativamente ou promovendo ações a favor da democracia, do povo brasileiro e do Brasil, da educação de qualidade, da saúde, da segurança, da doação de sangue e de órgãos, da manutenção de monumentos públicos, da moral e dos bons costumes, do progresso, das tradições, das virtudes, da família e da humanidade. Em outros momentos lutando aguerridamente contra a corrupção, a violência, as injustiças, as desigualdades, os vícios, o fanatismo, a intolerância e tudo o que é nocivo ao homem e à sociedade.

E sempre que podem, estão participando de ações filantrópicas e humanitárias, mantendo escolas, creches, hospitais e entidades assistenciais e patrocinando entidades paramaçônicas juvenis; lutando incansavelmente pela Igualdade, pela Liberdade e pela Fraternidade, em todos os seus aspectos e formas.

Afinal de contas, nas palavras do ex-presidente e grande maçom Nilo Peçanha:

“A Maçonaria é uma escola perpétua de altruísmo. Nessa escola, o homem aprende o que é a fraternidade no seu mais amplo e puro sentido. Como a fraternidade é a pedra angular da democracia, eis que o altruísmo democrático domina todo o ideário maçônico”.

¹ (CARVALHO, 2016).

PARTE XVI

**A MAÇONARIA E A EDUCAÇÃO
NO BRASIL**

O homem não é nada além daquilo que a Educação faz dele.

[Immanuel Kant].

OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Até 1808, antes da vinda da Família Real portuguesa, o Brasil era uma colônia isolada, praticamente analfabeta e controlada com imenso rigor. A proibição de manufaturas incluía a indústria gráfica e a publicação de jornais. A circulação de livros e revistas estava submetida a três diferentes instâncias de censura. O direito de reunião era vigiado. E a Educação limitava-se aos níveis mais básicos, disponível apenas para uma minoria muito restrita da população. De cada cem brasileiros menos de dez sabiam ler e escrever¹.

Para se ter uma ideia da precariedade da educação no Brasil colonial, no primeiro censo populacional realizado em São Paulo, já no governo de D. João VI, em 1818, somente 2,5 % dos homens adultos, brancos e livres, da cidade sabiam ler e escrever. Se considerados os escravos, negros forros, mulatos, índios, mulheres e crianças, a taxa de analfabetismo chegava a 99 %.

A “*luz sobre as trevas*”, expressão que surge frequentemente nas publicações maçônicas, dirigia-se à falta de pensamento próprio resultante da educação católica, que predominava no século XIX e voltava-se somente para a elite. Essa educação mantinha uma determinada estagnação social. A visão – e proposta – maçônica era de fornecer subsídios para que o povo pudesse prosperar. Com o crescimento pessoal, ocorreria o crescimento de toda a nação no campo financeiro, social e intelectual. A igualdade era o ideal a ser alcançado².

Segundo o escritor José Murilo de Carvalho³:

“A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”.

Em um discurso nas Cortes de Lisboa, proferido em 02 de setembro de 1822, o maçom e deputado piauiense Domingos da Conceição criticava o estado de ignorância em que viviam os seus conterrâneos da Província do Piauí. Nas suas palavras⁴:

“São 70.000 cegos que desejam a luz da instrução pública”.

Meio século mais tarde, em 1872, durante o primeiro censo do Brasil Imperial, constatou-se que de um total de dez milhões de habitantes, havia apenas 150.000 alunos na escola primária, o que dá menos de um por cento da população⁵.

Em 1889, no ano da Proclamação da República, o Brasil tinha cerca de 14 milhões de habitantes, dos quais, apenas quinze por cento sabia ler e escrever o próprio nome. Os demais

¹ GOMES (2010, p.50).

² SILVA (2016, p.333).

³ CARVALHO (2006, p.65).

⁴ GOMES (2010, p.50).

⁵ GOMES (2010, p.53).

nunca tinham frequentado uma sala de aula. Entre os escravos e os negros recém libertos, os índices de analfabetismo eram ainda maiores, ultrapassando os 99%. Somente uma a cada seis crianças com idade entre 06 e 15 anos frequentava a escola. Em todo o país havia 7.500 escolas primárias com 300 mil alunos matriculados¹. Nos estabelecimentos secundários, o número caía de forma dramática: apenas doze mil estudantes. E somente oito mil pessoas tinham educação superior – uma para cada grupo de 1.750 habitantes².

INICIATIVAS DA MAÇONARIA EM PROL DA EDUCAÇÃO

A educação e a cultura através dos livros são as maiores armas para a libertação de um povo, pois nelas residem as ideias e os ideais dos maiores homens da história.

Diante da condenação aos ideais maçônicos pela Igreja, sob o argumento de que iam contra os ideais cristãos, os maçons replicavam com a valorização das virtudes do homem, encontradas nos próprios maçons. Essas ideias foram difundidas entre a população por meio da filantropia e da criação de escolas administradas pela Maçonaria³.

Nesse contexto, a Maçonaria, em vista da impossibilidade de recursos financeiros para promover uma educação nacional de qualidade, não deixou de atuar dentro dos recursos de algumas Lojas ao nível regional. Diversas iniciativas concretas foram efetivadas pela Maçonaria e seus membros em relação à educação, destinadas a todos os homens, fossem maçons ou profanos, livres ou não⁴.

A Ordem atuou na construção de uma ampla rede de escolas “*libertadoras da consciência dos homens*”. A Instituição maçônica se considerava portadora de uma missão institucional, tanto através da conquista das liberdades quanto por intermédio da universalização do ensino e da divulgação das ciências⁵.

Em 04 de abril de 1870, o projeto de abolição do maçon Rui Barbosa⁶ apresentado à Loja “América” e à apreciação do “Grande Oriente dos Beneditinos”, em seu art. 3º, já determinava que:

“Ficam também obrigadas todas as oficinas brasileiras a empregar todos os esforços

¹ FREYRE (1974, p.165).

² CASTRO (1995, p.27).

³ SILVA (2016, p.333).

⁴ PONTES (2010, p.68).

⁵ GONÇALVES (2012, p.100).

⁶ Extraído do “Projeto de Abolição” apresentado por Rui Barbosa à Loja “América” em 04 de abril de 1870 – Manuscrito pertencente à “Casa Rui Barbosa”, museu cultural situado no Rio de Janeiro.

possíveis, dentro da esfera de seus recursos pecuniários, a fim de divulgar ativamente a educação popular, criando nos seus competentes vales, escolas gratuitas de ensino primário, já noturnas ou domingueiras para adultos de todas as classes, já diurnas e diárias para crianças de um e outro sexo”.

Com isso, a partir de 1870, o apoio à educação pela Maçonaria se consolidou.

Em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma Loja Maçônica com o título distintivo de “Vésper”, com a finalidade principal de dar instrução às classes menos abastadas¹.

De todas essas iniciativas, a que apresentou melhores resultados foi a construção de uma ampla rede de escolas primárias e de bibliotecas públicas, com aulas diurnas e noturnas, para os filhos dos maçons e para as classes populares, disseminando os princípios democráticos e a defesa da liberdade, principalmente a liberdade de consciência².

Assim, a construção de escolas e a oferta de aulas noturnas gratuitas para as camadas do povo tinham como objetivo secundário, identificar as Lojas como libertadoras da consciência do homem³.

Um notável exemplo ocorreu em 1882, quando o maçom Manoel José da Fonseca, proprietário da fábrica Nossa Senhora da Ponte, inaugurada em 02 de setembro de 1882 e membro da Loja Maçônica “Perseverança III”, criou uma escola noturna para os seus operários, entregando-a aos cuidados do professor Horácio Ovídio de Oliveira⁴.

Em 1922, para se ter uma ideia, a Maçonaria brasileira mantinha 132 escolas em 16 estados, com 7.030 alunos matriculados. Desse total, 59 escolas, com 4.626 alunos eram mantidas pelos “*homens do esquadro e do compasso*” apenas em São Paulo⁵.

A MAÇONARIA PAULISTA E A EDUCAÇÃO

A Educação para a Maçonaria paulista ocupava um lugar central na mudança política que se pretendia articular. Para os maçons era preciso formar cidadãos esclarecidos, levar a Luz do conhecimento para a população analfabeta, e assim combater o obscurantismo, a ignorância, que eram representadas pela situação política do Império, com a excessiva centralização defendida pela Igreja Católica.

O caminho para alcançar a liberdade e o progresso era difundir a educação; e isso era

¹ SILVA (2016, p.333).

² BARATA (1999, p.138).

³ SILVA (2016, p.333).

⁴ SILVA (2007, p.95).

⁵ BARATA (1999, p.138).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

parte do projeto das Lojas Maçônicas paulistas. A grande campanha pela instrução do povo foi deflagrada na Província de São Paulo pela Maçonaria republicana e, posteriormente, pelos clubes republicanos¹.

As Lojas Maçônicas foram as primeiras a criar, na província, escolas ou aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres e escravos².

Em 1869, com o patrocínio da Loja “América”, os maçons Luiz Gama e Olímpio da Paixão fundaram uma escola gratuita para crianças e um curso noturno de alfabetização para adultos.

A 04 de abril de 1870, na Loja “América” de São Paulo, dava entrada, assinado por Rui Barbosa um projeto-de-lei que, ao contrário dos seus antecessores, não se limitava à sua Loja, mas era muito mais abrangente, representando uma convocação a todas as Lojas de seu círculo, para que participassem de um esforço coletivo pela libertação dos escravos, doando um quinto da receita total para este fim; e em prol da educação popular, criando e mantendo escolas gratuitas de ensino primário para adultos e crianças de todas as classes sociais e de ambos os sexos³.

Este projeto valeu mais como a apresentação de uma ideia, pois a Loja “América” deve ter se limitado a enviá-lo ao “Grande Oriente dos Beneditinos”, de cuja jurisdição a Loja fazia parte. O líder dessa obediência, Joaquim Saldanha Marinho, diante das dificuldades para a consolidação da Obediência e do precário equilíbrio financeiro desta, arquivou o original, que, posteriormente, seria doado à Casa Rui Barbosa. O projeto, todavia, foi uma demonstração do espírito que animava a juventude maçônica da época⁴.

Em 1º de junho de 1871 temos a criação de uma Biblioteca Popular mantida pela Loja “América”. A Loja criou uma comissão para arrecadar livros. O próprio escritório do Jornal “Correio Paulistano” recebia donativos de livros para a Biblioteca Popular que estava sendo organizada, sendo que todos os “bons cidadãos” deveriam contribuir.

Outras Lojas da província paulista fundaram ou mantinham escolas, como a Loja “Sete de Setembro”, da capital; a “Fraternidade III”, de Rio Claro; a “Perseverança”, de Sorocaba; a “Fidelidade”, de Campinas; a “Fraternidade II”, de Iguape⁵.

A MAÇONARIA GAÚCHA E A EDUCAÇÃO

¹ (ANPUH XIX: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2008).

² (ANPUH XIX: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2008).

³ Vide Anexo 14 (Nota do Autor).

⁴ CASTELLANI (1998, p.65).

⁵ (ANPUH XIX: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2008).

Em 1831 foi fundada em Porto Alegre, numa rua central, uma sociedade secreta, que era um ponto de partida e um núcleo fomentador de ideias revolucionárias. Teve início, disfarçada de “Gabinete de Leitura”, a Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”; que a seguir foi denominada “Sociedade Literária Continentino”, a qual acabaria criando, em anexo, uma escola de alfabetização de adultos e fundando um jornal: “O Continentino”, que sob a direção do Major João Manoel de Lima e Silva, circulou a partir de 1831¹.

A própria “Epopeia Farroupilha” começou pelas ideias. Os ideais estavam nos livros que vinham da Europa e dos Estados Unidos da América, livros que falavam de um mundo possível, democrático, justo, onde todas as pessoas poderiam conviver em paz, com liberdade, igualdade e prosperidade².

Naquela época, nos idos de 1831, estas obras chegavam a todo o momento. Filhos de estancieiros e comerciantes voltavam dos estudos no exterior, trazendo na bagagem muitos sonhos e muitos livros. Eles reuniam-se em grupos para estudar e discutir as obras. Estavam convictos que para um povo ser totalmente livre ele precisaria ser culto e ter acesso irrestrito às informações.

O aperfeiçoamento cultural se dava em três níveis: no primeiro, a alfabetização; no segundo, o contato com as obras clássicas do conhecimento da época; e no terceiro nível estudavam e se aprofundavam nas sete artes liberais e ciências (gramática, retórica, lógica, aritmética, geometria, música e astronomia), todas bem conhecidas entre os maçons da atualidade.

E assim, em julho de 1831, foi fundada a “Sociedade Literária Continentino”, onde funcionava o “Gabinete de Leitura” com o mesmo nome.

Logo, aqueles homens perceberam que tinham um grande problema: tinham os livros e a vontade de evoluir, mas um grande número deles não sabia ler ou escrever. Foi então que colocaram em funcionamento a primeira escola de alfabetização de adultos que se tem notícia no Brasil, patrocinada pelo “Gabinete de Leitura Continentino” e apoiada pela Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”.

Nestas célebres noites, se maravilhavam e viajavam com as obras de Camões, sonhavam com a liberdade, igualdade e fraternidade das obras de Voltaire, se informavam do que acontecia no Brasil e pelo mundo com os jornais que chegavam por via marítima. Realmente amavam o conhecimento e buscavam o aprimoramento intelectual de seu povo, como mola mestra

¹ SILVEIRA (1985, p. 147).

² CELENTE (2004, p. 21-22).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

da sua própria independência e libertação¹.

O trecho do “Hino Farroupilha” que afirma que “*povo que não tem virtude, acaba por ser escravo*”, certamente teve origem no fato de que os seus autores acreditavam que a maior virtude é o saber, que o saber liberta e que só é livre de fato, o povo que possui altos níveis de educação e cultura.

E ninguém pode negar que quanto a isso, a Maçonaria gaúcha cumpriu dignamente a sua missão; e até hoje continua contribuindo diretamente para a educação do povo gaúcho administrando, financiando e incentivando de diversas formas inúmeras escolas, universidades e centros de formação profissional, inclusive com a implantação de cursos de Pós-Graduação “*Latu Sensu*” aprovados e certificados pelo MEC, como por exemplo o Curso de Fundamentação e Filosofia Maçônica implantado em 2014 pelo G.O.R.G.S.

Seguindo o seu exemplo, muitas outras Universidades vêm implantando cursos superiores similares de Pós-Graduação “*Latu Sensu*”, como por exemplo a Uninter/Uniacácia do PR, que oferta os cursos de “Maçonologia: com Especialização em História e Filosofia Maçônica” e “Democracia, Pensamento Contemporâneo e Maçonaria” e a Unileya de SP com o curso de Pós-Graduação em “História da Maçonaria”.

O IHGB E A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Outro marco na educação brasileira, obra de um grupo de maçons preocupados com a questão da educação no Brasil, foi a criação do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (I.H.G.B.), em 1838². Inspirado no modelo precursor do “*Institut Historique*” da França, desde a sua fundação, o I.H.G.B. passou a congregar a elite intelectual e econômica da época tendo como objetivo a formação de um centro de estudos sobre a nação, estimulando a pesquisa histórico-geográfica, científica e literária nacional.

Dentre os seus fundadores, destacam-se alguns maçons ilustres como Francisco Gê Aca-yaba de Montezuma – igualmente fundador da O.A.B. (Ordem dos Advogados do Brasil) e primeiro Soberano Grande Comendador da Maçonaria Brasileira, que em 1832 introduziu, no Brasil, o “Supremo Conselho do Grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito”, mediante a autorização do “Supremo Conselho da Bélgica”.

Segundo o cônego Januário da Cunha Barbosa, outro dos seus fundadores e reconhecido

¹ CELENTE (2004, p. 21-22).

² SCHWARCS (1998, p.127).

exponente da Maçonaria fluminense: “*Era preciso não deixar mais, ao gênio especulador dos estrangeiros, a tarefa de escrever a nossa história*”, de modo que, segundo ele, a partir dali caberia ao I.H.G.B. a tarefa de “*fundação da nacionalidade brasileira*”.

E assim, mais uma vez, senão pela Maçonaria como instituição, mas por intermédio de alguns dos seus integrantes, nascia a controvertida “história oficial” do Império do Brasil, empenhada sempre em esculpir o imaginário nacional com base em vultos e personagens exaltados como heróis nacionais, cujos efeitos até hoje se fazem sentir nos bancos escolares¹.

Da mesma forma, foram os maçons Joaquim Nabuco e Machado de Assis, alguns dos intelectuais que fundaram a “Academia Brasileira de Letras” (A.B.L.).

Atualmente, o estudo e as pesquisas no âmbito maçônico evoluíram tanto que deram origem à “Academia Maçônica Brasileira de Letras” (A.M.B.L.), que reúne pesquisadores, historiadores e escritores que escrevem sobre assuntos ligados à Maçonaria. Alguns estados, inclusive, já possuem suas próprias “Academias Maçônicas Estaduais de Letras”, através das quais novos e talentosos escritores vêm sendo revelados.

Não obstante, nos últimos anos tem se tornado crescente o número de “Lojas de Pesquisas Maçônicas”, criadas por maçons para auxiliá-los em seus estudos e pesquisas sobre tudo o que diz respeito à Ordem.

E em paralelo, também vem surgindo e se solidificando uma imprensa – tanto física sob a forma de jornais, revistas e boletins impressos; quanto de conteúdo digital – que leva a cultura maçônica e as últimas notícias do mundo maçônico para todos os membros da fraternidade e que, muitas vezes também serve como canal de comunicação com o mundo profano, alcançando até mesmo os Irmãos das Lojas mais distantes e interioranas, servindo como uma espécie elo de união e de ligação entre os milhões de maçons espalhados pelos quatro cantos do Globo Terrestre.

¹ SCHWARCS (1998, p.127).

PARTE XVII

**A MAÇONARIA E A IMPRENSA
NO BRASIL**

*Eu preferiria antes perecer nas ruínas da minha Pátria
do que dar um passo que não seja para seu engrandecimento.*

[Bento Gonçalves da Silva]

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NO BRASIL

Uma mudança de grande impacto no Brasil colonial foi o surgimento da imprensa, em 1808, por ocasião da vinda da família real para o Rio de Janeiro. Proibida até aquele ano, a sua liberação mudaria para sempre o ambiente intelectual e político do país, passando a disseminar e a debater as ideias, por vezes liberais, que chegavam da Europa e dos EUA¹.

A partir de então, a imprensa nacional atuou como um importante canal para a divulgação e legitimação dos diferentes projetos formulados para o Brasil independente. Os impressos eram, enquanto instrumentos das práticas culturais, sociais e políticas, típicos representantes das modificações ocorridas no país em meados do Séc. XIX².

HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça – mais conhecido por Hipólito da Costa, nascido em Sacramento, na então Província do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul; havia se formado em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal), ali tornando-se maçom.

Em 1798, foi mandado aos Estados Unidos na qualidade de “Encarregado dos Negócios” de Portugal, participando ativamente da Maçonaria na Filadélfia. Voltou à Portugal, em 1801, sendo nomeado Deputado. Mas pouco depois foi à Londres, onde sua atividade como maçom teve tamanha repercussão, que ao regressar a Portugal foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) e mandado para as masmorras, onde passou três anos. Conseguindo fugir, com ajuda da Maçonaria local, voltou à Londres, onde fundou o célebre “Correio Brasiliense”. Foi através do seu jornal que Hipólito da Costa prestou inestimáveis serviços à Pátria na luta pela Independência e pela abolição da escravatura³.

Conforme Arci Tenório D’Albuquerque⁴:

“Pelos meados de 1805 penetrava em Londres, nublado pela rede imperceptível da Maçonaria, mais um egresso da Justiça portuguesa. Escapando às prisões da Inquisição, após mil e uma vicissitudes, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, alcançava afinal as margens acolhedoras do Tâmis”.

¹ GOMES (2010, p.75).

² GONÇALVES (2012, p.66).

³ GOMES (1975, p.19).

⁴ D’ALBUQUERQUE (1971, p.306-307).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

A capital inglesa era, então, o dínamo propulsor de todas as agitações maçônicas que se processavam na América do Sul, desde o começo do séc. XVIII, pelo menos. A proteção do Duque de Sussex, Grão-Mestre da Maçonaria Inglesa estendia-se sobre todos os intrigantes, agitadores e corifeus da Ordem. Graças a ela, por maiores esforços que envidasse, a embaixada portuguesa não conseguia a expulsão de Hipólito da Costa¹.

Como jornalista, através do “Correio Brasiliense”, ele foi o precursor da propaganda pela abolição da escravidão no Brasil, promovida pela imprensa². Uma das mais relevantes figuras do movimento emancipador brasileiro; foi maçom devotado, de atuação magnífica em prol do Brasil³.

A atitude patriótica do eminente jornalista, que pusera os seus serviços à disposição da causa da independência de sua Pátria, granjeou-lhe a amizade do Príncipe D. Pedro, mais tarde Imperador e seu Irmão de Ordem.

Em 1822, foi encarregado por ele da gestão dos negócios brasileiros em Londres, em cujo cargo permaneceu até a sua morte.

Hipólito da Costa partiu para o Oriente Eterno em Keusington, próximo a Londres, aos 11 de setembro de 1823, aos 48 anos de idade, um ano após a realização do seu belo ideal, a sua aspiração suprema: a emancipação política do Brasil⁴.

Hipólito era um “*English Wig*” (liberais que no Parlamento Britânico defendiam os direitos individuais e a limitação de poderes dos reis). Acreditava numa Constituição equilibrada e justa, num Congresso forte, em liberdade de imprensa e de religião, no respeito pelos direitos individuais⁵.

A compreensão nítida do ideal maçônico, fazendo-o desposar sempre a causa do fraco contra o prepotente, inspirou-lhe a sublime ideia de advogar, através da imprensa, pela causa da abolição da escravatura no Brasil, instituição que ele julgava incompatível com a civilização das sociedades modernas. Abriu ele, assim, a senda que primeiro trilhou, e que valeu depois tantos triunfos a Bocaiúva, Rui Barbosa, Ferreira de Araújo, Ferreira de Meneses, José do Patrocínio e tantos outros maçons, que só em 1888 colheriam os louros da vitória⁶.

Ainda sobre Hipólito José da Costa, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen⁷ assim escreveu:

¹ BARROSO (1939, p.263).

² LEITE (2015, p.12).

³ D’ALBUQUERQUE (1971, p.305).

⁴ LEITE (2015, p.13).

⁵ BARMAN (1988, p.51).

⁶ LEITE (2015, p.13).

⁷ (VARNHAGEN, 1957).

“Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um Império Constitucional do que o ilustre redator do ‘Correio Brasiliense’”.

O CORREIO BRASILIENSE

O primeiro jornal impresso no Brasil foi a “Gazeta do Rio de Janeiro”, lançado em 10 de setembro de 1808 pela Impressão Régia e que somente transmitia notícias de interesse do governo. No entanto, diversos autores atribuem ao maçom Hipólito da Costa e ao seu “Correio Brasiliense” o marco de fundação da imprensa brasileira¹.

Nos seus primeiros treze anos de funcionamento, a imprensa no Brasil era submetida a três diferentes instâncias de censura. Todo e qualquer original deveria, inicialmente, ser enviado e submetido ao crivo do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Se aprovado seguia para o Desembargo do Paço e, finalmente, para a Mesa Censória².

Para fugir à censura, o “Correio Brasiliense”, por muitos considerado o primeiro jornal brasileiro, por não se tratar de uma impressão oficial do governo, foi lançado em Londres também em 1808. Seu fundador, o jornalista Hipólito José da Costa, nasceu no Rio Grande do Sul e deixou o Brasil quando tinha dezesseis anos. Formou-se em Coimbra e morou dois anos nos Estados Unidos. Voltou para Lisboa e foi preso em 1803 por integrar a Maçonaria. Processado pela Inquisição, fugiu para a Inglaterra em 1805, onde criou o “Correio” três anos mais tarde³.

Fundado em 1808, o “Correio Brasiliense” chamou, desde logo, pela liberdade de opiniões com que era escrito, a atenção da Corte e Regência de Portugal, que determinou primeiro fazê-las combater por escrito, e nesse intento, conforme Inocêncio Francisco da Silva (Dicionário Bibliográfico, tomo 3º, pg. 198), publicaram-se em Portugal algumas refutações; depois tentou o governo fazer com Hipólito um ajuste (aprovado pelo Conde de Linhares) em 1810, ajuste proposto por Domingos de Souza Coutinho, irmão do Ministro, tomando o Governo 300 assinaturas do “Correio”, que revenderia, com a condição expressa de que não se ocuparia nem da Maçonaria, nem das Cortes, nem de ataques pessoais. Fracassaram-se, porém, essas negociações, pois em 17 de setembro de 1811 tomou o governo de Portugal, o alvitre mais expedito de proibir a introdução e leitura do jornal em Portugal, sob as mais severas penas; proibição essa que se repetiu em 02 de março de 1812 e 25 de junho de 1817. Apesar das se-

¹ GONÇALVES (2012, p.65).

² GOMES (2010, p.75).

³ GOMES (2014, p.119).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

veras penas, nunca se tornou eficaz a proibição, como se depreende da reiteração da medida por duas vezes¹.

O “Correio Brasiliense” não foi apenas o primeiro órgão da imprensa brasileira, ainda que publicado no exterior, mas, principalmente o mais completo veículo de informação e análise da situação política e social de Portugal e do Brasil, à época com a preconização de uma verdadeira reforma de base para nosso país. Bateu-se, então, pela necessidade de construção de uma rede de estradas; também a utilização de matérias-primas no fabrico de manufaturas, propiciando a formação e expansão do mercado interno; pela abolição da escravatura e pela transferência da capital para o interior, além da adoção de uma política imigratória que aproveitasse, de preferência, artesãos e técnicos².

Oposicionista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o Oceano Atlântico para circular por aqui. Assim, no mesmo ano em que a Corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro fugindo de Napoleão, o jornal idealizado e realizado por Hipólito da Costa, disponível a nobres e plebeus do Novo Mundo, estava longe de ser um beija-mão dos poderosos³.

Em virtude de suas características críticas, o “Correio Brasiliense” sofreu diversas perseguições das autoridades portuguesas, visto que desde o decreto de 13 de maio de 1808, o qual instituiu a Impressão Régia, vigorava no país a “censura prévia”⁴.

Sobre o “Correio Brasiliense” e seu fundador, o pesquisador Hélio Pereira Leite⁵ reforça o que já foi mencionado, bem como traz à luz novas informações:

“Na enumeração dos mais notáveis jornais brasileiros, sobretudo daqueles que exerceram influência no espírito público do país, seria imperdoável esquecer o ‘Correio Brasiliense’, não obstante não ser aqui impresso. O ‘Correio Brasiliense’ ou ‘Armazém Literário’ saía à luz em Londres, em fascículos mensais de número incerto de páginas, a moda dos magazines ingleses. Durou 15 anos, de 1808 a 1822, deixando de si 28 raros e preciosos volumes. Fundou-o e redigiu-o em toda a sua existência, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, brasileiro da Colônia do Sacramento, formado em Direito e Filosofia em Coimbra. Processado pela Inquisição de Lisboa, conseguiu evadir-se estabelecendo-se na metrópole inglesa, onde fundou o seu jornal, que sem embargo do seu subtítulo era mais político do que literário. O liberalismo do ‘Correio’ e o adiantado das suas opiniões fizeram com que o

¹ LEITE (2015, p.13).

² CORDEIRO (2008, p.36).

³ DE LUCCA (2008, p.7).

⁴ GONÇALVES (2012, p.65).

⁵ LEITE (2015, p.12 – texto de José Veríssimo, extraído do “Livro do Centenário” – 1º volume).

governo português lhe proibisse a entrada e leitura em Portugal. Era imperioso recomendá-lo ao Brasil, cuja independência advogava-se com ardor. E aqui foi lido, estimado, admirado e muito influente”.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA INDEPENDÊNCIA

A censura finalmente caiu com o decreto de 02 de março de 1821. A partir dali, todo cidadão poderia manifestar as suas opiniões sem censura prévia. Livres da censura, os jornais logo se transformariam no palco em que se travariam os principais debates que culminariam na Independência do Brasil e perdurariam durante todo período imperial até a Proclamação da República em 1889¹.

Para a mudança social e política pretendida, o maior papel coube desde o início à imprensa revolucionária, representada por um sem número de jornais – muitos dos quais mantidos, administrados e escritos por maçons – que apareceram como um relâmpago por todos os rincões da Pátria².

Assim, a imprensa desempenhou papel importante em favor da Independência do Brasil. Com a volta da família real a Portugal, a censura foi extinta, surgindo então, a partir de agosto de 1821, vários jornais tais como “Revérbero Constitucional Fluminense”, “O Espelho”, “A Malagueta”, “O Macaco Brasileiro”, “O Regulador Brasília-Luso” e “Diário Constitucional”. A maioria escrita e/ou administrada por maçons³.

Frei Sampaio foi, igualmente, um dos mais apaixonados propagandistas maçons da Independência Brasileira, trabalho que desenvolveu, com entusiasmo pelas colunas do jornal “O Regulador”⁴.

No ano da Independência havia 53 jornais em circulação em todo território brasileiro. Curiosamente, até mesmo o Príncipe D. Pedro I participava dos debates impressos, escrevendo artigos, embora que ao assinar, se ocultasse por trás de pseudônimos⁵.

E então, em 1821, passou a circular no Rio de Janeiro o primeiro número do jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”, fundado e dirigido por Gonçalves Ledo e seu amigo e irmão de Ordem, o cônego Januário da Cunha Barbosa, órgão de imprensa que muito contri-

¹ GOMES (2010, p.75-76).

² FAGUNDES (1975, p.187).

³ CORDEIRO (2008, p.40-41).

⁴ LEITE (2015, p.7).

⁵ GOMES (2010, p. 76).

buiria na preparação dos espíritos para a Independência¹.

O REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE

O “Revérbero Constitucional Fluminense”, fundado em 15 de setembro de 1821, pelos maçons Joaquim Gonçalves Ledo e Cônego Januário da Cunha Barbosa, defendia ideias democratas e a autonomia do Brasil, pregava a liberdade pela representação, principalmente com a convocação de uma Assembleia Constituinte. Foi o primeiro jornal independente do governo no Rio de Janeiro. A Independência era sua bandeira, porém sem grandes laços com Portugal. Mesmo assim, publicava artigos de Lisboa, Paris e Londres. Sua marca registrada eram os artigos doutrinários, que criaram força juntamente com a evolução da independência. Inicialmente circulava semanalmente e, após janeiro de 1822, passou a circular quinzenalmente².

A 30 de abril de 1822, o “Revérbero Constitucional Fluminense”, rompendo com todas as convenções até então guardadas, publicava um artigo assinado por Gonçalves Ledo, sugerindo ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a independência do Brasil, sendo Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa, vivamente aplaudidos nas ruas da cidade³.

Nicola Aslan⁴ fornece outros detalhes:

“A 15 de setembro de 1821 foi lançado por Ledo e Januário, estes dois maçons patriotas, o primeiro número do ‘Revérbero Constitucional Fluminense’, periódico quinzenal cuja atuação foi da maior importância tanto para a causa da Independência como para a formação de uma consciência brasileira. Assim é que, a 30 de abril de 1822, nele foi publicado um artigo de Gonçalves Ledo sugerindo ao Príncipe D. Pedro a necessidade de proclamar, logo, a Independência do Brasil”.

Após a Proclamação da Independência, para substituir o “Revérbero Constitucional Fluminense” nas lutas liberais, a Maçonaria pode contar ainda com o “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga, que funcionou entre 1827 a 1835, em cujo período o grande publicista transformou-se na coluna mestra da “Regência”, comandando a política nacional, como antes o fizera Gonçalves Ledo, inclusive fazendo ministros e regentes, sem nada querer para si em

¹ GOMES (1975, p.82).

² CORDEIRO (2008, p.41).

³ GOMES (1975, p.64).

⁴ ASLAN (1997, p.98-99).

troca, também como Ledo¹.

Chama atenção à similaridade conceitual entre os dois jornais, a começar pelos seus nomes, pois “Revérbero” significa “resplendor” e “Aurora” significa “claridade”, ambos alusivos à luz do conhecimento e da sabedoria, sabedoria esta que, como o Sol, provém do Oriente, através da Maçonaria.

Em 1830, já existiam cerca de vinte jornais em circulação no Rio de Janeiro e mais de cinquenta em todo o Império, a maioria dos quais encontrava-se de alguma forma ligada ou era gerida por membros da Maçonaria.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA FARROUPILHA

Em 1827 apareceu na capital da Província do Rio Grande do Sul o “Diário de Porto Alegre”, sob a direção do Major Lourenço Júnior de Castro, que também usava o pseudônimo de Manuel Lester. Esse jornal inaugurou a tipografia gaúcha, ex-tipografia imperial do Exército, perdida na Batalha do Passo do Rosário.

Lourenço Júnior, em 1829 era redator também do “Amigo do Homem e da Pátria” e no ano seguinte passou a redator do “Sentinela da Liberdade” na guarita norte da Barra do Rio Grande de São Pedro.

Esse militar e intelectual, feito jornalista pela Maçonaria, é um exemplo do cuidado com que a Ordem escolhia os seus adeptos para o fim determinado de convulsionar as massas. E justamente por isso, quando Lourenço fazia publicar o “Amigo do Homem e da Pátria” foi preso por crime de imprensa e enviado para o Rio de Janeiro. Lá o incansável maçom, com a ajuda de alguns “irmãos” daquela província fez circular na corte fluminense o periódico “Sentinela da Liberdade”. Quando libertado, voltou para Porto Alegre, para continuar o seu trabalho nesse jornal até 1837².

Vicente Ferreira Gomes redigiu o “Constitucional Rio-Grandense” entre os anos de 1828 a 1831, onde defendia, com ardor maçônico, o liberalismo. Este jornal mereceu do “Aurora Fluminense” de Evaristo da Veiga, a seguinte apreciação:

“Temos no Brasil um novo periódico, notícia que deve sempre alegrar os amantes da Constituição, da publicidade e da imprensa livre”.

Em 1831 foi fundada em Porto Alegre, numa rua central, uma sociedade secreta, que era

¹ FAGUNDES (1975, p.187).

² FAGUNDES (1975, p.188).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

um ponto de partida e um núcleo fomentador de ideias revolucionárias. Assim teve início, disfarçada de “Gabinete de Leitura”, a Loja Maçônica “Philantropia e Liberdade”; que a seguir foi denominada “Sociedade Literária Continentino”, criando, em anexo, uma escola de alfabetização de adultos e fundando um jornal: “O Continentino”¹.

Em 1831 a “Sociedade Literária Continentino”, através do maçom João Manuel de Lima e Silva (tio do Duque de Caxias), passou a editar o jornal “O Continentino”, que circularia de 1831 a 1833. Em 1833, “O Continentino” deixou de circular, mas antes disso foi o arauto do movimento conhecido como “Revolução Farroupilha”.

A ele seguiram-se outros periódicos criados pelos maçons gaúchos, como “Compilador em Porto Alegre”, “Recopilador Liberal”, “Eco Portoalegrense”, “O Republicano” e, às vésperas da Revolução Farroupilha, “O Continentista”².

José Apolinário Pereira de Moraes que redigiu, antes de Evaristo da Veiga, o “Aurora Fluminense”, ao vir para o Rio Grande do Sul, manteve-se à testa do “Vigilante”, de 1830 a 1832, defendendo o ideal republicano. O jornal tinha como divisa uma frase de Fenelon:

“Sacrifica teu repouso e liberdade pelo repouso e a felicidade pública”.

Nas plagas sulinas, o sistema federativo principiou a ser pregado publicamente em 1832, pelas colunas do “Recopilador Liberal”, dos maçons Calvet, Zambecari e Manuel Ruedas, que pregavam a federação republicana, o que veriam concretizar-se na “Revolução dos Farrapos”, a partir de 1835, ou para ser mais exato, a partir de 1836, com a proclamação da República Rio-Grandense pelo General Neto³.

De 1831 a 1835 ainda haveriam de aparecer, entre tantos outros, os seguintes jornais de cunho maçônico-liberal-republicano:

“Compilador em Porto Alegre”, de Pedro José de Almeida, Padre Francisco das Chagas e Antônio Alves Pereira Coruja;

“Recopilador Liberal”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari (maçom italiano) e Manuel Ruedas (maçom uruguaio);

“O Continentino”, cujo lema atribuído a Confúcio: *“Quando se tratar da salvação da Pátria, não consultai, exponde a vida”* deixava clara sua orientação maçônica;

“Idade de Pau”, de Pedro José de Almeida, cuja legenda era um cassetete de madeira para atacar os “caramurus” (portugueses);

“Eco Porto-Alegrense”, do tenente-coronel Silvano José Monteiro de Araújo;

¹ SILVEIRA (1985, p. 147).

² CELENTE (2004, p. 52).

³ FAGUNDES (1989, p. 172).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

“O Republicano”, dos irmãos Calvet, Tito Lívio Zambecari e Manuel Ruedas, trazendo no cabeçalho um verso do célebre maçom Voltaire;

“Inexorável”, folha defensora dos farroupilhas;

“O Continentista”, que surge em 18 de junho de 1835, através dos maçons Francisco de Sá Brito e José de Paiva Magalhães Calvet, e cujo aparecimento não foi bem recebido pelos conservadores.

A proliferação dos periódicos, de vida efêmera, não obscurece a continuidade da obra demolidora da oposição liberal e revolucionária, tendo à frente, quase sempre, os mesmos nomes, a grande maioria composta por membros da Maçonaria e que terminariam por efetuar o levante de 1835.

Um exemplo da importância da imprensa maçônico-farroupilha para a conscientização das massas à formação do ideal revolucionário, com base nas teorias iluministas da “Revolução Francesa” e da “Independência Norte-Americana”, pode-se comprovar através das palavras do conde italiano Tito Lívio Zambecari, publicadas no periódico “O Republicano”, às vésperas da eclosão do movimento:

“Todos os homens nascem iguais e da mesma forma; e obtiveram de seu Criador, certos direitos inauferíveis, entre os quais: o direito à vida, à liberdade, à segurança individual, à felicidade e à resistência à tirania, são os principais. Para sustentar e defender estes direitos, os homens criaram governos, a quem conferiram poder e autoridade, somente enquanto os governantes cuidassem do bem-estar do povo, o qual tem o direito de lhes tirar o poder e a autoridade logo que eles se tornem opressores”.

Embora muitos autores e historiadores insistam em negar, precisamos reconhecer que as soluções propostas pelos jornais maçônicos e revolucionários sempre foram muito mais nacionalistas e federalistas do que exclusivamente separatistas, conforme podemos conferir nas transcrições a seguir.

Em 1832 já pregava o “Recopilador Liberal”:

“Se as leis existentes não são consentâneas, como podemos dizer, não temos leis, estamos anárquicos. Faça-se, pois, a lei do Estado; faça-se a Federação Republicana, eis o remédio dos males da Pátria!”.

Em 1834 o mesmo “Recopilador Liberal”, em sua edição de fevereiro desse ano, assim se referia à Revolução prestes a ser desencadeada:

“Os Rio-Grandenses só querem que o governo marche no sentido da heroica, mas mal-fadada revolução de 07 de abril de 1831: querem as reformas federativas, pelos meios legais,

e nada mais”.

E depois de fazer referências à campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro através do periódico “Aurora Fluminense”, contra os restauradores, se manifestou o jornal gaúcho:

“Será crime nos Rio-Grandenses o que nos fluminenses é virtude? Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos”.

Por sua vez, ainda no corrente ano de 1834, “O Republicano”, também de Porto Alegre, assim doutrinava:

“O regime federal principal abrange duas coisas:

1º. A independência de cada Estado, em relação aos outros, para o arranjo e manejo interior dos negócios domésticos;

2º. A liga e união de todos, para a segurança de um governo central”.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA ABOLICIONISTA

A solidariedade ao sofrimento dos escravos – pensar em um homem sendo privado de seu bem mais precioso: a liberdade – foi o caminho da Maçonaria, que tomou para si a bandeira da abolição. A humanização do escravo foi uma das formas encontradas para aproximar a discussão do povo. Como esse assunto só interessava a quem possuía cativos, a forma encontrada para difundir a ideia foram os jornais abolicionistas, que denunciavam os maus-tratos e causavam comoção na população. Sendo a evolução do homem uma das bandeiras maçônicas, as ligações entre a imprensa abolicionista e os maçons ampliaram propositalmente o foco de discussão, saindo dos muros das Lojas e indo para o dia a dia da nação através de diversas publicações¹.

Os veículos de comunicação maçônicos eram extremamente eficazes. No Rio de Janeiro, destacavam-se os periódicos: “O Pelicano”, “A Família”, “Família Maçônica”, “O Mundo Maçônico” e “Aurora Escocesa”. Esses periódicos divulgavam entre os maçons o que estava sendo feito pelo processo abolicionista e informavam como estavam as comunicações entre as Lojas de outros estados e até de outros países. Podemos encontrar frequentemente cartas de felicitações pelas vitórias a favor da liberdade de Lojas da Colômbia, França, Inglaterra, etc².

Hipólito da Costa, no “Correio Brasiliense”, foi o precursor da propaganda da abolição

¹ SILVA (2016, p.324).

² SILVA (2016, p.331).

da escravidão no Brasil, feita pela imprensa destinada ao público em geral¹.

Se citarmos os jornais abolicionistas mais importantes do séc. XIX, como: “O Correio Brasiliense”, “A Gazeta da Tarde”, “A Gazeta de Notícias”, “O Cabrião”, “O Ipiranga”, “O Radical Paulistano”, “A Redenção”, “O Arado”, “A Liberdade”, “A Cidade do Rio”, “Liberador”, “O Abolicionista”, “Os Ferrões”, “Tribuna Liberal”, “Revista Ilustrada”, “Diário Popular” e “O País”, o que encontraremos em comum entre eles além da forte ideologia liberal?

Maçons. Todos eles tinham ilustres maçons nas suas redações, pelejando pela abolição; ou eram diretamente mantidos pela Maçonaria².

Em 1866, Castro Alves, que viria a se tornar o “*Poeta dos Escravos*”, fundou, juntamente com Rui Barbosa e outros colegas do curso de Direito de São Paulo, o jornal “A Luz”, ao mesmo tempo que criavam uma sociedade abolicionista³.

Em Sorocaba surgiu “O Sorocabano” em 1870, do qual era redator chefe o maçom Júlio Ribeiro e Pereira Salles; seu principal colaborador era o maçom abolicionista e republicano Ubaldino do Amaral. O periódico transformou-se em “O Sorocaba” em 1872; e deixou de existir em 1883⁴.

A “Gazeta de Notícias”, fundada em 1876, foi o jornal pioneiro na campanha abolicionista do Rio de Janeiro, pois seu proprietário, Ferreira de Araújo, convidara um amigo seu de nome José Carlos do Patrocínio, maçom, para trabalhar, em 1879, no jornal. José do Patrocínio, influenciado por Pierre Joseph Proudhon, maçom francês da Loja “Sincerité”, terminava os seus editoriais afirmando que “*A escravidão é um roubo e todo dono de escravo é um ladrão*”, angariando a simpatia de um maior número de adeptos para a causa abolicionista⁵.

Em 1880 apareceu “O Abolicionista”, pela Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, o qual criticava a escravidão em virtude da “péssima imagem” que o Brasil tinha no exterior. Como já citado, a essa Sociedade pertenciam José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, entre outros, com forte presença maçônica⁶.

Esses periódicos, citados até aqui, eram os que procuravam travar a luta abolicionista dentro de uma legalidade, procurando respeitar a propriedade privada no objeto da escravidão. Houve outros jornais de menor projeção que também tiveram participação de maçons, e outros que até atuavam de maneira mais radical. O que vale notar é que a atuação jornalística, assim

¹ LEITE (2015, p.12).

² PONTES (2010, p.55).

³ PONTES (2010, p.59).

⁴ PONTES (2010, p.59).

⁵ PONTES (2010, p.57).

⁶ PONTES (2010, p.57).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

como a filantrópica, não se prendeu exclusivamente ao eixo Rio-São Paulo¹.

Destaca-se ainda nesse contexto, a Loja Maçônica “União e Progresso” de Vitória, local de encontro dos membros da elite do Espírito Santo. Essa Loja representou um profícuo espaço de debate político durante os últimos anos da escravidão naquele estado. Entre os seus frequentadores encontravam-se José Feliciano Moniz Freire e seu filho José de Mello Carvalho Moniz Freire, ambos redatores dos principais jornais antiescravistas da capital, o “Jornal da Victória” e o “A Província do Espírito Santo”, respectivamente. Esse último em sociedade com Cleto Nunes, outro importante integrante da Maçonaria e contando com a participação de Francisco de Lima Escobar, Francisco Urbano Vasconcelos, Manoel Pinto Aleixo Netto, Alpheo Monjardim, Tito Machado, Basílio Carvalho Daemon, entre outros representantes engajados na campanha contra a escravidão. Afonso Cláudio, figura de destaque do movimento abolicionista de Vitória, embora não fosse maçom como os demais, lecionava no Liceu da Loja Maçônica “União e Progresso” como professor de História².

Com Raul Pompéia, o maçom Antônio Bento de Souza e Castro, funda em São Paulo, o “Jornal do Comércio”, em 1882. Antônio Bento fundou também a folha abolicionista “A Redenção”, em 1887, que pregava a libertação imediata e que estava intimamente ligado ao movimento dos Caifazes, que denunciavam pela imprensa os horrores da escravidão. Antes já tinha criado “O Arado” em 1882 e mais tarde criaria “A Liberdade”, em 1888³.

Outros periódicos da época, incentivavam diretamente a compra de cartas de alforria, inclusive através das Lojas Maçônicas, a exemplo do “A Federação”, jornal gaúcho de cunho maçônico, que circulou em Porto Alegre, e que publicou, a 17 de maio de 1884, a nota⁴:

“DECLARAÇÃO – A Comissão encarregada pela Loja Maçônica ‘Luz e Ordem’, que funciona nesta capital, para promover a libertação dos escravos a 24 de junho próximo vindouro, convida a todos os interessados a apresentar as suas petições, reclamações ou explicações ao nosso tesoureiro Bento Batista Orsi, à Rua Voluntários da Pátria nº 237, até o dia 12 de junho, dia esse em que a Comissão designará os escravos que serão libertos na conformidade com o dinheiro em Caixa, ficando o escravo na obrigação de ir buscar a sua carta de libertação no dia 24 de junho, às 08 horas da noite, na Casa Maçônica, à Rua Senhor dos Passos”.

¹ PONTES (2010, p.59).

² (PÍCOLI, 2009).

³ PONTES (2010, p.60).

⁴ GOMES (1975, p.121).

A MAÇONARIA E A IMPRENSA REPUBLICANA

Um dos primeiros jornais republicanos de que se tem notícia no Brasil foi o “Sentinela do Serro”, publicado em Minas Gerais entre 1830 e 1832, sob a direção do maçom Teófilo Ottoni, que também era advogado e político liberal.

O jornal propunha que *“Somos todos de opinião que se deve lentamente republicanizar a Constituição do Brasil”*; isso mais de meio século antes da Proclamação da República¹.

A 03 de dezembro de 1870 ocorria um fato marcante para a história da campanha republicana: era lançado o “Manifesto Republicano”, de inspiração maçônica, liderado por Joaquim Saldanha Marinho. Ele foi redigido e aprovado durante reunião na casa de Saldanha Marinho, que foi o seu primeiro signatário, sem ninguém lhe contestar a primazia, pois ele era o grande líder dos republicanos. O manifesto foi publicado nas páginas do jornal “A República”, do Rio de Janeiro².

Em 1º de janeiro de 1871, o jornal “O Jequitinhonha”, da cidade de Diamantina, publicado e dirigido pelo maçom Joaquim Felício dos Santos, declarou publicamente a sua adesão à causa republicana.

E em 1872 já tinham sido fundados 21 jornais republicanos em todo o país, muitos dos quais sob inspiração e/ou direção maçônica. Da lista faziam parte o “Argos” no Amazonas; “O Futuro” no Pará; “O Amigo do Povo” no Piauí; “A República Federativa”, “Seis de Março”, “O Americano” e “O Manifesto” em Pernambuco; “O Horizonte” na Bahia; “O Correio Paulistano”, “A Gazeta de Campinas”, “O Sorocabano” e “O Comércio de Santos” em São Paulo; “O Antonino” no Paraná; “A Democracia” no Rio Grande do Sul³.

Em 1875 foi lançado, em São Paulo, o jornal “A Província de São Paulo”, cujos 17 proprietários eram todos maçons e republicanos, incluindo os dois diretores e sócios principais: Francisco Rangel Pestana e Américo Brasiliense de Campos. Seu plano de ação defendia a descentralização completa do Estado brasileiro, liberdade de ensino, garantia de aprendizagem obrigatória, separação entre Igreja e Estado, implantação do casamento e registro civil de nascimentos e óbitos, secularização dos cemitérios, Senado temporário e eletivo, eleição direta sobre bases democráticas e presidentes de províncias eleitos por estas. Esse jornal, mais tarde seria rebatizado com o nome de “O Estado de São Paulo”, marcando para sempre a história da

¹ LIRA (1964, p.91).

² CASTELLANI (2001, p.12).

³ GOMES (2015, p. 153).

imprensa brasileira¹.

O mais importante jornal republicano do Rio Grande do Sul foi “A Federação”, inaugurado em janeiro de 1884, sob a direção do maçom Venâncio Aires; e depois, do também maçom Júlio Prates de Castilhos.

A MAÇONARIA E A IMPRENSA NA QUESTÃO RELIGIOSA

Em 1863, com a participação de sete Lojas saídas do “Grande Oriente do Brasil”, Saldanha Marinho fundou uma nova corporação maçônica que posteriormente tomou a denominação de “Grande Oriente dos Beneditinos”, do qual foi Grão-Mestre. Nesta eram pregadas as ideias democráticas, a libertação dos escravos e tantas outras reivindicações liberais.

O discurso proferido pelo padre Almeida Martins no “Grande Oriente do Brasil” (também conhecido como “Grande Oriente do Lavradio”), saudando o seu Grão-Mestre José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, pela apresentação e promulgação da “Lei do Ventre-Livre”, comentado e transcrito na íntegra pela imprensa, foi a origem da “Questão Religiosa”.

Comentando o acontecimento protagonizado pelos bispos de Olinda e de Belém do Pará, Saldanha Marinho proferiu enérgico discurso no seu “Grande Oriente” sob a forma de “Manifesto”.

Nos anos de 1873 e 1874, Saldanha Marinho, assinando o seu nome simbólico maçônico – Ganganelli – publicou no “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, uma série de artigos que ficou famosa sob o título “A IGREJA E O ESTADO”, considerada como uma obra notável de ensinamentos políticos e jurídicos extraídos da situação provocada pela união da Igreja ao Estado.

A campanha anticlerical que se seguiu foi obra exclusiva de Saldanha Marinho e do seu “Grande Oriente dos Beneditinos”. O “Grande Oriente do Brasil” (“do Lavradio”), acompanhando o pensamento do seu Grão-Mestre, preferiu permanecer em prudente reserva².

Mesmo assim, o desdobramento da “Questão Religiosa” ocupou páginas e mais páginas do recém-criado “Boletim Oficial do Grande Oriente do Brasil”³, em artigos que iam desde

¹ COSTA (2001, p.191).

² GOMES (1975, p.113-114).

³ O Boletim oficial do Grande Oriente do Brasil foi criado por decreto de 22 de setembro de 1871. Ele continha, além das resoluções administrativas, matéria cultural histórica e doutrinária, notícias do Supremo Conselho, das Obediências estrangeiras e das Províncias (Nota do Autor).

uma análise fria e imparcial dos fatos, até os apaixonados ataques ao ultramontanismo¹, em geral, e à intolerância dos bispos, em particular.

O Irmão Joaquim Pedro, maçom do 33º grau, por exemplo, nos Boletins de nº 01 a 06, janeiro a junho de 1874, 3º ano da publicação, em artigo sob o título “*D. Vital de Oliveira e D. Antônio de Macedo*”, comentava a prisão de ambos, aplaudindo a atitude do Governo e tecendo sérias críticas aos bispos e ao Papa Pio IX, segundo ele, o verdadeiro agente da intolerância clerical em relação à Maçonaria².

A MAÇONARIA E A IMPRENSA OFICIAL BRASILEIRA

A Maçonaria, da mesma forma, teve importante e relevante participação na criação e posterior consolidação da imprensa oficial brasileira – entenda-se por “Oficial”, a imprensa mantida e regulada pelos órgãos governamentais.

O maçom Joaquim Nabuco, por exemplo, participou do jornal “O País”, fundado pelo português João José dos Reis Júnior, que circulou entre 1884 e 1930. Foi o principal periódico republicano no Brasil. Chegou a vender, em 1890, 32 mil exemplares. Apesar de atuar como um órgão oficial do governo, considerava-se independente. Escreveram em suas páginas, entre outros, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Quintino Bocaiúva foi seu redator-chefe de 1885 até o início do século XX. Todos os citados eram maçons abolicionistas e republicanos³.

O “Diário de Notícias” foi criado em 08 de novembro de 1884, por José Maria Lisboa e Américo de Campos, ambos maçons; e a maioria dos participantes desse jornal eram ligados à Maçonaria, como Rangel Pestana e Aristides Lobo, que proporcionou ao jornal o “furo” nacional da “Lei Áurea”, já na edição vespertina de 14 de maio de 1888, um gigantesco feito para a época. Era o mais popular periódico de São Paulo. Manteve-se na quarta posição entre os jornais paulistanos até a década de 1980. Mais tarde foi adquirido pela empresa que edita “O Globo” e rebatizado com o nome “Diário de São Paulo”⁴.

¹ Embora ultramontano signifique, também, o que está situado para lá dos montes – o mesmo que transmontano – o ultramontanismo é o sistema dos que desejam tornar o mais extenso possível o poder temporal e espiritual do Papa, de modo que, em sentido figurado, é o mesmo que reacionário. O ultramontanismo também pode ser compreendido como uma linha de pensamento conservadora e radical presente na estrutura da Igreja Católica, cujas ideias basicamente consistiam que a autoridade do Papa não poderia ser questionada por nenhum católico e instituições liberais precisavam ser combatidas – a Maçonaria entrava neste último quesito (Nota do Autor).

² CASTELLANI (2001, p.27).

³ PONTES (2010, p.58).

⁴ PONTES (2010, p.59).

A IMPRENSA MAÇÔNICA PARA OS MAÇONS

Em relação aos jornais maçônicos, apesar da existência de alguns folhetos panfletários desde a primeira metade do séc. XIX, foi somente na década de 1870 que surgiram os primeiros órgãos de imprensa de propriedade dos “Grandes Orientes”, voltados a um público mais amplo, embora específico, cujos principais interlocutores eram os maçons e os seus simpatizantes¹.

Além da produção de seus próprios boletins, as correntes maçônicas da Corte Imperial brasileira marcaram presença em diversos espaços jornalísticos ao redor do Império. Começando por Hipólito José da Costa e Gonçalves Ledo, no início do século XIX, vários foram os maçons que fizeram da imprensa uma verdadeira tribuna em defesa das ideias maçônicas. Pode-se destacar: Henrique Valladares, Alexandrino do Amaral, C. Brancante, Luiz Correa de Azevedo, Luiz Antônio Pinto Mendes, Mário Behring (todos posteriores redatores do “Boletim do Grande Oriente do Brasil”); além de Quintino Bocaiúva, Venâncio de Oliveira Aires, João Franklin da Silveira Távora, Ubaldino do Amaral Fontoura; entre outros².

Os ideais impressos nos periódicos maçônicos circulavam por todo o território nacional podendo, até mesmo, ultrapassar os limites de nossas fronteiras. A produção intelectual oriunda da Maçonaria brasileira do séc. XIX expressava os princípios liberais e iluministas em contraposição ao pensamento conservador difundido pelos órgãos de imprensa católica. As principais bandeiras desfraldadas pelos maçons apresentavam a recorrente ideia de uma sociedade laica e de uma imperiosa defesa das liberdades, especialmente a liberdade religiosa, aliada à luta abolicionista, que pregava a liberdade e a igualdade entre todos os homens³.

Criado em 22 de setembro de 1871, o “Boletim do Grande Oriente do Brasil” teve um importante papel na causa abolicionista. Já em seu número de estreia, o editorial adotou uma postura de repúdio perante o cativo, nos seguintes termos⁴:

“A Maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu-se também à resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade. Era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada; e ei-lo, sustentado vigo-

¹ GONÇALVES (2012, p.66).

² (BARATA, 2000).

³ GONÇALVES (2012, p.164).

⁴ Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: editorial, dezembro de 1871.

rosamente no Parlamento pelo nosso atual Grão-Mestre e a presente administração, tornando-se credora das bênçãos da humanidade e do país por levar a efeito a lei geral que concedeu, desde 28 de setembro, a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil. Não investigar qual seria o melhor meio prático da realização da ideia. O governo do estado certamente reformará a lei, se assim julgar necessário e concluirá sua digna tarefa, extinguindo completamente a escravidão e continuando a introduzir no país o elemento que substitua o braço escravo”.

Esse trecho denota a confiança no governo, justificada pela participação maçônica nele, em especial com o Visconde do Rio Branco¹.

Por conta da grande visibilidade alcançada pelos meios de comunicação dos maçons, surgiu uma gama de outros jornais com o mesmo propósito. O desprezo pela escravidão era manifestado em tom uníssono e recorrente nessas publicações. O repúdio tendia a discursos inflamados e à reflexão sobre o papel dos maçons naquele momento, conforme podemos conferir no discurso abaixo²:

“Nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão; entretanto, está quase extirpado este medonho cancro social. A Maçonaria unida reassume de hoje em diante seu posto de honra; ela será a guarda avançada do progresso da humanidade. Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem do férreo jugo do despotismo clerical, ela se recomendará à posteridade pelos relevantes serviços em prol da civilização”.

Na página 98 do mesmo boletim, menciona-se a entrega de 12 cartas de liberdade a menores alforriadas por iniciativa da Ordem³.

Percebe-se aqui a forma engajada como a Maçonaria tomava para si a responsabilidade da libertação dos cativos, além da percepção sutil de que estava no caminho para tal. O envolvimento dos maçons contra a escravidão ocorreu desde as primeiras leis e foi até a participação direta em alforrias e nos movimentos que culminaram na assinatura da “Lei Áurea”.

O ADVENTO DO TELÉGRAFO E A IMPRENSA

Os telégrafos, aparelhos usados na transmissão de mensagens gráficas a partir de códigos

¹ SILVA (2016, p.331).

² Texto extraído do “Boletim do Grande Oriente do Brasil: ao Vale do Lavradio”. Rio de Janeiro, RJ: p. 187, maio de 1872.

³ SILVA (2016, p.331-332).

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

gos, foram inventados pelos maçons americanos Joseph Henry e Samuel Morse, em 1835. Morse foi o primeiro a introduzir as linhas telegráficas no mundo inteiro, baseadas no sistema de pontos e traços na codificação das mensagens – o qual, mais tarde, passaria a ser batizado como “Código Morse”.

Mais tarde, em 1872, o maçom francês Jean Maurice Émile Buador aprimorou o invento, desenvolvendo um método de divisão da mensagem em vários canais. Os telégrafos, embora fossem substituídos posteriormente pelos telefones e por outros meios de comunicação, foram muito importantes para sua época. Suas linhas se alastraram pelo mundo inteiro durante o século XIX, reduzindo as distâncias e ligando os continentes, com uma velocidade e eficiência muito maior do que os correios manuscritos que dependiam muitas vezes de meses inteiros para cruzar os oceanos, tendo chegado ao Brasil somente em 1852.

O telégrafo contribuiu para a proliferação dos jornais e a circulação mais rápida das notícias. Em 1876 já se publicavam cerca de 50 jornais diferentes no Rio de Janeiro, mais de 40 em São Paulo, 30 em Pernambuco, 27 na Bahia e 22 no Pará¹.

Em 1889, as regiões mais distantes, por muito tempo isoladas devido às dificuldades de acesso, já tinham sido mapeadas, ocupadas e integradas entre si, graças, em boa parte, às novas tecnologias de transporte e de comunicação.

Havia cerca de 9.200 km de ferrovias em funcionamento e outros nove mil em construção. A navegação costeira a vapor, inaugurada em março de 1838, reduzira para menos da metade o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Belém, no Pará.

O volume de cartas despachado pelos correios triplicou entre 1881 e 1889, alcançando o número de 55 milhões de correspondências. E o telégrafo, inventado em meados do século, permitia enviar e receber mensagens instantâneas a qualquer distância, num total de 18 mil km de linhas telegráficas construídas em 1889.

Tudo isso, por obra de alguns maçons engajados na missão de trazer progresso à humanidade, contribuiria também, e positivamente, para o desenvolvimento, tanto da imprensa mundial, como da imprensa nacional brasileira².

¹ GOMES (2015, p.70-71).

² GOMES (2015, p.68).

CONCLUSÃO

Certamente haverá no futuro, dias em que não mais existirão fronteiras, nem barreiras, discriminação, racismo, preconceitos, corrupção e tantas outras chagas que afligem a humanidade... Nestes dias haverá, em contrapartida, uma Maçonaria Universal onde todos serão iguais, unidos e virtuosos, vigorando aí, em uma nova ordem planetária, os Reinos da “Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade”.

[Márson Alquati]

CONCLUSÃO

Como é de fácil percepção, a Maçonaria influenciou sim, social e politicamente, nos mais importantes movimentos revolucionários e libertários brasileiros. É claro que contribuíram para isso, toda uma ideologia e o clima revolucionários da época, não apenas no Brasil, mas no mundo todo, onde ela estava bastante ativa e envolvida, principalmente por conta dos seus ideais de liberdade e igualdade. O seu papel foi o de catalisador na congregação das ideias liberais do Iluminismo Europeu, propiciando a realização de reuniões, bem como o desenvolvimento e a aplicação dessas ideologias.

Sobre a participação maçônica nos movimentos revolucionários e libertários do período pré-independência, o historiador Morivalde Calvet Fagundes¹ cita que:

“Antes mesmo de surgirem no país as primeiras sociedades de caráter maçônico, já a Maçonaria, indiretamente, influía na formação da sociedade brasileira. Nos primórdios da nossa evolução como povo, vamos encontrar a presença de iniciados, em particular, ou de ideias maçônicas, de modo geral, em todos ou quase todos os movimentos coletivos e até mesmo em atitudes isoladas de indivíduos, no sentido de uma formação nacional”.

Depois de tudo o que foi visto, não há mais como honestamente negar que as revoluções separatistas, o “Fico”, a Proclamação da Independência, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a construção e transferência da Capital Federal para Brasília, assim como todos os mais significativos eventos de nossa Pátria, sem exceção, foram geridos no interior das Lojas Maçônicas e postos em prática por valorosos maçons.

Nas palavras de Nicola Aslan²:

“Desde a fundação das primeiras Lojas Maçônicas no Brasil, a Maçonaria brasileira foi eminentemente política. Nela atuaram todas as personalidades de maior destaque na Regência e no Império; desde D. Pedro I e José Bonifácio, passando pelo padre Feijó e Duque de Caxias e chegando aos grandes abolicionistas, fundadores da República e primeiros presidentes. Nascida sob o signo da política, a Maçonaria brasileira realizou galhardamente tudo o que de mais expressivo aconteceu, politicamente, no Brasil: a Independência, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República”.

Tanto é que a Independência do Brasil foi proclamada por um Grão-Mestre Maçom, D. Pedro I; e a República por outro, o Marechal Deodoro da Fonseca. Os principais abolicionistas

¹ (FAGUNDES, 1985)

² ASLAN (1997, p.51 e 108).

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

eram todos maçons. O Primeiro ministério da República foi todo composto por maçons, incluindo Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant. E entre os 12 primeiros presidentes da república, oito foram maçons.

No entanto, com a Proclamação da República, terminava no Brasil, o período épico da Maçonaria política, cessando as lutas em prol da conquista dos direitos do homem e da abolição dos privilégios. De fato, todas as liberdades que as Lojas sempre defenderam, durante mais de um século, estavam inscritas na Constituição de 1891, denominada por muitos de “*Monumento Maçônico*”¹.

Talvez, com a Independência do Brasil e o posterior advento da República, possa parecer que foi, pelo menos no Brasil, realizada toda a obra maçônica; o que, entretanto, assim não condiz, porquanto no progresso e no aperfeiçoamento humano não há, nem pode haver limitação. E a Maçonaria prossegue, e prosseguirá incansável no seu maravilhoso trabalho, buscando sempre a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade para toda a humanidade.

Neste quesito concordo com o maçom Quintino Bocaiúva, quando ele ressalta que:

“A aspiração comum de nossa Ordem deve manter vivas e respeitadas as tradições veneráveis da Instituição Maçônica; e, como obreiros abnegados do bem, temos o dever de trabalhar pela felicidade do Brasil, em cujo seio vivemos; e ao qual nos prendem, com os vínculos dos interesses materiais de nossa existência, os vínculos ainda mais fortes dos interesses morais e afetivos de nossa alma. A cada geração, a sua parte no trabalho e na luta, no esforço e no sofrimento”.

Enfim, estudar a participação da Maçonaria nos principais eventos da História do Brasil representa resgatar uma parte, não só da História, mas da alma do povo brasileiro. Significa procurar compreender os anseios desse povo e os caminhos percorridos para atingi-los. Significa ainda o resgate dos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

E para encerrar, deixo-vos com a seguinte indagação:

O Brasil conseguiria ser o país que é hoje, com sua riquíssima história, sem a participação/influência/inspiração da Maçonaria?

¹ ASLAN (1997, p.108).

ANEXOS

A ideia vital da Maçonaria tem protegido a sua existência contra todas as vicissitudes dos tempos e dos acontecimentos; estes laços luminosos conservam sempre a sua força de atração. E a história do período seguinte pode fazer-nos conceber a doce esperança de que se prepara um porvir para ela; de que sua idade de ouro não está escondida nas recordações distantes do passado, mas está próxima a chegar.

[J. G. Findel]

ANEXO 01 – DISCURSO DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

Trecho do discurso do cônego Januário da Cunha Barbosa proferido na Festa de Aniversário da Fusão do Povo Maçônico do Grande Oriente Brasileiro em 1833.

Extraído de “*Discursos no Grande Oriente Brasileiro*” - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

Não espereis, caríssimos Iir. ’. que eu me ocupe hoje em recordar-vos o que em outros tempos se passara no célebre Monte de São João, em que os maçons regressados da guerra santa restabeleceram os altares erguidos ao culto do Supr. ’. Arqu. ’. do Un. ’.; e lançaram os fundamentos da Maçonaria Escocesa que, pela santidade de suas máximas e prática das mais heroicas virtudes, tem resistido à voracidade dos tempos, à perseguição dos tiranos e à raiva dos fanáticos.

Nós temos um objeto não menos festível, que devemos hoje celebrar; e posto que seja peculiar ao Brasil, ele nos enche de glória, e nos faz conhecidos em todas as Nações. Nós temos o aniversário da Instalação do nosso Grande Oriente Brasileiro; e não é este objeto digno de comemorar-se em uma tão respeitável fusão do Povo Maçônico Brasileiro?

Ouso mesmo avançar que eu fugiria horrorizado do vosso grêmio, se visse que os sentimentos de uma ignominiosa restauração, aqui prevalecem aos de puro brasileirismo e liberdade constitucional.

ANEXO 02 – BALAUÍSTRE Nº 67: O PACTO REVOLUCIONÁRIO FARROUPILHA

Ata da reunião de 18 de setembro de 1835, da Loja “Philantropia e Liberdade” – Oriente de Porto Alegre (RS) – que definia o início da Revolução Farroupilha para dali a dois dias a contar da referida data e concedia uma carta de alforria para um escravo de meia idade.

Extrato de Balaústre, nº 67 – de 18 de setembro de 1835.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 E.'. V.'. e 5835 V.'. L.'. reunidos em sua sede, sito à Rua da Igreja, nº 67, em lugar Claríssimo, Forte e Terrível aos tiranos, situado abaixo da abóbada celeste do Zenith, aos 30° sul e 5° de latitude da América Brasileira, ao Vale de Porto Alegre, Província de São Pedro do Rio Grande, nas dependências do Gabinete de Leituras onde funciona a **Loja Maçônica Philantropia e Liberdade**, com o fim de, especificamente, traçarem as metas finais para o início do movimento revolucionário com que seus integrantes pretendem resgatar os brios, os direitos e dignidade do povo Rio-Grandense. A sessão foi aberta pelo Ven. Mestre, Ir. Bento Gonçalves da Silva. Registre-se, a bem da verdade, ainda as presenças dos Iir. José Mariano de Mattos, ex-Ven. José Gomes de Vasconcellos Jardim, Pedro Boticário, Vicente da Fontoura, Paulino da Fontoura, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida, o qual serviu como secretário e lavrou a presente ata. Logo de início, o Ven. Mestre, depois de tecer breves considerações sobre os motivos da presente reunião, de caráter extraordinário, informou a seus pares que o movimento estava prestes a ser desencadeado. A data escolhida é o dia vinte de setembro do corrente, isto é, depois de amanhã. Nesta data, todos nós, em nome do Rio Grande do Sul, nos levantaremos em luta contra o imperialismo que reina no país. Na ocasião, ficou acertada a tomada da Capital da Província pelas tropas dos Iir.'. Vasconcellos Jardim e Onofre Pires, que deverão se deslocar desde a localidade de Pedras Brancas, quando avisados. Tanto Vasconcellos Jardim como Onofre Pires, ao serem informados, responderam que estariam a postos, aguardando o momento para agirem. Também se fez ouvir o nobre Ir.'. Vicente da Fontoura, que sugeriu o máximo cuidado, pois certamente, o Presidente Braga seria avisado do movimento. O Tronco de Beneficência fez a sua circulação e rendeu a medalha cunhada de 421\$000, contados pelo Ir.'. Tes.'. Pedro Boticário. Por proposição do Ir.'. José Mariano de Mattos, o Tronco de Beneficência foi destinado à compra de uma Carta da Alforria de um escravo de meia idade, no valor de 350\$000, proposta aceita por unanimidade. Foi realizada poderosa Cadeia de União, que pela justiça e grandeza da causa, pois em nome do povo Rio-Grandense, lutariam pela Liberdade, Igualdade e Humanidade, pediam a força e a proteção do G.'. A.'. D.'. U.'. para todos os Iir.'. e seus companheiros que iriam participar das contendas. Já eram altas horas da madrugada quando os trabalhos foram encerrados, afirmando o Ven.'. Mestre que todos deveriam confiar nas LL.'. do G.'. A.'. D.'. U.'. e, como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, do que eu, Domingos José de Almeida, Secretário, tracei o presente Balaústre, a fim de que a história, através dos tempos, possa registrar que um grupo de maçons, homens livres e de bons costumes, empenhou-se com o risco da própria vida, em restabelecer o reconhecimento dos direitos desta abençoada terra, berço de grandes homens, localizada no extremo sul de nossa querida Pátria. Oriente de Porto Alegre, aos dezoito dias do mês de setembro de 1835 da E.'. V.'. , 18º dia do sexto mês, Tirsi, da V.'. L.'. do ano de 5835.

Ir.'. Domingos José de Almeida - Secretário.

ANEXO 03 – DISCURSO DE GIUSEPPE GARIBALDI

Trecho do texto escrito por Giuseppe Garibaldi a respeito dos Farrroupilhas, após o término da Revolução Farrroupilha, quando já se encontrava novamente em solo italiano.

Eu vi corpos de tropas mais numerosos, batalhas mais disputadas; mas nunca vi, em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria Rio-Grandense, em cujas fileiras aprendi a desprezar o perigo e combater dignamente pela causa sagrada das Nações. Quantas vezes eu fui tentado a patentear ao mundo os feitos assombrosos que vi realizar por essa viril e destemida gente, que sustentou por mais de nove anos, contra um poderoso Império, a mais encarniçada e gloriosa luta.

Não tenho escrito semelhante prodígio, por falta de habilitações, porém a meus companheiros de armas, por mais de uma vez tenho comemorado tanta bravura nos combates, quanta generosidade na vitória, tanta hospitalidade, quanto afago aos estrangeiros, e a emoção que minha alma, então ainda jovem, sentiu na presença e na majestade de vossas florestas, da formosura de vossas campinas, dos viris e cavalheirescos exercícios de vossa juventude corajosa; em repassando pela memória as vicissitudes de minha vida entre vós, em seis anos de ativíssima guerra e da prática constante de ações magnânimas, como um delírio brado:

- Onde estão agora esses buliçosos filhos do Continente, tão majestosamente terríveis nos combates? Onde estão Bento Gonçalves, Neto, Canabarro, Teixeira e tantos valorosos que não lembro?

Oh, quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros, avesados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço como se fosse uma ponta de gado!

Giuseppe Garibaldi.

ANEXO 04 – O ESCUDO RIO-GRANDENSE

Texto extraído do livro “*História Secreta do Brasil*” (1939) do historiador e pesquisador Gustavo Barroso.

No meio dum troféu de armas e bandeiras, um escudo oval, tendo duas colunas plantadas sobre rochedos, e, no meio delas, um losango com rosáceas às pontas e um quadro, em que o barrete frígio republicano repousa sobre uma haste, entre dois ramos.

O barrete frígio se encontra entre rosáceas simbólicas, que, mais tarde, se transformarão em estrelas. Essas rosáceas são as do Sephiroth da Cabala, como se pode facilmente verificar na gravura colorida que abre o Cap. XXI da grande obra de Manly P. Hall: “Encyclopedia of Masonic, Hermetic and Rosacruzian Symbolical Philosophy”.

O losango nada mais é do que a representação dos dois triângulos que formam a chamada Estrela de Davi. Estão unidos pela base e significam o dualismo maniqueu, a igualdade do Bem e do Mal em luta constante.

O rochedo é o que se chama em linguagem maçônica “a Pedra Bruta”: o homem tal qual o fez a natureza e a sociedade, ensina Henri Duville em “Os Mistérios da Maçonaria e das Sociedades Secretas”. O maçom Dario Veloso, em “O Templo Maçônico”, considera a Pedra Bruta o “estado primitivo, ignorância, paixões, egoísmo” e acrescenta: “Trabalhes com ardor na Pedra Bruta e verás brilhar a Estrela Flamejante”.

As duas colunas são as que estão em todas as Lojas. “As colunas do Templo simbolizam – declara Dario Veloso – dois princípios de equilíbrio social: Tolerância e Solidariedade. Na família, representam o Homem e a Mulher, cujo antagonismo se resolve pelo amor. Analogicamente, representam ainda: a Razão e a Fé; a Ciência e a Religião; O Bem e o Mal; a Luz e as Trevas”. Uma delas, Jakin, é o Espírito, e a outra, Boaz, é a Matéria, o ativo e o passivo, a liberdade e a necessidade. As duas colunas, Boaz e Jakin – define D. José M. Caro, em seu livro “Mistério” – representam os dois princípios que, segundo os gnósticos e maniqueístas, produziram o mundo: o Bem e o Mal; a Luz e as Trevas; Osíris e Tifon; Ormuz e Arimano; Satanás e Jesus Cristo; a Forma e a Matéria; o Fogo e a Água; o Macho e a Fêmea. A coluna branca é o emblema do sexo feminino, a negra o do masculino.

ANEXO 05 – RESOLUÇÃO DA LOJA “PERSEVERANÇA”

Resolução adotada e promulgada em 18 de novembro de 1867 pela Loja Maçônica “Perseverança” de Paranaguá (PR), e que inaugurou o movimento interno em prol da compra de alforrias e libertação de escravos pelas Lojas brasileiras.

À Glória do Supremo Arquiteto do Universo e sob os auspícios do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil, a todos os maçons;

Resolução adotada e promulgada em 18 de novembro de 1867, pelo seu Venerável de Honra Perpétuo, Dr. Alexandre Busquet, Delegado do Grão-Mestre em Paranaguá;

Considerando que a missão da Maçonaria é guiar os povos no caminho da Civilização, da Liberdade e do Progresso, e tomar sempre a iniciativa das medidas tendentes à felicidade do gênero humano, preenchidas as formalidades exigidas pelos Artigos 257, 258 e Capítulos 278 e 281, à unanimidade de votos;

DECRETA

Art. 1º - Todos os fundos, tanto da Tesouraria como de Beneficência, que excederem de seus gastos normais, de agora em diante, sejam empregados em libertar escravos de qualquer cor, unicamente do sexo feminino, que não tenham mais de 4 anos de idade.

Art. 2º - Todos os anos, no dia 23 de junho, véspera da festa de São João, a Loja reunida em sessão magna procederá ao sorteio das libertadas. Os nomes das agraciadas serão profanamente publicados no dia seguinte, 24 de junho.

Art. 3º - Contemplar-se-ão somente, neste sorteio, as escravas mães de melhor conduta e residentes neste Município. A escolha dos nomes que deverão entrar na urna será feita em sessão econômica que precederá a de 23 de junho, em Loja plena, previamente convocada pelo Venerável.

Art. 4º - Fiel ao imperioso dever de reformar e moralizar os costumes, já consagrando a santidade dos laços matrimoniais, já vituperando libidinosos escândalos, a Loja Perseverança exclui dos benefícios do Art. 1º os filhos de escravas com homens livres casados, brancos ou de cor e também com qualquer membro desta Augusta Loja, mesmo solteiro.

Art. 5º - Uma coleta especial será feita para o fim do Art. 1º em todas as sessões magnas e convites serão dirigidos a todos os maçons desta província, para que com seu óbolo concorram para tão elevada empresa.

Art. 6º - Uma cópia da Ata da presente sessão será remetida ao Grande Oriente do Brasil, ao Vale dos Beneditinos, e à Grande Oficina Chefe do Rito Escocês Antigo e Aceito. Enviar-se-á, igualmente, um exemplar da presente lei a todas as Oficinas do Círculo, convidando-as a generalizá-la e adotá-la no seu seio.

Art. 7º - A presente resolução será publicada pela imprensa, tanto para propagar os sãos princípios da Maçonaria, como e principalmente para excitar uma louvável emulação entre as escravas que certamente esforçar-se-ão pela sua boa conduta, em tornarem-se merecedoras da liberdade de suas filhas e da regeneração de suas descendências.

Dr. Alexandre Busquet, 33.º - Venerável.

Antônio da Silva Guimarães, 18.º - 1º Vigilante.

Leocádio Pereira da Costa, 18.º - 2º Vigilante.

Joaquim Soares Gomes, 30.º - Orador.

ANEXO 06 – PROJETO DE LEI DE RUI BARBOSA

Projeto de Lei apresentado por Rui Barbosa na Loja “América” de São Paulo em 04 de abril de 1870 em prol da libertação dos escravos e da educação popular gratuita no Brasil, do qual curiosamente falta o Art. 4º.

Art. 1º - Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes ideias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente a manter e propalar Esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas ideias entre nós.

Art. 2º - Todas as Lojas Maçônicas instituídas no país, tanto as já existentes quanto as porvindouras, não poderão alcançar nem continuar a merecer o título e os direitos de Oficinas regulares e legítimas, sem que adotem pelo mesmo modo esses dois princípios sociais, comprometendo-se a trabalhar por eles, com eficácia e tenacidade.

Art. 3º - Todas as Lojas Maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir, no orçamento de suas despesas, uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.

§ primeiro – Esta verba será proporcional à soma total da receita de cada Loja, de maneira que seja sempre um quinto da receita total.

§ segundo – Este termo proporcional será aplicado invariavelmente a todas as Lojas.

§ terceiro – Ficam também obrigadas todas as Oficinas brasileiras, a empregar todos os esforços possíveis, dentro da esfera de seus recursos pecuniários, afim de divulgar ativamente a educação popular, criando, nos seus competentes Vales, escolas gratuitas de ensino primário, já noturnas ou domingueiras, para adultos de todas as classes, já diurnas para e diárias para crianças de um de outro sexo.

Art. 5º - Nenhum indivíduo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo maçom, sem que primeiramente, antes de receber a Iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam prover de escrava sua.

§ único – Essa declaração será escrita e assinada pelo respectivo neófito e por testemunhas idôneas, escolhidas dentre os maçons presentes em número bastante para que venha a produzir os efeitos legais.

Art. 6º - Todos aqueles que já se acham iniciados em qualquer Oficina Maçônica do Brasil ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um compromisso em que declare livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir à luz desse momento em diante.

§ único – Esta declaração será escrita e assinada pelo respectivo “in apenso” e por testemunhas idôneas, em número suficiente, afim de que possa produzir todas as consequências legais.

Art. 7º - Para estas declarações de liberdade haverá, em cada Oficina, um livro particular numerado e rubricado pelos Delegados do Grande Oriente, ou em falta deles, pelo Venerável da Loja.

§ primeiro – As declarações serão feitas por cada maçom “de per si”, não se admitindo nunca que mais de um indivíduo subscreva o mesmo compromisso.

§ segundo – Cada declaração individual será lavrada em uma das folhas do respectivo livro.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Art. 8º - Se qualquer indivíduo recusar-se a fazer a declaração referida nos artigos 5º e 6º, se ainda não for maçom não poderá nunca ser iniciado, e se já o for, ficará “ipso facto” coberto por toda a Maçonaria brasileira, sendo a respectiva Loja obrigada a comunicar esta ocorrência ao Grande Oriente e às Oficinas mais próximas ou aquelas que forem situadas em qualquer lugar para onde de seguir o maçom suspenso.

§ único – Esta suspensão será levantada logo que o indivíduo, comparecendo à sua antiga Oficina, lavrar e subscrever o compromisso mencionado.

Art. 9º - Qualquer maçom, apesar de ter escrito e assinado a declaração indicada nos artigos 5º e 6º, continuar a criar e manter ilegalmente, na escravidão, as crianças a que tenha dado liberdade pelo seu compromisso, fica a respectiva Loja a participar logo esse delito ao Grande Oriente, o qual assim que receber esta comunicação declarará o delinquente excluído do Grêmio da Maçonaria brasileira, como desobediente aos decretos do Grande Oriente, ficando privado de todos os títulos, direitos, privilégios e dignidades que possuir.

Art. 10 - No caso figurado pelo artigo antecedente, cumpre à respectiva Oficina escolher, sem demora, pessoa competente que processe o criminoso perante os tribunais civis, servindo-se do compromisso por ele escrito e assinado, afim de obter a sentença de liberdade em favor das crianças mantidas em injusto cativeiro.

Art. 11 – A Loja Maçônica que não satisfizer rigorosamente as obrigações determinadas nos artigos precedentes será, pela primeira vez, repreendida e intimada para cumpri-las; e, se resistir, ficará suspensa como refratária às leis do Grande Oriente Brasileiro¹.

Art. 12 – Todas estas disposições, cuja aplicação a Maçonaria brasileira depende ainda da resolução do Grande Oriente, começam a vigorar desde hoje, como lei positiva, no seio da Loja América.

¹ Pode-se constatar, neste ponto, um pequeno engano de Rui Barbosa, pois o Grande Oriente citado, no caso, é o do Vale dos Beneditinos e não o Grande Oriente Brasileiro, que na época já estava extinto (Nota do Autor).

ANEXO 07 – ATA DA INICIAÇÃO DE ANTÔNIO CARLOS GOMES

Trecho extraído da Ata da cerimônia de Iniciação do Maestro Carlos Gomes, compositor da internacionalmente reconhecida ópera “O GUARANI” e que teve lugar no dia 24 de julho de 1859, no Templo da Loja “Amizade”, Oriente de São Paulo.

Balaústre da Sessão do 24º dia do 5º mês do ano 5859.

É aberta a Loja em grau de Aprendiz e com as formalidades de estilo por haver número suficiente de irmãos. O Balaústre da semana passada não se lê por não estar presente o Irmão Secretário nem o Adjunto. A visita feita em família para o Irmão do grau 3 é aplaudida, retribuída e não coberta.

*Achando-se na Câmara das Reflexões os profanos **Antônio Carlos Gomes** e José Pedro de Sant’Anna Gomes, aos quais haviam sido favoráveis os escrutínios. Disposta a Loja em peso na Iniciação dos mesmos, depois das provas e formalidades viram a Luz, prestaram juramento, foram proclamados e tomaram assento no topo da coluna do Meio Dia. Essas brilhantes aquisições são aplaudidas, correspondidos os aplausos e não cobertos.*

A sublime peça de arquitetura improvisada pelo Irmão Dr. Mello Mattos é recebida com os aplausos correspondentes a seu elevado grau, retribuídos e não cobertos. Juntamente é aplaudida uma muito brilhante peça de arquitetura recitada pelo Ir. Dr. Pinto Junior, delegado do M.º P.º e Sup.º Conselho, correspondidos os aplausos e não cobertos. A peça de arquitetura produz o tronco de proposições, que fica sob malhete para ser lida na 1ª sessão econômica.

Dada a palavra a bem da ordem, o Ir.º Primeiro Vigilante, Dr. Américo de Oliveira declarou que o Ir.º 2º Vigilante, Dr. Falcão Filho, partindo para o Rio de Janeiro, encarregara-lhe de fazer suas despedidas à Loja e que lá estava pronto para cumprir seus decretos.

A Sessão de posse fica transferida para o dia 28 por inconvenientes. O Tronco de Beneficência produziu quatro mil e cem réis (4\$100) que são entregues e carregados ao Irmão Hospitaleiro.

Com as formalidades de estilo levanta-se a sessão.

Eu, Joaquim Azevedo de Castro, secretário a tracei e transcrevi.

A.O. Monteiro de Barros
(Venerável Mestre)

J. Valle Jr.
(1º Vigilante)

J.A. de Castro
(Secretário)

ANEXO 08 – DISCURSO DO PADRE ALMEIDA MARTINS

Discurso proferido pelo padre-maçom e orador Almeida Martins na sessão de 02 de março de 1872, em homenagem à aprovação da Lei do Ventre Livre apresentada pelo Grão-Mestre do Grande Oriente, Visconde do Rio Branco, o qual acabaria dando origem à “Questão Religiosa”.

Não competia ao obscuro orador a subida honra de saudar neste momento aquele altar, que traduz as mais nobres ideias e os mais generosos sentimentos. Esta missão cuja magnitude é superior à singeleza de minha palavra, pertencia antes aos inteligentes operários que com a mágica eloquência do seu verbo inspirado, tem sabido erguer ao mais alto grão de luz as grandes ideias da civilização e os generosos princípios da justiça.

Fale, porém, a humildade diante da opulência do talento. Erga o discípulo a voz na grande, na esplêndida Assembleia dos mestres; e que a benevolência de tantos e de tão ilustrados cavalheiros proteja o obscuro orador. E essa benevolência me é necessária porque soleníssimo é o momento.

Eu tenciono ler a mais gloriosa das páginas que nos fastos da humanidade se tem escrito no século XIX. Ao coração e à inteligência nos é grata esta página; porque ela, pertencendo à generosidade, ao talento e ao civismo do ilustre Grão-Mestre da Maçonaria brasileira transmite à posteridade o nome deste benemérito cidadão; proclama a glória da nossa sublime Ordem e recomenda às bênçãos de Deus e aos aplausos do mundo o império do Cruzeiro!

Apóstolos da civilização, aos maçons cumpre render homenagem à grandeza que deve sua existência à moralidade e ao mérito e não à lisonja da pena ou da palavra ou do gênio prostituído. Filhos desta democracia que se regenera pelo estudo e pelo trabalho, pela moralidade e pela confraternização, nós desprezamos os louros conquistados nas lutas de sangue que flagelam a humanidade.

Nós desconhecemos esta glória efêmera, que desaparece com os últimos aplausos das multidões em delírio. Nós, finalmente, não admitimos legitimidade nesse poder com os déspotas, quer sentados nos tronos, quer nas cadeiras republicanas e quer mesmo ajoelhados diante dos altares da religião, se proclamam senhores da Terra.

É que amigos da humanidade e querendo dela constituir uma só família, os maçons só reconhecem a glória que não morre; o poder que não oprime e a religião que pelo amor nos dá a posse de Deus. E firmes e cren-tes nestes princípios, os maçons têm atravessado os séculos e erguido, como anjos tutelares do progresso e da civilização, as colunas dos seus templos em todas as partes do mundo.

A verdadeira glória não se encontra em Júlio César, ao sol que iluminou a esplêndida batalha de Pharsália, e muito menos na soberba cadeira do ditador; o legítimo poder não se encontra diante do herói de ontem, tendo uma grande nação à mercê de sua espada e erguendo-se altivo sobre um trono de despojos e de armas de seus inimigos; a fraternidade não se encontra também nessas teorias subversivas que ao sinistro clarão dos incêndios insultam e envergonham a liberdade, expondo-a na praça pública sem fé, sem esperança e sem caridade, sem honra e sem moral; E Deus não pode finalmente ser encontrado nos altares que reputam à liberdade uma profanação, à razão uma heresia e ao amor um crime. Que o mundo que lá fora se agita nos diz que tudo isto e neste poder há glória.

Que importa?

Júlio César foi grande no meio dos seus exércitos, e, entretanto, no dia de hoje nenhuma só lágrima

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

abençoa a sua memória.

E quanto aos demais?

Esses, uns caíram amaldiçoados por todos quantos tem alma para penar e coração para sentir; os outros hão de ficar sepultados nas ruínas de seu próprio poder, que se firma sobre ossadas de mortos, argamassadas com lágrimas dos órfãos, das viúvas e das populações inermes. É que eles são estátuas de grandeza aparente e não resistem à mais simples análise da razão e do bom senso; é que eles procuraram a glória nos louros manchados de sangue e tismados pela ambição; é que eles finalmente converteram em galas para si próprios o luto, o sofrimento e a miséria dos vencidos!

Só Deus é grande, ilustrada Assembleia, e depois de Deus só é grande a virtude.

Salve, pois, aqueles que, empunhando em suas Oficinas o malhete da sabedoria, moralizam o povo com a virtude do trabalho, inspiram-lhe, com a palavra e com o exemplo, o amor da dignidade e da honra, unindo-o em abraço fraternal e, dirigindo-lhe a inteligência na contemplação do elo, derrama as ondas de luz, em honra de Deus e dos altos princípios da humanidade. Honra àqueles que conquistam a imortalidade pela virtude, porque só as obras em que a virtude põe a mão, disse um grande orador, são imortais; por elas passa a morte desarmada, o tempo lhes inclina reverentemente a fronte encanecida pelo gelo dos séculos, e a posteridade as recebe como herança que lhes pertence, porque a posteridade só aceita o que escapa à lima do tempo e o que resiste aos golpes da morte.

Salve finalmente aqueles que sabem vingar os direitos da natureza, apagando da fronte do homem o ferrete ignominioso e sacrílego da escravidão; e fazendo brilhar nessa fronte a luz três vezes santa da liberdade.

Segue-se daqui que, verdadeiro e realmente grande é o nobre Visconde do Rio Branco, que com a sua palavra inspirada, com o seu vigoroso talento, com a generosidade de seu coração e com a coragem heroica de seu patriotismo escreveu na bandeira da Pátria, nos estandartes maçônicos e no livro da civilização americana, a palavra: LIBERDADE.

Era tempo, Veneráveis Irmãos, que a Maçonaria, neste país, abraçasse grandes ideias não só em relação ao futuro do Império como também à grande causa da humanidade. É incontestavelmente uma missão generosa o dar esmolas aos pobres; mas é nobre e glorioso resgatar os direitos da natureza e tornar uma realidade a religião de Cristo, soberano e divino mestre que no Templo do Calvário, templo universal, oficina misteriosa de um coração imenso, proclamou a liberdade e pregou a igualdade segundo as leis da aptidão e da justiça.

A liberdade, mostrando e fazendo sentir ao homem a grandeza de seus direitos e a gravidade de seus deveres, produz a moralidade e a virtude, que são os mais sólidos fundamentos das sociedades bem constituídas. Nos países em que a escravidão é uma realidade, a caridade e a fraternidade constituem uma mentira, e o progresso e a civilização são palavras sem expressão, sem valor e sem sentido.

Sejamos francos; estamos entre Irmãos.

Debalde o Brasil se esforçava para se alistar e ocupar um lugar honroso entre as nações mais civilizadas, em vão ele apresentava ao mundo o seu sistema de governo como altamente liberal, o gênio de seus filhos, a fertilidade de seu solo e a riqueza de seu comércio, para tomar entre os povos a posição a que tinham direito os seus elevados destinos; inutilmente se ostentava o Brasil, sábio no remanso da paz e herói e invencível nos campos da guerra. A escravidão aí estava como tristíssima herança do passado, desmentindo a sabedoria dos seus códigos, a magnanimidade de seus filhos, o progresso de sua civilização e escurecendo-lhe os horizontes do futuro. O Brasil era considerado bárbaro perante a consciência moral do gênero humano, porque homens que

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

nasciam neste país eram propriedade viva, eram entes animados, máquinas em lugar de agentes, escravos em vez de cidadãos. É que o Sol do Ipiranga não iluminava a frente dos infelizes que regavam com suor e as lágrimas de todos os dias as florestas virgens da América.

Mercê de Deus, a luz foi feita!

A um maçom competia impor silêncio às paixões, demonstrando com a sua palavra inspirada tudo quanto há de grande, de sagrado e de civilizador nesse magnetismo sublime, nesse mágico poder que enleia as almas, nesse ósculo de fraternidade com que o mestre traduz ao romper da luz, a santidade das doutrinas maçônicas.

Salve, pois, três vezes salve o ilustre Visconde do Rio Branco, benemérito da pátria e da humanidade; glória ao grande cidadão que à frente de uma plêiade brilhante de generosos brasileiros, que conosco se assentam nos bancos da fraternidade, soube mostrar ao mundo que o Império do Cruzeiro respeita o seu glorioso passado, trabalha em prol do honrado presente, e que fé e crenças no seu lisonjeiro futuro.

Esta solenidade com que os homens livres saúdam a grandeza e a fidalguia que devem sua existência ao mérito e à virtude; esta solenidade que constitui um hino em honra da civilização e da liberdade; esta solenidade finalmente, em que todos os sentimentos generosos se agrupam para render homenagem a um homem, fala mais alto que a eloquência humana em prol do grande cidadão que acaba de gravar o seu nome nos pórticos da imortalidade.

O obscuro orador não fez um discurso; quis ler apenas uma página que no memorável dia 28 de setembro de 1871 foi escrita na história da civilização.

E a página está lida; e ela constitui o elogio ao grande homem que hoje recebe os aplausos do Grande Oriente do Brasil, que em nome de Deus, da razão e da natureza o proclama benemérito da Pátria e da humanidade.

Viva o ilustre Visconde do Rio Branco!

**ANEXO 09 – EDITORIAL DO BOLETIM DO GRANDE ORIENTE
(ABRIL A JUNHO DE 1873)**

Texto extraído do Editorial do Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, publicado no Rio de Janeiro, edição de abril/junho de 1873, Ano II, n. 4 a 6, páginas 250-251, durante a Questão Religiosa ou Questão Epíscopo-Maçônica.

O combate que a Maçonaria deve sustentar é todo pacífico, limita-se a defender e propagar o princípio da liberdade, a máxima da tolerância, o exemplo da caridade. Cumpre-lhe, por meio da imprensa, da tribuna e da escola, incutir no ânimo do povo que a liberdade de consciência é uma lei essencialmente divina, e que se alguém há que o negue, basta-lhe consultar a sua própria consciência para saber que é livre.

A Maçonaria deve pregar a tolerância das crenças, mais do que a tolerância, o respeito, porque ela não é uma igreja nem uma seita: é uma sociedade, a mais elevada e pura de todas; é certo, mas é apenas uma sociedade. Todos os homens podem fazer parte dela qualquer que seja a sua religião. Ela é intolerante para com uma única classe de homens, se tal classe existe: a dos ateus; mas ainda assim não os persegue, limita-se a não os aceitar.

Além destas doutrinas gerais que a Maçonaria deve propagar, há medidas e leis que ela folgaria de ver adotadas pelo poder civil, e as quais lhe cumpre expor e reclamar pelos meios que a civilização e a legalidade lhe oferecem: a pena e a palavra. Tais são, entre outras: o casamento civil, o registro civil e a separação da Igreja e do Estado. Nada mais são do que corolários da liberdade de consciência e da tolerância das crenças.

Justo é, portanto, que todos os seus membros, qualquer que seja a religião que professem, achem na sociedade civil igualdade de garantias.

Pedindo estas reformas, a Maçonaria obedece ao bom senso e à razão.

Quando todas estas doutrinas estiverem consagradas por lei, radicadas no espírito do povo, então a Maçonaria poderá depor as armas e ficar simplesmente alerta. Já então, não será fácil o triunfo do governo teocrático.

Cada planta nasce no terreno que lhe é próprio. É isto o que devemos ter em vista; é isto o que todos os maçons hão de realizar mais tarde ou mais cedo com a só arma da opinião.

ANEXO 10 – MANIFESTO: “AO PARLAMENTO E À NAÇÃO”

Manifesto militar redigido por Rui Barbosa e assinado por Deodoro da Fonseca e Visconde de Pelotas em prol da Questão Militar.

As recentes declarações ministeriais do Senado trazem a questão militar à uma crise, que impreterivelmente, exige solução definitiva imediata e diversa da que a última transformação do Gabinete parece querer impor-lhe. Suscitada pelo arbítrio da administração no ato opressivo que mandou repreender, em ordem do dia, um oficial, por se haver defendido com isenção, pela imprensa, de arguições com que o ferira a palavra de um deputado, dir-se-ia tender para um fim a que todos aplaudimos, quando o Governo sujeitou a controvérsia levantada pelo seu erro ao juízo do Conselho Supremo Militar.

Deixando o caminho normal de consulta ao Conselho de Estado, em cujo selo uma seção especial conhece os motivos concernentes à guerra, e submetendo os pontos debatidos à apreciação de um tribunal, que emana em sua maioria das nossas fileiras, o Ministério aparentara\ confiar sem reserva na consciência leal do Exército, e pelas condições extraordinárias desse apelo oferecer a mais ampla satisfação ao direito ofendido.

Oriundo dessa corporação respeitável, a sentença foi qual se esperava da sua competência, da sua firmeza, denegando razão ao ex-Ministro da Guerra, sob a sanção das leis penais. É de direito comum a todos os cidadãos, e que desse direito não é lícito privar os Oficiais do Exército, sem ofensa da Constituição do Império.

Subscrevendo essa decisão, que provocara, pela declaração formal de que com ela se conformava, o Governo induziu o país a crer que a pendência estava finda, e que ao desassombro na confissão do desacerto se seguiria a lógica da reparação, que o erro confessado lhe intimava.

Não quis, porém, o Ministro dar esse exemplo de respeito a si próprio, aos seus atos solenes, aos seus compromissos oficiais; e pelos publicistas que eram notoriamente, em certas folhas, os intérpretes diretos do Gabinete, se faz saber que a nota da censura aos oficiais não se retiraria, enquanto estes não o requeressem. Como se a autoridade que de público reconheceu haver lesado a lei numa espécie determinada e correta, não tocasse, por nobreza, por decore, por justiça estreita, por engano oficial de suas funções o dever de reintegrá-la, como ainda se as vítimas da prepotência fossem mais interessadas nessa restituição do que a própria legalidade exautorada. Humilhação tal era inadmissível aos nossos brios. O Governo sentiu-o, na reprovação geral que acolheu a sua incongruência; e o sacrifício do Ministro da Guerra, exonerado pelos seus colegas, veio outra vez persuadir a Nação de que o Gabinete voltava à estrada legal, tirando francamente do seu ato a consequência inevitável. Mas os meses correram em vão; a moléstia do Imperador, sobressaltando profundamente os brasileiros, veio pôr em todos os ânimos o receio de agravar pelas agitações de um conflito, ainda que moral, o melindroso estado de sua saúde, até que, na Câmara dos Senadores, em sessão de 09 do corrente, o Ministro Interino da Guerra, promovido a efetivo no dia seguinte, desenganava a todas as esperanças, declarando que o Ministério não se considerava ligado pelo aresto do Supremo Conselho, apesar de lhe haver dado seu beneplácito, que as censuras infligidas aos oficiais eram justa punição das infrações disciplinares e que o conselho de guerra requerido com insistência por um desses oficiais em desagravo de sua fé de ofício, maculada pelo Governo, nunca lhe seria concedido, porque autorizá-lo equivalia o mesmo que sujeitar o Ministro com o peticionário, à alçada do Tribunal Militar.

Princípios tais, inauditos até agora, fariam da boa fama dos oficiais brasileiros simples propriedade do

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Governo, sem haver mais honra militar, que pudesse defrontar-se de uma nódoa imerecida, quando a parcialidade de um Ministro deliberasse infligir-lhe mancha e recusar-lhe o desagravo judicial.

Sob tais teorias jurídicas não há Exército, nem pode haver Pátria; porque a primeira condição da Pátria é pundonor dos defensores profissionais de sua honra. O que se agita, portanto, não é uma questão de classe; o aviltamento do Exército envolveria a sociedade e daria triste medida do caráter nacional.

Não é também veleidade de predomínio militar o que nos move: a consciência pública tem certeza de que o Exército brasileiro é a mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado. Seja qual for a posição a que as circunstâncias nos levem, a segurança individual, a tranquilidade pública, as instituições constitucionais, as tradições livres da Nação encontrarão sempre no Exército um baluarte inexpugnável e em cada peito de soldado uma alma de cidadão.

Mas a jurisprudência do Governo exclui da lei o Exército; e dessa proscrição, intolerável porque envolve a nossa vergonha, força é que haja recurso. Para onde?

A recomposição por que acaba de passar o Gabinete, chamando à efetivação na pasta da Guerra o autor das declarações enfáticas de 09 deste mês, imprimiu ao Governo a mais acentuada hostilidade aos brios militares. Ela evidencia que, longe de inspirar-se a destituição do ex-Ministro dessa Secretaria de Estado no pensamento de rejeitar o Ministério a solidariedade de colaborar nas medidas de reação contra o Exército, longe disso, o que tinha em mente era buscar um reator mais inflexível nela, torná-la peremptória recusando em substância e absolutamente o que até então se inculcara concedido apenas sob condição de aquiescência nossa a uma caprichosa formalidade. Assim vem acabar que, desde o ano passado, ilude a nós e ao país.

Deploramos que a doença inquietadora de Sua Majestade não permita invocar diretamente o Chefe de Estado. Sabe o Exército que o Imperador nenhuma responsabilidade constitucional tem. É-lhe grato saber que nos abusos de que se trata, não lhe cabe nenhuma responsabilidade real. Mas, em toda a parte, ainda nos países aonde exemplarmente se pratica a monarquia parlamentar, o soberano, se é, como entre nós, um elevado espírito, tem sempre em si pela sua sabedoria, pela sua experiência acumulada, pela superioridade de sua intenção, pela alta imparcialidade do seu cargo, uma imensa reserva de autoridade moral, de influência persuasiva sobre o ânimo de seus ministros mais independentes, dos seus conselheiros mais austeros, e não lhe faltam ocasiões como esta de exercê-la, com bem fazeja discipulação, em proveito da justiça, da liberdade e da lei.

Detém-nos, porém, neste momento o zelo pelos dias de Sua Majestade, o temor de arriscar a sua preciosa saúde, talvez até a sua existência, pondo em contribuição a atividade quando a medicina indica o repouso e o povo anseia pelo seu restabelecimento. Não obstante, não seríamos leais ao Príncipe honrado e patriota que reina sobre nós, se pactuássemos com o vilipêndio de uma posição, que nos ludibria, arrancando-nos a dignidade de cidadãos armados, para não nos deixar mais que a subserviência de janízaros. Não nos resta, pois, senão recorrer para a opinião do país, que desde o princípio esposou a nossa causa, idêntica a dele, endereçar ao Parlamento este derradeiro apelo de protestar que havemos de mantermos-nos no posto de resistência à ilegalidade; que é o nosso dever, de qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena. Havemos de ser consequentes, como quem não conhece o caminho por onde se recua sem honra.

Manuel José Antônio Corrêa de Câmara
Visconde de Pelotas

Manuel Deodoro da Fonseca
Marechal de Campo

ANEXO 11 – MANIFESTO REPUBLICANO DE 1870

Documento de inspiração maçônica, redigido por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça – todos maçons, assim como a maioria dos seus signatários.

Aos nossos Concidadãos:

É a voz de um partido que se alça hoje para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração, ou revogação da carta outorgada em 1824, está por ela mesma prevista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação.

Só à opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos; nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós.

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.

Em um regime de compressão e violência, conspirar seria o nosso direito. Mas nos regimes das ficções e da corrupção em que vivemos, discutir é o nosso dever. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do Direito, postos a serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma obra de patriotismo e não de exclusivismo; e, aceitando a co-participação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos.

Exposição de Motivos:

Uma longa e dolorosa experiência há doutrinado ao povo, aos partidos e aos homens públicos em geral da nossa terra.

A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influndo sobre os negócios internos e externos da nossa pátria, hão criado esta situação deplorável, em que as inteligências e os caracteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse. De todos os ângulos do país surgem as queixas, de todos os lados políticos surgem os protestos e as revelações estranhas que denunciam a existência de um vício grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa anulação do elemento democrático.

O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a ação do mal e todos apontam a origem dele. E quanto maior seja o empenho dos que buscam ocultar a causa na sombra de uma prerrogativa privilegiada e quase divina, tanto maior deve ser o nosso esforço para espantar essa sombra e fazer a luz sobre o mistério que nos rodeia.

As condições da luta política hão variado completamente de certo tempo a esta parte. Já não são mais os partidos que pleiteiam no terreno constitucional, as suas ideias e os seus sistemas. São todos os partidos que se sentem anulados, reduzidos à impotência e expostos ao desdém da opinião pela influência permanente de um princípio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso de nossa pátria.

Os agentes reconhecidos pela lei fogem à censura pela alegação da força superior que os avassala. A seu

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

turno, o elemento acusado retrai-se à sombra da responsabilidade dos agentes legais. Em tais condições, e abandonando a questão dos nomes próprios, que é mesquinha ante a grandeza do mal que nos assoberba e ante a ideia que nos domina, apresentamo-nos nós, responsabilizando diretamente a nossa forma de governo, ao nosso modo de administração, ao nosso sistema social e político.

Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveriam ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onimodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião; e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável. O privilégio, em todas as relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país – privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de uns sobre todos ou de alguns sobre muitos.

A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

A sociedade brasileira, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do caos colonial. As tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas morais do progresso e da liberdade invasões perigosas, para quem cada vitória dos princípios democráticos se afigura uma usurpação criminosa, hão por tal forma trabalhado o espírito nacional, confundido todas as noções do Direito moderno, anarquizado todos os princípios tutelares da ordem social, transtornado todas as consciências, corrompido todos os instrumentos de governo, sofismado todas as garantias da liberdade civil e política, que no momento atual tem de ser, forçosamente, ou a aurora da regeneração nacional ou o ocaso fatal das liberdades públicas.

Processo Histórico:

Para bem apreciar as causas que hão concorrido para o relaxamento moral que se observa, e conhecer-se até que ponto a ideia do Direito foi desnaturada e pervertida, é necessário remontar à origem histórica da fundação do Império.

Iniciado o pensamento da emancipação do Brasil, o despotismo colonial procurou desde logo surpreender, em uma emboscada política, a revolução que surgia no horizonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava, tal foi o intuito da monarquia portuguesa. Para isso bastou-lhe uma ficção: substituir a pessoa, mantendo a mesma autoridade a quem faltava a legitimidade e o direito. Nos espíritos, a independência estava feita pela influência das ideias revolucionárias do tempo e pela tradição ensanguentada dos primeiros mártires brasileiros. Nos interesses e nas relações econômicas, na legislação e na administração, estava ela também feita pela influência dos acontecimentos que forçaram a abertura dos nossos portos ao comércio dos pavilhões estrangeiros e o desligamento dos funcionários aqui estabelecidos.

A democracia pura, que procurava estabelecer-se em toda a plenitude de seus princípios, em toda a santidade de suas doutrinas, sentiu-se atraída pelo consórcio falaz da realeza aventureira. Se ela triunfasse, como deveria ter acontecido, resguardando ao mesmo tempo as garantias do presente e as aspirações do futuro, ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o rei de Portugal queria garantir à sua dinastia. Entre a sorte do povo e a sorte da família real, foram os interesses dinásticos os que sobrepujaram os interesses do Brasil. O

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

rei de Portugal, arreceiando-se da soberania democrática, qualificando-a de invasora e aventureira, deu-se pressa em lecionar o filho na teoria da traição. O voto do povo foi dispensado. A forma da aclamação fictícia preteriu a sanção da soberania nacional, e a graça de Deus, impiamente aliada à vontade astuciosa do rei, impôs com o Império, o Imperador que o devia substituir. O artifício era grosseiro. Cumpria disfarçá-lo. A unânime aclamação dos povos carecia da corroboração nacional: a voz de uma constituinte era reclamada pela opinião. A realeza improvisada sentiu a necessidade de legitimar a sua usurpação. A Constituinte foi convocada.

A missão dessa primeira Assembleia nacional era árdua e solene. Assomando no horizonte político, tinham mais que uma nação para constituir, tinham um réu para julgar. A luta pronunciou-se, porque era inevitável. O intuito da realeza sentiu-se burlado; o que ela pretendia era um ato de subserviência. A atitude da Assembleia foi para ela uma surpresa. Preexistindo à opinião e havendo-se constituído sem dependência de voto popular, não lhe convinha mais do que a muda sanção da sua usurpação; e nunca a livre manifestação da vontade do país. A Constituinte foi dissolvida à mão armada, os representantes do povo dispersos, proscritos e encarcerados.

A espada vitoriosa da tirania cortou assim violentamente o único laço que a podia prender à existência nacional e envenenou a única fonte que lhe podia prestar o batismo da legitimidade. A consciência dos réprobos chega também à iluminação do remorso; o próprio receio, se nem sempre traz o arrependimento, presta ao menos a intuição do perigo. Cumpre iludir a opinião, indignada e dolorosamente surpreendida. As ideias democráticas tinham já então bastante força para que fossem desdenhosamente preteridas. A dissimulação podia, até certo ponto, suavizar a rudeza do golpe. A força armada, já destra nas manobras do despotismo, tranquilizava o ânimo do monarca quanto a veemência das paixões que pudessem prorromper. A carta constitucional foi outorgada. E para que ainda um simulacro de opinião lhe emprestasse a força moral de que carecia, foram os agentes do despotismo os próprios encarregados de impô-la à soberania nacional, sob a forma de juramento político.

Tal é a lei que se diz fundamental. Com ela firmou-se o Império. Mescla informe de princípios heterogêneos e de poderes que todos se anulam diante da única vontade que sobre todos impera; é ela a base da monarquia temperada que, pela graça de Deus, nos coube em sorte.

Há 48 anos que grande crime foi cometido; e dessa data em diante, de que se pode contar a hégira da liberdade entre nós, começou também esse trabalho longo e doloroso que tem exaurido as forças nacionais no empenho infrutífero de conciliar os elementos contraditórios e inconciliáveis sobre que repousa toda a nossa organização artificial.

A revolução de 07 de abril, que pôs termo ao primeiro reinado, pela nobreza de seus intuitos, pela consciência dos males sofridos, pela experiência dos desastres, que anularam, no exterior, o prestígio da nossa pátria; e, no interior, todas as garantias civis e políticas do cidadão, estava destinada a resgatar a liberdade, a desafrontar a democracia ultrajada e a repor sobre os seus fundamentos naturais o edifício constitucional. A legislação do período da Regência, apesar de haver sido truncada, desnaturada ou revogada, atesta ao mesmo tempo a elevação do pensamento democrático e o seu ardente zelo pela consolidação das liberdades públicas. Enquanto fora da influência da realeza, os governos se inspiram na fonte da soberania nacional, os interesses da pátria e os direitos do cidadão parecem achar melhor garantia e resguardo.

Cidadãos eminentes, de nobilíssimos caráter, almas robustas e sinceramente devotadas à causa do país, empregaram durante este período grandes, nobres, mas infrutíferos esforços. Se o sistema contivesse em si a força, que só a verdade empresta, se a vontade dos homens pudesse ser eficaz contra a influência dos princípios

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

falsos, a causa do país teria sido salva.

A ineficácia da revolução comprova-se pelo vício orgânico das constituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto. A demonstração oferece a própria reação efetuada em 1837 em diante.

A conspiração da maioria coincide com a obra da reação; procurou-se apagar da legislação até os últimos vestígios do elemento democrático que tentara expandir-se. A lei de 3 de dezembro de 1841, que confiscou praticamente a liberdade individual, é o corolário da lei da interpretação do ato adicional, a qual sequestrou a liberdade política, destruindo por um ato ordinário a deliberação do único poder constituinte que tem existido no Brasil.

Assim, pois, anulada a soberania nacional, sofismadas as gloriosas conquistas que pretenderam a revolução da independência de 1822 e a revolução da democracia de 1831, o mecanismo social e político, sem o eixo sobre que devia girar, isto é, a vontade do povo, ficou girando em torno de outro eixo: a vontade de um homem. A liberdade aparente e o despotismo real, a forma dissimulando a substância, tais são as características da nossa organização constitucional. O primeiro com o segundo reinado são, por isso, semelhantes.

O Sofisma em Ação:

O último presidente do conselho de ministros do ex-imperador dos franceses, em carta aos seus eleitores, deixou escapar seguinte sentença: “A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma coisa absurda; mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma coisa monstruosa”. Nessa sentença se resume o processo de nosso sistema de governo.

Por ato próprio, o fundador do Império e chefe da dinastia reinante se consagrou inviolável, sagrado e irresponsável. A infalibilidade do arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro.

Que outras condições, em diverso regime, constituem o absolutismo?

Quando não fossem bastantes estes atributos de supremacia, as faculdades de que se acha investido o soberano pela carta outorgada em 1824, bastavam para invalidar as prerrogativas aparentes com que essa carta simulou garantir as liberdades públicas.

O poder intruso que se constituiu chave do sistema, regulador dos outros poderes, ponderador do equilíbrio constitucional, avocou a si e concentrou em suas mãos toda a ação, toda a preponderância. Nenhuma só das pretendidas garantias democráticas se encontra sem o corretivo ou a contradição que a desvirtua e nulifica.

Temos representação nacional?

Seria esta a primeira condição de um país constitucional representativo. Uma questão preliminar responde à interrogação. Não há, nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública.

Militarizada a nação, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na guarda nacional pela ação do recrutamento, ou pela ação da polícia, é ilusória a soberania, que só pode revelar-se sob a condição de ir sempre de acordo com a vontade do poder. Ainda quando não prevalecem estas condições, ainda quando se presume a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe-se pela força não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do Poder Mode-

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

rador, com as faculdades que lhe dá a carta, com o veto secundado pela dissolução, para nulificar de fato o elemento democrático.

Uma Câmara de deputados demissível à vontade do soberano, e um senado vitalício à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país. A liberdade de consciência nulificada por uma igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade de imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do “hábeas corpus” pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.

Um poder soberano, privativo, perpétuo e irresponsável forma, a seu nuto, o Poder Executivo, escolhendo os ministros; o Poder Legislativo, escolhendo os Senadores e designando os deputados; e o Poder Judiciário, nomeando os magistrados, removendo-os, aposentando-os. Tal é, em essência, o mecanismo político da carta de 1824, tais são os sofismas por meio dos quais o Imperador reina, governa e administra.

Deste modo, qual é a delegação nacional? Que poder a representa? Como pode ser a lei a representação da vontade do povo? Como podem coexistir com o poder absoluto, que tudo domina, os poderes independentes de que fala a carta?

A realidade é que, se em relação à doutrina, as contradições sufocam o direito, em relação à prática, só o poder pessoal impera sem contestação nem corretivo.

Consenso Unânime:

À democracia, acusam-na de intolerante, irritável, exagerada e pessimista. Suspeita aos olhos da soberania, que pretende ser divina, os seus conceitos são inquinados de malevolência e prevenção. É justo em tão melindrosa questão buscar em fontes insuspeitas as sentenças que apoiam as nossas convicções. Para corroborá-las temos o juízo severo de homens eminentes do país, de todas as crenças e matizes políticos. Nenhum estadista, nenhum cidadão que tenha estudado os negócios públicos, deixa de compartilhar conosco a convicção que manifestamos sobre a influência perniciosa do poder pessoal.

Todos somos concordes em reconhecer e lamentar a prostração moral a que nos arrastou o absolutismo praticado sob as vestes do liberalismo aparente.

Eusébio de Queirós, monarquista extremado, chefe proeminente do Partido Conservador, foi uma vez ministro no atual reinado, e não mais consentiu em voltar a essa posição, apesar das circunstâncias e solicitações reiteradas do seu partido. “Neste país...”, dizia ele, “Não se pode ser ministro duas vezes”.

Firmino Silva, dando conta da morte desse distinto brasileiro, escreveu no “Correio Mercantil” de 10 de maio de 1868, as seguintes palavras: “Inopinadamente deixou o ministério e se retirou isoladamente, e sempre que se oferecia ocasião de assumir a governança, se esquivava, com inquietação dos que o conheciam. Há convicções tão inabaláveis que preferem o silêncio que sufoca, ao desabafo que pode pôr em perigo um princípio”.

D. Manuel de Assis Mascarenhas, caráter severo e digno, manifestou no Senado o seu profundo desgosto pelo que observava, nos seguintes termos: “Quando a inteligência, a virtude, os serviços são preteridos e postos de parte; quando os perversos são galardoados com empregos eminentes, pode-se afoitamente exclamar com Sêneca: Morreram os costumes, o direito, a honra, a piedade, a fé, e aquilo que nunca volta quando se perde: o

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

pudor”.

Nabuco de Araújo, conhecido e prático no governo, disse na câmara vitalícia por ocasião da ascensão do gabinete de 16 de julho: “O Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros, como despacha os delegados e subdelegados de polícia. Por sem dúvida, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à Coroa de nomear livremente os seus ministros; não podeis ir até ao ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver. Ora disse-me: não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede esta sorte fatal, esta sorte que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; e esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!”.

Francisco Octaviano, quando redator do “Correio Mercantil”, por mais de uma vez, estigmatizou em termos enérgicos o poder pessoal que se ostenta e as inconveniências que semelhante poder resultam à nação.

Sayap Lobato e o mesmo Firmino Silva escreveram no “Correio Mercantil”, cuja redação estava a seu cargo, as verdades seguintes: “Quem de longe examinar as instituições brasileiras pelos efeitos da perspectiva; quem contentar-se em observar o majestoso frontispício do templo constitucional, suas inscrições pomposas, sua arquitetura esplêndida, há de sem dúvida exclamar: eis aqui um povo que possui a primeira das condições do progresso e da grandeza. Aquele, porém, que um dia estender o campo da observação até o interior do edifício na esperança de aí admirar a realização dos elementos de felicidade que as formas ostensivas do governo afiançavam, e o regime da liberdade tem desenvolvido em outros lugares, exclamará: que decepção!”.

Sob a influência do Visconde de Caramagibe, Pinto de Campos e outros monarquistas por excelência, foi publicado em Pernambuco no “Constitucional”, em 1868, o seguinte: “O governo, a nefasta política do governo do Imperador foi quem criou este estado desesperado em que nos achamos... política de proscrição, de corrupção, de venalidade e de cinismo... um tal governo não é o da nação pela nação, é o governo do Imperador pelo Imperador... à proporção que o poder se une nas mãos de um só, a nação se desune e divide”.

O “Diário do Rio de Janeiro”, escrito sob as inspirações do Barão de Cotegipe, dizia no mesmo ano: “Tudo está estremecido: a ordem e a liberdade. Se o presente aflige, o futuro assusta”.

O mesmo diário, e sob a inspiração dos mesmos homens, dizia eloquentemente em referência às insidiosas palavras “harmonia dos brasileiros”: “A harmonia imposta é a paz de Varsóvia, ou a obediência dos Turcos. Não pode haver harmonia entre oprimidos e opressivos, entre usurpadores e usurpados, entre algozes e vítimas. Se os oprimidos suportam, chamai-os resignados. Se não promovem a reivindicação chamai-os covardes. Mas em respeito a Deus, que tudo vê, não chames harmonia dos brasileiros o desprezo das leis, a ditadura disfarçada, a desgraça privada, o rebaixamento da dignidade nacional”.

Silveira da Motta disse no Senado, em 1859: “As práticas constitucionais enfraquecem-se todos os dias; o regime representativo tem levado botes tremendos, a depravação do sistema é profunda. No país, o que há somente é a forma de governo representativo: a substância desapareceu. Tente-se esta chaga da sociedade, e ver-se-á que no Brasil o regime constitucional é uma mera formalidade!”.

Ainda este ano e nesta mesma câs do Parlamento, acrescentou ele: “Cheguei à convicção de que o vício não está nos homens, está nas instituições”.

Francisco Octaviano, Joaquim Manoel de Macedo e outros, que em 1868 dirigiam o “Diário do Povo”, publicaram um artigo editorial em que se lia o seguinte: “São gravíssimas as circunstâncias do país. No exterior

VOLUME II: Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

arrasta-se uma guerra desastrosa... No interior um espetáculo miserando. Fórmulas aparentes de um governo livre, última homenagem que a hipocrisia rende ainda à opinião do século: as grandes instituições políticas anuladas, e a sua ação constitucional substituída por um arbítrio disfarçado. Para nós há uma só causa capital, dominante... esta causa não é outra senão a cega obstinação com que desde anos, ora às ocultas, ora às claras, se trabalha por extinguir os partidos legítimos sem cuja ação o sistema representativo se transforma no pior dos despotismos, no despotismo simulado. Chegadas as coisas a este ponto, está virada a pirâmide, o movimento parte de cima; quem governa é a Coroa...”

Em 21 de julho do mesmo ano, dizia o mesmo jornal: “César passou o Rubicon. Começa o período da franqueza... preferimos a franqueza à dissimulação. Tínhamos medo do absolutismo atraído que escondia as garras do manto da Constituição, absolutismo chato, burguês, deselegante. Mas o absolutismo que não teme a luz, não nos mete medo”.

A 24 de julho de 1867, o “Diário de São Paulo”, órgão do Partido Conservador naquela província, sob a redação de João Mendes de Almeida, Antônio Prado, Duarte de Azevedo e Rodrigo da Silva, sob o título “O Baixo Império”, escrevia o seguinte: “Haverá ainda quem espera alguma coisa do Sr. D. Pedro II? Para o monarca brasileiro só há uma virtude: o servilismo! Para os homens independentes e sinceros, o ostracismo; para os lacaios e instrumentos de sua grande política, os títulos e as condecorações!”.

José de Alencar, antes de ser ministro, escrevia: “O que resta do país? O povo inerte, os partidos extintos, o Parlamento decaído!”. Depois que deixou o ministério, e com a experiência adquirida nos conselhos da Coroa, disse: “Há, com efeito, uma causa que perturba em nosso país o desenvolvimento do sistema representativo, fazendo-nos retrogradar além dos primeiros tempos da monarquia. Em princípio latente, conhecida apenas por aqueles que penetravam os arcanos do poder; a opinião ignorava a existência desse princípio de desorganização. Por muito tempo duvidamos do fato. Hoje, porém, ele está patente; o governo pessoal se ostenta a todo instante, e nos acontecimentos de cada dia. Parece que perdeu a timidez ou modéstia de outrora, quando se recatava com estudada reserva. Atualmente, faz garbo de seu poder; e se acaso a responsabilidade ministerial insiste em envolvê-lo no manto das conveniências, acha meios de romper o véu e mostrar-se a descoberto. Como um pólipo monstruoso, o governo pessoal invade tudo, desde as transcendentais questões da alta política até as nugas da pequena administração”.

Antônio Carlos, o velho, no primeiro ano do atual reinado, na discussão da lei de 3 de dezembro, já dizia: “O princípio regulador de um povo livre é governar-se por si mesmo; a nova organização judiciária exclui o povo brasileiro do direito de concorrer à administração da justiça; tudo está perdido, senhores; abdicamos da liberdade para entrarmos na senda dos povos possuídos”.

O próprio Barão de São Lourenço teve a franqueza de dizer no Senado: “A força e prestígio que, com tanto trabalho, os partidos tinham ganho para o governo do país estão mortos. As províncias perderam a fé no Governo do Império”.

Tal é a situação do país; tal é a opinião geral emitida no Parlamento, na imprensa, por toda parte.

A Federação:

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que esbalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassallos diletos ou preferidos. Longe disso, esse era o meio de manter, com a Metrópole, a unidade severa do mando absoluto. As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral quanto às ideias e a solidariedade administrativa quanto aos interesses e às forças disseminadas; eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1787, denominado “A Inconfidência”.

Nenhum interesse, portanto, tinha a monarquia portuguesa quando homiziou-se no Brasil, para repudiar o sistema que lhe garantia, com a estrangulação dos patriotas revolucionários, a perpetuidade do seu domínio nesta parte da América. A divisão política e administrativa permaneceu, portanto, a mesma na essência, apesar da transferência da sede monárquica para as plagas brasileiras.

A Independência proclamada em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial. A ideia democrática representada pela primeira constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo, todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembleia nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o “status quo” da divisão territorial, ampliou a espera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradores da liberdade, enfeudando as províncias à Corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia.

A revolução de 7 de abril de 1881, trazendo à superfície as ideias e as aspirações sufocadas pela reação monárquica, deu novamente azo ao princípio federativo para manifestar-se e expandir-se. A autonomia das províncias; a sua desvinculação da Corte; a livre escolha dos seus administradores; as suas garantias legislativas por meio de Assembleias provinciais; o alargamento da esfera das municipalidades, essa representação resumida da família política; a livre gerência dos seus negócios, em todas as relações morais e econômicas, tais foram as condições características desse período de reorganização social, claramente formuladas ou esboçadas nos projetos e nas leis que formaram o assunto das deliberações do governo e das Assembleias desse tempo.

A reação democrática não armou somente os espíritos para essa luta grandiosa. A convicção de alguns e o desencanto de muitos, fazendo fermentar os levedos dos ódios legados pela monarquia que se desnacionalizara, a ação irritante do Partido Restaurador desafiando as cóleras dos oprimidos da véspera, armou também o braço de muitos cidadãos e a revolução armada pronunciou-se em vários pontos do país, sob a bandeira das franquezas provinciais.

Desde 1824 até 1848, desde a Confederação do Equador até a Revolução de Pernambuco, pode-se dizer que a corrente elétrica que perpassou pelas províncias, abalando o organismo social, partiu de um só foco: o sentimento de independência local, a ideia de federação, o pensamento da autonomia provincial. A obra da monarquia triunfando em todos os combates, pode até hoje, a favor do instinto pacífico dos cidadãos, adormecer o elemento democrático, embalando-o sempre com a esperança do seu próximo resgate.

VOLUME II: Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

Mas, ainda quando, por sinais tão evidentes, não se houvesse já demonstrado a exigência das províncias quanto a esse interesse superior, a ordem de coisas que prepondera não pode deixar de provocar o estigma de todos os patriotas sinceros. A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe o caráter, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da Corte, centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si, na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa. O ato adicional interpretado, a lei de 3 de dezembro, o conselho de Estado, criando, com o regime da tutela severa, a instância superior e os instrumentos independentes que tendem a cercear ou anular as deliberações dos parlamentos provinciais, apesar de truncados; a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo sequestro dos saldos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interesses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interesse propriamente nacional confrontado com o interesse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a força da centralização. Tais condições, como a história o demonstra e o exemplo dos nossos dias está patenteando, são as mais próprias para, com a enervação interior, expor a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista. O nosso estado é, em miniatura, o Estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro não tem outra origem, não tem outra causa explicativa.

E a própria guerra exterior que tivemos de manter por espaço de seis anos, deixou ver, com a ocupação de Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, quanto é impotente e desastroso o regime de centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional. A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos em nossa bandeira.

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira. Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: Centralização = desmembramento. Descentralização = Unidade.

A Verdade Democrática:

Posto de parte o vício insanável de origem da carta de 1824, imposta pelo Príncipe ao Brasil e constituída sem constituinte, vejamos o que vale a monarquia temperada, ou constitucional representativa. Este sistema misto é uma utopia, porque é utopia ligar de modo sólido e perdurável dois elementos heterogêneos, dois poderes diversos em sua origem, antinômicos e irreconciliáveis: a monarquia hereditária e a soberania nacional; o poder pela graça de Deus e o poder pela vontade coletiva, livre e soberana, de todos os cidadãos. O consórcio dos dois poderes é tão absurdo quanto repugnante o seu equilíbrio.

Ainda quando, como sonharam os doutores da monarquia temperada, nenhum dos dois poderes prepon-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

derasse sobre o outro, para que, caminhando paralelamente, mutuamente se auxiliassem e fiscalizassem; a consequência a tirar é que seriam iguais. Ora, admitir a igualdade do poder divino ao humano é de impossível compreensão. Mas admitir com o Art. 12 da carta de 1824 que todos os poderes são delegações da nação, e aceitar o sistema misto como um sistema racional e exequível, é ultrapassar as raias do absurdo, porque é fazer preponderar o poder humano sobre o poder divino.

A questão é clara e simples: ou o Príncipe, instrumento e órgão das leis provinciais, pela sua só origem e predestinação, deve governar os demais homens, com os predicados essenciais da inviolabilidade, da irresponsabilidade, da hereditariedade sem contraste e sem fiscalização, porque o seu poder emana da Onipotência infinitamente justa e infinitamente boa; ou a Divindade nada tem a ver na vida do Estado, que é uma comunhão à parte e estranha a todo interesse espiritual, e então a vontade dos governados é o único poder supremo e o supremo árbitro dos governos.

Quando a teocracia asiática tinha um ungido do Senhor, ou as lendas da média idade aclamavam um rei, carregado triunfalmente depois de uma vitória, esse reconhecimento solene do direito da força era lógico; quando pelo mesmo princípio a monarquia unia-se às comunas para derrocar o feudalismo, o despotismo monárquico era lógico também. Mas depois da emancipação dos povos e da consagração da força do Direito, o que é lógico é o desaparecimento de todo o princípio caduco. A transição entre a verdade triunfante e o erro vencido, entre as conquistas da civilização e os frutos do obscurantismo é que é inadmissível. Atar ao carro do Estado dois locomotores que se dirigem para sentidos opostos é procurar ou a imobilidade se as forças propuloras são iguais, ou a destruição de uma delas, se a outra lhe é superior.

É assim que as teorias dos sonhadores, que defendem o sistema misto, caem na prática.

Para que governo seja representativo, todos os poderes devem ser delegações da nação, e não podendo haver um direito contra outro direito, segundo a expressão de Bossuet, a monarquia temperada é uma ficção sem realidade. A soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo Parlamento, eleito pela participação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios. Desde que exista em qualquer Constituição, um elemento de coação ao princípio de liberdade democrática, a soberania nacional está violada; é uma coisa irritante e nula, incapaz dos salutaros efeitos da moderna fórmula do governo: o governo de todos por todos.

Outra condição indispensável da soberania nacional é ser inalienável e não poder delegar mais do que o seu exercício. A prática do Direito e não do Direito em si é objeto do mandato. Dessa verdade resulta que, quando o povo cede uma parte de sua soberania, não constitui um senhor, mas um servidor, isto é, um funcionário. Ora, a consequência é que o funcionário tem que ser revogável, móvel, eletivo, criando a fórmula complementar dos Estados modernos: a mobilidade nas pessoas e a não perpetuidade nas funções, contra a qual se levantam nos sistemas como que nos rege, os princípios da hereditariedade, da inviolabilidade e da irresponsabilidade. Associar uma à outra, duas opiniões ciosas de suas prerrogativas, com interesses manifestamente contrários, é, na frase de Gambetta: “semear o germe de eternos conflitos, procurar a neutralização das forças vivas da nação, em um duelo insensato, e aguardar irremediavelmente, um dos dois resultados: ou que a liberdade do voto e a universalidade do Direito sucumbam ante as satisfações e os desejos de um só, ou que o poder de um só desapareça diante da maioria do direito popular”.

Ainda mais: a soberania nacional não pode sequer estipular sobre a sua própria alheação. Porque é a reunião, a coleção das vontades de um povo. E como as gerações se sucedem, e se substituem, fora iníquo que o

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

contrato de hoje obrigasse de antemão a vontade da geração futura, dispondo do que não lhe pertence, e instituindo uma tutela perene que seria a primeira negação da própria soberania nacional.

A manifestação da vontade da nação de hoje pode não ser a manifestação da vontade da nação de amanhã e daí resulta que, ante a verdade da democracia, as constituições não devem ser velhos marcos da senda política das nacionalidades, assentados como a consagração e o símbolo de princípios imutáveis. As necessidades e os interesses de cada época têm de lhes imprimir o cunho de sua individualidade.

Se houver, pois, sinceridade ao proclamar a soberania nacional, cumprirá reconhecer, sem reservas, que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático.

É assim que o princípio dinástico e a vitaliciedade do Senado são duas violações flagrantes da soberania nacional, e constituem o principal defeito da carta de 1824.

Em Conclusão:

Expostos os princípios gerais, que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; a convocação de uma Assembleia constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime, é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social. Negá-las absolutamente seria uma obra ímpia porque se provocaria a resistência. Aprazá-las indefinidamente, seria um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesões. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições, pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos e, em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Assinado:

Dr. Joaquim Saldanha Marinho (advogado, ex-presidente de Minas e São Paulo, ex-deputado por Pernambuco); Dr. Aristides Silveira Lobo (advogado, ex-deputado por Alagoas); Christiano Benedito Ottoni (engenheiro, ex-deputado por Minas); Dr. Flávio Farnese (advogado e jornalista); Dr. Pedro Antônio Ferreira Viana (advogado e jornalista); Dr. Lafayette Rodrigues Ferreira (advogado, ex-presidente do Ceará e Maranhão); Dr. Bernardino Pamplona (fazendeiro); João de Almeida (jornalista); Dr. Pedro Bandeira de Gouveia (médico);

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Dr. Francisco Rangel Pestana (advogado e jornalista); Dr. Henrique Limpo de Abreu (advogado, ex-deputado por Minas); Dr. Augusto César de Miranda Azevedo (médico); Elias Antônio Freire (negociante); Joaquim Garcia Pires de Almeida (jornalista); Quintino Bocaiúva (jornalista); Dr. Joaquim Maurício de Abreu (médico); Dr. Miguel Vieira Ferreira (engenheiro); Dr. Pedro Rodrigues Soares de Meirelles (advogado); Galdino Emiliano das Neves; Dr. Júlio César de Freitas (advogado); Alfredo Moreira Pinto (professor); Dr. Carlos Americano Freire (engenheiro); Jerônimo Simões (negociante); José Teixeira Leitão (professor); João Vicente de Brito Galvão; Dr. José Maria de Albuquerque Mello (advogado, ex-deputado pelo Rio Grande do Norte); Gabriel José de Freitas (negociante); Joaquim Heliodoro Gomes (empregado público); Francisco Antônio Castorino de Faria (empregado público); José Caetano de Moraes e Castro; Octaviano Hudson (jornalista); Dr. Luiz de Souza Araújo (médico); Dr. João Baptista Lupez (médico); Dr. Antônio da Silva Netto (engenheiro); Dr. Antônio José de Oliveira Filho (advogado); Dr. Francisco Peregrino Viriato de Medeiros (médico); Dr. Antônio de Souza Campos (médico); Dr. Manoel Marques da Silva Acauam (médico); Máximo Antônio da Silva; Dr. Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (advogado, ex-deputado por Sergipe); Dr. Salvador de Mendonça (jornalista); Eduardo Baptista R. Franco; Dr. Manoel Benício Fontenelli (advogado, ex-deputado pelo Maranhão); Dr. Félix José da Costa e Souza (advogado); Paulo Emílio dos Santos Lobo; Dr. José Lopes da Silva Trovão (médico); Dr. Antônio Paulino Limpo de Abreu (engenheiro); Macedo Sodré (negociante); Alfredo Gomes Braga (empregado público); Francisco C. de Brício; Manoel Marques de Freitas; Thomé Ignácio Botelho (capitalista); Eduardo Carneiro de Mendonça; Júlio V. Gutierrez (negociante); Cândido Luiz de Andrade (negociante); Dr. José Jorge Paranhos da Silva (advogado); Emílio Rangel Pestana (negociante); Antônio Nunes Galvão.

ANEXO 12 – MANIFESTO CONTRA O TERCEIRO REINADO

Documento enviado em 20 de junho de 1888 pelas Lojas “Regeneração III” e “Independência” de Campinas (SP) para todas as demais, solicitando apoio para uma conspiração contra uma possível instalação do Terceiro Reinado sob a pessoa da Princesa Isabel e de seu marido estrangeiro, o Conde D’Eu.

À Gl.: do Gr.: Arch.: do Un.:

À Aug.: e Resp.: Loj.: [nome da Loja]

Sessão das Lojas “Independência” e “Regeneração III” em Campinas, província de São Paulo, em 20 de Junho de 1888 E.V.

Estas Augustas Lojas, no exercício pleno dos direitos mais antigos da nossa Sublime Ordem, vem solicitar o concurso e a cooperação dessa Augusta Loja para uma representação ao Sapiientíssimo Grande Oriente no sentido que passam a expor:

Em sessão plena, realizada em comum, no dia 15 do corrente, foi discutida e aprovada a proposta seguinte:

1. Propomos que esta Augusta Loja inspirando-se no santo amor da Pátria, pronuncie-se com leal franqueza contra a próxima instalação do 3º Reinado, pelo previsto ainda que lamentável falecimento do Sr. D. Pedro II.

2. A Senhora Princesa Regente, futura Imperatriz do Brasil, é notoriamente católica, fanática e seus espírito, fraco, todos sabem que é dirigido pelos padres romanos.

3. O Príncipe Consorte, Sr. Conde D’Eu, é homem avaro, educado na fatal escola do direito divino e do predomínio militar.

4. É claro, portanto, que a futura Imperatriz, ou seja pela influência dos seus confessores, ou pela influência do seu esposo, presidirá a mais intransigente perseguição à Maçonaria do Brasil.

Em tal conjuntura, é dever intelectual da nossa Ordem, colocar-se ao lado da Pátria e conspirar resolutamente contra o 3º /reinado. Assim, propomos:

1. Que esta Augusta Loja se pronuncie no sentido supra referido, dirija a todas as Lojas do Círculo, pranchas, convidando-as a pronunciarem-se sobre o mesmo assunto.

2. Que uma especial representação seja dirigida ao Grande Oriente do Brasil, solicitando o seu pronunciamento em relação à matéria desta proposta.

Ao Sapiientíssimo Grande Oriente foi remetida a Representação de que fala a proposta, invocando a sua confraternização neste empreendimento sério, mas iniludível para a Maçonaria Brasileira.

As Lojas que esta vos dirigem aguardam a vossa deliberação, e rogam-vos o favor de comunicardes qual a deliberação que tomardes acerca do assunto da proposta e do que for deliberado.

O Supremo Arquitecto do Universo vos ilumine e guarde.

Os Veneráveis:

Francisco Glicério - Grau 33.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

Cezar Augusto Tavares Santiago - Grau 33.

Os 1º Vigilantes;

Bento Guirino dos Santos – Grau 33.

Luiz Battelli – Grau 18.

Os 2º Vigilantes:

Antônio B. de Cerqueira Leite – Grau 18.

Jayme Bonas – Grau 30.

Os Oradores:

Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães – Grau 33.

Paulino Moniz – Grau 18.

Os Secretários:

Joaquim Ignácio de Oliveira Leite – Grau 17.

Vicente Leite de Camargo – Grau 3

.

ANEXO 13 – PROCLAMAÇÃO REPUBLICANA

Conclamação lançada ao povo logo após a Proclamação da República e depois de instalado o Governo Provisório, nas primeiras horas do dia 15 de novembro de 1889.

Concidadãos!

O povo, o Exército e a Armada nacionais, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e consequentemente a extinção do sistema monárquico representativo.

Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir a ordem pública, a liberdade e o direito do cidadão. Para comporem este governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados pelos chefes do Poder Executivo os cidadãos abaixo assinados.

Concidadãos!

O governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. No uso de suas atribuições e faculdade extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da Pátria e da ordem pública, o governo provisório, por todos os meios ao seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvo, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da Pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo Exército e pela Armada nacionais.

Concidadãos!

As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes; com relação às pessoas, serão respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.

Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do Senado; e, bem assim, abolido o Conselho de Estado.

Fica dissolvida a Câmara dos Deputados.

Concidadãos!

O governo provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, contratos vigentes e demais obrigações legalmente estatuídas.

[Ass.]

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca – Chefe do Governo Provisório;

Aristides Silveira Lobo – Ministro do Interior;

Rui Barbosa – Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça;

Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães – Ministro da Guerra;

Chefe de Esquadra Eduardo Wandenkolk – Ministro da Marinha;

Quintino Bocaiúva – Ministro da Relações Exteriores e interinamente da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

ANEXO 14 – DECRETO REPUBLICANO Nº 1

Documento emitido na madrugada de 15 de novembro de 1889, através do qual era proclamada a República e dadas outras providências.

DECRETO Nº 1

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º - Fica proclamada provisoriamente, e decretada como a forma de governo da nação brasileira, a República Federativa.

Art. 2º - As províncias do Brasil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.

Art. 3º - Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua Constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberativos e os seus governos locais.

Art. 4º - Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder à eleição do Congresso Constituinte do Brasil, e bem assim à reeleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisório da República; e os novos Estados pelos Governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores delegados do Governo Provisório.

Art. 5º - Os Governos dos Estados federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros.

Art. 6º - Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada, e onde faltem, ao governo local, meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranquilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas.

Art. 7º - Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhece, nem reconhecerá, nenhum governo local contrário à forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação livremente expressado sufrágio popular.

Art. 8º - A força pública regular, representada pelas três armas do Exército e pela Armada nacional, onde existam guarnições ou contingentes nas diversas províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do Governo Provisório da República, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados.

Art. 9º - Ficam igualmente subordinadas ao Governo Provisório da República todas as repartições civis e militares até aqui subordinadas ao governo central da nação brasileira.

Art. 10 – O território do Município Neutro fica provisoriamente a administração imediata do Governo Provisório da República e a cidade do Rio de Janeiro constituída, também, provisoriamente, sede do poder federal.

Art. 11 – Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretários de Estado das diversas repartições ou ministérios do atual Governo Provisório.

Sala das sessões do Governo Provisório, 15 de novembro de 1889, 1º da República.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

[Ass.]

Marechal Manuel Deodoro da Fonseca – chefe do Governo Provisório;

Aristides da Silveira Lobo;

Rui Barbosa;

Quintino Bocaiúva;

Benjamin Constant;

Eduardo Wandenkolk Corrêa.

ANEXO 15 – CARTA DE DEODORO AO IMPERADOR

Sobre os acontecimentos registrados em 15 de novembro de 1889.

Senhor! Os acontecimentos democráticos da Nação há muito tempo preparados, mas disputados agora pela mais nobre reação de caráter nacional, contra o sistema da violação, da corrupção, de subversão de todas as leis, exercido em um grau incomparável pelo Ministério de 07 de junho; a política sistemática de atentados do governo imperial, nestes últimos tempos, contra o Exército e a Armada, política odiosa à Nação e profundamente repelida por ela; o esbulho dos direitos dessas duas classes, que em todas as épocas têm sido, entre nós, a defesa da ordem, da Constituição, da liberdade e da honra da Pátria; a intenção manifesta nos atos de vossos ministros e confessada em sua imprensa de dissolvê-las e aniquilá-las, substituindo-as por elementos de compreensão oficial que foram sempre entre nós objeto de horror para a democracia liberal, determinaram os acontecimentos de ontem, cujas circunstâncias conheceis e cujo caráter decisivo certamente podeis avaliar. Em face dessa situação, pesa-nos dizer-vos-lo, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da família imperial no país, ante a nova situação que lhe criou a resolução irrevogável do dia 15, seria absurda, impossível e provocadora de desgostos que a salvação pública impõe a necessidade de evitar. Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade das funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos de que o Governo Provisório espera de vosso patriotismo e sacrifício, deixardes o território brasileiro, com vossa família, no mais breve tempo possível. Para esse fim se vos estabeleceu o prazo máximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o Governo Provisório um navio, com a guarnição militar precisa, efetuando-se o embarque com a mais absoluta segurança de vossa pessoa e de toda a vossa família, cuja comodidade e saúde serão zeladas com o maior desvelo, na travessia, continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre este ponto se pronuncie a próxima Assembleia Constituinte. Estão dadas todas as ordens a fim de que se cumpra esta deliberação. O país conta que sabereis imitar, na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro Imperador, em 07.04.1831.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

Marechal Deodoro da Fonseca.

A RESPOSTA DO IMPERADOR AOS REPUBLICANOS

Ditada por D. Pedro II ao Barão de Lorena em 16 de novembro de 1889.

À vista da representação escrita que me foi entregue hoje, às três horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir, com toda a minha família, para a Europa, amanhã, deixando esta Pátria estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação, durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de Chefe de Estado. Ausentando-me, pois, com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889.

D. Pedro de Alcântara.

ANEXO 16 – PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Em 11 de setembro de 1836. Escrita por Antônio de Souza Netto e proferida pelo Coronel Joaquim Pedro Soares como “Ordem do Dia”.

“Bravos companheiros da 1ª Brigada de Cavalaria!

Ontem obtivestes o mais completo triunfo sobre os escravos da Corte do Rio de Janeiro, a qual, invejosa das vantagens locais de nossa província, faz derramar sem piedade o sangue de nossos compatriotas, para deste modo fazê-la presa de suas vistas ambiciosas. Miseráveis! Todas as vezes que seus vis satélites se têm apresentado diante das forças livres, têm sucumbido, sem que este fatal desengano os faça desistir de seus planos infernais. São sem número as injustiças feitas pelo Governo. Seu despotismo é o mais atroz. E sofreremos calados tanta infâmia? Não, nossos companheiros, os rio-grandenses, estão dispostos, como nós, a não sofrer por mais tempo a prepotência de um governo tirânico, arbitrário e cruel, como o atual. Em todos os ângulos da província não soa outro eco que o de independência, república, liberdade ou morte. Este eco, majestoso, que tão constantemente repetis, como uma parte deste solo de homens livres, me faz declarar que proclamemos a nossa independência provincial, para o que nos dão bastante direito nossos trabalhos pela liberdade, e o triunfo que ontem obtivemos, sobre esses miseráveis escravos do poder absoluto.

Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do Exército Liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um estado livre e independente, com o título de República Rio-grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.

Campo dos Menezes, 11 de setembro de 1836 – Antônio de Sousa Neto, coronel-comandante da 1ª brigada”.

Então o maçom Antônio de Sousa Netto, agora aclamado General, toma a palavra e proclama a república nos seguintes termos:

“Camaradas! Gritemos pela primeira vez: viva a República Rio-grandense! Viva a independência! Viva o exército republicano rio-grandense!”

BIBLIOGRAFIA

(Volumes I e II)

- AGUIAR, Antônio Augusto. *Vida do Marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1896.
- ALMEIDA, Antonio da Rocha. *Vultos da Pátria – vol. II*. Porto Alegre, RS: Ed. Globo, 1966.
- ALMEIDA, Nilton. *Boletim Comemorativo do Centenário da Loja “Lealdade e Brio”*. Resende, RJ: Loja Maçônica “Lealdade e Brio”, 1970.
- ALONSO, Ângela. *Joaquim Nabuco: os Salões e as Ruas*. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2007.
- ALVES, Derly Halfeld. *Arruda Câmara: o Precursor de Itambé – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- ALVES, Uelinton Farias Alves *José do Patrocínio: a Imorredoura Cor do Bronze*. Rio Comprido, RJ: Editora Garamond, 2009.
- AMARAL, Brás Hermenegildo do. *História da Independência na Bahia*. Salvador, BA: Livraria Progresso Editora, 1957.
- ANDERSON, James. *Livro das Constituições*. 2ª edição. Londres, Inglaterra: Grande Loja Unida da Inglaterra, 1738.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. São Paulo, SP: Ática, 1995.
- ANDRADE, Martins de. *A Revolução de 1842*. São Paulo, SP: Tipografia Apollo, 1942.
- ANTUNES, Deoclécio Paranhos. *Os Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Gênese e Desdobramento Histórico desde a Proclamação da Independência à República*. In: Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Riograndense do IHGRGS. Porto Alegre, RS: Globo, 1936.
- ARÃO, Manoel. *História da Maçonaria no Brasil*. Recife, PE: Ed. Independente, 1926.
- ARMITAGE, João. *História do Brasil: Desde o Período da Chegada da Família de Bragança, em 1808, até a Abdicação de D. Pedro I, em 1831*. Itatiaia, SP: Edusp, 1981.
- ARQUIVO NACIONAL. *Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff*. 5ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro, RJ: O Arquivo, 2012.
- ASLAN, Nicola. *História Geral da Maçonaria*. Londrina, PR: A Trolha, 1998.
- _____. *Uma Radioscopia da Maçonaria*. Londrina, PR: A Trolha, 1997.
- _____. *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia*. 4 Volumes. Londrina, A Trolha, 2000.
- BAIGENT, Michael; LINCOLN, Henry; LEIGH, Richard. *O Templo e a Loja*. São Paulo, SP: Madras, 2006.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870 – 1910)*. Campinas,

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Discutindo a Sociabilidade Moderna: o Caso da Maçonaria*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1988.

BARRETO, Adauto. *Nosso Culto aos Heróis de 1817 – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

BARROSO, Gustavo. *História Secreta do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

BASILE, Marcelo Otávio. *Consolidação e Crise do Império*. In: LINHARES, Maria Yeda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 1990.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1971.

BELO, José Maria. *História da República, 1889-1954*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1976.

BELO, Luiz Alves Leite de Oliveira. *Ensaio na Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, RJ: Edição Independente, 1975.

BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Maçonaria e Igreja Católica: Ontem, Hoje e Amanhã*. São Paulo, SP: Paulinas, 1983.

BLANC, M. Louis. *Histoire de La Révolution Française*. 12 volumes – 2ª édition. Paris, França: Pagnerre Éditeur, 1857-1870.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *História de Santa Catharina*. Florianópolis, SC: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1930.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL: *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1871-1874)*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03745 [1-13].

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL: *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira (1872-1874)*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos. Localização: PR-SOR 03950 [1-5].

BRAGA, A. C. & FALCÃO, F. A. R. *Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília*. Brasília, DF: Fundação Athos Bulcão, 1997.

BRAGA, Cláudio da Costa. *O Último Baile do Império (El Último Baile del Império)*. Santiago, Chile: Embaixada do Brasil/ Instituto de História, 2007.

BRANCO, Barão do Rio. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1938.

BRANDÃO, Ulisses de Carvalho Soares. *A Confederação do Equador (1824-1924)*. Recife, PE: Instituto Histó-

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

rico e Geográfico de Pernambuco, 1924.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da Independência no Piauí*. Teresina, PI: Fundapi, 2006.

BRITO, Lemos. *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1937.

CAIUBY, Amando. *O Patriarca, Gênio da América*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1949.

CALMON, Pedro. *A Vida de D. Pedro I, Rei Cavaleiro*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *História do Brasil*. 8 volumes. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. *História Social do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. *O Marquês de Abrantes*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1933.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Brasileira – UFRJ, 1933.

_____. *A Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1941.

CARVALHO, Francisco de Assis. *Itambé: Berço Heróico da Maçonaria no Brasil*. Londrina, PR: Editora A Trolha, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Manuel Emilio Gomes de. *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Série: Edições do Senado Federal – vol. 12. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo, SP: Summus, 2000.

CASTELLANI, José. *1822: A Fundação do “Grande Oriente do Brasil”*. Cadernos de Estudos Maçônicos, nº 28, 1996.

_____. *Os Maçons e a Abolição da Escravatura*. Londrina, PR: A Trolha, 1998.

_____. *Origens do Misticismo na Maçonaria*. Londrina, PR: Editora Traço, 1982.

_____. *A Ação Secreta da Maçonaria na Política Mundial*. 2ª Ed. São Paulo, SP: Landmark, 2007.

_____. *A História do “Grande Oriente do Brasil” – A Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do “Grande Oriente do Brasil”, 1993.

_____. *Os Maçons que Fizeram a História do Brasil*. 2ª Ed. Londrina, PR: A Gazeta Maçônica, 1997.

_____. *A Maçonaria Brasileira na Década da Abolição e da República*. Londrina, PR: A Trolha, 2001.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República – Um Estudo Sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995.

_____. *A Proclamação da República*. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2000.

CELENTE, Antônio César. *A Senha*. In: Informativo Chico da Botica, Ano 6, Edição 046. Porto Alegre, RS: Loja Francisco Xavier Ferreira de Pesquisas Maçônicas, 2010.

_____. *Epopeia Farroupilha e a Maçonaria Riograndense*. Porto Alegre, RS: Casa do Pensamento Livre, 2004.

CINTRA, Francisco de Assis. *A Revolução que fez o Império*. 4ª edição. São Paulo, SP: Imprensa Commercial José Magalhães, 1934.

_____. *Na Margem da História – Histórias que não vem na História*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1928.

_____. *No limiar da História*. São Paulo, SP: Livraria Francisco Alves, 1923.

_____. *Revelações Históricas para o Centenário*. Rio de Janeiro, RJ: Leite Ribeiro, 1923.

COLINON, M. *L'Eglise em Face de Le Franc-Maçonnerie*. Paris, França: Ed. Fayard, 1954.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. 3ª edição. Passo Fundo, RS: Ediupf/UPF, 2003.

COMTE, Augusto. *Coleção Os Pensadores: Comte*. São Paulo, SP: Ed. Abril, 1986.

CONDORCET, Marie Jean Antoine Nicolas Caricat. *A Escravidão dos Negros - Reflexões*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia de Serafim José Alves, 1881.

CONRAD, Edgar Robert. *Tumbeiros – O Tráfico de Escravos o Brasil*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

CORDEIRO, Vital Lopes *A Influência Política da Maçonaria no Período Pré-Independência do Brasil*. Brasília, DF: Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2008.

CORREA, Viriato. *Terra de Santa Cruz – Contos e Crônicas da História do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria A. J. Castilho, 1921.

CORREIA, Leônicio. *A Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1939.

COSTA, Anadir Cardozo da. *A Loja Maçônica “Seis de Março de 1817” em Breves Palavras – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.

COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação do Escravo*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo, SP: Unesp, 2008.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1968.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

- _____. *Brasil: Segredo de Estado – Uma Incursão Descontraída pela História do País*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 2001.
- D’ALBUQUERQUE, Arci Tenório. *A Maçonaria e a Inconfidência Mineira*. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1972.
- _____. *A Maçonaria e a Independência do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1971.
- _____. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1970.
- _____. *A Maçonaria e as Revoluções Pernambucanas*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1970.
- DANTAS, San Tiago. *Dois Momentos de Rui Barbosa – Conferências*. Rio de Janeiro, RJ: Casa de Rui Barbosa, 1951.
- DE LUCCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.
- DORNAS, João... Filho. *Os Andradas na História do Brasil*. Belo Horizonte, MG: Gráfica Queiroz Breiner, 1937.
- _____. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1939.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A Maçonaria e as Forças Secretas da Revolução*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.
- _____. *História da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, RS: Ed. Martins, 1984.
- _____. *Subsídios para a História da Literatura Maçônica Brasileira do Séc. XIX*. Caxias do Sul, RS: Educs, 1989.
- _____. *Uma Visão Dialética da Maçonaria Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1985.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo, SP: Edusp 2009.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Um Radical a Ferro e Fogo*. Rio de Janeiro, RJ: Revista de História da Biblioteca Nacional, nº 5, novembro de 2005.
- FERREIRA, Antônio do Carmo. *O Bicentenário do Areópago de Itambé – in: Areópago de Itambé 200 anos*. Londrina, PR: Editora “A Trolha”, 1996.
- FERREIRA, Manuel Rodrigues. LIVIO, Tito. *A Maçonaria na Independência Brasileira*. 2ª Ed. Vol. 2. São Paulo, SP: Editora Biblos Ltda, 1972.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 31ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 2008.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Paz e Terra, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1974.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*. Org. Leonardo Dantas Silva. Recife, PE: CEPE, 2006.

GOMES, Laurentino. *1808: Como Uma Rainha Louca, Um Príncipe Medroso e Uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil*. 2ª edição. São Paulo, SP: Ed. Planeta do Brasil, 2014.

_____. *1822: Como Um Homem Sábio, Uma Princesa Triste e um Escocês Louco por Dinheiro Ajudaram D. Pedro a Criar o Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Nova Fronteira, 2010.

_____. *1889: Como Um Imperador Cansado, Um Marechal Vaidoso e um Professor Injustiçado Contribuíram para o Fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. 1ª Edição – 6ª reimpressão. São Paulo, SP: Ed. Globo S.A., 2015.

GOMES, Manoel. *A Maçonaria na História do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1975.

GONÇALVES, Thiago Werneck. *Periodismo Maçônico e Cultura Política na Corte Imperial Brasileira (1871-1874)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2012.

GUILHERME, João. *O Nosso Lado da Escada*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: COP Editora, 2015.

JÚNIOR, Manoel Diegues. *Notícia Histórica Sobre a Ideia Republicana no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Revista do Brasil, nº 17, Ano II, 3ª fase, 1939.

KRAUSE, Karl Christian Friedrich. *Sistema da Doutrina Moral (System der sittenlehre)*. Categoria: Filósofos da Alemanha. Bd.I. Leipzig: C.H. Reclam, 1810.

LANTOINE, Albert. *La Franc-Maçonnerie Ecossaise em France*. Paris, França: Émile Nourry Éditeur, 1930.

LEADBEATER, C. W. *Pequena História da Maçonaria*. São Paulo, SP: Pensamento, 1968.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos: um Capítulo da História do Brasil no Século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

LIMA, Adelino de Figueiredo. *Nos Bastidores do Mistério*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Aurora, 1958.

LIMA, Augusto de... Júnior. *Pequena História da Inconfidência*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1955.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro (1822-1889)*. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 1927.

_____. *Nota à História da Revolução de Pernambuco em 1817*. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.

_____. *O Movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1972.

LINHARES, Marcelo. *História da Maçonaria: Primitiva, Operativa e Especulativa*. 2ª Edição. Londrina, PR: A Trolha, 1997.

LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II – 1825-1891 – vol. III: Declínio – 1880-1891*. São Paulo, SP: Edusp, 1977.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

- MACHADO, M. L. *Introdução à História da Revolução de Pernambuco em 1817*. de Francisco Muniz Tavares, 3ª edição, Nota XXIII. Recife, PE: IAHGP, 1917.
- MAGALHÃES, Raimundo Júnior. *Deodoro: A Espada Contra o Império*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1957.
- MARTIN, Gaston. *La Franc-Maçonnerie Française et la Préparation de la Révolution*. Paris, França: Presses Universitaires, 1926.
- _____. *Manuel d'Histoire de la Franc-Maçonnerie Française*. Paris, França: Presses Universitaires, 1934.
- MARTINS, Rocha. *A Independência do Brasil*. Lisboa, Portugal: Editora Lumen, 1922.
- MELO, Mário. *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1912.
- _____. *A Maçonaria no Brasil*. Recife, PE: Imprensa Industrial, 1914.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo, SP: Editora 34, 2001.
- _____. *A Outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, SP: Editora 34, 2004.
- _____. *Joaquim Nabuco Essencial*. São Paulo, SP: Penguin Classics / Companhia das Letras, 2010.
- MITRE, Bartholomé. *História de San Martin y La Emancipación Sulamericana*. 3 volumes. Buenos Aires, Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1968.
- MONTEIRO, Edmundo Velho. *A Paz*. In: “O Delta” – edição de dezembro de 1923. Porto Alegre, RS: G.O.R.G.S., 1923.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: A Elaboração da Independência*. 2 volumes. Itatiaia, SP: Edusp, 1981.
- _____. *História do Império: o Primeiro Reinado*. 2 volumes. Itatiaia, SP: Edusp, 1982.
- MORAIS, Melo. *História do Brasil Reino, Brasil Império*. 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Pinheiro, 1871.
- _____. *História das Constituições*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Pinheiro, 1872.
- MOREIRA, David R. *História de La América Latina*. Buenos Aires, Argentina: Editora Universitária de Buenos Aires, 1985.
- NAUDON, Paul. *A Maçonaria*. Coleção “Saber Atual” Difusão Européia do Livro, 1968.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Maçonaria*. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.
- O DELTA, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. *Maçonaria 300 anos. O que celebramos?* Revista “O Delta”

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

edição nº 09/2017. Porto Alegre, RS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul, 2017.

O DELTA, Grande Oriente do Rio Grande do Sul. **Os 125 anos do GORGS**. Revista “O Delta” edição nº 10/2018. Porto Alegre, RS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul, 2018.

OSÓRIO, Fernando Luis. **A Cidade de Pelotas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Globo, 1962

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870**. Rio de Janeiro, RJ: Revista de História nº 84, 1970.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. 2ª Ed. Recife, PE: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

PÍCOLI, Mariana de Almeida. **Ideias de Liberdade na Cena Política Capixaba: o Movimento Abolicionista em Vitória (1869/1888)**. Vitória, ES: Dissertação de Mestrado de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. 5 volumes. São Paulo, SP: Editora Melhoramentos, 1956.

PONTES, Márcio Antonio Silva. **O Contributo da Maçonaria Para a Abolição da Escravatura**. Rio de Janeiro, RJ: PUC, 2010

PORTO, A. Campos. **A Igreja católica e a Maçonaria**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Aurora, 1957.

PROBER, Kurt. **Cadastro Geral das Lojas Maçônicas**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1975.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro – A História Não Contada**. São Paulo – SP: Leya, 2015.

RIBEIRO, João. **História do Brasil – Curso Superior**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1967.

ROCHA, Hildon. **Utopias e Realidades da República – da Proclamação de Deodoro à Ditadura de Floriano**. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2000.

RODRIGUES, J. **O Tráfico de Escravos para o Brasil**. São Paulo, SP: Ática, 2004.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Americana, 1868.

SCHUKSTE, Roberto. **Pinga Fogo Sobre Maçonaria**. Caxias do Sul, RS: Edição Independente, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro, RJ: Léo Christiano Editorial Ltda., 1997.

SCOTT, Leader. **The cathedral builders: the story of a great masonic guild**. Inglaterra: Sagwan Press, 1899.

SENNA, Ernesto. **Deodoro: Subsídios para a História – Notas de um Repórter**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a Abolição da Escravatura: Uma Investigação da História Cultu-**

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL
(Márson Alquati)

ral. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Hélio. **1889: A República não Esperou o Amanhecer.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, J. M. Pereira da. **História da Fundação do Império Brasileiro.** 7 volumes. Rio de Janeiro, RJ: B. L. Garnier, 1864.

SILVA, João Pinto da. **A Província de São Pedro – Interpretação da História do Rio Grande.** Porto Alegre, RS: Globo, 1930.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **História da Conjuração Mineira.** 2 volumes. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Nacional do Livro, 1948.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: Povoamento, Memória e História.** In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, PR: ANPUH, 2005.

SILVEIRA, José Luiz. **Revelações Históricas da Maçonaria.** Porto Alegre, RS: Ed. Independente, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma História do Brasil.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Documentos do Arquivo Público Estadual e da Biblioteca Pública do Estado Sobre a Comarca do São Francisco.** Recife, PE: Arquivo Público, 1950.

SOUZA, Léo Ribeiro de. **Os Farrapos e a Maçonaria.** Porto Alegre, RS: Bastos Produções, 2022.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. **História dos Fundadores do Império do Brasil: A Vida de D. Pedro I.** 3 volumes. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **História dos Fundadores do Império do Brasil: Fatos e Personagens em Torno de um Regime.** Itatiaia, SP: Edusp, 1988.

TALMEYR, Maurice. **La Franc-Maçonnerie et la Révolution Française.** Paris, França: Librairie Perrin, 1904.

TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. **Os Grandes Vultos da Independência (1822-1922).** São Paulo, SP: Cia. Melhoramentos de SP, 1922.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817.** 3ª edição. Recife, PE: IAHGP, 1917.

TORRES, Antônio. **As Razões da Inconfidência.** Rio de Janeiro – RJ: Livraria A. J. Castilho, 1925.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e Corpo da Bahia.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. José Olympio, 1950.

VAINFAS, Ronaldo (organizador). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2008.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução,** em seis volumes. Porto Alegre, RS: Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, 1933.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil.** Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 2010.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas do Pós-Independência à Redemocratização

_____. *História Geral do Brasil: antes de sua separação e Independência de Portugal*. Volume V. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1957.

VASCONCELOS, Salomão de. *O Fico, Minas e os Mineiros da Independência*. Belo Horizonte, MG: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1972.

VIANNA, J. F. Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio Editora, 1959.

VIDAL, César. *Os Maçons – A Sociedade Secreta Mais Influyente da História*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2006.

VIEIRA, Maria Elisabete. *O Envolvimento da Maçonaria Fluminense no Processo de Emancipação do Reino do Brasil (1820-1822)*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

VIEUX, Maurice. *Les Secrets Bâtisseurs*. Paris, França: Editions Robert Laffont, 1975.

ARTIGOS PESQUISADOS NA INTERNET

BARRETO, Jorge Muniz. *A Maçonaria Respondendo aos Desejos dos Brasileiros e Culminando com a Independência do Brasil*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo nº 1807. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1807.pdf>. Acessado em 18/10/2015.

BASE, Abrahim Sena. *Resgate da História dos Portugueses na Região*. In: Amazon View, Amazonas. Disponível em: <<http://www.amazonview.uol.com.br/entrevistas.php>>. Acessado em 18/10/2015.

CARVALHO, Willian Almeida de. *Pequena História da Maçonaria no Brasil*. Site Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://bibliot3ca.wordpress.com/pequena-historia-da-maconaria-no-brasil-william-almeida-de-carvalho/>>. Acessado em 08/02/2016.

CASTRO, Nêodo Ambrósio de. *A Maçonaria na Inconfidência Mineira*. Site Brasil Maçom. Disponível em: <<http://www.brasilmacom.com.br/a-maconaria-na-inconfidencia-mineira>>. Acessado em: 23/08/2015.

CHERINI, Giovani. *Deputado Giovani Cherini Presta Homenagem à Maçonaria*. Disponível em: <<http://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/205479/cherini-presta-homenagem-a-maconaria>>. Acessado em: 10/02/2016.

FIGUEIREDO, Eduardo. *Tiradentes: Um Maçom, Ainda Que Tardio*. Blog Verdadeiros Irmãos. Disponível em: <<http://www.verdadeirosirmaos.blogspot.com.br/2010/04/tiradentes-um-macom-ainda-que-tardio>> Acessado em: 23/08/2015.

GEOCITIES. *Silveira Martins*. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/amlersdigital/silveiramartins.html>>. Acessado em 15/02/2016.

GIRARDI, João Ivo. *Maçons Farrapos*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo nº 1816. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1816.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

GOMES, Jair de Almeida. *Alferes Tiradentes*. Disponível em: <<http://www.pael.com.br/tiradentes.html>>. Acessado em: 23/08/2015.

GOMES, Laurentino. *A Revolução Federalista (1893-1895)*. Site Oficial de Laurentino Gomes. Disponível em: <<http://www.laurentinogomes.com.br/blog/?s=revolu%C3%A7%C3%A3o+federalista&lang=pt-br>>. Acessado em: 12/02/2016.

G.O.R.G.S., Site Oficial. *Revolução de 1923: os 95 anos da pacificação*. Site Oficial do G.O.R.G.S. Publicado em 24/08/2018. Disponível em: <<http://gorgs.org.br/site/index.php/2018/08/24/revolucao-de-1923-os-95-anos-da-pacificacao/>>. Acessado em: 24/08/2018.

HISTORY CHANNELL. *Maria Leopoldina Assina o Decreto da Independência*. Site Oficial. Publicado em 02/09/2016 Disponível em: <<http://www.seuhistory.com/hoje-na-historia/maria-leopoldina-assina-o-decreto-da-independencia>>. Acessado em: 12/12/2016.

VOLUME II:
Das Revoluções Separatistas Pós Independência à Redemocratização do Brasil

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distrito Federal: Brasília – Aspectos Históricos**. Biblioteca online. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/dibs/brasil/brasil.pdf>>. Acessado em: 23/04/2016.

JUK, Pedro. **Alferes José Joaquim da Silva Xavier – Tiradentes – Mártir da Independência**. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1665. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1665.pdf>. Acessado em 15/05/2015.

KEGLES, Nataniel. **Pedro Boticário, O Incógnito Herói Farroupilha**. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inf. nº 1826. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1826.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

LEITE, Hélio Pereira. **Heróis da Maçonaria e da Pátria Brasileira VI – Hipólito P. da Costa**. Florianópolis, SC: Inform. JB News - Inform. nº 1773. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1773.pdf>. Acessado em 15/10/2015.

LOBATO, Ivaldo Gonçalves. **História da Loja Comércio e Artes – Primaz do Brasil**. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1872. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1872.pdf>. Acessado em 15/11/2015.

LOJA AMÉRICA. **A Maçonaria Paulista na Revolução de 1932**. São Paulo, SP: Site Oficial da Loja América. Disponível em: <http://www.america.org.br/documentos/rev_const_1932.html>. Acessado em 08/02/2016.

MACAULAY, Neill. **Dom Pedro: The Struggle for Liberty in Brazil and Portugal, 1798-1834**. Durham, EUA: Duke University Press, 1986. Disponível em <http://www.questia.com/dom_pedro>. Acessado em 10/06/2017.

MAIA, Geraldo. **Tributo à uma Abolicionista**. In: Site Oficial “O Mossorense, Mossoró, fevereiro de 2009, Nossa História”. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/omossorense/200902/geraldo.htm>>. Acessado em: 27/01/2010.

MONTES, Maria Lúcia. **Quando o Crime Compensa**. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ: 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2555>>. Acessado em: 22/01/2015.

MUNDO EDUCAÇÃO. **A Conjuração Baiana**. In: Site Oficial “Mundo Educação – História do Brasil”. Disponível em: <<http://mundoeducacao.com/historiadobrasil/a-conjuracao-baiana.htm>>. Acesso em: 19/02/2016.

PRATA, Agnaldo. **Os Maçons e a Política**. Disponível em: <<http://prataagnaldo.blogspot.com.br/2014/06/os-macons-e-politica.html>>. Acessado em: 07/02/2016.

RIBEIRO, Sebastião. **A Influência da Maçonaria na Revolução Farroupilha**. Guia do Estudante Abril (2012), publicado em 04/04/2012. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/influencia-maconaria-revolucao-farroupilha-681217.html>>. Acessado em: 11/02/2016.

ROCHA, Osvaldo Pereira. **Algo Sobre a Independência do Brasil**. Florianópolis, SC: JB News - Informativo nº 1800. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1800.pdf>. Acesso em: 25/10/2015.

A MAÇÔNICA HISTÓRIA DO BRASIL (Márson Alquati)

RODRIGUES, João Anatalino. *Tiradentes: O Bode de Coração Valente*. Florianópolis, SC: JB News – Inf. nº 1670. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1670.pdf>. Acesso em: 16/06/2015.

RODRIGUES, José Honório. In: SENADO FEDERAL – Introdução. *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado 1875-1880*. Brasília, DF: 1973. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro Conselho de Estado 1875-1880.pdf>>. Acesso em: 12/01/2015.

ROGOWSKI, João Francisco. *A Maçonaria e a Revolução Farroupilha*. Site Canal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.canaleletronico.net/index.php?view=article&id=102>>. Acessado em: 08/03/2016.

SALES, Sonia. *Os Abolicionistas e a Maçonaria*. Texto extraído do livro O Menino de Massangana – Biografia de Joaquim Nabuco. Disponível: <<http://cameliadepedra.blogspot.com.br/2010/10/voce-conhece-importancia-da-maconaria-na-abolicao-da-escravatura-no-brasil/>>. Acessado em: 23/08/2015.

SILVA, Tiago César da; Vanessa Faria e Silva. *O Outro Lado da Abolição: O Envolvimento dos Maçons e dos Negros no Processo de Emancipação do Trabalho Escravo*. Site Oficial Casa Rui Barbosa. Canal Eletrônico. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/tiago.pdf>>. Acessado em 25/01/2016

SILVA, Anestor Porfírio da. *Da Escravidão Negra à Exclusão Social*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inf. nº 1706. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1706.pdf>. Acessado em: 15/06/2015.

SILVA, Ivanilson Bezerra da. *Apontamentos sobre Maçonaria, Abolição e a Educação dos Filhos de Escravos na Cidade de Sorocaba no Final do Século XIX*. In: Revista HISTEDBR On-Line, nº 27, p.95-111, set. 2007, Campinas, SP. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_27.pdf>. Acessado em 11/10/2015.

SPOLODORE, Hércule. *O Areópago de Itambé e sua Influência nas Revoluções Brasileiras*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Inf. nº 1837. Disponível em: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1837.pdf>. Acessado em: 15/10/2015.

_____. *História do Rito Moderno*. Florianópolis, SC: Informativo JB News - Informativo nº 1900. Disponível: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1900.pdf>. Acessado em: 08/02/2016.

_____. *A República: Como Foi Proclamada*. Florianópolis, SC: Informativo JB News – Inform. nº 1615. Disponível: <http://www.jbnews33.com.br/informativos/jb_news-informativo_nr_1615.pdf>. Acessado em: 15/03/2015.

SUPERINTERESSANTE. *A História Secreta do Descobrimento do Brasil*. Edição virtual de 31 de janeiro de 1998 – por Jorge Caldeira. São Paulo, SP: Editora Abril. Disponível: <<https://super.abril.com.br/historia/a-cruzada-do-descobrimento/>>. Acessado em: 29/05/2019.

_____. *Maçonaria: A Ordem*. Edição virtual de agosto de 2005. São Paulo, SP: Ed. Abril. Disponível: <<http://super.abril.com.br/historia/maconaria-a-ordem>>. Acessado em: 29>. Acessado em: 29/09/2017.